

CARTA EDUCATIVA DE 2.ª GERAÇÃO DO MUNICÍPIO DE SETÚBAL

abril.23



(página propositadamente deixada em branco)



Carta Educativa de 2.ª Geração do Município de Setúbal

Relatório Final

Equipa Técnica:

Luís Carvalho (Coordenação)

Carla Figueiredo

Gonçalo Caetano

Sónia Vieira

Sérgio Barroso (Consultor)

abril de 2023

(página propositadamente deixada em branco)

Índice

0. NOTA INTRODUTÓRIA	15
1. ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO	17
1.1. INTRODUÇÃO	17
1.2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO	17
1.3. POLÍTICAS E METAS A ALCANÇAR	23
1.4. POLÍTICA SETORIAL E REFORMAS EM CURSO	32
1.5. PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO DOS MUNICÍPIOS	43
1.6. REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA AO SERVIÇO DA DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL	47
1.7. ENQUADRAMENTO NA POLÍTICA URBANA MUNICIPAL	49
1.8. ANTECEDENTES: A CARTA EDUCATIVA DE SETÚBAL	51
1.9. DETERMINANTES DA PROCURA DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS	52
1.10. OBJETIVOS E DESAFIOS	53
1.11. METODOLOGIA DE TRABALHO	54
2. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DE SETÚBAL	57
2.1. INTRODUÇÃO	57
2.2. INTERVENÇÕES PROPOSTAS	58
2.3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO	62
3. QUADRO DE REFERÊNCIA TERRITORIAL	70
3.1. INTRODUÇÃO	70
3.2. CONTEXTO TERRITORIAL	70
3.3. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA	75
3.4. PERFIL SOCIOECONÓMICO	85
3.5. SITUAÇÃO EDUCATIVA	93
3.6. TERRITÓRIO EDUCATIVO DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA	105
3.7. TRANSPORTE ESCOLAR	109
4. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OFERTA	112
4.1. INTRODUÇÃO	112
4.2. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR	115
4.2.1. EQUIPAMENTOS	115
4.2.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS	116
4.3. 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO	117
4.3.1. EQUIPAMENTOS	117
4.3.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS	119
4.4. 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO	121
4.4.1. EQUIPAMENTOS	121
4.4.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS	122

4.5. ENSINO PROFISSIONAL	126
4.5.1. EQUIPAMENTOS	126
4.5.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS	126
4.6. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR	128
5. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL	131
5.1. PROCURA ATUAL POR TIPOLOGIA DE EQUIPAMENTO / NÍVEL DE ENSINO - ENQUADRAMENTO	131
5.2. PRÉ-ESCOLAR	131
5.3. 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO	136
5.4. 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO	143
5.5. ENSINO SECUNDÁRIO	155
5.6. ENSINO PROFISSIONAL	161
5.6.1. ESCOLAS PROFISSIONAIS	161
5.6.2. ESCOLAS DO 2.º E 3.º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO	164
5.6.3. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (EFA)	172
5.7. FORMAÇÃO PROFISSIONAL	176
5.8. EDUCAÇÃO INCLUSIVA	181
6. PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO ESCOLAR (PROCURA POTENCIAL)	186
6.1. NOTA INTRODUTÓRIA	186
6.2. CENARIZAÇÃO DEMOGRÁFICA (2025 E 2031)	187
7. REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA (PRÉ-ESCOLAR)	198
7.1. INTRODUÇÃO	198
7.2. FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA	199
7.3. FREGUESIA DO SADO	199
7.4. FREGUESIA DE SÃO SEBASTIÃO	200
7.5. UF DE AZEITÃO	201
7.6. UF DE SETÚBAL	202
8. OUTROS ESTABELECIMENTOS	204
8.1. ACADEMIA DE DANÇA CONTEMPORÂNEA DE SETÚBAL	204
8.2. ACADEMIA DE MÚSICA E BELAS ARTES LUÍSA TODI	205
8.3. CONSERVATÓRIO REGIONAL DE SETÚBAL	206
8.4. INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL	206
9. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO	210
9.1. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO	210
9.2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES	211
9.2.1. EQUIPAMENTOS ESCOLARES: INSTRUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS	211
9.2.2. EQUIPAMENTOS ESCOLARES: INSTRUMENTOS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL	212
9.2.3. A TERRITORIALIDADE DA REDE ESCOLAR	212

9.3. MATRIZ ESTRATÉGICA	213
9.3.1. VISÃO ESTRATÉGICA	213
9.3.2. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS.....	214
10. PROGRAMA DE AÇÃO	220
10.1. ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO	220
10.2. EIXO I – REQUALIFICAR/AMPLIAR O PARQUE ESCOLAR INSTALADO	221
MEDIDA 1.1. CRIAÇÃO DE NOVAS SALAS/ESPAÇOS LETIVOS E DE APOIO: PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO	221
MEDIDA 1.2. CRIAÇÃO DE NOVAS SALAS/ESPAÇOS LETIVOS E DE APOIO: 2º, 3º CICLO E SECUNDÁRIO	228
MEDIDA 1.3. PROGRAMA MUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR (P3M+)	228
MEDIDA 1.4. PROGRAMA MUNICIPAL DE REFORÇO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO DESPORTIVO E LÚDICO – RECREIO (PEDEL+).....	235
MEDIDA 1.5. PROGRAMA DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO PARQUE ESCOLAR	238
10.3. EIXO II - MELHORAR AS CONDIÇÕES E QUALIDADE DE ENSINO	240
MEDIDA II.1. REFORÇO DA ATRATIVIDADE E DIVERSIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES DE APRENDIZAGEM	240
MEDIDA II.2. REFORÇO DAS CONDIÇÕES E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, DIFERENCIADORA E MAIS BEM-ADAPTADA ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DOS CENTROS DE APOIO ÀS APRENDIZAGENS	241
MEDIDA II.3. APETRECHAMENTO COM MOBILIÁRIO E MATERIAL DIDÁTICO, DE QUALIDADE E DIFERENCIADOR	241
10.4. EIXO III - REFORÇAR A LIGAÇÃO À COMUNIDADE, FOMENTANDO SOLUÇÕES DE ABERTURA DAS ESCOLAS AO EXTERIOR.....	242
MEDIDA III.1 PROJETOS E INICIATIVAS QUE CONCORRAM PARA UMA MAIOR VALORIZAÇÃO DA ESCOLA NA COMUNIDADE	242
MEDIDA III.2 PARCERIAS COM ENTIDADES DA REGIÃO QUE PERMITAM FOMENTAR A LIGAÇÃO ÀS PROFISSÕES E ÀS COMPETÊNCIAS DO FUTURO.....	242
MEDIDA III.3 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS COLABORATIVOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO NO CONCELHO DE SETÚBAL	243
10.5. QUADRO-SÍNTESE DE FINANCIAMENTO	243
11. MODELO DE MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO	246
11.1. UM CONTEXTO DE PARTIDA	246
11.2. ÂMBITO	247
11.3. MODELO DE MONITORIZAÇÃO	248
11.4. METODOLOGIA DE RECOLHA, TRATAMENTO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO	249
11.4.1. RECOLHA/ TRATAMENTO/ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	250
11.4.2. INSTRUMENTOS DE AÇÃO	252
11.4.3. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO.....	252
12. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS	254

Índice de figuras

Figura 1 – Quadro legislativo de referência	18
Figura 2 – Enquadramento do art.º 31 do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de Janeiro	22
Figura 3 – Iniciativas Emblemáticas da Estratégia Europa 2020	25
Figura 4 - Abandono escolar precoce da educação ou formação (18-24 anos) – 2021	29
Figura 5 - Proporção da população com menos de 15 anos com reduzida competência em matemática, leitura e ciência (2018)	31
Figura 6 – Organização da Fase 1 de Revisão da Carta Educativa de Setúbal	55
Figura 7 – Etapas da Fase 2 de Revisão da Carta Educativa de Setúbal	56
Figura 8 – Sistema urbano metropolitano da AML	71
Figura 9 – População residente por principal meio de transporte, em 2021, %	74
Figura 10 – População residente por subsecção estatística, em 2011 e 2021	78
Figura 11 – Densidade populacional por subsecção estatística, em 2021	79
Figura 12 – Pirâmide Etária do concelho de Setúbal (n.º), em 2001, 2011 e 2021	80
Figura 13 – Pirâmides Etárias das Freguesias do Concelho de Setúbal (n.º), em 2021	81
Figura 14 – Taxa bruta de mortalidade e taxa bruta de natalidade (‰), em 2011 e 2020	83
Figura 15 – Saldo Natural e Saldo Migratório (n.º), em 2011 e 2020	84
Figura 16 – Taxa de Crescimento Natural e Taxa de Crescimento Efetivo (%), em 2011 e 2020	84
Figura 17 – Taxa de escolarização no ensino superior da população com idade entre os 18 e 22 anos (%), em 2011/2012 e 2021/2022	85
Figura 18 – Taxa de analfabetismo (%), em 2011 e 2021	86
Figura 19 – Taxa de desemprego (%), em 2011 e 2021	87
Figura 20 – Taxa de desemprego (%), por freguesia em 2021	88
Figura 21 – Desempregados inscritos no mês de Dezembro (n.º), em Setúbal, vários anos	88
Figura 22 – Características dos desempregados (n.º), em dezembro de 2021	89
Figura 23 – Grupo etário e nível de escolaridade dos desempregados (n.º), em dezembro de 2021	89
Figura 24 – Beneficiários do RSI por 1.000 habitantes em idade ativa (‰), vários anos	90
Figura 25 – Proporção da população residente de nacionalidade estrangeira (%), vários anos	91
Figura 26 – População estrangeira que solicitou estatuto de residente por 100 habitantes (%), vários anos	91
Figura 27 – Evolução do número de alunos matriculados no ensino não superior (n.º), em Setúbal, Vários anos	94
Figura 28 – Proporção de alunos matriculados nos estabelecimentos (%), por natureza, em Setúbal, Vários anos .	95
Figura 29 – alunos matriculados por nível de ensino (n.º), em Setúbal, Vários anos	96
Figura 30 – alunos matriculados por nível de ensino e natureza (n.º), em Setúbal, em 2020/2021	97
Figura 31 – Evolução da taxa bruta de pré-escolarização (%), vários anos	98
Figura 32 – Evolução da taxa bruta de escolarização no Ensino Básico (%), vários anos	98
Figura 33 – Evolução da taxa bruta de escolarização no Ensino Secundário (%), vários anos	99
Figura 34 – Evolução da taxa de retenção e abandono escolar no ensino básico (%), vários anos	100
Figura 35 – Evolução da taxa de transição e conclusão no ensino básico (%), vários anos	101
Figura 36 – Evolução da taxa de transição e conclusão no ensino secundário (%), vários anos	101
Figura 37 – Sucesso Escolar por nível de ensino, evolução 2019-2020 a 2021/2022 (%)	102
Figura 38 – Diferença entre a média da avaliação e a média nacional, por escola, 3º Ciclo do Ensino Básico, 2019/2020	102
Figura 39 – Diferença entre a média da avaliação e a média nacional, por escola, 3º Ciclo do Ensino Básico, 2020/2021	103
Figura 40 – Diferença entre a média da avaliação e a média nacional, por escola, 3º Ciclo do Ensino Básico, 2021/2022	103
Figura 41 – Diferença entre a média da avaliação e a média nacional, por escola, ensino secundário, 2019/2020 ..	104
Figura 42 – Diferença entre a média da avaliação e a média nacional, por escola, ensino secundário, 2020/2021 ..	104
Figura 43 – Diferença entre a média da avaliação e a média nacional, por escola, ensino secundário, 2021/2022 ..	104
Figura 44 – Alunos de Nacionalidade Estrangeira no AE Ordem de Sant’iago, 2020/2021	106
Figura 45 – Distribuição dos estabelecimentos Escolares da Rede Pública em Setúbal	114
Figura 46 – Evolução do número de crianças matriculadas no Pré-Escolar dos estabelecimentos da Rede Pública (n.º), em Setúbal	132
Figura 47 – Evolução do número de crianças matriculadas nos estabelecimentos do Pré-Escolar da Rede Pública em Setúbal (n.º), por AE, entre 2018/2019 e 2020/2021	133
Figura 48 – Evolução do número de crianças matriculadas nos estabelecimentos do Pré-Escolar da Rede Pública em Setúbal (n.º), por freguesia, entre 2018/2019 e 2020/2021	133

Figura 49 – Alunos inscritos no Pré-escolar da rede pública (n.º), por AE, no concelho de Setúbal, 2018/2019 e 2020/2021	134
Figura 50 – crianças a frequentar AAAF nos estabelecimentos do Pré-Escolar da Rede Pública em Setúbal (n.º), por AE, em 2020/2021	135
Figura 51 – crianças com NEE nos estabelecimentos do Pré-Escolar da Rede Pública em Setúbal (n.º), por AE, em 2020/2021	136
Figura 52 – Evolução do número de alunos matriculados no 1.º CEB nos estabelecimentos da Rede Pública (n.º), em Setúbal	136
Figura 53 – Evolução do número de alunos matriculados nos estabelecimentos do 1.º CEB da Rede Pública em Setúbal (n.º), por AE, entre 2018/2019 e 2020/2021	137
Figura 54 – Número de turmas e número médio de alunos por turma nos estabelecimentos do 1.º CEB da Rede Pública em Setúbal (n.º), por AE, em 2020/2021	138
Figura 55 – Alunos inscritos no 1.º CEB da rede pública (n.º), por AE, no concelho de Setúbal, 2018/2019 e 2020/2021	139
Figura 56 – Evolução do número de alunos matriculados nos estabelecimentos do 1.º CEB da Rede Pública em Setúbal (n.º), por freguesia, entre 2018/2019 e 2020/2021	140
Figura 57 – Proporção de Alunos residentes fora do concelho inscritos nos estabelecimentos do 1.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (%), no ano letivo 2020-2021, por AE	141
Figura 58 – Número de alunos dos estabelecimentos do 1.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal e a frequentar AEC e CAF (n.º), no ano letivo 2020-2021, por AE	141
Figura 59 – crianças com NEE nos estabelecimentos do 1.º CEB em Setúbal (n.º), por AE, em 2020/2021	142
Figura 60 – Evolução do número de alunos matriculados nos 2.º e 3.º CEB nos estabelecimentos da Rede Pública (n.º), em Setúbal	144
Figura 61 – Evolução do número de alunos matriculados no 2.º CEB dos estabelecimentos da Rede Pública em Setúbal (n.º), por AE, entre 2018/2019 e 2020/2021	145
Figura 62 – Número de turmas e número médio de alunos por turma no 2.º CEB dos estabelecimentos da Rede Pública em Setúbal (n.º), por AE, em 2020/2021	145
Figura 63 – Alunos inscritos no 2.º CEB da rede pública (n.º), por AE, no concelho de Setúbal, 2018/2019 e 2020/2021	146
Figura 64 – Alunos inscritos no 3.º CEB da rede pública (n.º), por AE, no concelho de Setúbal, 2018/2019 e 2020/2021	147
Figura 65 – Proporção de Alunos inscritos no 2.º CEB nos estabelecimentos da rede pública no concelho de Setúbal residentes fora do concelho (%), no ano letivo 2020-2021, por AE	148
Figura 66 – Evolução do número de alunos matriculados nos estabelecimentos do 2.º CEB da Rede Pública em Setúbal (n.º), por freguesia, entre 2018/2019 e 2020/2021	148
Figura 67 – Evolução do número de alunos matriculados nos estabelecimentos do 3.º CEB da Rede Pública em Setúbal (n.º), por AE, entre 2018/2019 e 2020/2021	149
Figura 68 – Número de turmas e número médio de alunos por turma no 3.º CEB dos estabelecimentos da Rede Pública em Setúbal (n.º), por AE, em 2020/2021	150
Figura 69 – Evolução do número de alunos matriculados nos estabelecimentos do 3.º CEB da Rede Pública em Setúbal (n.º), por freguesia, entre 2018/2019 e 2020/2021	150
Figura 70 – Proporção de Alunos inscritos no 3.º CEB nos estabelecimentos da rede pública no concelho de Setúbal residentes fora do concelho (%), no ano letivo 2020-2021, por AE	151
Figura 71 – Alunos com NEE matriculados nos 2.º e 3.º CEB nos estabelecimentos da Rede Pública em Setúbal (n.º), por AE, em 2020/2021	152
Figura 72 – Evolução do número de alunos matriculados no ensino secundário nos estabelecimentos da Rede Pública (n.º), em Setúbal	156
Figura 73 – Evolução do número de alunos matriculados no Ensino Secundário nos Estabelecimentos da Rede Pública em Setúbal (n.º), por AE, entre 2018/2019 e 2020/2021	156
Figura 74 – Alunos inscritos no ensino secundário da rede pública (n.º), por AE, no concelho de Setúbal, 2018/2019 e 2020/2021	157
Figura 75 – Evolução do número de alunos matriculados no Ensino Secundário nos Estabelecimentos da Rede Pública em Setúbal (n.º), por freguesia, entre 2018/2019 e 2020/2021	158
Figura 76 – Número de turmas e número médio de alunos por turma no ensino secundário dos estabelecimentos da Rede Pública em Setúbal (n.º), por AE, em 2020/2021	159
Figura 77 – Número de turmas e número médio de alunos por turma no ensino secundário dos estabelecimentos da Rede Pública em Setúbal (n.º), por AE, em 2020/2021	159
Figura 78 – Alunos com NEE matriculados no ensino secundário nos estabelecimentos da Rede Pública em Setúbal (n.º), por AE, em 2020/2021	160

Figura 79 – Evolução do número de alunos matriculados na Escola Profissional de Setúbal e na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal (n.º), entre 2018/2019 e 2020/2021	161
Figura 80 – Proporção de alunos matriculados na Escola Profissional de Setúbal e na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal residentes fora do concelho (%), em 2020/2021	162
Figura 81 – Estudantes inscritos no IP Setúbal, 2018/2019 - 2021/2022.....	208
Figura 82 – Matriz síntese da procura educativa	210
Figura 83 – Matriz síntese da Oferta Educativa	211
Figura 84 – Padrão territorial da rede: Princípios.....	213
Figura 85 – Visão Estratégica	214

Índice de quadros

Quadro 1 – Grandes Objetivos da União Europeia para 2020 e Metas Nacionais	24
Quadro 2 – Metas para a Educação (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)	26
Quadro 3 – Objetivos estratégicos, operacionais e medidas principais do Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023 em matéria de educação	33
Quadro 4 – Reflexões desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Educação, 2016	35
Quadro 5 – Objetivos, princípios e competências delegadas no Âmbito do PAE, 2015	39
QUADRO 6 – PARCERIAS ESTABELECIDAS ENTRE O MUNICÍPIO DE SETÚBAL E OUTRAS ENTIDADES.....	41
Quadro 7 – Medidas de Intervenção Previstas na Carta Educativa de Setúbal (2006)	59
Quadro 8 – Balanço da Implementação das Medidas de Intervenção Previstas na Carta Educativa de Setúbal	63
Quadro 9 – Ficha de intervenção na EB da Brejoeira	66
Quadro 10 – Ficha de intervenção na EB do Bairro Afonso Costa	67
Quadro 11 – Ficha de intervenção na EBI Luísa Todi	68
Quadro 12 – Ficha de intervenção no JI de Vendas de Azeitão	69
Quadro 13 – População residente empregada e estudante por local de trabalho ou estudo, por freguesia, em 2021 (%)	72
Quadro 14 – Principais destinos de movimentos pendulares da população residente empregada e estudante do concelho de Setúbal, em 2021 (n.º)	73
Quadro 15 – Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada e estudante, por freguesia, em 2021 (%)	74
Quadro 16 – Principais origens de movimentos pendulares (trabalho e estudo) com destino no concelho de Setúbal, em 2021 (n.º).....	75
Quadro 17 – Evolução da população residente por freguesia, entre 1991 e 2021	76
Quadro 18 – Taxa de variação populacional por freguesia, entre 1991 e 2021	77
Quadro 19 – Densidade populacional por freguesia, em 2001, 2011 e 2021	79
Quadro 20 – População residente por escalão etário (%), em 2011 e 2021	82
Quadro 21 – Nível de escolaridade mais elevado concluído pela população residente com idade igual ou superior a 15 anos (%), por freguesia, em 2021	86
Quadro 22 – Número de famílias por dimensão do agregado familiar (n.º), por freguesia, em 2021	92
Quadro 23 – Estabelecimentos e pessoal ao serviço por sector de atividade económica (n.º e %), em Setúbal, em 2020	93
QUADRO 24 – METAS TEIP PARA O ANO LETIVO 2021/2022 (%).....	109
Quadro 25 – Estabelecimentos da rede pública com oferta educativa no ano letivo 2020/2021 no concelho de Setúbal	112
Quadro 26 – Agrupamentos de Escolas e Estabelecimentos do Pré-Escolar da Rede Pública em Setúbal, em 2020/2021	115
Quadro 27 – Recursos humanos nos estabelecimentos de educação pré-escolar da rede pública no concelho de Setúbal (n.º), no ano letivo 2020-2021, por AE.....	116
Quadro 28 – Agrupamentos de Escolas e Estabelecimentos do 1.º CEB da Rede Pública em Setúbal, em 2020/2021	118
Quadro 29 – Salas disponíveis nos Estabelecimentos do 1.º CEB da Rede Pública em Setúbal (n.º), por AE, em 2020/2021	119
Quadro 30 – Recursos humanos nos estabelecimentos de educação do 1.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (n.º), no ano letivo 2020-2021, por AE.....	120
Quadro 31 – Agrupamentos de Escolas e Estabelecimentos do 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário da Rede Pública em Setúbal, em 2020/2021.....	121

Quadro 32 – Salas disponíveis e ocupadas nos Estabelecimentos do 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário da Rede Pública (n.º), em Setúbal em 2020/2021	122
Quadro 33 – Recursos humanos nos estabelecimentos de educação do 2.º e 3.º CEB e Ensino Secundário da rede pública no concelho de Setúbal (n.º), no ano letivo 2020-2021	123
Quadro 34 – Recursos humanos nos estabelecimentos de Ensino Profissional no concelho de Setúbal (n.º), no ano letivo 2020-2021	127
Quadro 35 – Iniciativas municipais de cariz socioeducativo disponibilizadas	129
Quadro 36 – Alunos matriculados nos estabelecimentos de ensino da rede pública no concelho de Setúbal (n.º), por ano letivo e nível de ensino	131
Quadro 37 – Proporção de alunos que frequentam AEC e CAF nos estabelecimentos do 1.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (n.º e %), por AE, em 2020/2021	142
Quadro 38 - Desistências e retenções de alunos nos estabelecimentos do 1.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (n.º), por AE, de 2017/2018 a 2019/2020 *	143
Quadro 39 - Desistências e retenções de alunos nos estabelecimentos do 2.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (n.º), por AE, de 2017/2018 a 2019/2020*	152
Quadro 40 - Desistências e retenções de alunos nos estabelecimentos do 3.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (n.º), por AE, de 2017/2018 a 2019/2020*	153
Quadro 41 – Atividades complementares existentes no 2.º e 3.º CEB, no ano letivo 2020/2021	154
Quadro 42 - Desistências e retenções de alunos no ensino secundário nos estabelecimentos da rede pública no concelho de Setúbal (n.º), por AE, de 2017/2018 a 2019/2020	160
Quadro 43 - alunos matriculados nos cursos da Escola Profissional de Setúbal e da Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal (n.º), em 2020/2021	162
Quadro 44 - Desistências e retenções na Escola Profissional de Setúbal e na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal (n.º), de 2017/2018 a 2019/2020	163
Quadro 45 – Cursos profissionais de nível 4 (secundário) na Escola Básica e Secundária Ordem de Sant’Iago, de 2017/2018 a 2020/2021	164
Quadro 46 – Cursos profissionais de nível 4 (secundário) na Escola Secundária Sebastião da Gama, de 2017/2018 a 2020/2021	165
Quadro 47 – Cursos profissionais de nível 4 (secundário) na Escola Básica e Secundária Lima de Freitas, de 2017/2018 a 2020/2021	166
Quadro 48 – Cursos profissionais de nível 4 (secundário) na Escola Secundária Dom Manuel Martins, de 2017/2018 a 2020/2021	167
Quadro 49 – Cursos de Educação e Formação de Jovens de nível 3 (3.º CEB) na Escola Básica e Secundária Ordem de Sant’Iago, de 2018/2019 a 2020/2021	168
Quadro 50 – Cursos de Educação e Formação de Jovens de nível 3 (3.º CEB) na Escola Secundária Dom Manuel Martins, de 2018/2019 a 2020/2021	169
Quadro 51 – Cursos de Educação e Formação de Adultos (nível secundário – Tipo A) na Escola Secundária Sebastião da Gama, de 2018/2019 a 2020/2021	169
Quadro 52 – Cursos de Educação e Formação de Adultos (nível básico) na Escola Secundária Sebastião da Gama, de 2018/2019 a 2020/2021	170
Quadro 53 – Cursos de Educação e Formação de Adultos (nível Secundário) na Escola Secundária Sebastião da Gama, Escola Básica de Azeitão e Escola Básica e Secundária Lima de Freitas, de 2018/2019 a 2020/2021	170
Quadro 54 – Cursos de Educação e Formação de Adultos (Ações de Formação de Português para Falantes de Outras Língua) na Escola Básica de Azeitão e na Escola Básica e Secundária Lima de Freitas, de 2018/2019 a 2020/2021	171
Quadro 55 – Cursos de Educação e Formação de Adultos (Formação Modular) na Escola Básica e Secundária Lima de Freitas, de 2018/2019 a 2020/2021	171
Quadro 56 – Ensino Recorrente (Regime Presencial e Não Presencial) na Escola Secundária Sebastião da Gama, de 2018/2019 a 2020/2021	172
QUADRO 57 – CURSOS EFA POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO, SALAS OCUPADAS (N.º), EM SETÚBAL	172
QUADRO 58 – CURSOS EFA – NÍVEL BÁSICO, ALUNOS E TURMAS (N.º), ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO DA GAMA, 2018-2018-2020/2021	173
QUADRO 59 – CURSOS EFA – NÍVEL SECUNDÁRIO, ALUNOS E TURMAS (N.º), 2018-2018- 2020/2021	173
QUADRO 60 – CURSOS EFA – SECUNDÁRIO TIPO A, ALUNOS E TURMAS (N.º), ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO DA GAMA, 2018-2018- 2020/2021	174
QUADRO 61 – CURSOS EFA – AÇÕES DE FORMAÇÃO DE PORTUGUÊS PARA FALANTES DE OUTRAS LÍNGUAS, ALUNOS E TURMAS (N.º), ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO DA GAMA, 2018-2018- 2020/2021	174
QUADRO 62 – CURSOS EFA – FORMAÇÃO MODULAR, ALUNOS E TURMAS (N.º), ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO DA GAMA, 2018-2018- 2020/2021	174
QUADRO 63 – CURSOS EFA EM FUNCIONAMENTO NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO CONCELHO DE SETÚBAL, 2023	175

QUADRO 64 – RECURSOS HUMANOS AFETOS AOS CURSOS EFA - 2020/2021	175
QUADRO 65 – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS/ESCOLAS NÃO AGRUPADAS NA ÁREA GEOGRÁFICA DO CFOS, 2023	177
QUADRO 66 – FORMANDOS ABRANGIDOS POR MEDIDA	180
QUADRO 67 – CENTROS DE APOIO À APRENDIZAGEM: NÚMERO DE ALUNOS NO ANO LETIVO 2022/2023	181
Quadro 68 – Evolução de indicadores demográficos (n.º e %), entre 2001 e 2010	188
Quadro 69 – demográfica do concelho (n.º e %), 2025 e 2031 (A - cenário tendencial e B – cenário expansionista moderado)	188
Quadro 70 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: jardins-de-infância.....	189
Quadro 71 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 1º ciclo	190
Quadro 72 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 2º ciclo	190
Quadro 73 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: 3º ciclo	191
Quadro 74 – Evolução dos efetivos demográficos (n.º), no cenário A e B (2025-2031), potencialmente utilizadores de equipamentos educativos: Secundário	192
Quadro 75 – Indicadores relevantes para calibrar a população a escolarizar na rede pública	193
Quadro 76 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2025-2031): jardins-de-infância	193
Quadro 77 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2025-2031): 1º ciclo	194
Quadro 78 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2025-2031): 2º ciclo	194
Quadro 79 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2025-2031): 3º ciclo	194
Quadro 80 – Evolução da Procura Potencial (população a escolarizar, n.º), no cenário A e B (2025-2031): Secundário	195
Quadro 81 – Rede Pública (n.º de alunos; diferencial face ao ano letivo 2020/2021)	195
Quadro 82 – capacidade dos estabelecimentos da rede privada e solidária (n.º), por freguesia, em 2020/2021.....	198
Quadro 83 – Estabelecimentos escolares da rede privada e solidária (n.º), na Freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, em 2020/2021	199
Quadro 84 – Estabelecimentos escolares da rede privada e solidária (n.º), na Freguesia do Sado, em 2020/2021	200
Quadro 85 – Estabelecimentos escolares da rede privada e solidária (n.º), na Freguesia de São Sebastião, em 2020/2021	200
Quadro 86 – Estabelecimentos escolares da rede privada e solidária (n.º), na UF de Azeitão, em 2020/2021	202
Quadro 87 – Estabelecimentos escolares da rede privada e solidária na UF de Setúbal, em 2020/2021	203
QUADRO 88 – OFERTA FORMATIVA DO I. P. SETÚBAL	207
QUADRO 89 – ESTUDANTES INSCRITOS EM CURSOS CONFERENTES DE GRAU, 2018/2019-2021/2022	207
Quadro 90 – Diplomados no IP Setúbal, 2018/2019 - 2021/2022.....	208
Quadro 91 – Recursos Humanos, IP Setúbal, 2018/2019 - 2021/2022.....	208
Quadro 92 – Ficha de Ação: Criação de Centro Escolar Quinta da Amizade	223
Quadro 93 – Ficha de Ação: Criação de Centro Escolar São Francisco Xavier (Viso)	224
Quadro 94 – Ficha de Ação: Criação de Centro Escolar Barbosa du Bocage	225
Quadro 95 – Ficha de Ação: Ampliação da EB de Vila Nogueira de Azeitão	226
Quadro 96 – Ficha de Ação: Ampliação da EB n.º 4 dos Pinheirinhos	227
Quadro 97 – Ficha de Ação: Programa Municipal de Modernização e Manutenção do Parque Escolar (JI e 1º ciclo)	229
Quadro 98 – Ficha de Ação: Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário)	230
Quadro 99 – Ficha de Ação: Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (parque escolar dos JI e 1º ciclo)	235
Quadro 100 – Ficha: Pavilhão Desportivo da EB de Azeitão	236
Quadro 101 – Ficha: Pavilhão Desportivo da ES Dom Manuel Martins	237
Quadro 102 – Ficha de Ação: Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar	239
Quadro 103 – Síntese de Financiamento do Programa de Ação.....	243
Quadro 104 – Cronograma de Execução do Programa de Ação.....	244
Quadro 105 – Indicadores de Contexto (Plano de Monitorização)	250
Quadro 106 – Indicadores de Realização (Plano de Monitorização)	251
Quadro 107 – Ferramentas de Comunicação: formas e regularidade de apresentação da informação-chave.....	253

SIGLÁRIO

AAAF	Atividades de Animação e Apoio à Família
AADC	Associação Academia de Dança Contemporânea
ADCS	Academia de Dança Contemporânea de Setúbal
AE	Agrupamento de Escolas
AEC	Atividades de Enriquecimento Curricular
AML	Área Metropolitana de Lisboa
CAF	Componente de Apoio à Família
CEB	Ciclo do Ensino Básico
CEDRU	Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano
CEF	Curso de Educação e Formação de Jovens
CM	Câmara Municipal
CMS	Câmara Municipal de Setúbal
CO ₂	Dióxido de Carbono
DEB	Departamento de Educação e Bibliotecas
DGAL	Direção Geral das Autarquias Locais
DGEST	Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
EB	Escola Básica
EBI/JI	Escola Básica Integrada com Jardim de Infância
EFA	Educação e Formação de Adultos
ES	Escola Secundária
ETICS	<i>External Thermal Insulation Composite System</i>
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IEFP	Instituto de Emprego e Formação Profissional
INE	Instituto Nacional de Estatística
ITED	Infraestruturas de Telecomunicações de Edifício
JI	Jardim de Infância
LBSE	Lei de Bases do Sistema Educativo
ME	Ministério da Educação
MTSSS	Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social
NEE	Necessidades Educativas Especiais
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
P3M+	Programa Municipal de Modernização e Manutenção do Parque Escolar
PAE	Programa Aproximar Educação
PDM	Plano Diretor Municipal
PDMS	Plano Diretor Municipal de Setúbal
PEDEL+	Programa Municipal de Reforço de Equipamentos de Apoio Desportivo e Lúdico-Recreio
PEE+	Programa Municipal de Melhoria da Eficiência Energética no Parque Escolar
PIB	Produto Interno Bruto
PMOT	Plano Municipal de Ordenamento do Território
PNPOT	Plano Nacional de Política de Ordenamento do Território
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RSI	Rendimento Social de inserção
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia
UF	União de Freguesias

(página propositadamente deixada em branco)

0. NOTA INTRODUTÓRIA

A rede de equipamentos coletivos constitui uma componente fundamental na promoção do desenvolvimento sustentável e integrado nas suas diversas dimensões, sendo simultaneamente instrumento de qualificação e valorização de centros urbanos e instrumento de fomento da equidade e qualidade de vida das populações.

De entre os equipamentos coletivos, os equipamentos de ensino constituem um conjunto fundamental, dada a sua importância na prossecução de um objetivo essencial no processo de desenvolvimento - acesso da população ao ensino - e na qualificação dos recursos humanos, fator de sucesso importante na competitividade de cidades e regiões. Por outro lado, o conceito de Escola, anteriormente entendido como “escola-edifício”, é atualmente assumido como centro ou elo de uma rede de locais de educação e formação, como espaço de múltiplas atividades de cariz comunitário. Acresce que a Escola passou a ser considerada como centro das políticas educativas, devendo construir a sua autonomia a partir da(s) comunidade(s) em que se insere, da resposta aos seus problemas e da valorização das suas potencialidades, de forma a apurar e potenciar o seu desempenho enquanto serviço público de Educação.

Neste contexto, o reordenamento da rede de equipamentos de ensino constitui um fator fundamental na estratégia de desenvolvimento de um concelho, pelo que a Revisão da Carta Educativa de Setúbal surge como uma oportunidade para adequar a rede de infraestruturas de ensino à procura previsível nos próximos anos, mas simultaneamente para operacionalizar os princípios de integração, sequencialidade e de utilização global e racional dos recursos emanados pela Lei de Bases do Sistema Educativo, promovendo o papel e a integração virtuosa da Escola numa rede mais ampla de equipamentos, concebidos como organizações integradoras no plano interno e nas relações da comunidade.

Com a regulamentação da Carta Educativa, através da publicação do Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 de janeiro, foram criadas as condições para enquadrar numa mesma lógica o planeamento e a organização da rede educativa local. Neste contexto, os municípios passaram também a possuir competência para conduzir os processos de planeamento respetivos, ou seja, equacionando e tomando decisões sobre o desenvolvimento da rede educativa local, nomeadamente no que se refere às instalações, aos equipamentos e às formações a disponibilizar (competência relevante e politicamente significativa). Ampliando e detalhando essas competências, o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, veio reforçar a ideia de que há um conjunto de oportunidades e desafios que importa potenciar, numa lógica de concertação e parceria de base territorial, inserindo a Escola num contexto mais abrangente de ordenamento do território municipal, que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura no território.

Neste novo quadro legal, o setor da Educação emergiu como um dos pilares fundamentais, despontando a necessidade de um aprofundamento do conhecimento do Sistema Educativo, nas suas múltiplas dimensões, de modo a melhor informar e objetivar a tomada de decisão e garantir as condições necessárias à exequibilidade das transferências num quadro de qualidade de resposta municipal a estes novos desafios.

Em 2006, o Ministério da Educação homologou a Carta Educativa, que se pretende atualizar, face às novas exigências do Sistema Educativo, ao novo quadro legal e às novas dinâmicas territoriais existentes e emergentes. Conforme consagrado no Decreto-Lei enquadrador (Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro), o processo de revisão deve obedecer aos princípios, objetivos e estrutura que nortearam a elaboração da Carta.

O documento integra as diversas componentes estruturadoras da Revisão da Carta Educativa: Parte I (Enquadramento e Contextualização Geral); Parte II (Quadro de Referência Territorial); Parte III (Caracterização e Diagnóstico da Oferta); Parte IV (Caracterização da Procura Atual e Potencial); Parte V (Estratégia de Intervenção); Parte VI (Programa de Ação) e Parte VII (Modelo de Monitorização, Avaliação e Disseminação), distribuindo-as pelos 11 capítulos deste exercício de planeamento. Integra, igualmente, em volume autónomo, as

fichas técnicas, por nível de ensino e estabelecimento de ensino público, que resultaram da sistematização da informação recolhida e tratada no exercício de inquirição, bem como outra informação considerada relevante.

Para a elaboração deste documento, a equipa efetuou diversas reuniões com um amplo conjunto de *stakeholders*, com destaque para o Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), a Vice-Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, os elementos que integram o Conselho Municipal de Educação, os diretores dos Agrupamentos de Escolas da Rede Pública, das Escolas Não Agrupadas e das Escolas Profissionais. Para além das opiniões e informações que foram apresentadas no decurso dessas reuniões, a elaboração da Revisão da Carta Educativa fundamentou-se simultaneamente em diversos documentos e fontes publicadas, destacando-se os provenientes do Município, bem como dos referenciais estatísticos produzidos pelo INE.

Este documento constitui uma ferramenta de cariz prospetivo, capaz de ajudar a tomar decisões no presente e de conduzir com eficácia as mudanças de fundo e circunstanciais (incluindo num novo quadro de competências municipais e de (re)negociação de apoios financeiros comunitários), de forma a consolidar-se uma rede eficiente de edifícios e equipamentos educativos, integrada numa rede mais ampla de equipamentos coletivos, que permita operacionalizar novos conceitos e diretrizes, garantir uma efetiva adequação à realidade local e contribuir para o cumprimento, com qualidade, da escolaridade obrigatória e para uma maior integração e inclusão social e territorial.

Saliente-se que, embora o documento faça parte da Câmara Municipal de Setúbal e tenha sido elaborado tecnicamente por uma entidade externa (CEDRU), ele corresponde a um processo e a um produto que contou com a participação ativa dos atores e agentes educativos locais, traduzindo a realidade da política educativa municipal e as propostas de resposta que se perspetivam e consideram imprescindíveis para o futuro da Educação no Concelho.

Neste sentido, a Revisão da Carta Educativa do Município de Setúbal representa um exercício que tentou, através da participação alargada, obter consensos quanto ao planeamento e ordenamento da rede de equipamentos educativos concelhios.

A elaboração deste instrumento de trabalho, entre o último trimestre de 2020 e o primeiro trimestre de 2023, coincidiu com a emergência de saúde pública gerada pela pandemia de COVID-19. Sendo inequívoco que as consequências sociais e económicas deste acontecimento serão profundas e duradouras, exigindo uma resposta adequada das políticas públicas nacionais e locais, a Revisão da Carta Educativa não pode refletir ainda o impacto que terá em diversas dimensões-chave sobretudo ao nível da evolução sociodemográfica, da procura escolar e da capacidade de investimentos do Município.

1. ENQUADRAMENTO E CONTEXTUALIZAÇÃO

1.1. INTRODUÇÃO

A Carta Educativa constitui-se como um documento de referência estratégica, não só no domínio das políticas educativas e formativas dos municípios, como também para o seu desenvolvimento social e económico, uma vez que enquadra a dimensão demográfica enquanto ativo e como forma de valorizar socialmente o concelho.

Esta dimensão está inscrita no próprio enquadramento legislativo da Carta Educativa, facultado pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que entende e define este documento como sendo *o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município*.

A atual Carta Educativa do Concelho de Setúbal data de 2006, tendo sido desenvolvida a partir de processos e metodologias que permitiram enquadrar os contributos e a participação ativa dos principais atores da comunidade educativa do concelho. Esta abordagem assentou ainda em 7 objetivos estratégicos que, no essencial, visavam suprimir situações de isolamento, resolver problemáticas relacionadas com baixas taxas de ocupação, requalificar o parque escolar, melhorar infraestruturas, concentrar recursos para melhoria de condições letivas e combater o insucesso e abandono escolar.

Os instrumentos de financiamento comunitário enquadrados no QREN (2007-2013) e no Portugal 2020 (2014-2020), permitiram desenvolver várias ações enquadradas nos objetivos assumidos, nomeadamente aqueles relacionados com a requalificação e melhoria infraestrutural do parque escolar, contribuindo para a concretização efetiva de várias das ações identificadas.

No entanto, a amplitude temporal que decorreu desde a data da aprovação da Carta até ao momento presente, torna expectável que várias das dimensões que determinaram a sua elaboração estejam já significativamente modificadas, tendo também surgido novas dinâmicas com potencial transformador.

Desta forma, e dando resposta ao Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, que veio revogar o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e que estabeleceu a obrigatoriedade de Revisão da Carta Educativa quando a rede educativa ficasse desconforme com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos do ordenamento da rede educativa municipal, reavaliação esta, obrigatória de 10 em 10 anos, o presente documento vem proceder à Revisão da Carta Educativa de Setúbal.

1.2. ENQUADRAMENTO LEGISLATIVO

A rapidez com que se processam mudanças económicas e sociais à escala global traduz-se num aumento da complexidade destes processos, assim como num maior envolvimento dos atores numa nova economia baseada no conhecimento, o que representa por si só, uma constante necessidade de reorganização económica, social e cultural, de modo a garantir uma capacidade de resposta eficiente aos desafios contemporâneos.

Uma das consequências da dinâmica que se tem verificado ao nível das relações do mercado de trabalho está relacionada com a necessidade de gerar e adaptar estruturas e mecanismos de valorização dos recursos humanos, onde não só se preparam os mais jovens para responderem de forma eficaz aos desafios e exigências da atualidade, mas também se incentivam e orientam os indivíduos inseridos no mercado de trabalho a (re)ingressar nos sistemas de educação e formação, melhorando e atualizando as suas competências.

Esta dinâmica reforça o papel da Educação e da Escola num lugar de grande centralidade na Sociedade, conferindo-lhe uma dimensão fundamental no contexto das diversas políticas públicas. Por este motivo, têm vindo

a ser produzidos vários elementos legislativos de suporte e enquadramento aos princípios e necessidades emergentes, nos quais a educação e formação são centrais.

Neste âmbito, destaque-se o seguinte quadro legislativo de referência, apresentado de forma esquemática e que serve de suporte ao exercício de revisão da Carta Educativa de Setúbal.

FIGURA 1 – QUADRO LEGISLATIVO DE REFERÊNCIA

Artigos 73º, 74º e 75º da Constituição da República Portuguesa

É dever do Estado promover:

- A democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida coletiva;
- A inserção das escolas nas comunidades e interligação entre o ensino e as atividades económicas, sociais e culturais, através de “uma rede de estabelecimentos públicos de ensino que cubra as necessidades de toda a população”.

Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)

Lei n.º 46/86, de 14 de outubro

Estabelece o quadro geral do sistema educativo, sendo o referencial normativo das políticas educativas focadas no desenvolvimento da educação e do sistema educativo

São princípios organizativos da LBSE (n.º 3):

- Descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas, de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes;
- Contribuir para a correção das assimetrias de desenvolvimento regional e local;
- Contribuir para desenvolver o espírito e a prática democráticos, através da adoção de estruturas e processos participativos na definição da política educativa, na administração e gestão do sistema escolar e na experiência pedagógica quotidiana, em que se integram todos os intervenientes no processo educativo, em especial os alunos, os docentes e as famílias.

Alterada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de setembro, Lei n.º 49/2005, de 30 de agosto, Lei n.º 85/2009, de 27 de Agosto e Lei n.º 65/15, de 3 de julho (estabelecimento do regime da escolaridade obrigatória para as crianças e jovens que se encontram em idade escolar e a universalidade da educação pré-escolar para as crianças a partir dos 4 anos de idade).

A LBSE, estabeleceu a escolaridade obrigatória de nove anos para todas as crianças e jovens entre os seis e os quinze anos de idade. A Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto, amplia até aos 18 anos essa obrigatoriedade.

Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar

Lei n.º 5/97, de 10 de fevereiro

- A Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar foi o elemento normativo que ampliou a participação municipal neste domínio.
- A principal inovação prende-se com a possibilidade de criação de uma rede pública municipal de jardins-de-infância

Lei n.º 159/99, de 14 de setembro

Estabelece o quadro de transferência de atribuições para as autarquias locais, em matéria de educação

Relevem-se os seguintes pontos do artigo 19º:

- Planear e gerir os equipamentos educativos, mais precisamente nos investimentos para construção, apetrechamento e manutenção de estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;
- Proceder à elaboração da então chamada “carta escolar”, a ser integrada nos planos diretores municipais;
- Criar os conselhos locais de educação;
- Garantir a rede de transportes públicos escolares;
- Assegurar a gestão dos refeitórios dos estabelecimentos de educação pré-escolar e do ensino básico;
- Garantir o alojamento aos alunos do ensino básico, em alternativa ao transporte escolar;
- Comparticipar no apoio à s crianças que frequentam o pré-escolar e aos alunos do ensino básico, no âmbito da ação social escolar;
- Apoiar o desenvolvimento de atividades complementares de ação educativa nos níveis pré-escolar e básico;
- Gerir o pessoal não docente nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico.

Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro

Estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais

Releve-se a alínea mm) do artigo 14º:

- Compete à Junta de freguesia (...) Fornecer material de limpeza e de expediente às escolas do 1.º ciclo do ensino básico e aos estabelecimentos de educação pré-escolar.

A alínea s) do artigo 25º, n.º1:

- Compete à Assembleia Municipal (...) Deliberar sobre a criação do conselho local de educação.

A alínea d) do artigo 35º, n.º1:

- Compete ao Presidente da Câmara Municipal (...) Gerir os recursos humanos dos estabelecimentos de educação.

Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro

Estabelece quadro de transferências de atribuições e competências para os Municípios

- O artigo 19.º, da Lei n.º 159/99, de 14 de setembro, elencou as competências a transferir na área da educação e do ensino não superior, tendo, sequencialmente, o artigo 13.º da Lei n.º 30-C/2000, de 29 de dezembro, e o artigo 12.º da Lei n.º 109-B/2001, de 27 de dezembro, procurado concretizá-las.
- Não obstante, apenas com o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, ocorre a transferência efetiva de competências no que concerne aos conselhos municipais de educação e à elaboração da Carta Educativa, enquanto instrumento central de ordenamento da rede de ofertas de educação e de ensino. Este diploma regulamenta igualmente as competências para a realização de investimentos pelos Municípios (construção, equipamento e manutenção dos estabelecimentos da educação pré-escolar e do ensino básico), bem como para a gestão do pessoal não docente.

Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto

Lei-Quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais

O artigo 11.º refere as novas competências dos órgãos municipais no que respeita à educação:

- É da competência dos órgãos municipais participar no planeamento, na gestão e na realização de investimentos relativos aos estabelecimentos públicos de educação e de ensino integrados na rede pública dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário, incluindo o profissional, nomeadamente na sua construção, equipamento e manutenção.
- Compete igualmente aos órgãos municipais, no que se refere à rede pública de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, incluindo o ensino profissional:
 - Assegurar as refeições escolares e a gestão dos refeitórios escolares;
 - Apoiar as crianças e os alunos no domínio da ação social escolar;
 - Participar na gestão dos recursos educativos;
 - Participar na aquisição de bens e serviços relacionados com o funcionamento dos estabelecimentos e com as atividades educativas, de ensino e desportivas de âmbito escolar;
 - Recrutar, selecionar e gerir o pessoal não docente inserido nas carreiras de assistente operacional e de assistente técnico.
- Compete ainda aos órgãos municipais:
 - Garantir o alojamento aos alunos que frequentam o ensino básico e secundário, como alternativa ao transporte escolar;
 - Assegurar as atividades de enriquecimento curricular, em articulação com os agrupamentos de escolas;
 - Promover o cumprimento da escolaridade obrigatória;
 - Participar na organização da segurança escolar.
- As competências previstas no presente artigo são exercidas no respeito das competências dos órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas.

Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro

Concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e para as entidades intermunicipais no domínio da educação

O presente Decreto-Lei regula ainda o funcionamento dos conselhos municipais de educação.

Neste quadro, é da competência dos órgãos municipais participar, em matéria de educação, no planeamento, na gestão e na realização de investimentos, nos termos regulados no presente decreto-lei. É da competência dos órgãos das entidades intermunicipais o planeamento intermunicipal da rede de transporte escolar e da oferta educativa de nível supramunicipal.

Este quadro legal faz a correspondência entre o âmbito das competências descentralizadas e a organização da oferta pública de ensino básico e secundário que assegura o cumprimento da escolaridade obrigatória pelas crianças e jovens em idade escolar e visa a universalidade da educação pré-escolar. Esta solução, além de garantir coerência entre o exercício das competências das autarquias locais e entidades intermunicipais no domínio da educação e a organização geral do sistema educativo, corresponde aos diferentes níveis e ciclos de ensino existentes nos agrupamentos de escolas, pondo termo ao exercício concomitante de competências da mesma natureza, numa única unidade orgânica, por diferentes entidades públicas.

Com este diploma mantem-se a Carta Educativa municipal e o plano de transporte escolar como instrumentos de planeamento e a consagração da participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.

Relativamente à Carta Educativa, define os conteúdos (que genericamente, passam pela caracterização sumária da localização e organização espacial dos edifícios e equipamentos educativos, o diagnóstico estratégico, as projeções de desenvolvimento e a proposta de intervenção relativamente à rede pública) e as competências de elaboração (da Câmara Municipal, sendo aprovada pela Assembleia Municipal respetiva, após discussão e parecer do conselho municipal de educação, e pronúncia do departamento governamental com competência na matéria).

Fonte: Equipa técnica, com base nos vários referenciais legais

Para o atual processo de revisão, destaca-se o Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, no qual se aprofunda a definição, objeto e objetivos da Carta.

O artigo 5º deste Decreto indica que a Carta Educativa é *o instrumento de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no município, de acordo com as ofertas de educação e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município.*

O objeto da Carta Educativa consta no artigo 7º, consistindo na *identificação, a nível municipal, dos edifícios e equipamentos educativos, e respetiva localização geográfica, bem como das ofertas educativas da educação pré-escolar, dos ensinos básico e secundário da educação escolar, incluindo as suas modalidades especiais de educação, e da educação extraescola.* Prevê-se também a identificação dos recursos humanos necessários à prossecução das ofertas educativas, bem como uma análise da sua integração municipal, em função dos cenários prospetivados em matéria de desenvolvimento urbano e escolar.

O perímetro da análise da Carta Educativa inclui os estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino da rede pública, privada, cooperativa e solidária, sendo que os objetivos da sua análise estão identificados no artigo 6.º do Decreto em causa, nomeadamente:

- Assegurar a adequação da rede de estabelecimentos de educação pré-escolar e de ensino básico e secundário, para que, em cada momento, as ofertas educativas disponíveis a nível municipal respondam à procura efetiva existente;

- Refletir, ao nível municipal, o processo de ordenamento a nível nacional e intermunicipal da rede de ofertas de educação e formação;
- Promover a criação de condições mais favoráveis ao desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como as condições para a gestão eficiente dos recursos educativos disponíveis;
- Incluir uma análise prospetiva, fixando objetivos de ordenamento progressivo, a médio e longo prazos;
- Garantir a coerência da rede educativa com a política urbana do município, nomeadamente com a distribuição espacial da população e das atividades económicas daquele.

Este enquadramento permite concluir que a Carta Educativa é um instrumento relevante para: i) enquadrar de forma unitária o planeamento e a organização da rede educativa local; ii) promover a adequação da rede de infraestruturas de ensino à procura previsível; iii) melhorar e qualificar o parque escolar existente no concelho.

FIGURA 2 – ENQUADRAMENTO DO ART.º 31 DO DECRETO-LEI N.º 21/2019, DE 30 DE JANEIRO



Fonte: Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro (adaptado)

A dimensão prospetiva e de planeamento associada à Carta Educativa implica que se estabeleça uma estreita articulação entre os processos de ordenamento da rede educativa e o território onde esta se insere, pelo que não deve estar dissociada dos demais instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente do Plano Diretor Municipal (PDM), principal instrumento de gestão territorial ao nível municipal.

É neste contexto que o Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, obriga os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT), entre os quais o PDM, à articulação com políticas setoriais de incidência local (alínea c) do artigo 70º).

Por outro lado, o Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, veio reforçar a perspetiva na qual o PDM *define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente (...) a rede de equipamentos de educação.*

Em síntese, a associação da Carta Educativa ao PDM, enquanto documento complementar, constitui um instrumento fundamental do planeamento, determinante para a decisão estratégica, principalmente no que respeita ao enquadramento e dimensionamento do sistema educativo, garantindo a sua adequação à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico.

1.3. POLÍTICAS E METAS A ALCANÇAR

As questões relacionadas com a formação e o conhecimento têm vindo a ganhar um espaço cada vez mais relevante nos fóruns de decisão política. Neste âmbito, destaque-se o Conselho Europeu de março de 2001, que definiu uma estratégia de reforço do mercado de emprego e da coesão social por via de uma “economia baseada no conhecimento mais dinâmica e competitiva, capaz de garantir um crescimento económico sustentável, com mais e melhores empregos, e com maior coesão social” (Conselho Europeu, 2001).

A prossecução deste objetivo obriga a que a Educação tenha uma posição central, pelo que a definição de estratégias envolveu os diversos subsistemas educativos e formativos, assim como todos os seus intervenientes, procurando deste modo que os cidadãos europeus pudessem desenvolver as suas aptidões e competências, criando estruturas de combate ao desemprego e à exclusão social dos grupos mais desfavorecidos e proporcionando novas formas de aquisição de conhecimentos ao longo da vida.

O documento Estratégia Europa 2020¹, desenvolvido pela Comissão Europeia em junho de 2010, estabeleceu o objetivo de tornar a União Europeia (UE) numa economia inteligente (promovendo o conhecimento, a inovação, a educação e a sociedade digital); sustentável (promovendo uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos e competitiva) e inclusiva (promovendo uma economia com altas taxas de emprego que assegure a coesão social e territorial), constituindo-se como um importante marco na promoção e valorização de competências.

No âmbito da estratégia, foram identificadas cinco áreas prioritárias de atuação, às quais estão associados objetivos a atingir até 2020, quer para o conjunto da União quer para cada Estado-Membro, sendo que a operacionalização estratégica foi desenvolvida por via de ações específicas ao nível nacional e europeu, sendo algumas centradas, direta ou indiretamente, na componente educativa.

Em função da evolução das diversas variáveis e dado que muitos dos Estados Membros, incluindo Portugal, continuam sem atingir as metas propostas, a Estratégia mantém a sua pertinência continuando a ser efetuado um enorme esforço de investimento (por exemplo, no âmbito do Portugal 2020, em execução até final de 2023) para assegurar o cumprimento dos compromissos/metas assumidos. Em 2019, em Portugal, a taxa de abandono precoce de educação e formação (18-24 anos) ainda era de 10,6% (meta de 10%), enquanto a % de diplomados com ensino superior ou equivalente (30-34 anos) era de 36,2% (meta de 40%).

¹ Europa 2020: Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo. COM (2010) 2020. Comissão Europeia (março de 2010).

QUADRO 1 – GRANDES OBJETIVOS DA UNIÃO EUROPEIA PARA 2020 E METAS NACIONAIS

5 grandes objetivos da UE para 2020	Metas para Portugal
Emprego	
 – Aumentar para 75% a taxa de emprego na faixa etária dos 20-64 anos	– Taxa de emprego: 75%
I&D e Inovação	
 – Aumentar para 3% do PIB da UE o investimento (público e privado) em I&D e inovação	– I&D (em % do PIB): 2,7 a 3,3%
Alterações Climáticas e Energia	
 – Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa em 20% (ou em 30%, se forem reunidas as condições necessárias) relativamente aos níveis registados em 1990 – Obter 20% da energia a partir de fontes renováveis – Aumentar em 20% a eficiência energética	– Redução das emissões de CO2: 20% – Energias renováveis: 31% – Eficiência energética: 20% (30% no caso da Administração Pública)
Educação	
 – Reduzir as taxas de abandono escolar para níveis abaixo dos 10% – Aumentar para, pelo menos, 40% a percentagem da população na faixa etária dos 30-34 anos que possui um diploma do ensino superior	– Abandono escolar precoce: 10% – Ensino Superior: 40%
Pobreza e Exclusão Social	
 – Reduzir, pelo menos, em 20 milhões o número de pessoas em risco ou em situação de pobreza ou de exclusão social.	– Redução da população em risco de pobreza ou de exclusão social: 200.000

Fonte: Estratégia Europa 2020 (adaptado)

A ambição associada a estes objetivos contribuiu para a consolidação de 7 iniciativas emblemáticas que visavam uma partilha de responsabilidade alargada às várias escalas, numa lógica colaborativa que abrangia desde as organizações europeias às autoridades locais e regionais.

FIGURA 3 – INICIATIVAS EMBLEMÁTICAS DA ESTRATÉGIA EUROPA 2020

Reforçar a qualidade e a capacidade de atração internacional do sistema de ensino superior europeu, promovendo a mobilidade dos estudantes e dos jovens profissionais. As vagas existentes devem ser mais facilmente acessíveis em toda a Europa e as qualificações e experiência profissional reconhecidas de forma adequada.	União da inovação	Recentrar a política de I&D e inovação nos principais desafios sociais, colmatando o desfasamento existente entre a ciência e o mercado, transformando as invenções em produtos. A título de exemplo, a patente comunitária poderia traduzir-se numa economia anual de 289 milhões de euros para as empresas.
	Juventude em movimento	
	Agenda digital para a Europa	Retirar de forma sustentável benefícios económicos e sociais do mercado único digital com base na internet de alta velocidade. Todos os europeus deverão ter acesso à internet de alta velocidade.
Apoiar a transição para uma economia hipocarbónica e eficiente na utilização de recursos. A Europa deve manter-se fiel aos objetivos que fixou para 2020 no domínio da produção, eficiência e consumo de energia.	Europa eficiente em termos de recursos	
	Política industrial em prol do crescimento verde	Contribuir para a competitividade da indústria da UE no mundo que emergirá da crise, promover o empreendedorismo e desenvolver novas qualificações. Deste modo, será possível criar milhões de novos postos de trabalho.
Criar as condições para a modernização dos mercados de trabalho, com vista a aumentar as taxas de emprego e assegurar a sustentabilidade dos nossos modelos sociais no momento da passagem à reforma da geração dos «baby-boomers».	Agenda para novas qualificações e novos empregos	
	Plataforma europeia contra a pobreza	Assegurar a coesão económica, social e territorial, permitindo que as camadas mais pobres e socialmente excluídas da população desempenhem um papel ativo na sociedade.

Fonte: Estratégia Europa 2020 (adaptado)

Durante a Cimeira das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável, realizada em setembro de 2015, foi apresentada e aprovada uma resolução denominada “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”. Esta veio definir um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, tendo para isso sido definidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, nos quais estão integradas 169 metas a alcançar por todos os países até 2030.

Dada a natureza e amplitude temática desta resolução, a educação é assumida como um aspeto central no desenvolvimento das políticas gerais de cada país, pelo que o quarto dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável é precisamente relacionado com a Educação de Qualidade, visando “garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos”.

Neste quadro, a União Europeia assumiu o compromisso de assegurar, até 2030, que: i. a taxa de abandono escolar precoce deverá ser inferior a 9%; ii. a percentagem de pessoas, entre os 25 e os 34 anos, com ensino superior, deverá ser pelo menos de 45%; iii. pelo menos 96% das crianças entre os 3 anos e a idade de início da escolaridade obrigatória devem participar na educação pré-escolar; iv. a percentagem de alunos com 15 anos de idade e fraco aproveitamento em leitura, matemática e ciência, deverá ser inferior a 15%; v. 80% dos adultos entre os 16 e os 74 anos deverão ter pelo menos competências digitais básicas.

As metas a alcançar no âmbito deste objetivo encontram-se apresentadas no quadro abaixo, e retomam alguns dos objetivos identificados na Estratégia Europa 2020, instando os países a continuar uma evolução nas políticas educativas que garantam melhores resultados e, em última análise, contribuam para uma sociedade mais inclusiva, coesa e com maior grau de equidade.

QUADRO 2 – METAS PARA A EDUCAÇÃO (OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL)

Metas para uma Educação de Qualidade	
4.1	– Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos completam o ensino primário e secundário, que deve ser de acesso livre, equitativo e de qualidade, conduzindo a resultados de aprendizagem relevantes e eficazes
4.2	– Até 2030, garantir que todos as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, bem como cuidados e educação pré-escolar, de modo a que estejam preparados para o ensino primário
4.3	– Até 2030, assegurar a igualdade de acesso para todos os homens e mulheres à educação técnica, profissional e terciária, incluindo a universidade, com qualidade e a preços acessíveis
4.4	– Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilitações relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo
4.5	– Até 2030, eliminar as disparidades de género na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, população autóctone e crianças em situação de vulnerabilidade
4.6	– Até 2030, garantir literacia e aptidões numéricas a todos os jovens e a uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres
4.7	– Até 2030 garantir que todos os alunos adquiram os conhecimentos e habilidades necessárias para promover o desenvolvimento sustentável, inclusive por meio da educação para o desenvolvimento e estilos de vida sustentáveis, direitos humanos, igualdade de género, promoção de uma cultura de paz, cidadania global e valorização da diversidade cultural e da contribuição da cultura para o desenvolvimento sustentável
4.a	– Construir e melhorar instalações físicas para educação, apropriadas para crianças e sensíveis às deficiências e às questões de género, e que proporcionem ambientes de aprendizagem seguros e não violentos, inclusivos e eficazes para todos

Metas para uma Educação de Qualidade

4.b

- Até 2030, ampliar substancialmente, a nível global, o número de bolsas de estudo - para os países em desenvolvimento, em particular os países menos desenvolvidos, pequenos Estados insulares em desenvolvimento e os países africanos - para o ensino superior, incluindo programas de formação profissional, de tecnologia da informação e da comunicação, programas técnicos, científicos e de engenharia, em países desenvolvidos e outros países em desenvolvimento

4.c

- Até 2030, aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados, inclusive por meio da cooperação internacional para a formação de professores, nos países em desenvolvimento, especialmente os países menos desenvolvidos e pequenos Estados insulares em desenvolvimento

Fonte: Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2030)

Ao nível nacional, são vários os documentos que incorporam a ambição de desenvolvimento, destacando-se os que deram sustentação ao Portugal 2020, já próximo do final, bem como os que se relacionam com o próximo quadro de financiamento comunitário, destacando-se também documentos internos de planeamento, como a revisão do Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT).

O facto de se enfrentarem alguns constrangimentos de tipologia diversa desde 2008, período de reajustamento financeiro ao nível nacional, não impede que as mudanças estruturais que se avizinham e que balizam o reencaixe do país em diferentes escalas e contextos políticos, socioeconómicos e territoriais, assim como os pressupostos e prioridades de desenvolvimento do País, continuem a manter a sua atualidade e pertinência nos horizontes de médio e longo prazo.

Ainda no horizonte 2014-2020, o desenvolvimento territorial de Portugal estava balizado por quatro prioridades: i) criação de uma economia inovadora, competitiva, integrada e aberta; ii) criação de um território equitativo e de bem-estar; iii) criação de um espaço sustentável e bem ordenado; iv) criação de uma sociedade criativa, cooperante e com sentido de cidadania.

Mais recentemente, a Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030, a partir da qual foi desenvolvido o Plano de Recuperação e Resiliência apresentado à Comissão Europeia e que contribuirá para definir a forma de atribuição dos fundos comunitários no próximo quadro de financiamento, apresenta alguns objetivos diretamente relacionados com as questões da educação e coesão territorial, destacando-se o reforço da *aposta nas qualificações da população portuguesa a todos os níveis, para superar este défice crónico, acelerar a Transição Digital e apostar nas infraestruturas digitais em todos os setores e na Administração Pública, incentivando novos modelos de trabalho e de produção que incorporem as tecnologias associadas à digitalização*.

Em outubro de 2020, foi aprovado um novo referencial estratégico para os vários instrumentos de política, como o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e o próximo Quadro Financeiro Plurianual (QFP) de apoio 2021-2027. A Estratégia Portugal 2030 estrutura-se em eixos programáticos de modo a fomentar o desenvolvimento económico e social do país durante a próxima década. Assume a importância de que este seja um período de recuperação e convergência de Portugal com a UE, para assegurar maior resiliência e coesão, social e territorial, pelo que define quatro agendas temáticas centrais: i. as pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade; ii. digitalização, inovação e qualificações como motores do desenvolvimento; iii. transição climática e sustentabilidade dos recursos; iv. um país competitivo externamente e coeso internamente.

Noutro domínio, as linhas de rumo que o PNPOT pretendeu imprimir ao País enquadram alguns objetivos estratégicos, que se complementam e reforçam reciprocamente, e que permitem suportar algumas opções de desenvolvimento, incluindo aquelas relacionadas com o quadro da rede do Sistema Educativo:

- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;

- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;
- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições;
- Utilizar de modo sustentável os recursos energéticos.

A definição destes objetivos está também em linha com as principais tendências emergentes que constituem o pano de fundo das estratégias de desenvolvimento local para os próximos anos, no quadro dos instrumentos de cofinanciamento:

- Reforçar a prioridade da alocação de recursos nas questões da competitividade com especial enfoque na introdução e aprofundamento da I&D nos clusters em que o País denota maiores vantagens comparativas;
- Aprofundar as experiências de desenvolvimento urbano integrado com uma redução do investimento nos vetores físicos e no espaço público e a emergência das questões da reabilitação urbana, da competitividade económica e da inovação social, em coerência com as alterações no mercado de habitação;
- Concentrar espacialmente os investimentos e o aumento da seletividade na alocação de recursos financeiros, procurando tirar partido das economias de escala, bem como apoiar o processo de revitalização económica e territorial do País;
- Redefinir os modelos de governança territorial, com vista à redução dos custos de administração territorial e de otimização do stock de bens públicos.

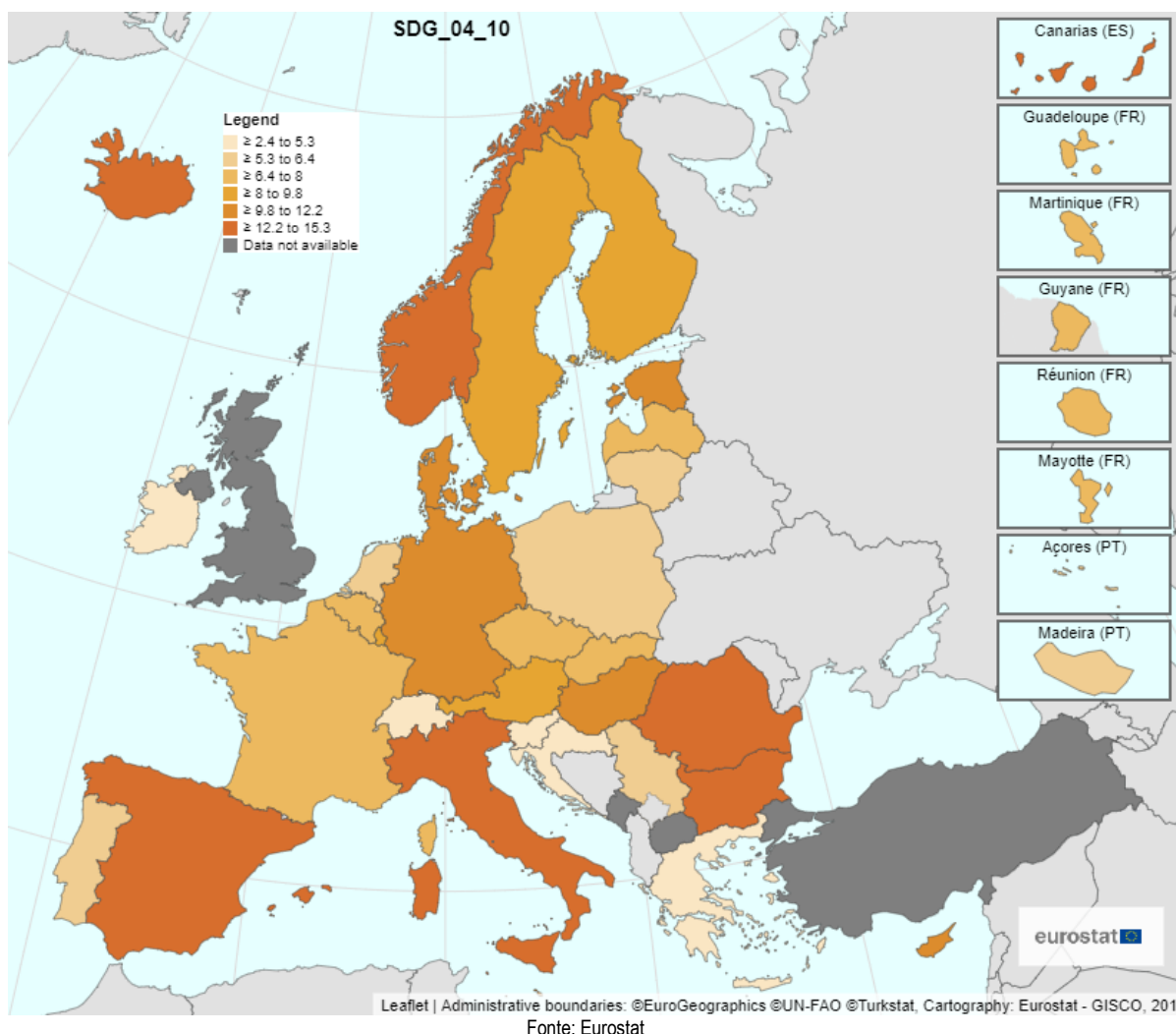
A materialização destes objetivos tem permitido um avanço positivo em matéria educativa, em que merecem destaque algumas melhorias concretas, de que é exemplo a redução do número de jovens que abandonam a escola precocemente (aqueles que não conseguem completar o ensino secundário). Este é um aspeto fundamental não só para o aumento das competências, como também para melhorar perspectivas e oportunidades de emprego dos jovens, já que aqueles que asseguram pelo menos a qualificação secundária (ou superior) têm maior possibilidade de encontrar um emprego e de ter um rendimento superior comparativamente aos que possuem um nível de educação mais baixo.

Conforme já abordado, o objetivo Europa 2020 ambiciona reduzir a percentagem de população (entre os 18 a 24 anos) com baixas qualificações escolares. Em 2021, este valor rondava os 9,7% na União Europeia, bastante inferior ao registado em 2008 (14,4%), apresentando uma evolução positiva². Em Portugal, o mesmo indicador situa-se 3,8 pp abaixo da média europeia, nos 5,9% (34,9%, em 2008). Em 2021, na Região da Área Metropolitana de Lisboa, onde se insere o concelho de Setúbal, a taxa era de 5,9% (22,8%, em 2011).

Ainda que esta redução possa, em parte, ser atribuída a um ambiente de maior dificuldade em encontrar trabalho, há também melhorias estruturais significativas (maior qualidade dos espaços, maior integração das políticas educativas e socioeconómicas, maior sensibilização dos jovens), sendo expectável que a tendência se mantenha, ainda que a um ritmo mais lento.

² https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/sdg_04_10/default/table?lang=en

FIGURA 4 - ABANDONO ESCOLAR PRECOCE DA EDUCAÇÃO OU FORMAÇÃO (18-24 ANOS) – 2021



Efetivamente, Portugal apresenta uma evolução favorável no que diz respeito ao abandono escolar, situação que também se verifica na proporção de jovens com idade entre os 25 e os 34 anos com um nível de ensino secundário que, em 2020, era superior à média europeia (41,9% a nível nacional e 41,5% a nível europeu), o que reflete uma redução da franja de jovens que não possuem qualquer tipo de oferta educativa, incluindo profissional, que contribua para a sua inserção no mercado de trabalho.

Segundo o Ministério da Educação, para a redução deste indicador terá contribuído a frequência de cursos profissionais (à entrada do secundário, em média, metade dos alunos escolhem esta via).

Apesar da melhoria verificada no que diz respeito à taxa de abandono escolar precoce, a diferença de género é particularmente pronunciada, (7,5 p.p.), sendo de 12,6% no caso dos homens e de 5,1% no caso das mulheres (2019).

Como já referido, outro dos objetivos educativos definidos para 2020 passava por atingir os 40% de diplomados que tenham completado o ensino superior ou equivalente na população entre os 30 e os 34 anos (em 2013, era de 30,1%). Entre 2000 e 2016, ocorreu um aumento da taxa de conclusão dos estudos superiores (30-34 anos) dos 11,1% para os 34,6%, sendo que em 2017 ocorreu uma diminuição desse valor para os 33,5%, valor que se manteve em 2018. Em 2020 este indicador tinha subido para os 39,6%, ficando muito próximo do valor de referência, sendo a média da UE 41,0%. Por outro lado, de acordo com dados do Eurostat, o ensino e os cuidados

na primeira infância (dos 4 aos 6 anos) passaram, em Portugal, dos 90,4%, em 2013, para os 96,6%, em 2019, valor já superior ao da média da UE (95,1%).

A qualidade de ensino deve proporcionar aos alunos as competências necessárias para o seu sucesso futuro, sendo este um aspeto determinante para mensurar o sucesso das políticas educativas. Neste âmbito, os inquéritos realizados pela OCDE em 2018, revelaram que, em Portugal, 20,2% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e que uma proporção ainda maior possui competência insuficiente em matemática (23,3%). Estes valores, demonstram que em muitos países da UE (incluindo Portugal), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de literacia científica.

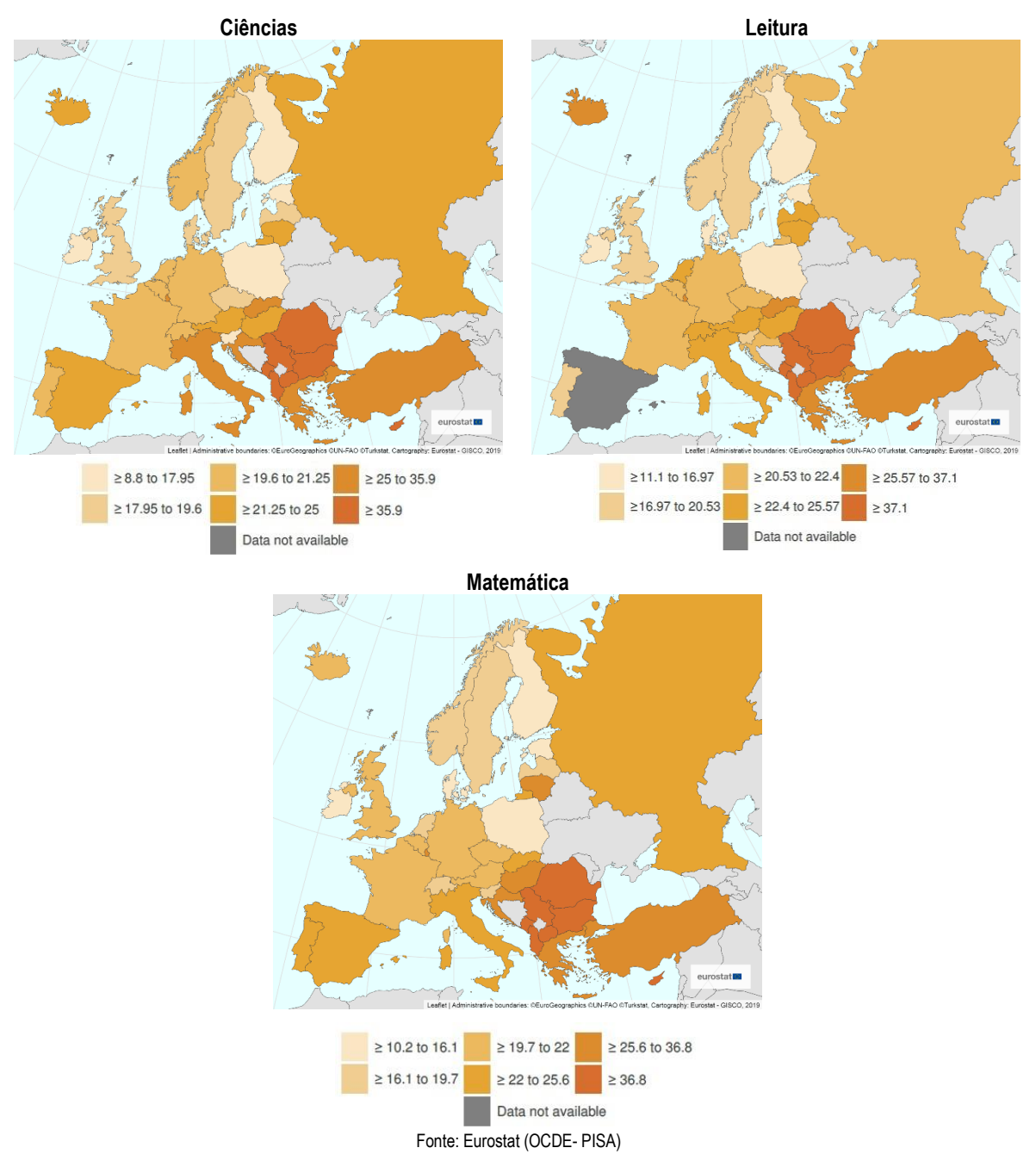
Recorde-se que, no quadro da OCDE, foram estabelecidos três indicadores de referência para 2020, no que respeita à Educação e Formação, nomeadamente quanto ao abandono escolar e à participação no ensino:

- Pelo menos 95% das crianças com mais de 4 anos e menos de 6 anos devem participar na educação infantil (pré-escolar);
- Menos de 15% dos jovens de 15 anos devem manifestar problemas/dificuldades de leitura, matemática e ciência;
- Pelo menos 15% dos adultos (grupo etário 25-64) devem participar na aprendizagem ao longo da vida.

No quadro destas metas definidas pela OCDE para 2020 Portugal apresenta uma trajetória particularmente positiva em matéria de participação na educação infantil e pré-escolar, o que se deve principalmente à integração universal das crianças com pelo menos 4 anos de idade na educação pré-escolar no ano letivo de 2016/2017, que fez com que esse valor se tenha situado próximo dos 100%. Sublinhe-se que esta dimensão educativa continua a ser uma prioridade nacional, havendo uma intenção governamental de alargar a universalidade da educação pré-escolar às crianças com três anos, pelo que todas as crianças com essa idade deverão ter lugar num jardim de infância.

Finalmente, em matéria de investimento, dados de 2013 situavam a despesa pública consagrada à educação em percentagem do PIB nos 5,2%, tendo esse valor apresentado trajetória de descida até 2016 (4,69%). Apesar de um ligeiro aumento em 2017 (4,90%), em 2018 esse valor ficou-se pelos 4,59%. Para este ano mais recente não há ainda um valor disponível para a média da UE, sendo que em 2017 essa proporção se situou nos 4,73%.

FIGURA 5 - PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM MENOS DE 15 ANOS COM REDUZIDA COMPETÊNCIA EM MATEMÁTICA, LEITURA E CIÊNCIA (2018)



1.4. POLÍTICA SETORIAL E REFORMAS EM CURSO

A política educativa nacional resulta da materialização das opções governamentais e de gestão assumidas pelos decisores políticos, no âmbito do quadro legislativo de referência que enquadra e suporta o Sistema Educativo nacional.

Neste âmbito, o XXIII Governo Constitucional (2022-2026), identificou 4 desafios a prosseguir durante a presente legislatura, sendo que um deles tem particular relevância em matéria de educação, designadamente aquele que se refere às “Desigualdades - Mais e melhores oportunidades para todos, sem discriminações”.

A amplitude deste desafio obriga a uma forte articulação entre os vários domínios económicos e sociais relevantes, nos quais se encontram objetivos especificamente relacionados com a educação, nomeadamente a aposta na escola pública como elemento de combate às desigualdades, o combate às desigualdades à entrada e à saída da escola e a promoção do acesso à formação e qualificação ao longo da vida.

Na sequência das prioridades definidas no plano de governo do quadriénio anterior, considera-se que a consolidação das contas públicas só poderá ocorrer por via de uma maior eficiência ao nível da utilização e gestão dos recursos por parte das administrações públicas (as decisões devem ser tomadas com base em critérios de custo e eficácia – *“na educação básica, a última estimativa do Conselho Nacional de Educação aponta para 150 mil reprovações anuais, o que significa que cerca de 600 milhões de euros de despesa, não tiveram qualquer contrapartida positiva”*).

Por outro lado, releva-se a necessidade de valorizar o capital humano, sendo esta uma condição fundamental para um país mais próspero (*o principal investimento de futuro é o investimento nas pessoas de diferentes gerações, proveniências e capacidades*). Desta forma, *“o direito à Educação, e a uma Educação capaz de responder aos desígnios dos cidadãos e da sociedade, é um dos pilares fundamentais do desenvolvimento das comunidades e um aspeto fundacional da democracia portuguesa. A Educação é não apenas o meio privilegiado para o desenvolvimento dos indivíduos, mas também o determinante necessário para alcançar uma sociedade justa e esclarecida. A função social da escola pública só estará inteiramente cumprida quando a origem de cada um não for um aspeto relevante para o sucesso ou insucesso dos seus resultados. Entendemos que este é o fim fundamental para o qual concorre todo o sistema educativo.”* (Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023).

É neste contexto que o combate às desigualdades à entrada e à saída da escola é assumido como um desígnio nacional destacando-se o *“acesso à escolaridade universal desde os 3 anos de idade e o ensino obrigatório durante 12 anos que nos convocam a trabalhar para que todos possam aceder a um sistema capaz de responder na medida das necessidades de cada um e de garantir o respetivo sucesso”* (Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023).

Deste enquadramento, conclui-se que o combate ao insucesso escolar é um dos principais referenciais de ação do atual governo, que procura assim diminuir os constrangimentos verificados na qualidade e equidade do ensino, assim como no cumprimento da escolaridade obrigatória.

QUADRO 3 – OBJETIVOS ESTRATÉGICOS, OPERACIONAIS E MEDIDAS PRINCIPAIS DO PROGRAMA DO XXII GOVERNO CONSTITUCIONAL 2019-2023 EM MATÉRIA DE EDUCAÇÃO

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	MEDIDAS PRINCIPAIS
Apostar na educação pré-escolar como chave para o combate ao insucesso escolar	Investimento no alargamento da rede e na qualificação da educação de infância	1. Garantir a universalidade da oferta da educação pré-escolar a todas as crianças dos três aos cinco anos; 2. Assegurar a tutela pedagógica sobre os estabelecimentos que integram a rede nacional de educação pré-escolar, independentemente de pertencerem à rede pública ou à rede solidária; 3. Desenvolver instrumentos de diagnóstico precoce de situações de risco como estratégia de prevenção do insucesso escolar.
Combater o insucesso na sua raiz: desenvolver um ensino básico integrado, global e comum	Investimento em medidas de combate ao insucesso escolar	1. Promover uma maior articulação entre os três ciclos do ensino básico, redefinindo progressivamente a sua estrutura de modo a atenuar os efeitos negativos das transições entre ciclos, assumindo uma gestão mais integrada do currículo e reduzindo a excessiva carga disciplinar dos alunos; 2. Incentivar a flexibilidade curricular, desde o 1.º ciclo, recorrendo a diferentes possibilidades de gestão pedagógica, gerindo com autonomia os recursos, os tempos e os espaços escolares, adequadas aos múltiplos contextos existentes; 3. Consolidar as atividades de enriquecimento curricular, integrando-as plenamente na vida pedagógica das escolas, contribuindo, desse modo, para o aprofundamento do princípio da «Escola a Tempo Inteiro», alargando-a a todo o ensino básico.
Assegurar o cumprimento dos 12 anos de escolaridade obrigatória: valorizar o ensino secundário e diversificar a oferta formativa	Investimentos em medidas destinadas à valorização do ensino secundário e à diversificação da oferta formativa e valorização do ensino profissional e artístico	1. Criar programas de desenvolvimento do ensino experimental 2. Alargar o leque de cursos e de qualificações contempladas, em particular de nível secundário e pós-secundário; 3. Reforçar as estratégias de diversificação pedagógica no contexto do ensino profissional e promover uma maior ligação da escola à comunidade e à família, tendo em atenção os jovens que abandonaram a escola sem concluir o ensino secundário e que ainda não se encontram a trabalhar; 4. Criar condições de maior estabilidade ao financiamento da rede de escolas profissionais, através do recurso a programas plurianuais de financiamento condicionado ao mérito dos seus projetos educativos; 5. Promover um maior reconhecimento do ensino profissional e das qualificações profissionais no âmbito do mercado de trabalho, estabelecendo dinâmicas de cooperação com os parceiros sociais e os conselhos empresariais regionais.
Modernizar os modelos e os instrumentos de aprendizagem	Investimentos em ações que promovam um maior alinhamento das políticas educativas com as dinâmicas sociais e económicas	1. Conceber e implementar uma estratégia de recursos digitais educativos, que promovam a criação, disseminação e utilização de conteúdos digitais no processo de aprendizagem; 2. Promover a utilização das TIC no âmbito do currículo, visando a apreensão, desde cedo, de práticas de aprendizagem baseadas nas novas tecnologias, capitalizando motivações, fomentando o gosto por aprender; 3. Lançar um processo de simplificação na administração central da educação para uma maior autonomia e concentração das escolas na sua atividade fundamental, incluindo a reestruturação da administração central e das suas missões, reduzindo o seu peso no sistema, centrando a sua atuação no planeamento, avaliação e regulação do sistema.

OBJETIVO ESTRATÉGICO	OBJETIVO OPERACIONAL	MEDIDAS PRINCIPAIS
Centrar as escolas no ensino e na aprendizagem dos alunos	Medidas que permitam consolidar e alargar significativamente o regime de autonomia, administração e gestão das escolas e agrupamentos, como elemento central do esforço de descentralização das competências	1. Criar condições para que as escolas e agrupamentos possam gerir o currículo nacional de forma flexível e contextualizada, utilizando os métodos, as abordagens e os procedimentos que se revelarem mais adequados; 2. Promover a descentralização e a desburocratização do sistema educativo; 3. Avaliar o processo de transferência de competências para as autarquias ao nível do ensino básico e secundário, garantindo que não diminui a autonomia pedagógica das escolas; 4. Criar condições para que as escolas e os agrupamentos, em articulação com os centros de formação, as instituições do ensino superior e outros intervenientes, se assumam como espaços privilegiados para a formação contextualizada dos seus docentes; 5. Apoiar as escolas e os agrupamentos no desenvolvimento de projetos promotores de uma cidadania responsável, incentivando o estabelecimento de parcerias educativas com encarregados de educação e as comunidades educativas, no sentido de prevenir situações de indisciplina e violência; 6. Consolidar os processos de otimização e de qualificação dos recursos humanos, dando relevo às funções docentes e à prática letiva e promovendo a qualificação para funções especializadas.

Fonte: Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023

Com as eleições, em 2022, tomou posse o XXIII Governo Constitucional que mantém, no essencial, o quadro de prioridades, objetivos e medidas anteriormente estruturadoras da ação governativa.

O combate às desigualdades através da educação é fundamental, continuando as apostas na “inclusão de todos os alunos, abandonando conceções de escola centradas numa segregação dos que têm mais dificuldades”. A escola inclusiva, como estabelece o Plano 21|23 Escola+, será robustecida através de uma maior capacitação das escolas e a adoção de novos programas de apoio às aprendizagens e ao desenvolvimento de competências socioemocionais. Consolidar os apoios tutoriais, dar continuidade ao reforço das políticas de Ação Social Escolar, implementar um Programa de Apoio a famílias vulneráveis (redes permanentes de apoio à infância e à juventude, de base autárquica) são ações prioritárias a prosseguir.

Também quanto à melhoria das aprendizagens é referido no Programa do Governo a importância de continuar o trabalho iniciado, com resultados positivos atestados. Merece destaque continuar o reforço do ensino experimental das ciências, com a generalização dos Clubes Ciência Viva na Escola, bem como modernizar o ensino profissional, mediante a criação dos Centros Tecnológicos Especializados e aprofundando a adequação da oferta às necessidades sociais, locais e das empresas. “Erradicar as bolsas de analfabetismo e promover a aprendizagem da língua portuguesa junto das comunidades imigrantes através de planos conjuntos entre escolas-municípios-delegações do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)” assume-se também como uma importante medida a implementar.

Recentemente, tem vindo a ser recorrentemente apontada a necessidade de se rever a Lei de Bases que estabelece o quadro geral do Sistema Educativo e que constitui o Referencial Normativo das Políticas Educativas que visam o desenvolvimento da educação em Portugal.

Em 2016, no âmbito da celebração dos 30 anos da presente lei, e tendo em conta a sua importância estrutural para o sistema educativo português, o Conselho Nacional de Educação refletiu sobre a atualidade e adequação da Lei relativamente ao seu contributo para o desenvolvimento social, económico e cultural do país.

Nesse âmbito, foram desenvolvidas várias iniciativas, organizadas de acordo com as 8 temáticas e questões, elencadas no quadro seguinte, e que podem ser entendidas como pontos de partida e reflexão para a nova estruturação de princípios e objetivos que nortearão um eventual novo quadro legislativo.

QUADRO 4 – REFLEXÕES DESENVOLVIDAS PELO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2016

1. Educar para que futuro?	
Reflexão de base	Uma lei de bases é, antes de mais, um referencial normativo das políticas educativas visando o desenvolvimento futuro da educação e do sistema educativo. Por isso, tem sentido questionar a adequação entre o desenvolvimento social, económico e cultural de um país e esse referencial normativo. Sendo desejável que esse quadro beneficie da estabilidade e da convergência sobre as grandes opções de política educativa, importa que ele represente uma visão sobre o futuro da sociedade e da educação suscetível de se constituir como propósito nacional, assente num compromisso entre as diferentes concepções ideológicas e políticas.
Questões de debate	– Quais as tendências das sociedades atuais que importa identificar como estruturantes? – Qual o papel do conhecimento no desenvolvimento económico, social e cultural? – Como potenciar a interação entre conhecimento e capacidades individuais na construção da relação entre ensino e aprendizagem? – Quais os perfis de formação adequados à capacidade das novas gerações em torno dos pilares fundamentais: liberdade/autonomia, cidadania/valores, desenvolvimento/conhecimento/capacidades? – Como conciliar equidade e diferenciação dos trajetos educativos? – Como adequar as capacidades desenvolvidas às oportunidades criadas pela sociedade e pela economia?
2. Currículo e conhecimento: o que ensinar e como ensinar?	
Reflexão de base	As bases normativas da educação constituem um elemento indispensável, enformador e conformador da estratégia integrada de desenvolvimento cultural, social e económico dos países, funcionando como um referencial a partir do qual se orientam as políticas educativas. É neste contexto que a reflexão sobre a maior ou menor adequação de uma lei de bases a uma orientação para o futuro se torna decisiva, sem que tal represente uma rutura total com a dimensão institucional da educação. Se considerarmos o currículo como a forma racionalmente organizada do conhecimento considerado válido e relevante para a capacitação das novas gerações, o problema que se coloca é o de saber que tipo de conhecimento escolar deverá ser privilegiado e que tipo de capacidades se pretende desenvolver.
Questões de debate	– Numa era de incerteza, será mais adequado privilegiar os saberes estruturantes das diferentes formas de saber, ou adotar uma distribuição igualitária das cargas horárias e trajetos das diferentes disciplinas? – Deverá favorecer-se a dimensão universal do conhecimento (a matemática, as ciências, as línguas estrangeiras, etc.), a nacional (a geografia e a história “pátria”, a literatura nacional, etc.) ou a europeia? – E que equilíbrio deverá existir entre essas três dimensões? – Deveremos convergir com os currículos internacionais ou reforçar as particularidades do nosso sistema de ensino? – E a partir de que idade se deve organizar o currículo em disciplinas? Que alterações se deverão introduzir no sistema de monodocência? – Deveremos admitir uma componente específica de ensino aprendizagem de carácter multidisciplinar que faça confluir sobre o desenvolvimento de temas os conhecimentos disciplinares apreendidos?

3. Organização do sistema educativo: modalidades de educação e ciclos de ensino

Reflexão de base

A missão da educação é hoje fornecer a cada pessoa os meios para o desenvolvimento de todo o seu potencial, para o exercício de uma liberdade autónoma, consciente, responsável e criativa. Nesse sentido, importa refletir sobre a aptidão da organização do sistema educativo fixado na Lei de Bases para assegurar uma educação que prossiga conjugada e sequencialmente as finalidades do aprender a ser e a viver juntos, do aprender a estar, do aprender a fazer, do aprender a pensar e a aprofundar autonomamente os saberes e as competências.

Na Lei de Bases do Sistema Educativo em vigor, o sistema educativo encontra-se organizado em educação pré-escolar, educação escolar – que inclui as modalidades especiais - e educação extraescolar. A cada modalidade é atribuído um papel, uma duração e uma organização específicos de acordo com os objetivos fixados no referencial normativo.

Questões de debate

- A concretização da intencionalidade educativa da educação de infância contribui para melhores desempenhos nos anos subsequentes?
- Justifica-se a particularidade da existência de três ciclos no ensino básico?
- Qual o papel do ensino secundário e da diversidade de vias?
- Como se integram as modalidades especiais de educação escolar na organização do sistema educativo?

4. Escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo

Reflexão de base

Dando continuidade ao ciclo de seminários dedicados à reflexão sobre a Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE), o Conselho Nacional de Educação organiza a 16 de maio a quinta iniciativa dedicada à temática que respeita ao cumprimento da escolaridade obrigatória, diferenciação de trajetos, equidade e sucesso no sistema educativo.

A LBSE, aprovada em 1986, estabeleceu a escolaridade obrigatória de nove anos para todas as crianças e jovens entre os seis e os quinze anos de idade. Em 2009, a Lei n.º 85, de 27 de agosto, alarga até aos 18 anos essa obrigatoriedade, aspirando a que todos os jovens possam completar o nível secundário de escolaridade.

Para além de se estabelecer a obrigatoriedade de frequência, é necessário criar as condições para a sua universalização e definir padrões nacionais de referência que permitam a cada entidade formar cidadãos e oferecer os melhores percursos aos seus alunos, garantindo a articulação entre os ensinos básico e secundário.

Embora a expansão verificada no acesso à educação em todos os níveis do sistema educativo seja assinalável, ainda subsistem problemas por resolver. No ensino básico as taxas de escolarização atingem os 100%, mas nem todos os alunos concluem o 9.º ano de escolaridade com êxito e na idade certa. No ensino secundário os níveis de retenção assumem valores inaceitáveis. Nesta perspetiva, um dos desafios relevantes que se colocam à sociedade portuguesa é o de garantir que todos os jovens acedem e têm sucesso no nível secundário de ensino e formação, independentemente da modalidade e do percurso formativo que tenham escolhido, garantindo a permeabilidade de percursos.

Para além disso, a valorização das formações que capacitam para a entrada na vida ativa é fundamental para tornar estas vias de aprendizagem atrativas para os alunos e suas famílias, mas também para as escolas, professores e formadores que as põem em prática.

A estruturação de um verdadeiro sistema de orientação escolar e vocacional, disponível em todo o território nacional, constituirá certamente um estímulo ao prosseguimento de estudos, possibilitando aos jovens com o 12.º ano de escolaridade um ingresso qualificado na vida ativa ou o prosseguimento de estudos para o ensino superior.

Questões de debate

- Quais os desafios do alargamento da escolaridade obrigatória?
- Diferenciação de trajetos: como e quando?
- Como garantir a aprendizagem e qualidade para todos?

5. Liberdade de ensino e serviço público de educação

Reflexão de base

No art.º 2 da LBSE refere-se que “No acesso à educação e na sua prática é garantido a todos os portugueses o respeito pelo princípio da liberdade de aprender e de ensinar, com tolerância para com as escolhas possíveis, (...)”.

Questões de debate

- Como se concretiza a liberdade de ensinar e de aprender consagrada na Constituição e na LBSE?
- Quais as dimensões que essa liberdade pode assumir para além da criação de escolas de ensino privado e cooperativo?
- Os princípios estabelecidos pela lei serão bastantes para assegurar o direito das famílias a orientar a educação dos filhos?
- Poder-se-á falar de liberdade de ensinar e de aprender relativamente ao ensino público?
- Haverá uma efetiva liberdade de ensinar e de aprender quando existem constrangimentos à liberdade de escolha?
- O que falta para que a liberdade de ensinar e de aprender possa ser exercida por todos?
- Poderá a liberdade de escolha ser estimulada pela existência de projetos pedagógicos alternativos, independentemente da natureza da escola (pública ou privada)?
- Até que ponto o exercício da liberdade de escolha pode contribuir para a melhoria da qualidade da educação e da equidade do sistema educativo?
- Em que circunstâncias deve o Estado financiar o ensino privado?
- Como tem sido usada a liberdade de escolha noutros países?
- Haverá algo a reter desses modelos?

6. Organização e desenvolvimento do ensino superior

Reflexão de base

Tal como definido no artigo 11.º da LBSE, o ensino superior “compreende o ensino universitário e o ensino politécnico”. O ensino universitário está “orientado por uma constante perspetiva de promoção de investigação e de criação do saber” e o ensino politécnico está “orientado por uma constante perspetiva de investigação aplicada e de desenvolvimento, dirigido à compreensão e solução de problemas concretos”. Importa, por isso, debater esta natureza binária e refletir sobre a missão das diferentes instituições de ensino superior.

É assinalável a expansão do ensino superior nas últimas três décadas. Essa expansão manifestou-se não só na multiplicação de instituições de ensino superior, mas também na diversidade da oferta formativa. De tal modo que, nos últimos 15 anos, a economia não teve capacidade de absorver as qualificações produzidas pelo sistema de ensino, em parte devido ao facto dessa oferta ser desajustada às necessidades da economia e da sociedade. A própria reorganização da formação, no âmbito do Processo de Bolonha, introduz alterações no sistema de reconhecimento e certificação da qualidade e na organização da formação que adotou um sistema europeu de créditos (artigo 13.º - LBSE).

A internacionalização e mobilidade são uma referência explícita para a convergência dos sistemas de educação europeus, como são uma referência na LBSE: “A mobilidade dos estudantes entre os estabelecimentos de ensino superior nacionais [...], bem como entre estabelecimentos de ensino superior estrangeiros e nacionais, é assegurada através do sistema de créditos, com base no princípio do reconhecimento mútuo do valor da formação e das competências adquiridas”. Os processos de internacionalização do ensino superior parecem responder aos desafios da globalização das sociedades da informação e do conhecimento e da criação de redes de cooperação.

A LBSE reforça, no seu artigo 18.º, a importância da investigação científica no ensino superior, salienta a necessidade de se ter em conta “os objetivos predominantes da instituição em que se insere”, bem como de se garantir as condições de publicação e de facilitação da divulgação do conhecimento produzido. Esta lei incentiva ainda “a colaboração entre as entidades públicas, privadas e cooperativas no sentido de fomentar o desenvolvimento da ciência, da tecnologia e da cultura”.

Questões de debate

- Que alterações efetuar no ensino superior?
- Natureza binária do sistema de ensino superior?
- Como se deve processar a organização e reconhecimento da formação?

- Como promover a internacionalização e mobilidade?
- Que relação estabelecer entre a investigação científica e o ensino superior?

7. Formação de professores: dilemas e desafios

Reflexão de base

Os princípios gerais sobre a formação de educadores e professores encontram-se estabelecidos em diversos artigos da LBSE, nomeadamente o artigo 33º que a define como devendo ser flexível, integrada, assente em práticas metodológicas, estimuladora da inovação e da investigação e conducente a uma prática reflexiva; o artigo 34º que aborda questões relacionadas com as instituições de ensino superior que a realizam, como a definição de perfis de competências e de formação e a relação entre a formação científica na área de docência e a formação pedagógica; e a importância da formação contínua que se encontra expressa no 38º artigo da LBSE.

Esta temática assume uma importância particular tendo em consideração o progressivo envelhecimento do corpo docente no ativo (em 2013/2014, 41% dos professores do ensino público tinham 50 e mais anos de idade) e a provável necessidade de renovação dos quadros das escolas nos próximos anos; a maior parte dos diplomados, após as alterações decorrentes do denominado Processo de Bolonha, ainda não entraram no sistema (em 2013/2014, apenas 0,5% dos professores que estavam no sistema tinham idade inferior a 30 anos); os professores que ainda não acederam a um lugar de quadro têm diferentes percursos formativos (modelos pré e pós Bolonha); e a desvalorização social da profissão não a torna atrativa (apenas 2% dos jovens portugueses que realizaram os últimos testes PISA pretendem ser professores, sendo que esses são também os que têm baixas classificações em literacia e matemática).

Questões de debate

- Como promover a formação contínua?
- Quais os principais problemas e desafios?
- Como melhorar a formação inicial?
- Que alterações a promover na profissionalização e acesso?

8. Centralidade, Descentralização e Autonomia em Educação

Reflexão de base

Na alínea g) do Artigo 3.º, da LBSE, estabelece-se como um dos princípios organizativos do sistema educativo: descentralizar, desconcentrar e diversificar as estruturas e ações educativas de modo a proporcionar uma correta adaptação às realidades, um elevado sentido de participação das populações, uma adequada inserção no meio comunitário e níveis de decisão eficientes. Da necessidade de dar cumprimento ao estipulado na LBSE, várias têm sido as iniciativas legislativas tendo em vista a descentralização, envolvendo a transferência de competências para os municípios e a autonomia das escolas. Importa procurar compreender o que foi feito neste domínio ao longo dos últimos 30 anos, que caminhos foram percorridos, que caminhos estão ainda por percorrer e qual a melhor forma de o fazer, perspetivando o futuro da descentralização no que à educação diz respeito.

Questões de debate

- Políticas de descentralização: qual o caminho que tem sido percorrido?
- Que relação estimular/potenciar entre desenvolvimento económico e atribuição de competências na educação?
- Como promover a descentralização/desconcentração e autonomia em educação?
- Quais as principais luzes e sombras da descentralização?

Fonte: Reflexões do Conselho Nacional de Educação (Adaptado)

Iniciado em 2015, o Programa Aproximar Educação (PAE), veio reconfigurar o quadro relativo à distribuição de competências na área da Educação (contrato de educação e formação municipal). Este programa baseou-se na delegação contratual de competências na área da educação e formação dos serviços centrais do Estado para os municípios.

O arranque do PAE ocorreu em 2014/2015, tendo para isso sido selecionado um conjunto de 13 municípios, nomeadamente, Águeda, Amadora, Batalha, Cascais, Crato, Matosinhos, Óbidos, Oeiras, Oliveira de Azeméis, Oliveira do Bairro, Vila de Rei e Vila Nova de Famalicão que iniciaram o projeto de descentralização na área da Educação e cuja fase piloto se estimou com uma duração inicial de quatro anos.

No seu total, estes concelhos representavam cerca de 10% da população portuguesa (um milhão de habitantes), 10% da população estudantil do ensino básico e secundário (cerca de 110 mil alunos), 10% das turmas existentes (cinco mil) e 8,5% dos Agrupamentos existentes.

O Contrato de Educação e Formação Municipal assumido por estes municípios, enquadrava-se no âmbito de um projeto-piloto de cariz pedagógico e administrativo, promotor da eficiência dos recursos educativos, constituindo-se como ponto de referência para um futuro modelo de gestão articulado e integrado do Sistema de Educação nos Concelhos.

Este contrato estipulava que mais de 60% das competências na área da Educação ficassem nos agrupamentos de escolas, 30% nos municípios e menos de 10% no Ministério da Educação e Ciência (MEC).

As competências que permaneciam no MEC eram as relacionadas com a gestão do corpo docente e seu recrutamento, por via dos concursos nacionais e a avaliação dos alunos, professores e escolas. Os agrupamentos continuariam a ser unidades orgânicas do MEC, sendo que a propriedade das escolas abrangidas passaria para os municípios depois de estar concluído o seu processo de reabilitação. As escolas propriedade da Parque Escolar seriam mantidas nesta empresa pública.

Ainda que não existisse qualquer exercício de avaliação relativo ao desempenho e sucesso relativo dos contratos assinados, foi decidido avançar com um amplo e abrangente processo de descentralização e transferência de competências para os Municípios, no domínio da Educação.

QUADRO 5 – OBJETIVOS, PRINCÍPIOS E COMPETÊNCIAS DELEGADAS NO ÂMBITO DO PAE, 2015

Objetivos	a) Melhorar a qualidade das aprendizagens e o sucesso escolar dos alunos; b) Promover a eficácia e eficiência da gestão dos recursos educativos; c) Combater a saída precoce dos alunos do sistema educativo; d) Combater o abandono escolar; e) Monitorizar as práticas, os processos e os resultados do Projeto Educativo Municipal; f) Corresponder às necessidades e expectativas da comunidade educativa.
Princípios e limites orientadores da descentralização	a) O não aumento da despesa pública global; b) O aumento da eficiência da gestão dos recursos afetos à Educação pelas autarquias; c) Os ganhos de eficácia do exercício das competências pelos órgãos das autarquias; d) O cumprimento dos objetivos de aproximação das decisões aos cidadãos, a promoção da coesão territorial, a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações e a racionalização dos recursos disponíveis; e) A articulação entre os diversos níveis da administração pública; f) Garantia que a liberdade de escolha das famílias é salvaguardada, ou mesmo ampliada.

Domínios com competências delegadas	a) Gestão curricular; b) Gestão pedagógica; c) Gestão de recursos humanos; d) Gestão financeira; e) Gestão de equipamentos e infraestruturas. Neste último caso, apontem-se alguns exemplos adaptados de contratos de autonomia em vigor: 1) Implementar ações de reabilitação, ampliação e construção de estabelecimentos escolares; 2) Equipar o Centro de Inclusão pelas Artes e Ofícios com as seguintes valências: unidades de ensino estruturado e apoio a alunos multideficientes; espaço oficial / laboratorial e de novas tecnologias; centro de aprendizagem / apoio ao estudo / ensino vocacional - (destinatários preferenciais: alunos com NEP, ensino vocacional e desenvolvimento de competências).
---	--

Fonte: PAE (adaptado)

Com a publicação da Lei-quadro da transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais (Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto), bem como do Decreto-lei que concretiza essa transferência de competências no domínio da educação (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), ficam reforçadas as áreas que anteriormente foram descentralizadas para os municípios conferindo-lhes, também, novas competências nas vertentes de planeamento, investimento e gestão no domínio da educação e regulando o funcionamento dos conselhos municipais de educação. A Carta Educativa e o plano de transporte escolar mantêm-se como instrumentos de planeamento, sendo também consagrada a participação das entidades intermunicipais no planeamento plurianual da rede de oferta de educação e formação.

A transferência das novas competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais foi concretizada em 2019. Contudo, caso as autarquias não pretendessem e/ou não estivessem preparadas para tal nesse ano, poderiam comunicar a não aceitação da transferência de competências à DGAL, como foi o caso do município de Setúbal.

O novo quadro de transferência de competências nos municípios, na área da educação, estabelecido pelo artigo 11.º, da Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto, na sua redação atual e a concretização da transferência de competências nos órgãos municipais, no domínio da educação, operada pelo Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, obrigou à definição de uma estratégia para a sua implementação no Município de Setúbal, a partir de 1 de abril, tendo em conta os seguintes domínios:

1. Investimento, equipamento, conservação e manutenção dos edifícios escolares alargadas a todo o ensino básico e secundário;
2. Atribuição e funcionamento de apoios no âmbito da ação social escolar (circuitos especiais de transporte, leite escolar e gestão do fornecimento de refeições dos estabelecimentos dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário);
3. Recrutamento, seleção e gestão do pessoal não docente, assistentes operacionais e assistentes técnicos, de todos os níveis e ciclos de ensino;
4. Organização da vigilância e segurança de equipamentos educativos (edificado e espaços exteriores);
5. Elaboração de instrumentos de planeamento como a Carta Educativa e o Plano de Transportes Escolares;
6. Promoção e implementação de medidas de apoio à família que garantam uma escola a tempo inteiro: Atividade de Animação e Apoio à Família (AAF), Componente de Apoio à Família (CAF) e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC);

7. Contratação de fornecimentos e de serviços externos essenciais: eletricidade, combustível, água, comunicações, material de escritório, higiene e limpeza.

A estratégia adotada foi fruto da análise e do trabalho colaborativo entre o Município e as direções dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas, o Conselho Municipal de Educação e as Associações de Pais e Encarregados de Educação, resultado de uma política de proximidade com os parceiros sociais e educativos do concelho.

Foram ainda ouvidas entidades e analisados diversos documentos, nomeadamente no âmbito da participação do Município na Associação de Municípios da Região de Setúbal, Área Metropolitana de Lisboa e Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Sendo os Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas unidades organizacionais, dotadas de órgãos próprios de administração e gestão e atendendo a que os/as respetivos/as diretores/as representam os órgãos de direção, administração e gestão nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial, de acordo com o disposto nos artigos 6.º, 10.º e 18.º do Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 137/2012, de 02 de julho, o Município de Setúbal optou por delegar competências próprias do Presidente da Câmara e dos órgãos municipais nestes órgãos. Para tal foram celebrados contratos de delegação de competências nas áreas dos *Recursos Humanos, Apoios e Complementos Educativos, Escola a Tempo Inteiro, Fornecimentos e Serviços Externos, Edificado e Financiamento*.

Com vista à implementação das AEC, no âmbito da Escola a Tempo Inteiro, foram ainda celebrados Protocolos de Colaboração entre o Município, os Agrupamentos de Escolas e as Associações de Pais e Encarregados de Educação, que se constituíram como entidades promotoras do Programa. O referido Protocolo definiu os termos e as condições em que se desenvolve a colaboração entre os outorgantes na implementação das AEC nas escolas básicas do 1º CEB.

QUADRO 6 – PARCERIAS ESTABELECIDAS ENTRE O MUNICÍPIO DE SETÚBAL E OUTRAS ENTIDADES

Acordos	Deliberação
Contratos Transitórios de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho.	Deliberação 1590/2022, de 4 maio
Adenda aos Contratos Transitórios de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho.	Deliberação 2144/2022, de 15 de junho
Protocolos de Colaboração no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular no 1º ciclo do ensino básico.	Deliberação 2877/2022, de 18 agosto
Contratos de Delegação de Competências do Município de Setúbal nos Diretores de Agrupamentos de Escolas e de Escolas não Agrupadas do Concelho.	Deliberação 3268/2022, de 21 setembro

De acordo com o previsto no artº. 66º do DL nº 21/2019, de 30 de janeiro, foi constituída a Comissão de Acompanhamento e Monitorização da Implementação e Desenvolvimento do Quadro de Competências na Área da Educação, que tomou posse no dia 23 de maio de 2022. Até dezembro do mesmo ano realizaram-se 4 reuniões da Comissão.

As reuniões desta Comissão contaram sempre com a presença da Vice-Presidente da Câmara Municipal de Setúbal, do Delegado Regional de Educação, dos diretores de Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas e da equipa técnica do Município.

Paralelamente, o trabalho no domínio da transferência de competências foi reforçado com a realização mensal de reuniões da Comissão Permanente do Conselho Municipal da Educação.

Identificaram-se diversas implicações a nível interno, nomeadamente, a necessidade de adequação da estrutura interna do município, a reorganização dos serviços municipais, o reforço de recursos humanos, técnicos e operacionais, a realização de investimentos diversos (aplicações informáticas, viaturas, consultas de medicina do trabalho, enfermagem e exames complementares, seguros de acidentes de trabalho, fardamento, formação profissional, entre outros) e registaram-se os respetivos impactos no orçamento do Município.

O Município de Setúbal integrou, a 1 de abril de 2022, trabalhadores não docentes de todos os níveis e ciclos de ensino: 96 assistentes técnicos e 436 assistentes operacionais.

Relativamente ao alargamento das competências do Município na conservação e manutenção dos edifícios escolares a todo o ensino básico e secundário, foram transferidas sete escolas: quatro de 2º e 3º ciclos do ensino básico, duas secundárias e uma de 2º e 3º ciclos do ensino básico e secundário. Destas, duas foram consideradas de intervenção prioritária, a Escola Secundária de Bocage e a Escola Básica de Aranguez. Dado o estado de degradação, foi proposto pelo Município de Setúbal a inclusão de mais duas escolas: a Escola Básica Barbosa du Bocage e a Escola Básica de Azeitão.

No domínio da ação social escolar, nomeadamente relativa ao serviço de refeições, o Município assumiu a responsabilidade do fornecimento de refeições em mais dez refeitórios. Após realização de vistorias técnicas, constatou-se a necessidade de reparação e substituição de diversos equipamentos, assim como intervenções em cozinhas e copas.

No entanto, existem outros serviços externos essenciais para o normal funcionamento dos estabelecimentos de ensino que não estão contemplados no artigo 46.º, do Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro, nomeadamente:

- Manutenção de ascensores e plataformas elevatórias;
- Manutenção e revisão de extintores;
- Manutenção de equipamentos de ar condicionado, ventilação e AVAC;
- Manutenção de caldeiras, termoacumuladores e equipamentos de cozinha;
- Desinfestações;
- Fornecimento e manutenção de programas de software informático;
- Manutenção dos equipamentos desportivos;
- Manutenção dos espaços verdes;
- Serviço de reprografia;
- Manutenção dos sistemas de deteção de intrusão, incêndio e vídeo vigilância.

1.5. PARTICIPAÇÃO E PROTAGONISMO DOS MUNICÍPIOS

As alterações legislativas nos diplomas que enquadram o tema educativo, fazem com que o poder local tenha um papel mais ativo e relevante na administração e planeamento da Educação. Por este motivo, a Carta Educativa é um instrumento de referência para o planeamento das políticas educativas, sociais e económicas de Setúbal.

A Revisão da Carta Educativa deve ocorrer sempre que existam alterações no ordenamento da rede educativa, tais como o surgimento ou encerramento de novos estabelecimentos, ou ainda sempre que esta fique em desconformidade com os princípios, objetivos e parâmetros técnicos subjacentes à sua conceção, tal como o referem o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro e o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro. Não obstante, caso estas premissas não se verifiquem, a periodicidade de revisão ocorre obrigatoriamente de 5 em 5 anos, segundo o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, ou de 10 em 10 anos, segundo o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro.

Para além das questões legais relacionadas com a necessidade de revisão do documento, a revisão do PDM de Setúbal, recentemente concluída, tem um impacte significativo na preparação e desenvolvimento de um documento com as características da Carta Educativa.

É objetivo primordial da Carta Educativa formular uma proposta de reordenamento da rede educativa concelhia mais adequada à procura previsível no médio e longo prazo. Esta proposta deverá ser desenvolvida a partir da evolução da política e legislação respetiva, das oscilações da procura de educação e ensino bem como da necessidade de rentabilização do parque escolar existente.

Em termos estratégicos a revisão da Carta Educativa visará o redimensionamento da rede educativa de Setúbal, permitindo desenvolver uma atuação que promova a melhoria generalizada da educação, do ensino, da formação e da cultura da população do concelho, contribuindo para o seu desenvolvimento. Assim, apresentam-se como objetivos gerais:

- Identificar e caracterizar a rede de equipamentos de educação, ensino e formação profissional de âmbito público e privado;
- Aproximar as ofertas de ensino, educação e formação à procura efetiva, quer em termos quantitativos, quer em termos qualitativos;
- Corrigir as assimetrias relacionadas com a localização dos estabelecimentos de ensino públicos, garantindo dessa forma uma distribuição equilibrada no território, bem como as necessidades de construção de novos equipamentos e a reconversão e adaptação dos equipamentos existentes;
- Definir critérios de programação e redimensionamento mais adequados à realidade atual e às necessidades específicas do município, assegurando que a rede pública de ensino pré-escolar, básico, secundário e de formação profissional esteja efetivamente adequada à legislação em vigor e aos objetivos da política educativa municipal;
- Assegurar a igualdade de oportunidades a todas as crianças e jovens de forma a atenuar desigualdades e assimetrias;
- Promover a articulação e a complementaridade entre a educação a formação e o mercado de trabalho;
- Reforçar os processos de articulação e interação da autarquia com a comunidade educativa, nomeadamente, associações de pais, professores, direções de agrupamentos e funcionários;
- Prevenir o absentismo e abandono escolar.

Este enquadramento faz com que seja competência da autarquia manter e estimular a ligação entre a Educação, a Cultura, a Comunidade e o Desenvolvimento Local Sustentado, fazendo dessa inter-relação uma prioridade e uma estratégia para os próximos anos.

De igual modo, a Revisão da Carta Educativa deverá constituir-se, no seu enquadramento e nas propostas avançadas, como um instrumento dinâmico e orientador das políticas educativas, complementando ainda a prossecução das políticas sociais e económicas no concelho.

Devido ao conjunto de alterações legislativas ocorridas recentemente, a Revisão da Carta Educativa ocorre num quadro em que as relações entre a Escola, a Comunidade e o Poder Local se assumem como um dos novos desafios com que a Educação se depara.

Esta articulação não se esgota na dimensão jurídica, sendo que a própria conceção de “Educação”, não se limita a ser entendida como um processo de formação inicial onde os conhecimentos adquiridos se assumem como património cognitivo suficiente para o pleno desempenho dos vários papéis a cumprir durante a vida.

Disto resultam novos desafios para a Escola e para a Sociedade, destacando-se a partilha de responsabilidades e solicitações decorrente do aumento crescente das competências e da sua complexidade, pelo que a consolidação de parcerias entre as várias entidades que intervêm nos mesmos espaços educativos e na sua envolvente próxima desempenham um papel fundamental nesta matéria.

Assim, o tempo educativo distingue-se cada vez mais do tempo escolar, sendo este último progressivamente entendido como uma parcela do tempo de formação, pelo que o espaço escolar tem vindo a alargar a sua influência educativa a outros espaços reais (casa, local de trabalho ou lazer) ou virtuais, num contexto de crescente importância das tecnologias de informação e comunicação.

Também esta nova realidade educativa, progressivamente centrada na multiplicação de redes de informação e de intervenção, permite pensar e agir simultaneamente ao nível global e local, recuperando antigas cumplicidades e afinidades de vizinhança.

A Educação passou a ser entendida como um apelo constante à diversificação de espaços, modalidades e meios de ensinar e aprender, reconhecendo-se a importância quer da educação inicial quer da educação de adultos, bem como a complementaridade entre a educação formal, não-formal e informal e a necessidade de romper o “isolamento” da educação, através da sua vinculação a outros domínios fundamentais do desenvolvimento, como o social, cultural, ambiental e económico.

Fica clara a necessidade de melhorar a qualidade da educação básica através de uma cultura de iniciativa, responsabilidade e cidadania ativa, e de uma expansão e diversificação da formação dos jovens, apostando na qualificação das novas gerações. É por isso que a Escola deve ser entendida como o espaço de congregação de esforços do Estado e da Sociedade Civil, além de espaço para a aquisição de conhecimentos, de compreensão e respeito mútuo.

Reconhecendo a importância do seu papel, o município de Setúbal assume, no exercício de Revisão, um papel de liderança e de dinamização de processos. Esta posição permite também que se constitua como um privilegiado agente de mudança através da identificação de desafios, respostas e soluções para as situações que se venham a diagnosticar.

A importância atribuída pelo Município de Setúbal à Educação motivou a sua integração em algumas das mais importantes redes de cidades que centram a sua atividade nesta temática.

Desde logo, merece destaque a integração do Município de Setúbal na Rede das Cidades de Aprendizagem da UNESCO, assumindo que uma “cidade de aprendizagem irá facilitar a promoção individual, construir coesão social, fomentar uma cidadania ativa, promover a prosperidade económica e cultural e lançar as bases para o desenvolvimento sustentável.” A adesão a esta Rede justifica-se no encontro das linhas de ação do município com os princípios por ela vinculados, em particular com a valorização do conhecimento e da aprendizagem ao longo da vida.

A visão a prosseguir pretende contribuir para que os munícipes possam adquirir competências que permitam uma plena inclusão na sociedade e que a cidade possa ser mais justa, democrática e participada. Ao incorporar o conceito de cidade de aprendizagem na gestão municipal, procura-se contribuir para a melhoria da qualidade de vida, da autoestima e da realização pessoal dos munícipes. Ao promover, em conjunto com outros parceiros, programas, projetos, atividades e ações, quer de aprendizagem formal, quer não formal, em diversos contextos (família, escola, trabalho, comunidade) e ao longo da vida, pretende-se fomentar o empoderamento dos cidadãos. Tal reflete-se no desenvolvimento da cidade, no aumento da participação, na inclusão social e na sustentabilidade, lato sensu.

É assumido o compromisso de integração na Rede, bem como o de dar continuidade à construção e desenvolvimento de mecanismos de educação e formação de qualidade para todos, elevando os níveis de competência e de integração na sociedade e no mercado de trabalho. Valoriza-se a melhoria do acesso à aprendizagem permanente e orientam-se as políticas locais de promoção da melhoria do acesso à aprendizagem permanente e orientam-se as políticas locais de promoção da educação sem restrições a contextos formais, mantendo com os parceiros um diálogo e participação constantes e o desenvolvimento de instrumentos para aferir a prossecução dos objetivos em presença.

No acesso à aprendizagem, o Município assume uma forte vontade e compromisso que as políticas sejam orientadas no sentido da educação contínua, assegurando a participação e ação de todos os atores e recursos.

Relevam diversos exemplos da ação do Município para a concretização dos princípios da rede:

- Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”, com intervenção nos Bairros da Bela Vista, em que toda a ação é protagonizada pelos moradores e geradora da sua participação nas decisões que a eles e à sua comunidade dizem respeito, promovendo a autonomia, a responsabilidade e o crescimento coletivo. Os seus eixos de intervenção são: educação formação e emprego, intervenção com jovens, imagem e visibilidade, vida em comunidade e promoção da participação das pessoas. Inclui diversos projetos, nomeadamente, Estudo Acompanhado, Férias no Bairro, Saúde no Bairro, Alfabetização, Casinhas, Recuperação do Bairro, entre outros que vão sendo incluídos à medida das necessidades identificadas pelos moradores.
- Programa de Intervenção Territorial na Anunciada, no Bairro dos Pescadores e no do Grito do Povo, que consiste numa estratégia de recuperação urbana e de requalificação e inclusão social que inclui oficinas colaborativas – COLAB, dinamizadas com os munícipes com o objetivo de promover a participação cidadã e melhorar a qualidade de vida das pessoas, considerando o potencial educativo das atividades esportivas e culturais. O COLAB promove encontros entre moradores de diferentes bairros e permite que eles compartilhem um quadro abrangente do território, identificando pontos potenciais e críticos e traçando estratégias e ações para melhorar a sua qualidade de vida. Utilizando abordagens colaborativas numa intervenção de base territorial, o COLAB pretende construir uma identidade intergeracional, reunindo memórias e histórias de vida de diversas pessoas e aproximando os bairros do centro da cidade.
- Programa Municipal de Educação pela Arte e pelas Ciências Experimentais, na educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico, que pretende contribuir para a melhoria do sucesso escolar, nomeadamente ao nível da língua portuguesa, matemática e ciências, através da intervenção em anos precoces de escolaridade, de modo a prevenir dificuldades de aprendizagem e insucesso escolar em anos subsequentes. O Programa contempla a realização de ações, em contexto de sala de aula e em articulação com o docente, nas áreas da educação pela arte e pelas ciências experimentais, por técnicos especializados. As ações na área da educação pela arte – Animação do Livro e da Leitura e Movimento e Dança, visam promover a formação de novos públicos, estimulando nas crianças o pensamento crítico e abstrato, a criatividade, a educação dos sentidos, a psicomotricidade e o domínio da língua materna e

procurando, simultaneamente, contribuir para o desenvolvimento da autorregulação emocional, da postura, da atenção e da concentração, assim como para a aquisição de métodos de trabalho. São desenvolvidas pela Casa d'Avenida e pela Academia de Dança Contemporânea de Setúbal. Na área da educação pelas ciências experimentais pretende-se promover a aprendizagem ativa das ciências e estimular igualmente nas crianças o pensamento crítico e abstrato, a criatividade, a psicomotricidade, a resolução de problemas, a curiosidade e a capacidade de observação. Estas ações são desenvolvidas pela Ciência Viva e incluem ações em sala de aula e ações de capacitação para docentes.

A Câmara Municipal de Setúbal pertence também à Associação Internacional das Cidades Educadoras (AICE), desde 2012. A Associação Internacional das Cidades Educadoras foi fundada em 1994 e é uma Associação sem fins lucrativos constituída como uma estrutura permanente de colaboração entre governos locais que se comprometem a reger pelos princípios inscritos na Carta das Cidades Educadoras, aqui resumidos:

- DA CIDADE COMO AGENTE EDUCATIVO PERMANENTE, que enriquece a vida dos seus habitantes através da sua formação, promoção e desenvolvimento, garantindo a sua qualidade de vida.
- DA IGUALDADE E DA LIBERDADE, que assegura o envolvimento de todas as pessoas de todas as idades, género, origem, religião, cultura e capacidades numa perspetiva de formação ao longo da vida, abrangendo a educação formal, não formal e informal.
- DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, que planea a cidade atendendo às necessidades de todos, suprimindo todo o tipo de obstáculos, permitindo ao mesmo tempo a satisfação das gerações atuais sem comprometer a capacidade das gerações futuras.
- DA IDENTIFICAÇÃO E MEMÓRIA DA CIDADE, que sabe encontrar, preservar e apresentar a sua identidade valorizando os seus costumes e as suas origens, transformando-se e crescendo em harmonia com as novas e atuais necessidades.
- DA PARTICIPAÇÃO, que fomenta a participação cidadã, o diálogo multicultural e intergeracional, encorajando a coesão entre os bairros e os seus habitantes.
- DA EDUCAÇÃO INTEGRAL, que dota a cidade de equipamentos e serviços adequados, desenvolvendo políticas, projetos e ações conducentes ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos e que disponibiliza espaços de formação, debate e lazer, estimulando o associativismo enquanto modo de participação e corresponsabilidade cívica.
- DOS VALORES, que transmite valores como respeito, a tolerância, a participação, a responsabilidade e o interesse pela coisa pública.

Os principais objetivos da Associação Internacional das Cidades Educadoras são:

- Proclamar e reivindicar a importância da educação na cidade.
- Evidenciar as vertentes educativas dos projetos políticos das cidades associadas.
- Promover, inspirar, fomentar e acompanhar o cumprimento da Carta das Cidades Educadoras (Declaração de Barcelona) nas cidades-membro, bem como assessorar e informar os seus membros relativamente ao fomento e à implantação dos mesmos.
- Representar os associados na execução dos fins associativos, estabelecendo contactos e colaborando com organizações internacionais, estados e entidades territoriais de todo o tipo, sendo a AICE um interlocutor válido e significativo nos processos de influência, negociação, decisão e redação.

- Criar laços e colaborar com outras associações, federações, agrupamentos ou Redes Territoriais, especialmente de cidades, em esferas de ação similares, complementares ou concorrentes.
- Cooperar em todos os âmbitos territoriais que se enquadrem nos fins da presente Associação.
- Promover o aprofundamento do conceito de Cidade Educadora e as suas aplicações práticas nas políticas das cidades, através de intercâmbios, encontros, projetos comuns, congressos, atividades e iniciativas que reforcem os laços entre as cidades associadas, no âmbito das delegações, Redes Territoriais, Redes Temáticas e outros agrupamentos.

Atualmente fazem parte da AICE, 477 cidades de 35 países. Em Portugal, a AICE, está organizada através da Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras que reúne atualmente, 90 municípios e que tem como principais objetivos:

- Incorporar os “Princípios da Carta das Cidades Educadoras” nas organizações, práticas e políticas municipais;
- Fomentar e desenvolver o trabalho em rede (nacional e internacional), através de encontros anuais, debates, produção de informação/documentação com base na pesquisa e partilha de informação;
- Participar e divulgar as atividades da AICE;
- Disseminar os princípios inscritos na Carta das Cidades Educadoras;
- Apoiar a promoção e divulgação de novas práticas locais à escala nacional e internacional.

1.6. REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA AO SERVIÇO DA DEFINIÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA POLÍTICA SETORIAL

O processo de Revisão da Carta Educativa reflete o desenvolvimento e transformações verificadas no Sistema Educativo nacional, aproximando-o das tendências organizacionais que ocorrem ao nível europeu, principalmente nos países com que se verifica maior afinidade cultural.

As mudanças atuais são o resultado de reformas, desencadeadas principalmente após a década de 70, e cuja evolução nem sempre correspondeu ao desejado. A esta situação não é alheio o facto de a legislação relacionada com a Educação resultar de um cruzamento de competências executivas e legislativas de origens diversas, o que dificulta consensos, atrasando a aplicação das medidas.

Um dos aspetos mais importantes destas mudanças é o crescente envolvimento do poder local no sistema educativo. Isto ocorre principalmente através do aumento das competências de órgãos municipais em temas como as políticas educativas, a organização e gestão da educação pré-escolar e primeiro ciclo do ensino básico, a gestão de pessoal não docente, os transportes e apoio social escolar e, também, nas próprias tarefas de organização e ordenamento dos territórios educativos.

O Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, e, posteriormente, o Decreto-Lei n.º 21/2019 de 30 de janeiro, vieram regulamentar as competências na área da realização de investimentos por parte dos municípios, nos domínios da construção, equipamentos e manutenção dos estabelecimentos de educação (fundamentais para enquadrar o quadro de elegibilidades aos principais instrumentos financiadores) referindo-se, ainda, à gestão do pessoal não docente dos estabelecimentos de educação e ensino.

É assim que a Carta Educativa, enquanto “instrumento, ao nível municipal, de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho, de acordo com as ofertas de educação

e formação que seja necessário satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município”, ganha uma importância central neste tema.

De um modo geral, a realização das Revisões das Cartas Educativas, tem como elemento fundamental e enquadrador a atual Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei n.º 46/86, de 14 de outubro, com alterações posteriores), destacando-se os princípios gerais que possam ter implicações no seu conteúdo.

Assim, a Revisão da Carta Educativa deve prosseguir a racionalização e redimensionamento do parque de recursos físicos existentes e cumprir os grandes objetivos da Lei de Bases do Sistema Educativo:

- Prever uma resposta adequada às necessidades de redimensionamento da rede educativa, colocadas pela evolução da política educativa e pelas oscilações da procura da educação, rentabilizando o parque escolar existente;
- Caminhar no sentido de um esbatimento das disparidades locais, promovendo a igualdade do acesso ao ensino numa perspetiva de adequação da rede educativa às características locais, assegurando a coerência e racionalização dos recursos.

De igual modo, a Revisão da Carta Educativa de Setúbal, enquanto instrumento fundamental de planeamento, possibilita:

- Orientar a redefinição do Sistema Educativo em função do desenvolvimento económico e sociocultural do Município de Setúbal;
- Evitar ruturas e inadequações da rede educativa à dinâmica social e ao desenvolvimento urbanístico;
- Tomar decisões relativamente à construção de novos equipamentos, ao encerramento de escolas e à reconversão e adaptação do parque escolar, otimizando a funcionalidade da rede existente e a respetiva expansão;
- Definir prioridades, otimizando a utilização dos recursos consagrados à educação e a sua complementaridade com recursos de outras áreas do desenvolvimento sustentado concelhio.

Considerando o conceito de território educativo, entendido como o espaço geográfico onde deve ser assegurado o cumprimento da escolaridade obrigatória (DAPP, 2000), devem desenvolver-se as ações que permitam atingir objetivos concretos, como: i) desenvolver uma aprendizagem sequencial, programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar dos alunos; ii) racionalizar, rentabilizar e melhorar a qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado.

A operacionalização deste conceito articula duas dimensões – uma pedagógica e outra de ordenamento do território. No caso da componente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos diversificados, através do funcionamento em rede de estabelecimentos (onde será essencial o conceito de escola nuclear, que inclui recursos físicos e humanos especializados) ou da sua concentração num número reduzido de estabelecimentos. Relativamente à vertente de ordenamento do território, deve-se procurar responder às novas tendências de organização territorial.

Esta categorização remete para o conceito de escola nuclear, que congrega recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio em matéria pedagógica e de infraestruturas.

Devido à organização atual do sistema educativo e da tipologia de estabelecimentos existentes, as escolas nucleares são geralmente Escolas Secundárias; Escolas Básicas 2,3; Escolas Básicas Integradas ou EBI/JI (Escolas Básicas Integradas com Jardim de Infância).

Destaque-se também que, de acordo com o enquadramento legal atual, a Carta Educativa deve criar condições mais favoráveis para o desenvolvimento de centros de excelência e de competências educativas, bem como possibilitar uma gestão eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

Assim, a definição da rede educativa consiste na “configuração da organização territorial dos edifícios escolares, ou dos edifícios utilizados em atividades escolares, afetos aos estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário”, nomeadamente os que dizem respeito a uma utilização mais eficiente dos recursos e à complementaridade das ofertas educativas, no quadro da correção de desigualdades e assimetrias locais e regionais, por forma a assegurar a igualdade de oportunidades de educação pré-escolar e de ensino.

Esta visão incorpora a programação e planificação da rede de equipamentos educativos, bem como novas metodologias e princípios do planeamento estratégico aplicadas ao domínio da educação. Esta planificação permite uma melhor articulação da política educativa dos diferentes níveis da administração num dado território (o município).

Por outro lado, sendo a Carta Educativa um instrumento em permanente avaliação e atualização, permite agilizar as respostas necessárias para fazer face às transformações territoriais e socioeconómicas no Município, assim como às próprias transformações da política educativa local e nacional.

O presente quadro legislativo define como objetivo a escolaridade obrigatória de 12 anos e organiza a escolaridade básica em três ciclos (1.º ciclo de quatro anos, 2.º ciclo de dois anos e 3.º ciclo de três anos). Acresce ainda a educação pré-escolar (dos 3 anos aos 5 anos de idade) e o nível secundário (do 10º ano de escolaridade ao 12º ano de escolaridade). Esta organização, bem como a generalização da frequência da educação pré-escolar a todas as crianças, teve implicações no planeamento da rede escolar nas últimas duas décadas.

Isto resultou na necessidade de aperfeiçoamento progressivo de um conjunto de tipologias de escolas relacionadas com essa organização do sistema educativo. Esta melhoria deve observar vários critérios subjacentes a esta organização, que indicam que ao ensino básico e ao ensino secundário devem corresponder edifícios diferentes, ou que os estabelecimentos do ensino básico podem agregar mais de um ciclo e incluir salas de jardins-de-infância, favorecendo a flexibilidade dos estabelecimentos de educação e ensino, em conformidade com a evolução da procura escolar. Por outro lado, deve ainda responder à generalização progressiva da educação pré-escolar e ao alargamento da frequência do ensino secundário.

Esta organização subentende também uma crescente territorialização das políticas educativas, o que se conclui pela organização dos territórios educativos em agrupamentos verticais de escola, que permitem o início e conclusão da escolaridade obrigatória no mesmo agrupamento de escolas e, simultaneamente, cria condições de gestão mais racional e eficaz dos estabelecimentos e dos recursos de ensino.

1.7. ENQUADRAMENTO NA POLÍTICA URBANA MUNICIPAL

O Programa Nacional da Política do Ordenamento do Território (PNPOT) enquadra alguns objetivos estratégicos que se complementam e reforçam reciprocamente, e que permitem suportar algumas opções de desenvolvimento, incluindo aquelas relacionadas com o quadro da rede do Sistema Educativo:

- Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e de equipamentos coletivos e a universalidade no acesso aos serviços de interesse geral, promovendo a coesão social;
- Promover o desenvolvimento policêntrico dos territórios e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e à coesão territoriais;

- Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, ativa e responsável dos cidadãos e das instituições;
- Utilizar de modo sustentável os recursos energéticos.

Por outro lado, a dimensão multifatorial da Carta Educativa obriga a uma relação de proximidade com os processos de ordenamento da rede educativa e com o território onde esta se insere, pelo que deve estar associada aos demais instrumentos de planeamento territorial, nomeadamente do Plano Diretor Municipal de Setúbal (PDMS) - principal instrumento de gestão territorial ao nível municipal. Acresce o estipulado no artigo 96.º, nº1, alínea a), do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, no qual se reforça a perspetiva de que o PDM “(...) define o quadro estratégico de desenvolvimento territorial do município e o correspondente modelo de organização territorial, estabelecendo nomeadamente (...) a rede de equipamentos de educação (...)”.

A este quadro legal acresce a regulamentação da Carta Educativa que reforça a ideia de que há um conjunto de oportunidades e desafios que importa potenciar, numa lógica de concertação e parceria de base territorial, inserindo a Escola num contexto mais abrangente de ordenamento do território municipal - que tem como meta atingir a melhoria da educação, do ensino, da formação e da cultura no território.

Conforme expresso anteriormente, os equipamentos coletivos constituem a um tempo, instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e, num segundo tempo, formas de estruturação do sistema urbano, influenciando na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos espaços, contribuindo para o ordenamento do território, a diferentes escalas.

Neste quadro, um olhar mais detalhado sobre algumas das opções do PDMS, em domínios como a estrutura urbana, o desenvolvimento económico e a mobilidade é fundamental.

Desde logo, a visão Estratégica definida tem como ambição “Atribuir a Setúbal a liderança e uma forte influência na Península de Setúbal, assim como em parte do Alentejo, através do reforço das suas potencialidades de polo de nível superior, nomeadamente através da atividade portuária, das atividades industrial/logística e turismo e através do compromisso com a qualificação do território”. Uma rede de equipamentos educativos, com qualidade e de excelência, diferenciadora e atrativa à escala metropolitana, com capacidade de resposta formativa inovadora é um dos pilares centrais para a sua prossecução.

Alguns dos objetivos globais do plano reforçam esta ideia, nomeadamente:

- OG1. Reforçar a posição de Setúbal no quadro da sua inserção regional e nacional e criar condições para a internacionalização da Cidade.
- OG2. Qualificar as condições de vida e vivência da população, com prioridade para a valorização do território e para a mobilidade dos cidadãos.
- OG3. Reabilitar, consolidar e reestruturar as áreas urbanas existentes e promover o desenvolvimento de novas centralidades de vocação funcional diversa, estimulando as suas condições de atratividade e competitividade.

No quadro dos Eixos de Desenvolvimento Estratégicos (EE) preconizados, a qualidade da rede educativa a gerar pela execução da presente Carta Educativa assume uma importância central no caso do “EE 1. Setúbal, Centro Competitivo, com Funções de Nível Superior e Urbanidade”. Pretende-se com este eixo afirmar Setúbal como centro urbano de nível superior, assente num processo de planeamento e qualificação urbana, (...) na dotação do território em equipamentos e infraestruturas modernas”.

Dentro deste Eixo, releva o Objetivo Específico “Dotar o território de equipamentos e infraestruturas modernas”, sendo referenciada a prioridade a atribuir ao investimento no reforço da rede de equipamentos coletivos de apoio à população, melhorando as condições de acesso à educação e contemplando como ações centrais: i. Construção de novos centros escolares, garantido o regime normal de funcionamento em todas as escolas do ensino básico;

ii. Requalificação dos estabelecimentos de ensino com necessidades de obras e atribuição de equipamentos e serviços fundamentais ao seu funcionamento.

Sublinhe-se ainda, pela sua importância para a Comunidade Educativa, sobretudo no acesso às escolas, o Objetivo Específico “Promover a acessibilidade e a mobilidade”. Assim, o Plano de Mobilidade Sustentável e Transportes de Setúbal, através dos respetivos planos de ação, identifica diversas intervenções a implementar: i. Plano de Ação Pedonal (Expansão e/ ou requalificação da rede pedonal municipal estruturante.); ii. Plano de Ação Ciclável (Desenvolvimento da rede ciclável municipal; Implementação de parqueamento de bicicletas e outros equipamentos de apoio; Implementação de um sistema de bicicletas partilhadas); iii. Plano de Ação de Transportes Públicos (Implementação de uma rede de interfaces estruturantes: a. Interface da Praça do Brasil (interface principal). b. Interface do Sado nas Fontainhas (interface principal). c. Interface de Praias do Sado (interface secundária). d. Interfaces de âmbito local /Programa de intervenção nas paragens e interfaces / Melhoria das condições de abrigo e informação nas paragens de táxis); iv. Plano de Ação de Transporte Individual; v. Plano de Ação de Estacionamento (Criação de estacionamento (superfície e subterrâneo) e implementação das zonas de estacionamento tarifado; Criação de parques de estacionamento de rebatimento).

No Eixo de Desenvolvimento Estratégico 2: Setúbal, Plataforma Portuária, Logística e Empresarial, merece destaque o Objetivo Específico “Promover a economia do mar”, nomeadamente a ação “Cidade do Conhecimento”. Este constitui um “projeto ambicioso e será desenvolvido em parceria com instituições de ensino superior e com o empresariado, consolidando a nascente da Cidade uma nova centralidade dedicada ao desenvolvimento de atividades de investigação e desenvolvimento económico, nomeadamente nos setores relacionados com a Economia do Mar, aproveitando as sinergias da proximidade ao Campus do Instituto Politécnico de Setúbal, às instalações do BlueBiz Global Parques – Parque Empresarial da Península de Setúbal e à Península Industrial da Mitrena” (Fonte: Relatório da Revisão do PDMS, julho de 2021).

Neste quadro geral, face ao Modelo de Ordenamento Territorial proposto em sede de revisão do PDM e com o presente instrumento, procura-se estabelecer uma forte articulação entre a proposta de programação de equipamentos educativos e a estratégia de desenvolvimento municipal em curso, assumindo a rede de equipamentos educativos como um dos pilares centrais da afirmação de Setúbal à escala metropolitana e como uma dimensão nuclear para reforçar as centralidades e a qualificação e estruturação do sistema urbano municipal.

1.8. ANTECEDENTES: A CARTA EDUCATIVA DE SETÚBAL

A Carta Educativa de Setúbal data de agosto de 2006, encontrando-se estruturada em 3 volumes, nomeadamente:

- Volume I – Caracterização e Diagnóstico da Rede Educativa;
- Volume II – Cenários de Desenvolvimento e Projeções Demográficas do Concelho de Setúbal;
- Volume III – Proposta de Reordenamento da Rede Escolar Pública do Concelho de Setúbal.

O documento, desenvolvido pela Neoterritório – Planeamento e Ordenamento do Território Lda., beneficiou da participação e contributos de vários elementos, departamentos e divisões da CM de Setúbal, além de responsáveis das escolas e agrupamentos do concelho, procurando traduzir a realidade da política educativa local à data em que foi realizado, bem como as suas principais tendências de evolução.

O propósito desta Carta Educativa foi o de implementar uma política educativa que visava alcançar os seguintes objetivos estratégicos:

- Suprimir situações de isolamento de estabelecimentos de ensino;

- Suprimir as baixas taxas de ocupação e de funcionamento das turmas agregadas de diferentes anos de escolaridade no 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- Instaurar o regime de funcionamento normalizado em todos os estabelecimentos de ensino do 1.º Ciclo do Ensino Básico;
- Requalificar e reequipar o parque escolar existente, nos casos em que se justifique a manutenção dos estabelecimentos de ensino;
- Criar estabelecimentos de ensino integrados com espaços pedagógicos e infraestruturas de desporto escolar adequadas às necessidades identificadas;
- Concentrar recursos em centros escolares para melhoria das condições letivas e promover a equidade entre alunos, propiciando a acessibilidade aos centros escolares através de uma política integrada de transportes escolares;
- Combater o insucesso e abandono escolar através da melhoria das condições de ensino, aumentar as valências pedagógicas e atividades complementares à ação letiva.

1.9. DETERMINANTES DA PROCURA DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS

É unanimemente reconhecida a necessidade de dotar o país e os Municípios de melhores condições de atratividade para o investimento produtivo, assim como de melhores condições de vida para as populações, o que abrange intervenções ao nível dos equipamentos coletivos, por serem considerados essenciais à qualificação dos territórios e ao reforço da coesão económica, social e territorial.

É neste contexto que se observa elevada ambição na captação e manutenção de níveis de investimento ao nível da dotação de novos equipamentos e da requalificação daqueles já existentes. No entanto, existe também a necessidade de acautelar a sustentabilidade económica e financeira destes investimentos, assim como a dimensão relativa à equidade de acesso e utilização de equipamentos coletivos.

Assim, é necessário promover, a um tempo, uma oferta espacialmente diferenciada em função de necessidades distintas e, a outro, uma oferta semelhante em territórios com carências idênticas. Deste modo, deve-se conferir aos equipamentos educativos uma componente que se estende para lá da sua funcionalidade, fomentando a integração e priorizando o seu papel no reforço da coesão social e territorial.

De modo a garantir a adequação dos investimentos a realizar, devem ser observados alguns parâmetros relevantes que permitem identificar carências e diferenciar territórios, nomeadamente:

- A dinâmica demográfica concelhia, em que importa conhecer o perfil populacional (bem como o da sua envolvente próxima, pela sua capacidade de atração pendular), as estimativas populacionais para os diferentes horizontes temporais de referência e a evolução dos quantitativos de grupos específicos, nomeadamente dos grupos etários alvo (as crianças e os jovens, que integram cada um dos níveis de ensino);
- A dinâmica socioeconómica concelhia, designadamente o desempenho macroeconómico, atual e prospetivo (capacidade polarizadora de emprego sub-regional), a dinâmica do mercado de trabalho e dos fenómenos da exclusão social, com base em eventuais deficiências de qualificação e formação.

A partir da análise destas duas dimensões, é possível identificar as variáveis que determinam a evolução da procura educativa e, conseqüentemente, a procura dos equipamentos e serviços educativos. Cada uma destas

determinantes incorpora dimensões específicas, assumindo-se como fatores estruturantes a contemplar no exercício de programação.

No que diz respeito às dinâmicas demográficas, assume particular importância o processo de redução populacional (perda de população residente), que afeta alguns territórios com particular incidência ao longo das últimas décadas. Por outro lado, o decréscimo das faixas etárias mais jovens e a diminuição dos jovens casais em idade fértil (com consequente quebra das taxas de natalidade e fertilidade), tem gerado fortes modificações na estrutura da população, o que se reflete diretamente nos padrões de procura educativa orientados para os públicos-alvo que apresentam correspondência direta com os grupos etários mais jovens.

Note-se que a programação de equipamentos educativos norteados para esta população se encontra “facilitada”, na medida em que a sua concordância com grupos etários permite a realização de exercícios de projeções demográficas, possibilitando assim estimar, com menores margens de erro, a evolução destes quantitativos populacionais.

Já a análise das dinâmicas socioeconómicas encontra-se fortemente associada ao comportamento macroeconómico e aos impulsos e predisposição da iniciativa privada, com naturais impactes na criação de emprego e uma maior inserção no mercado de trabalho por parte de jovens ativos.

Nos últimos anos, tem-se verificado uma inversão das tendências negativas, associadas a constrangimentos de carácter estrutural, tais como os baixos níveis de escolaridade na estrutura de qualificações da população ativa. A intensificação do esforço de escolarização tem permitido uma geração de emprego mais qualificado, embora se continue a registar um agudizar de uma desigual distribuição da riqueza, contribuindo para o aumento do fosso entre os detentores de melhores salários (mais qualificados) e aqueles que estão à margem ou com dificuldade em penetrar no sistema económico, em situação de desemprego ou com emprego precário.

1.10. OBJETIVOS E DESAFIOS

A revisão da Carta Educativa de Setúbal é um desafio e uma oportunidade de planeamento territorial, especialmente se considerada a velocidade com que atualmente se processam transformações económicas e sociais que afetam os territórios.

O trabalho de revisão obedece a um conjunto de princípios e objetivos definidos a partir do quadro legislativo de referência, procurando responder a quatro grandes desafios que resultam também da atual Carta Educativa, nomeadamente:

- Reforçar a eficácia da monitorização/avaliação: Enquanto instrumento flexível e de apoio à tomada de decisão informada, a Carta Educativa, deve possuir uma plataforma de monitorização, com fácil acesso e com informação base (crítica) regularmente atualizada;
- Mobilizar atores-chave: Ao desencadear um debate alargado sobre o Sistema Educativo no Concelho e ao gerar um compromisso para a ação de revisão da Carta Educativa, constitui-se como um momento oportuno para gerar consensos e ponderar mudanças (novas respostas a desafios e problemas existentes/emergentes);
- Manter/aumentar a qualidade: O processo de tomada de decisão suportado na atual Carta Educativa, enquanto exercício com reconhecida qualidade técnica e científica, foi mais robusto e informado;
- Compatibilizar o cumprimento da lei com uma dimensão inovadora, que projete uma maior integração intersectorial: Ainda que neste exercício de revisão se mantenha a arquitetura programática (estrutura, conteúdos, ...), assumiu-se como uma oportunidade para introduzir conceitos/abordagens inovadoras e geradoras de uma maior integração de diferentes políticas públicas.

Neste quadro de desafios, é necessário salvaguardar aspetos metodológicos que permitam ultrapassar com o maior grau de sucesso possível as dificuldades que se colocam à Revisão da Carta Educativa, designadamente:

- Recurso a informação de síntese: Circunscrever o diagnóstico a informação que releve o contexto de partida (existente e emergente), focando o instrumento nas dimensões estratégicas e de intervenção;
- Participação de atores relevantes: Realizar reuniões de trabalho com as entidades relevantes em matéria de educação;
- Alargamento do perímetro do objeto: Ampliação da caracterização física e funcional dos equipamentos, bem como das propostas de intervenção na rede escolar, a todos os níveis de ensino, procurando opções de melhoria das condições existentes;
- Abordagem holística e multidimensional: Potenciar o papel da Educação nas políticas públicas e fomentar uma maior integração intersectorial;
- Projeções populacionais para as estimativas de procura potencial: Utilizar projeções demográficas a médio prazo para a análise prospetiva da evolução da procura escolar.

1.11. METODOLOGIA DE TRABALHO

A complexidade do processo de Revisão da Carta Educativa de Setúbal reflete-se nas várias abordagens e ferramentas metodológicas integradas de forma coerente, uma vez que a prossecução e alcance dos objetivos propostos está dependente da robustez metodológica adotada.

Assim, o Roteiro Metodológico para a Revisão estruturou-se em fases sequenciais, subdivididas em etapas, que procuraram responder a objetivos concretos através de metodologias específicas. O progresso destas tarefas foi também preparado de forma a incrementar sinergias, elevar os níveis de eficácia e produzir ganhos de racionalidade.

Neste âmbito, o recente exercício de Revisão do PDM constituiu também uma oportunidade para alargar o debate sobre o papel central e estratégico do Sistema de Educação e de formação, contribuindo para um processo de desenvolvimento sustentado e multidimensional.

Desta forma, ficam reunidas as condições para que a Carta Educativa seja efetivamente um instrumento gerador de compromissos entre entidades com responsabilidades, diretas e indiretas, no domínio da Educação, permitindo ainda identificar responsabilidades pelas intervenções preconizadas, além de identificar as elegibilidades possíveis nos instrumentos financeiros de apoio disponíveis.

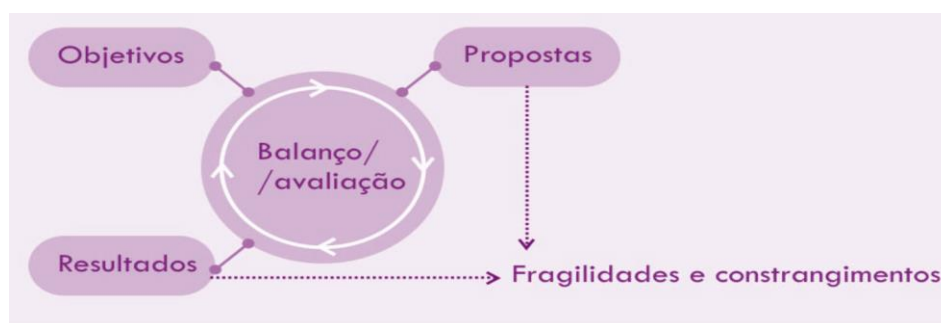
Em resultado deste enquadramento, a Revisão da Carta Educativa de Setúbal foi:

- Participada – já que a participação dos agentes educativos foi assegurada por diversos meios, nomeadamente, através de reuniões e inquéritos aos Diretores de Agrupamento, das Escolas Não Agrupadas e das Escolas Profissionais;
- Co-construída – tirando partido dos contributos dos agentes educativos e dos diversos departamentos municipais;
- Mobilizadora – por via do desenvolvimento de diversas ferramentas e espaços de partilha de opiniões e reflexões, contribuindo para conhecer vontades, ambições e atrair recursos.

O Roteiro Metodológico adotado contempla duas fases: uma primeira de análise e avaliação da Carta Educativa atual, e uma segunda de revisão e atualização da mesma, incluindo a componente estratégica, programática e de monitorização e avaliação, à luz das mais recentes disposições legislativas sobre o tema.

A primeira fase tem uma particular preocupação com a avaliação da prossecução dos objetivos e do consequente grau de execução das propostas, bem como da pertinência e atualidade das propostas não executadas. Estas considerações iniciais procuram, assim, refletir sobre as grandes linhas orientadoras que presidiram à estruturação das propostas.

FIGURA 6 – ORGANIZAÇÃO DA FASE 1 DE REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA DE SETÚBAL



Fonte: Equipa técnica

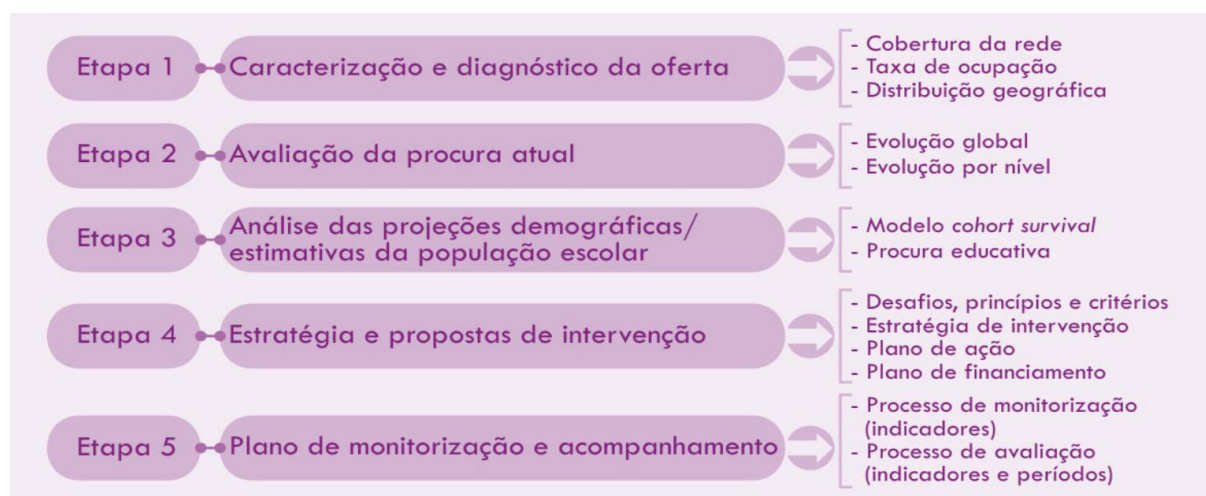
Esta primeira abordagem permite também detetar eventuais fragilidades ou constrangimentos, possibilitando antecipar situações que limitem a execução proposta no âmbito da Revisão, procurando maximizar a eficiência do “novo” programa de intervenção.

No que diz respeito à segunda fase, cujas etapas se encontram ilustradas na figura abaixo, o foco está principalmente colocado na revisão de conteúdos, principalmente considerando o facto de terem já decorrido quinze anos desde a elaboração da atual Carta Educativa de Setúbal, o que se reflete sobre:

- As tendências e dinâmicas demográficas e urbanas emergentes, identificando os novos eixos de expansão e consolidação urbana;
- A evolução recente da oferta e procura educativa global no concelho;
- A oferta e procura existente ao nível da rede de equipamentos de apoio a crianças em jardins-de-infância;
- A oferta educativa no âmbito da aprendizagem ao longo da vida;
- A oferta de equipamentos desportivos, culturais e de ATL, complementares e associados à rede educativa;
- A necessidade de avançar com propostas (presentes ou não na Carta), num quadro de oportunidades proporcionadas pelo atual e futuro período de programação dos apoios comunitários.

As etapas 1 e 2 sustentaram-se, quase exclusivamente, num amplo processo de inquirição realizado junto dos agrupamentos de escolas e escolas secundárias não agrupadas.

FIGURA 7 – ETAPAS DA FASE 2 DE REVISÃO DA CARTA EDUCATIVA DE SETÚBAL



Fonte: Equipa técnica

É a partir destas etapas que se define a estratégia educativa para o concelho, concretamente a Estratégia de Intervenção, o Plano de Ação e o Plano de Financiamento. Estes planos resultam da sistematização das principais propostas apresentadas e após ponderadas as opções alternativas e/ou complementares. No caso do Programa de Intervenção, é contemplado um conjunto de projetos estruturantes, de maior dimensão financeira e impacto, assim como uma série de projetos complementares resultantes de intervenções ao nível do parque escolar já instalado (climatização, apetrechamento com material didático, racionalização energética, etc.).

Esta componente estratégica e de planeamento permite estabelecer prioridades de ação para o horizonte temporal em que vigora a Carta Educativa, de acordo não apenas com os objetivos que a Carta pretende alcançar, mas também com a afetação de recursos materiais inerentes à implementação das propostas da mesma.

Finalmente, considerando que a Carta Educativa do Município é um documento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado, correspondente a cerca de 10 anos letivos (2032/2033), sendo simultaneamente um instrumento dinâmico e flexível, criou-se um mecanismo de monitorização e avaliação através de um conjunto de indicadores que visa validar as opções tomadas.

Esses indicadores podem ser agrupados concretamente em dois tipos: os indicadores de vertente macro (indicadores de contextualização) e os indicadores de vertente micro (indicadores de acompanhamento e de impacto, nomeadamente da relação entre a oferta e a procura).

2. ANÁLISE E AVALIAÇÃO DA CARTA EDUCATIVA DE SETÚBAL

2.1. INTRODUÇÃO

A Carta Educativa de Setúbal está em vigor desde 2006, ano da sua aprovação pela Assembleia Municipal e homologação pelo Ministério da Educação. Este instrumento foi desenvolvido pela Neoterritório – Planeamento e Ordenamento do Território, Lda., tendo também contado com a contribuição e envolvimento dos vários atores relevantes da comunidade educativa municipal.

Como referido, eram objetivos da Carta Educativa eliminar situações de isolamento de estabelecimentos de ensino, suprimir as baixas taxas de ocupação, instituir o regime de funcionamento normalizado no 1.º Ciclo do Ensino Básico, requalificar e melhorar as condições do parque escolar existente, criar estabelecimentos de ensino integrados, concentrar recursos e combater o insucesso e abandono escolar.

Para atingir esses fins foram desenvolvidas várias medidas, integradas no Volume III da Carta Educativa – Proposta de Reordenamento da Rede Escolar Pública, em que se identificam as ações a desenvolver para atingir os objetivos propostos.

A natureza das medidas a desenvolver centrava-se, principalmente, em dois grandes parâmetros, nomeadamente, a construção de valências educativas nas escolas existentes, e ajustes na capacidade de acolhimento dos vários equipamentos escolares, em função da redefinição da área de influência dos agrupamentos escolares e de novos Territórios Educativos.

O desenvolvimento das medidas que integram a proposta de reordenamento foi realizado com base nas projeções demográficas, e na dinâmica observada nas taxas de escolarização, retenção e abandono, sendo a partir daí estimada a evolução previsível da população escolar. A sua aplicação foi realizada tendo por base a escala territorial ao nível da anterior organização das freguesias, pelo que a análise da sua execução segue a mesma dimensão espacial.

Neste quadro, foi identificado um total de 45 ações, distribuídas por todas as freguesias, sendo que todos os níveis de ensino tinham alterações previstas ao nível da oferta. No âmbito da presente análise é identificada a tipologia de cada uma das medidas propostas, assim como o estabelecimento sobre a qual incidem, concluindo-se sobre o seu grau de implementação.

Este exercício reveste-se de particular importância para o processo de Revisão da Carta Educativa em curso, pela identificação do nível de execução do instrumento em vigor, permitindo sinalizar e antecipar situações de potencial constrangimento ou relevar diferentes graus de prioridade, em função da trajetória ocorrida nos últimos anos.

2.2. INTERVENÇÕES PROPOSTAS

As medidas propostas estão patentes nos quadros seguintes, organizadas em função da unidade territorial correspondente às “antigas” freguesias em que se previa a sua concretização, assim como ao período relativo à sua execução.

Note-se que para algumas das intervenções propostas não foi indicado um prazo de execução, uma vez que se supunha que a concretização de determinadas intervenções resultaria da aplicação e concretização de outras. Neste enquadramento inserem-se desativações de estabelecimentos por via da construção de novos equipamentos, pelo que estas não são consideradas.

Por outro lado, considerando o horizonte temporal de vigência da anterior Carta, era expectável que todas as alterações propostas tivessem sido incorporadas na rede educativa concelhia. Existem também intervenções relacionadas com a alteração de tipologias, as quais não apresentavam também um prazo de execução, assumindo-se que seriam aplicadas no curto prazo.

QUADRO 7 – MEDIDAS DE INTERVENÇÃO PREVISTAS NA CARTA EDUCATIVA DE SETÚBAL (2006)

Freguesias Atuais	Freguesias Antigas	Tipologia de Intervenção	Estabelecimento	Previsão da execução
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra		Ampliação / Alteração de Tipologia (acolhimento de JI)	EB1 / JI Gâmbia	2010
		Ampliação	EB1 do Alto da Guerra	2013
		Criação / Construção de JI	JI Quinta da Serralheira	2014
		Desativação	EB1 do Montinho da Cotovia	-
Sado		Alteração de Tipologia (somente JI)	JI do Faralhão	-
		Alteração de Tipologia (para JI)	JI do Faralhão n.º 2	-
		Alteração de Tipologia (para JI)	JI Praias do Sado	-
		Criação / Construção de EB1	EB1 do Sado	2011
São Sebastião		Ampliação	EB1 / JI de Azeda	2009
		Ampliação	EB 1 n.º 1 de Setúbal (Areias)	2009
		Ampliação	EB 1 n.º 4 de Setúbal (Pinheirinhos)	2009
		Ampliação	EB 1 n.º 8 de Setúbal (Bairro da Conceição)	2008
		Ampliação	EB 1 n.º 10 de Setúbal (Bairro Afonso Costa)	2008
		Criação / Construção de JI	JI Escarpas de S. Nicolau n.º 1	2010
		Criação / Construção de JI	JI Escarpas de S. Nicolau n.º 2	2011

Município de Setúbal

Freguesias Atuais	Freguesias Antigas	Tipologia de Intervenção	Estabelecimento	Previsão da execução
		Criação / Construção de EB1 e JI	EB 1 / JI Vale de Cerejeiras	2009
		Criação / Construção de EB1 e JI	EB 1 / JI Quinta da Caiada	2008
		Criação / Construção de EB1 e JI	EB 1 / JI Manteigadas	2010
		Criação / Construção de EB1 e JI	EB 1 / JI Vale de Cobro	2013
		Criação / Construção de EBI	EBI Luísa Todi	2007
		Criação / Construção de EB2, 3/S	EB 2, 3/S Manteigadas	2014
		Criação / Construção de EB2, 3/S	EB 2,3/S Vale de Cobro	2012
		Remodelação	JI das Manteigadas (remodelação para EB1)	
		Remodelação	EB 1 / JI n.º 5 de Setúbal (Peixe Frito)	-
		Remodelação	JI do Bairro Humberto Delgado	-
		Reconstrução	EB 2, 3/S Bela Vista	-
UF de Azeitão	São Simão	Ampliação / Alteração de Tipologia (apenas JI)	JI de Vendas de Azeitão	2013
		Ampliação	EB1 de Vila Fresca de Azeitão	2011
		Criação / Construção de JI	JI de S. Simão	2007
		Criação / Construção de EBI	EBI de S. Simão	2010
		Desativação	EB1 / JI de Brejos de Clérigo	-

Freguesias Atuais	Freguesias Antigas	Tipologia de Intervenção	Estabelecimento	Previsão da execução
	São Lourenço	Criação / Construção de EB1 e JI	EB1 / JI da Brejoeira	2007
		Criação / Construção de EB1 e JI	EB1 / JI de Pinhal Negreiros	2014
		Desativação	EB1 de Casal de Bolinhos	-
UF de Setúbal	Nossa Senhora da Anunciada	Alteração de Tipologia (acolhimento do 2.º CEB)	EB 2, 3/S Lima de Freitas	-
		Ampliação	EB1 / JI do Viso	2010
		Construção	EB1 / JI S. Francisco de Xavier	2014
		Remodelação (redução da capacidade)	EB1 n.º 9 de Setúbal (Casal das Figueiras)	-
	Santa Maria da Graça	Ampliação	EB1 n.º 2 de Setúbal (Faralhão N.º2)	-
		Reconstrução	EB1 / JI de S. Gabriel	2012
	São Julião	Ampliação	EB1 n.º 3 de Setúbal	2012
		Ampliação	EB1 n.º 12 de Setúbal (Amoreiras)	2012
		Remodelação e Alteração de Tipologia (acolhimento do 2.º CEB)	EB 2,3/S Sebastião da Gama	-
		Criação / Construção de JI	JI de S. Julião	2011
		Criação / Construção de EB1 e JI	EB1 / JI de S. Julião	2009

Fonte: Carta Educativa de Setúbal (2006)

2.3. ANÁLISE DA EXECUÇÃO

Após a identificação das medidas propostas pela Carta Educativa, a presente análise centra-se na sua execução, especialmente daquelas relacionadas com ações físicas direcionadas para a ampliação/requalificação do parque escolar concelhio, por se considerarem estruturantes e implicarem investimentos relevantes por parte do município. Este conjunto compreendia um total de 45 ações, com um investimento previsto de 49.515.000€.

Para este efeito, foram consultadas fontes de informação oficiais do Município, nomeadamente o relatório de fundamentação da Revisão do PDM de Setúbal, boletins municipais, sínteses de execução de medidas, e desenvolvidas análises à rede educativa atualmente existente.

A partir dessas abordagens conclui-se que uma parte significativa das ações identificadas não foi executada. Do total de 45 ações, apenas 6 foram identificadas como totalmente executadas, o que corresponde a uma taxa de execução de 13,3%.

As medidas integralmente concretizadas foram a ampliação da EB1 do Bairro Afonso Costa, a criação / construção da EBI Luísa Todi, a reconstrução da EB 2,3/S da Bela Vista, a desativação da EB1 Casal de Bolinhos, a criação / construção da EB1 / JI da Brejoeira e a alteração de tipologia da EB 2,3/S Lima de Freitas que passou a acolher o 2.º CEB.

Além destas identificam-se outras ações designadamente, ampliação/alteração de tipologia da EB1 de Gâmbia, a ampliação/alteração de tipologia da EB1 Vendas de Azeitão (executou-se apenas a alteração de tipologia), a desativação da EB1 / JI de Brejos de Clérigo (executou-se apenas a desativação da valência de JI) e a remodelação da ES Sebastião da Gama e requalificação e ampliação da Escola Secundária D. João II e da Escola Básica e Secundária Lima de Freitas.

Destaque-se o facto de nenhuma das alterações previstas para os equipamentos da freguesia do Sado se ter realizado, sendo que no caso da freguesia da Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra apenas uma ação foi parcialmente executada. Nos demais territórios houve pelo menos uma ação executada, destacando-se São Sebastião, em que das 18 ações previstas, 3 foram totalmente executadas, o que corresponde a uma taxa de execução de 16,7%.

Esta situação reflete, em parte, a complexidade que envolve o planeamento e a programação de equipamentos educativos, assim como a existência de vários constrangimentos que obstaram à execução das soluções identificadas. As dinâmicas sociais/demográficas e económicas (capacidade de investimento/financiamento disponível), bem como dos normativos e enquadramentos legais que presidem à organização do sistema de educação, são dimensões que estão sujeitas a mudanças nem sempre enquadradas nos horizontes temporais de definição dos quadros de investimento.

O processo de revisão terá necessariamente de ter em conta estes potenciais constrangimentos, procurando que as medidas a propor se suportem em fundamentos objetivos, quer do ponto de vista da sua exequibilidade, quer do ponto de vista da sua relevância e importância no curto, médio e longo prazo. É fundamental que a revisão envolva os agentes territoriais e sectoriais relevantes de modo que o grau de convergência entre todas as partes interessadas seja o mais elevado possível, contribuindo para uma maior execução do plano de intervenção.

No quadro seguinte identifica-se o nível de execução das várias medidas, apresentando-se ainda uma ficha relativa a cada uma das intervenções físicas concluídas.

QUADRO 8 – BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS MEDIDAS DE INTERVENÇÃO PREVISTAS NA CARTA EDUCATIVA DE SETÚBAL

Freguesias Atuais	Freguesias Antigas	Tipologia de Intervenção	Estabelecimento	Estado da execução
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra		Ampliação / Alteração de Tipologia (acolhimento de JI)	EB1 / JI da Gâmbia	
		Ampliação	EB1 do Alto da Guerra	
		Criação / Construção de JI	JI da Quinta da Serralheira	
		Desativação	EB1 do Montinho da Cotovia	
Sado		Alteração de Tipologia (somente JI)	JI do Faralhão	
		Alteração de Tipologia (para JI)	JI do Faralhão n.º 2	
		Alteração de Tipologia (para JI)	JI das Praias do Sado	
		Criação / Construção de EB1	EB1 do Sado	
São Sebastião		Ampliação	EB1 / JI de Azeda	
		Ampliação	EB 1 n.º 1 de Setúbal (Areias)	
		Ampliação	EB 1 n.º 4 de Setúbal (Pinheirinhos)	
		Ampliação	EB 1 n.º 8 de Setúbal (Bairro da Conceição)	
		Ampliação	EB 1 n.º 10 de Setúbal (Bairro Afonso Costa)	
		Criação / Construção de JI	JI Escarpas de S. Nicolau n.º 1	
		Criação / Construção de JI	JI Escarpas de S. Nicolau n.º 2	
		Criação / Construção de EB1 e JI	EB 1 / JI Vale de Cerejeiras	
		Criação / Construção de EB1 e JI	EB 1 / JI Quinta da Caiada	
		Criação / Construção de EB1 e JI	EB 1 / JI Manteigadas	
		Criação / Construção de EB1 e JI	EB 1 / JI Vale de Cobro	

Município de Setúbal

Freguesias Atuais	Freguesias Antigas	Tipologia de Intervenção	Estabelecimento	Estado da execução
		Criação / Construção de EBI	EBI Luísa Todi	
		Criação / Construção de EB2, 3/S	EB 2, 3/S Manteigadas	
		Criação / Construção de EB2, 3/S	EB 2,3/S Vale de Cobro	
		Remodelação	Jl das Manteigadas (remodelação para EB1)	
		Remodelação	EB 1 / Jl n.º 5 de Setúbal (Peixe Frito)	
		Remodelação	Jl do Bairro Humberto Delgado	
		Reconstrução	EB 2, 3/S Bela Vista	
UF de Azeitão	São Simão	Ampliação / Alteração de Tipologia (apenas Jl)	Jl de Vendas de Azeitão	
		Ampliação	EB1 Vila Fresca de Azeitão	
		Criação / Construção de Jl	Jl S. Simão	
		Criação / Construção de EBI	EBI S. Simão	
		Desativação	EB1 / Jl de Brejos de Clérigo	
	São Lourenço	Criação / Construção de EB1 e Jl	EB1 / Jl da Brejoeira	
		Criação / Construção de EB1 e Jl	EB1 / Jl de Pinhal Negreiros	
		Desativação	EB1 de Casal de Bolinhos	
UF de Setúbal	Nossa Senhora da Anunciada	Alteração de Tipologia (acolhimento do 2.º CEB)	EB 2, 3/S Lima de Freitas	
		Ampliação	EB1 / Jl do Viso	
		Construção	EB 1 / Jl de S. Francisco de Xavier	
		Remodelação (redução da capacidade)	EB1 n.º 9 de Setúbal (Casal das Figueiras)	
	Santa Maria da Graça	Ampliação	EB1 n.º 2 de Setúbal (Santa Maria da Graça)	
		Reconstrução	EB 1 / Jl de S. Gabriel	

Freguesias Atuais	Freguesias Antigas	Tipologia de Intervenção	Estabelecimento	Estado da execução
	São Julião	Ampliação	EB 1 n.º 3 de Setúbal (Montalvão)	
		Ampliação	EB 1 n.º 12 de Setúbal (Amoreiras)	
		Remodelação e Alteração de Tipologia (acolhimento do 2.º CEB)	EB 2,3/S Sebastião da Gama	
		Criação / Construção de JI	JI de S. Julião	
		Criação / Construção de EB1 e JI	EB1 / JI de S. Julião	

Legenda

Não implementada

Parcialmente executada

Implementada

Fonte: Equipa técnica

QUADRO 9 – FICHA DE INTERVENÇÃO NA EB DA BREJOEIRA

IDENTIFICAÇÃO/CARATERIZAÇÃO		EB da Brejoeira do AE de Azeitão
Freguesia: União das Freguesias de Azeitão	Localização: Escola Básica Brejoeira	Morada: Rua de S. Gonçalo, Brejos de Azeitão 2925 - 072 Azeitão
Ano de construção 2010	Área de construção 5.132,96 m ²	Área do logradouro 6.364,22 m ²
		
ESPAÇOS		Quantidade
SALA DE AULA		12
GABINETES		2
SALA DOS PROFESSORES		1
BIBLIOTECA		1
SALA DE APOIO		1
REFEITÓRIO		1
CASAS DE BANHO		17
DESPENSAS		15
COZINHA		1
SALAS DE EXPRESSÃO		4
SALA DA UNIDADE		1
SALA FUNCIONÁRIAS		1
SALA DE APOIO TÉCNICO		1
SALA COORDENADORA		1
AUDITÓRIO		1
SALA DE MÚSICA		1
LABORATÓRIO		1
CAMARIM		1
REGI		1
SALA DE INFORMÁTICA		1
SALAS PRÉ- ESCOLAR		4
GALERIA		1
BALNEÁRIOS		3
POSTO MÉDICO		1

Fonte: CM de Setúbal

QUADRO 10 – FICHA DE INTERVENÇÃO NA EB DO BAIRRO AFONSO COSTA

IDENTIFICAÇÃO/CARATERIZAÇÃO		EB do Bairro Afonso Costa do AE Luísa Todi
Freguesia: S. Sebastião	Localização: Escola Básica Bairro Afonso Costa	Morada: Rua Fé – Bairro Afonso Costa, 2910-052 Setúbal
Ano de construção 1952	Área de construção 1.729,03 m ²	Área do logradouro 1.554,64 m ²
		
ESPAÇOS		Quantidade
SALA DE AULA		12
GABINETES		5
SALA DOS PROFESSORES		1
BIBLIOTECA		1
GINÁSIO		1
REFEITÓRIO		1
CASAS DE BANHO		11
DESPENSAS		11
SALA PRÉ-ESCOLAR		3
ÁREA SUJA		4
SALA AVAC		1
COZINHA		1
ESPAÇO DAS MÁQUINAS		1
ESPAÇO REFRIGERAÇÃO		1

Fonte: CM de Setúbal

QUADRO 11 – FICHA DE INTERVENÇÃO NA EBI LUÍSA TODI

IDENTIFICAÇÃO/CARATERIZAÇÃO		EBI Luísa Todi do AE Luísa Todi
Freguesia: S. Sebastião	Localização: Escola Básica Luísa Todi	Morada: Rua Adriano Correia de Oliveira, 2910-373 Setúbal
Ano de construção -	Área de construção 2.533,00 m ²	Área do logradouro 5.967,00 m ²
		
ESPAÇOS		Quantidade
SALA DE AULA		8
ÁREAS SUJAS		4
SALA DOS PROFESSORES		1
SALA UNIDADE		1
COZINHA		1
REFEITÓRIO		1
CASAS DE BANHO		7
DESPENSAS		20
SALA PRÉ-ESCOLAR		4
ÁREA TÉCNICA		1
SALAS DE APOIO		5
RECEÇÃO		1
SALA DE INFORMÁTICA		1
SALAS DOS EDUCADORES		1

Fonte: CM de Setúbal

QUADRO 12 – FICHA DE INTERVENÇÃO NO JI DE VENDAS DE AZEITÃO

IDENTIFICAÇÃO/CARATERIZAÇÃO		JI de Vendas de Azeitão do AE de Azeitão
Freguesia: União das Freguesias de Azeitão	Localização: Escola Básica Vendas de Azeitão	Morada: Rua do Ervideiro, Vendas de Azeitão 2925 - 611 Azeitão
Ano de construção 2010	Área de construção 148,45 m ²	Área do logradouro 591,61 m ²
		
ESPAÇOS		Quantidade
GABINETES		1
SALA PRÉ-ESCOLAR		3
ÁREA TÉCNICA		1
COZINHA		1
REFEITÓRIO		1
CASAS DE BANHO		7
DESPENSAS		1

Fonte: CM de Setúbal

3. QUADRO DE REFERÊNCIA TERRITORIAL

3.1. INTRODUÇÃO

O enquadramento territorial concelhio constitui o ponto de partida para a Revisão da Carta Educativa de Setúbal. Para este efeito, são analisados indicadores de domínios e temas relevantes para a organização do sistema municipal de ensino, permitindo caracterizar a evolução deste território nas temáticas relevantes para a Carta Educativa.

Este processo está muito dependente da informação estatística e documental disponível, assim como do seu período de referência e nível de desagregação territorial. Assim, foram utilizados, sempre que possível, dados do mais recente período censitário, nomeadamente, do de 2021.

Por outro lado, e no âmbito do processo de Revisão do PDM, a Câmara Municipal de Setúbal desenvolveu vários documentos que analisam as dinâmicas territoriais observadas e que, pela sua pertinência, qualidade e atualidade, são utilizados sempre que possível nos exercícios de contextualização realizados.

Para além destes, são também analisados dados provenientes de fontes oficiais cujo grau de atualização os torne pertinentes para o tema em análise; sendo disso exemplo o Anuário Estatístico Regional (Área Metropolitana de Lisboa), da autoria do INE, que, em alguns casos, permite dar sequência às tendências identificadas a partir dos dados censitários; e cujos impactes sejam mais notórios após 2011. Em alguns pontos, são também desenvolvidas análises de enquadramento com a Área Metropolitana de Lisboa (NUTS II), em resultado do inter-relacionamento e centralidade que Setúbal possui na Região.

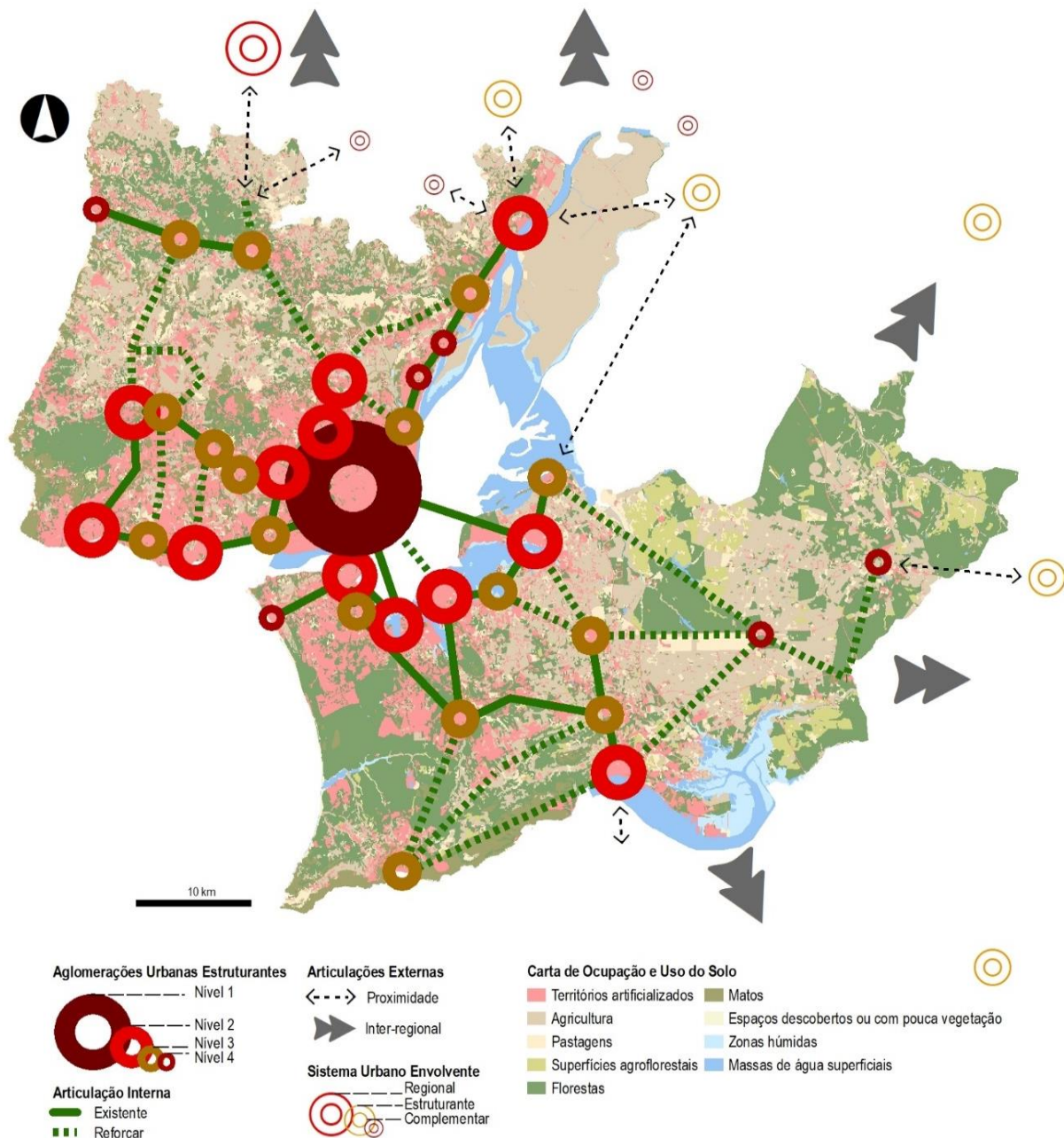
3.2. CONTEXTO TERRITORIAL

As dinâmicas sociais e económicas que ocorrem no concelho de Setúbal estão intimamente ligadas à sua inserção territorial que, por sua vez, resulta de processos de reação e ajustamento ao desenvolvimento, às suas próprias dinâmicas e às dos territórios envolventes.

Do ponto de vista administrativo e estatístico, em resultado da revisão do mapa territorial de 2013, Setúbal foi enquadrado na Área Metropolitana de Lisboa (AML – NUTS II e NUTS III), sendo que até então estava enquadrado na NUTS III Península de Setúbal, entretanto suprimida.

O seu enquadramento na AML, assim como a sua proximidade a Lisboa, enquanto um dos principais polos económicos e sociais do país, tem resultado numa certa interdependência com este território, traduzida, por exemplo, na relativa frequência dos movimentos pendulares .

FIGURA 8 – SISTEMA URBANO METROPOLITANO DA AML



Fonte: Equipa técnica, adaptado da Estratégia AML 2030 (2020)

Historicamente, Setúbal tem assumido um papel relevante enquanto centro polarizador e estruturante do sistema urbano metropolitano, e em particular da Península de Setúbal, sendo menos influenciado pelas dinâmicas da cidade de Lisboa do que as outras grandes cidades da margem Sul localizadas no arco ribeirinho, como Almada ou como o Seixal.

Este posicionamento favoreceu uma força autónoma que tornou Setúbal num dos principais centros urbanos da AML, quer do ponto de vista populacional, quer funcional, inclusive em matéria de emprego. Deve realçar-se também o incremento da interação física e funcional entre Setúbal e a vila de Palmela, compondo um subsistema urbano que tenderá a prolongar-se em direção ao Pinhal Novo, assistindo-se ao mesmo tempo a uma maior integração deste sistema no contexto metropolitano.

Município de Setúbal

A evolução histórica do território de Setúbal tem gerado dinâmicas socioeconómicas específicas que resultam em ciclos alternados de crescimento e crise, o que se deve a um processo de desindustrialização e progressiva terciarização da base económica do concelho, fenómeno que tem decorrido a várias velocidades desde a década de 1980.

Paralelamente, tem-se destacado a sua crescente integração em lógicas de desenvolvimento à escala metropolitana – desde as redes de transportes e acessibilidades, às funções residenciais, comerciais e de serviços, ao sistema de ensino e às alterações no mercado turístico.

O equilíbrio das relações de centralidade e a autonomia própria encontra reflexos na forma como a população do concelho e da região se desloca pelo território, como por exemplo entre o seu local de trabalho e de residência, refletindo também a forma como o território se tem estruturado em função da procura e oferta de habitação e polos de emprego. A este respeito, merecem destaque os dados dos Censos de 2021 relativos aos movimentos pendulares, à sua duração e forma de realização.

Em 2021, a proporção de população residente que sai do município para trabalhar ou estudar representa 16,92%, enquanto as entradas representam 15,2%. As deslocações para outro município por motivos de trabalho ou estudo eram realizadas por 20.894 residentes, com uma duração média dos movimentos pendulares de 23,15 minutos. Estes valores refletem o inter-relacionamento existente entre Setúbal e os territórios envolventes.

Ao nível interno, as dinâmicas pendulares da população empregada e estudante têm, principalmente, uma dimensão concelhia, à exceção da população residente na UF de Azeitão, em que cerca de 55% dos seus empregados e estudantes desenvolvem a sua atividade fora do concelho, indiciando uma maior dependência desta freguesia dos territórios concelhios contíguos, nomeadamente, Palmela e Sesimbra.

QUADRO 13 – POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA E ESTUDANTE POR LOCAL DE TRABALHO OU ESTUDO, POR FREGUESIA, EM 2021 (%)

Freguesia	Na freguesia de residência	População empregada/estudante		
		No município de Setúbal	Noutro município	No estrangeiro
Gâmbia-Pontes- Alto da Guerra	18,9%	53,9%	27,0%	0,3%
Sado	30,1%	48,7%	20,8%	0,4%
São Sebastião	46,1%	29,8%	23,6%	0,5%
UF de Azeitão	26,1%	18,7%	54,7%	0,4%
UF de Setúbal	40,3%	31,5%	27,7%	0,6%
TOTAL	38,5%	30,6%	30,3%	0,5%

Fonte: INE

Como já referido, a proximidade a outros territórios com dinâmicas económicas e sociais relevantes, contribui para um aprofundamento das relações que Setúbal com eles estabelece. Num nível de maior proximidade encontram-se as deslocações para o concelho de Palmela, para onde diariamente 5.198 residentes se deslocam para

trabalhar ou estudar (+286 do que em 2011); para Lisboa, principal destino das deslocações, o número sobe para 7.160, o que representa um acréscimo de 1513 dos movimentos pendulares diários.

Para além destas duas unidades territoriais, para onde, no seu conjunto, convergem mais de doze mil habitantes, destacam-se em particular dois outros municípios, Almada e Seixal, que registam mais de mil movimentos pendulares a partir do concelho de Setúbal. Na Península de Setúbal, destacam-se as cidades de Sesimbra e do Barreiro com mais de 700 movimentos diários para efeitos de trabalho ou estudo. Os doze municípios que registam acima de 250 movimentos pendulares, representam 91% dos movimentos para outro município.

QUADRO 14 – PRINCIPAIS DESTINOS DE MOVIMENTOS PENDULARES DA POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA E ESTUDANTE DO CONCELHO DE SETÚBAL, EM 2021 (N.º)

Destino	N.º
Lisboa	7.160
Palmela	5.198
Almada	1.123
Seixal	1.019
Sesimbra	747
Barreiro	725
Oeiras	595
Montijo	461
Loures	368
Sintra	362
Amadora	284
Moita	274
TOTAL	18.316

Fonte: INE

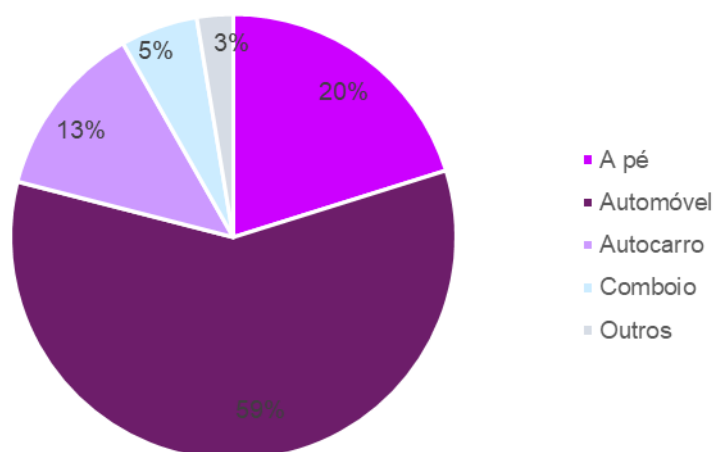
Este padrão de movimentos pendulares, para o interior e exterior do concelho tem também impacto na sua duração, sendo expectável que nas freguesias onde há maior prevalência de deslocações extra concelhias, os que aí residem despendam mais tempo na sua realização. De facto, em 2011 (ainda não se encontra publicada esta informação para 2021), a UF de Azeitão, era a que registava maior duração dos movimentos pendulares, com uma média de 29,45 minutos, sendo a média concelhia de 23,15 minutos.

QUADRO 15 – DURAÇÃO MÉDIA DOS MOVIMENTOS PENDULARES DA POPULAÇÃO RESIDENTE EMPREGADA E ESTUDANTE, POR FREGUESIA, EM 2021 (%)

Freguesia	Minutos
Gâmbia-Pontes- Alto da Guerra	21,68
Sado	21,64
São Sebastião	21,13
UF de Azeitão	29,45
UF de Setúbal	22,90
TOTAL	23,15

Fonte: INE

No que diz respeito aos meios de transporte utilizados para realizar essas deslocações, persiste a importância do automóvel, embora com menor importância relativa, face a 2011. Assim, em 2021, 38.874 das deslocações realizadas são feitas com recurso ao automóvel (como condutor ou passageiro), quando em 2011 eram 41.072 (-2198; -0,6pp). As deslocações com utilização de autocarro (incluindo os autocarros de empresas e escolas) também diminuiram (-2998; -3,8pp). Por oposição, ganharam importância as deslocações a pé (+742; +1,9pp) e de comboio (+830; +1,4pp), embora representem percentagens menos significativas no total das deslocações.

FIGURA 9 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR PRINCIPAL MEIO DE TRANSPORTE, EM 2021, %

Fonte: INE

Note-se ainda que a origem dos fluxos de entradas em Setúbal por motivo de trabalho ou estudo, são igualmente gerados, na sua maioria, a partir dos concelhos situados na Península de Setúbal. Neste âmbito, volta a destacar-se Palmela, de onde são originários 4.753 movimentos pendulares de entrada, e o Seixal, com 1.779. O concelho

de Lisboa é, de entre os concelhos fora da Península de Setúbal, o que apresenta maior significado no volume de entradas em Setúbal (1.242).

QUADRO 16 – PRINCIPAIS ORIGENS DE MOVIMENTOS PENDULARES (TRABALHO E ESTUDO) COM DESTINO NO CONCELHO DE SETÚBAL, EM 2021 (N.º)

Origem	Total
Palmela	4.753
Seixal	1.779
Sesimbra	1.446
Moita	1.263
Lisboa	1.242
Almada	1.179
Barreiro	1.178
TOTAL	12.840

Fonte: INE

Os dados apresentados comprovam a existência de relações de interdependência entre Setúbal e os concelhos envolventes, destacando-se a maior proximidade com aqueles situados na Península de Setúbal. Em todo o caso, o dinamismo social e económico de Lisboa faz com que se verifique também alguma interação com os concelhos da margem norte do Tejo, contribuindo para o reforço e complexidade, quer dos movimentos pendulares, quer das expectativas e exigências dos residentes em matéria de equipamentos sociais de apoio à conciliação entre a vida familiar e profissional.

3.3. SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

Do ponto de vista da evolução demográfica, o concelho de Setúbal registou, entre 2001 e 2011 um crescimento de 6,4% da sua população residente, atingindo os 121.185 residentes. Esta taxa de crescimento é superior à da média da AML (6%), e aparenta ter sido impulsionada pela consolidação da indústria automóvel em torno da fábrica Volkswagen Autoeuropa inaugurada em 1995, a par dos grandes investimentos públicos na melhoria das acessibilidades metropolitanas, sobretudo com a construção da Ponte Vasco da Gama e a introdução da travessia ferroviária da Ponte 25 de Abril.

Este ciclo de desenvolvimento atenuou-se na sequência da crise económico-financeira que teve o seu período mais severo em Portugal entre 2011 e 2014, e que afetou Setúbal de forma mais acentuada do que os demais concelhos da AML.

Os dados dos Censos de 2021 indicam que residiam no concelho de Setúbal 123.496 habitantes, (aumento de 1,91% face a 2011), valor que representa 4,3% da população da AML. No mesmo ano, a proporção de estrangeiros entre a população residente (6,9%) evidencia alguma atratividade demográfica, superior à média de Portugal continental (5,4%), mas algo inferior ao valor médio da AML (8,9%).

Em termos de estrutura etária, com um índice de envelhecimento de 163 idosos por cada 100 jovens, a população de Setúbal é relativamente mais jovem que a média do continente (185), embora um pouco mais envelhecida do que a população do conjunto da AML (151).

No que se refere aos dados desagregados por freguesia, a informação disponível dos Censos de 2021 permite concluir pela existência de algumas assimetrias entre as freguesias que integram o concelho. Isto deve-se ao facto de as freguesias de São Sebastião e UF de Setúbal concentrarem parte relevante do total populacional.

Em 1991 e 2001, nos territórios atualmente correspondentes a estas freguesias encontravam-se mais de 80% do total da população residente no concelho de Setúbal. Em 2021 esse valor baixou para os 73,2%, o que se deve a um maior ganho de expressão demográfica na UF de Azeitão, que passou dos 9.399 residentes, em 1991, para os 20.946, em 2021.

QUADRO 17 – EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE POR FREGUESIA, ENTRE 1991 E 2021

Freguesia	População residente em 1991		População residente em 2001		População residente em 2011		População residente em 2021	
	n.º	% do total	n.º	% do total	n.º	% do total	n.º	% do total
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	3.708	3,6	4.076	3,6	5.885	4,9	6.809	5,5
Sado	5.238	5,1	5.457	4,8	5.783	4,8	5.357	4,3
São Sebastião	47.058	45,4	52.814	46,4	52.542	43,4	52.627	42,6
UF de Azeitão	9.399	9,1	13.085	11,5	18.877	15,6	20.946	17,0
UF de Setúbal	38.231	36,9	38.502	33,8	38.098	31,4	37.757	30,6
TOTAL	103.634	100	113.934	100	121.185	100	123.496	100

Fonte: INE

Esta situação reflete uma dinâmica populacional diferenciada, destacando-se a forte tendência de crescimento registada na UF de Azeitão que, como referido, mais do que duplicou a sua população entre 1991 e 2021. Além desta, também a freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra registou um aumento significativo, principalmente entre 2001 e 2011 (44,4%). No último período intercensitário, a freguesia do Sado e a UF de Setúbal perderam população (-7,37 e -0,90%, respetivamente), sendo que freguesia de S. Sebastião teve um crescimento ténue (0,16%).

QUADRO 18 – TAXA DE VARIAÇÃO POPULACIONAL POR FREGUESIA, ENTRE 1991 E 2021

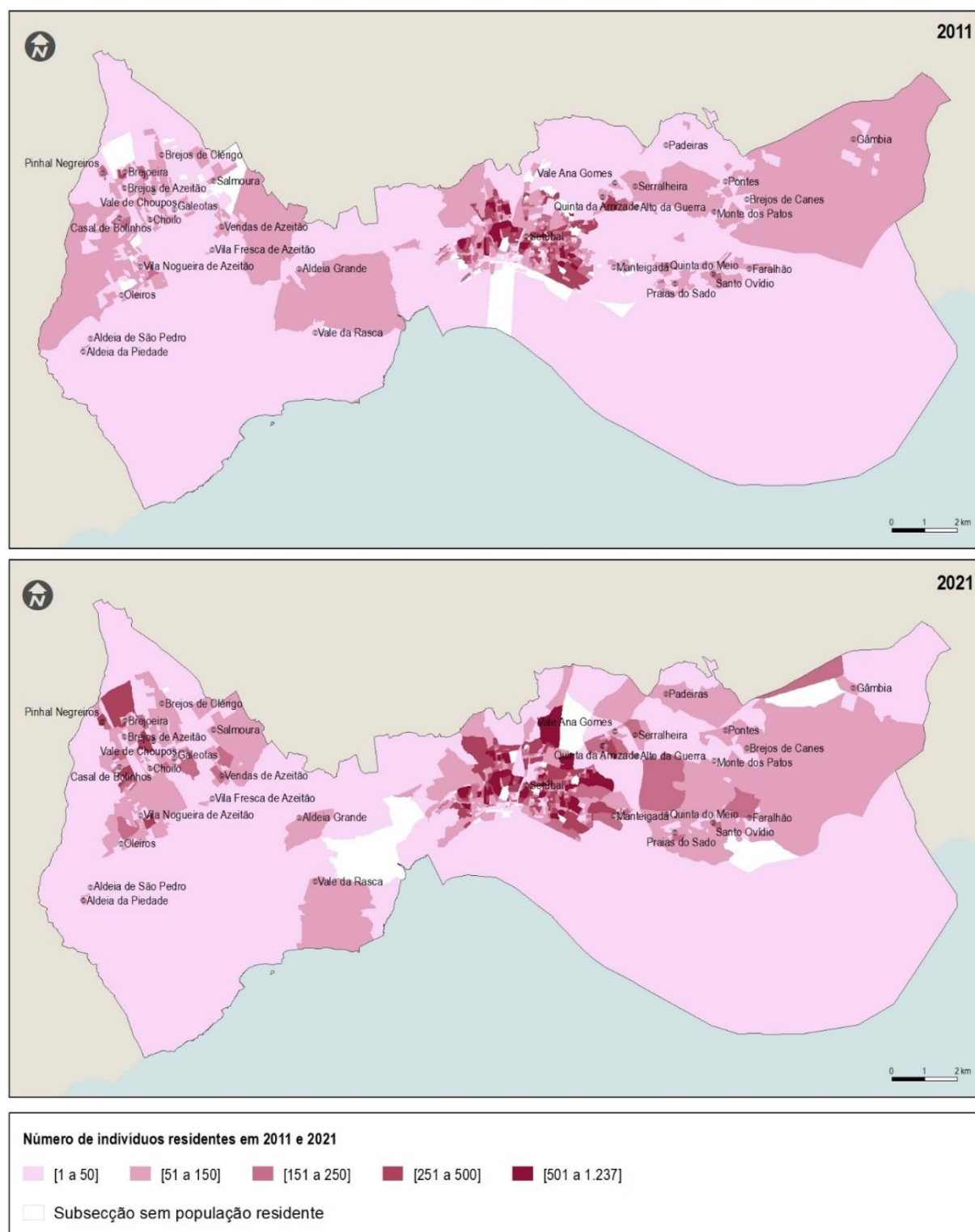
Freguesia	Taxa de variação da população (%)			
	1991 - 2001	2001 - 2011	2011 - 2021	1991 - 2021
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	9,92	44,38	15,70	83,63
Sado	4,18	5,97	-7,37	2,27
São Sebastião	12,23	-0,52	0,16	11,83
UF de Azeitão	39,22	44,26	10,96	122,85
UF de Setúbal	0,71	-1,05	-0,90	-1,24
TOTAL	9,94	6,36	1,93	19,17

Fonte: INE

Se observada a informação desagregada ao nível da subsecção estatística, é novamente notório o ganho de expressão populacional nas subsecções associadas à UF de Azeitão, facto que também se verifica em Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, ainda que com menor intensidade.

Entre 2011 e 2021 houve também o reforço da dimensão populacional de algumas subsecções mais excêntricas face às áreas centrais das principais localidades, o que também denota o reforço populacional dos residentes das periferias. Ainda que a reconfiguração de algumas subsecções dificulte uma comparação direta entre os dois períodos em causa, esta situação é mais notória na área da cidade de Setúbal.

FIGURA 10 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR SUBSECÇÃO ESTATÍSTICA, EM 2011 E 2021



Fonte: INE

Esta situação reflete-se também em concentrações populacionais bastante diferenciadas, onde se destaca a elevada densidade populacional da freguesia de São Sebastião que, em 2021, atingia os 2.062,2 habitantes por km², ao passo que, para o mesmo ano e indicador, a freguesia do Sado se situava nos 81,8.

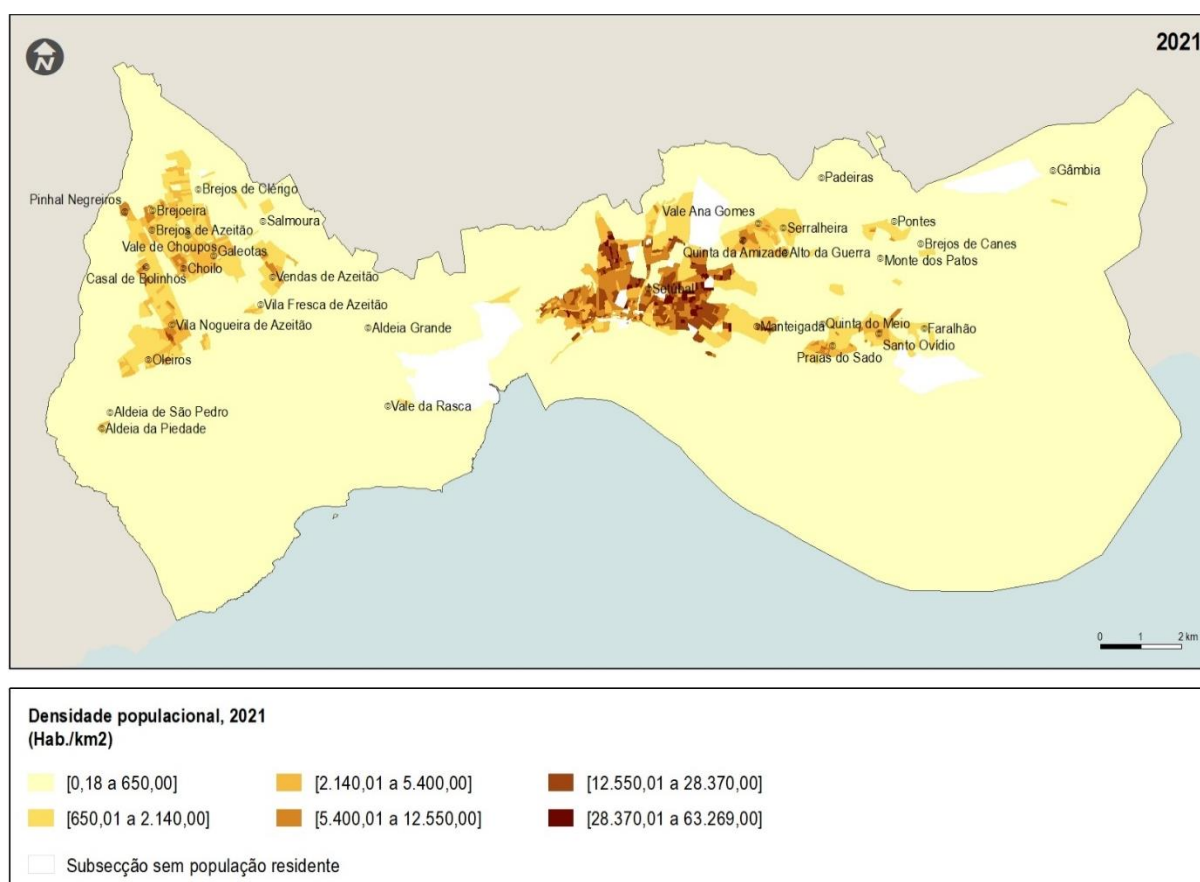
QUADRO 19 – DENSIDADE POPULACIONAL POR FREGUESIA, EM 2001, 2011 E 2021

Freguesia	Densidade populacional (hab/km ²)		
	2001	2011	2021
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	122,7	177,1	204,9
Sado	83,3	88,3	81,8
São Sebastião	2.069,5	2.058,9	2.062,2
UF de Azeitão	188,8	272,3	302,2
UF de Setúbal	1.047,1	1.036,1	1,026,8
TOTAL	494,7	526,1	536,2

Fonte: INE

A expressão territorial da densidade populacional, ilustrada na figura abaixo, coloca em evidência concentrações populacionais particularmente elevadas na área da cidade de Setúbal, ainda que na UF de Azeitão e em lugares como Praias do Sado se identifiquem bolsas também com alguma densidade populacional, ainda que com menor intensidade face à realidade urbana de Setúbal.

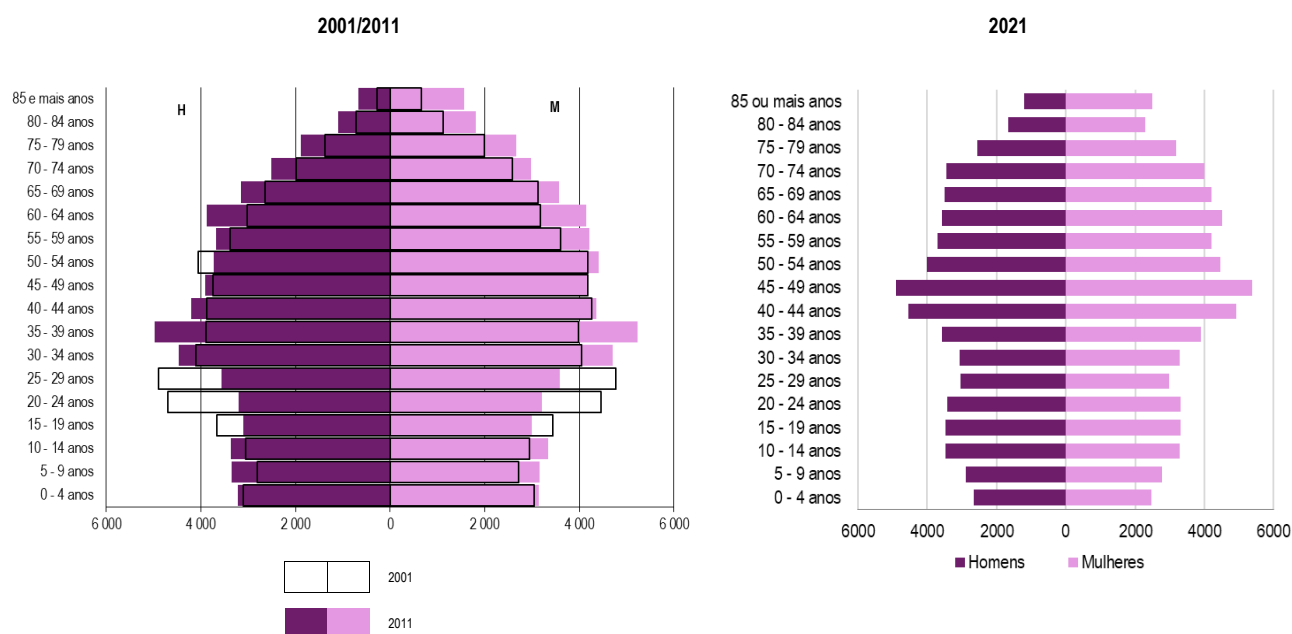
FIGURA 11 – DENSIDADE POPULACIONAL POR SUBSECÇÃO ESTATÍSTICA, EM 2021



Fonte: INE

Relativamente à estrutura etária, são igualmente evidentes diferenças intra-territoriais relevantes. A evolução registada em cada uma das classes etárias ao nível concelhio resultou num alargamento das classes etárias adultas, indiciando uma crescente prevalência dos indivíduos adultos.

FIGURA 12 – PIRÂMIDE ETÁRIA DO CONCELHO DE SETÚBAL (N.º), EM 2001, 2011 E 2021



Fonte: INE

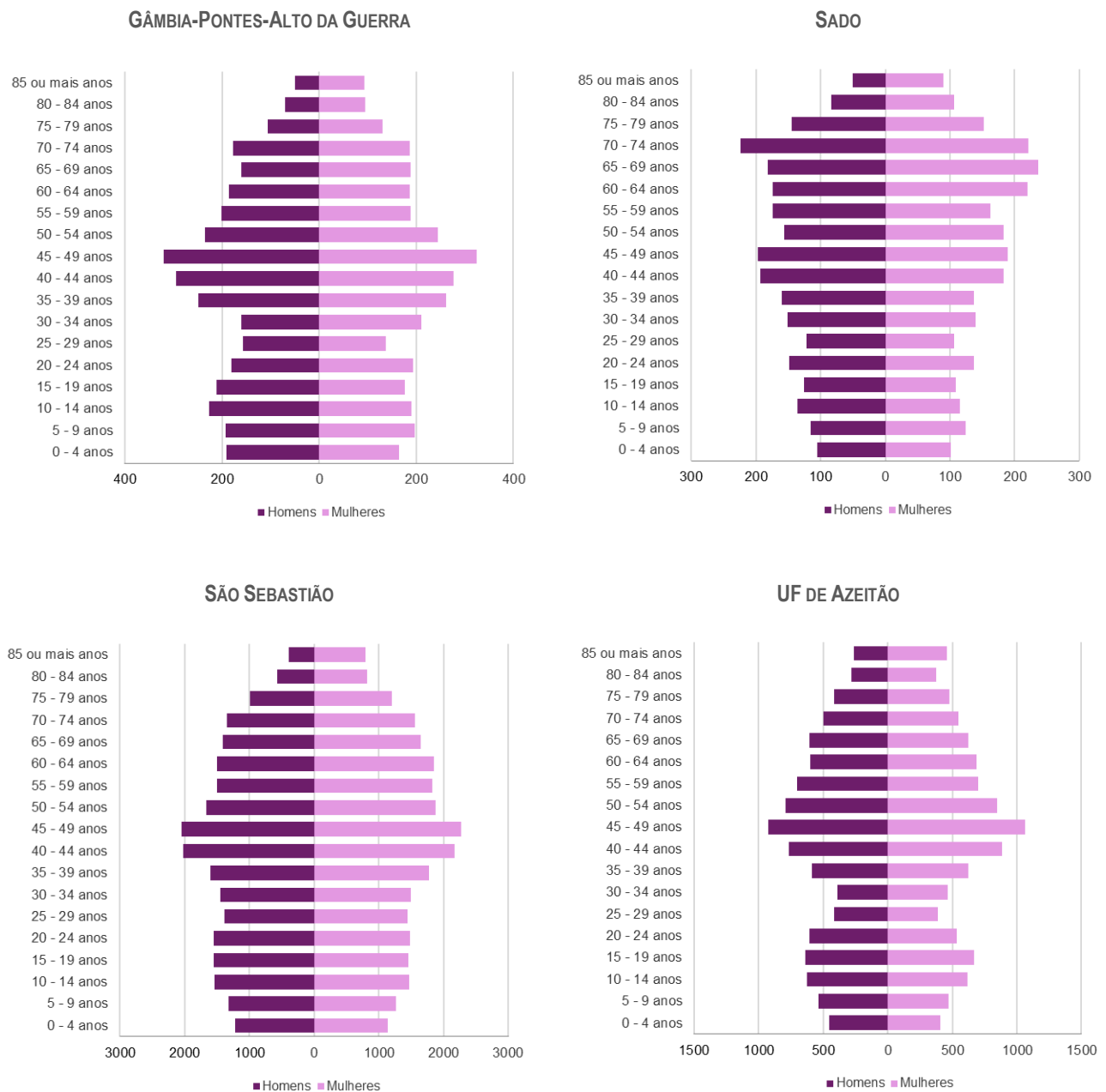
Este alargamento estende-se aos níveis etários mais velhos, denotando uma tendência de envelhecimento populacional, marcada por um aumento do número de idosos quando comparado com o número de jovens.

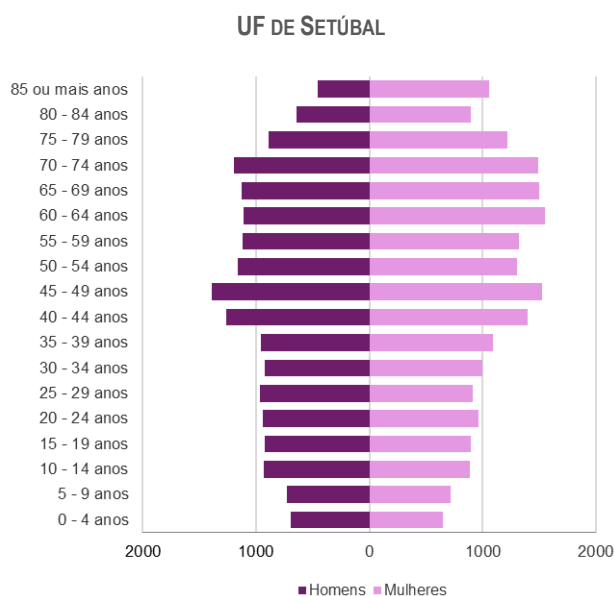
Ainda assim, Setúbal apresenta uma certa manutenção dos níveis da natalidade, não sendo notório um encolhimento da base da pirâmide entre 2001 e 2011, embora seja mais visível em 2021. Onde há alguma redução populacional notória, em 2011 face a 2001, é nos dos indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 29 anos, que em 2021 se vai refletir nos grupos etários seguintes.

Ao nível das freguesias, a dinâmica registada é relativamente semelhante no caso de São Sebastião e da UF de Setúbal, o que se explica com o facto do quantitativo populacional mais elevado destas unidades se refletir de forma mais evidente na estrutura populacional concelhia.

Já no que diz respeito às outras 3 freguesias com menor efetivo populacional, são notórias algumas alterações relevantes. No caso de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e da UF de Azeitão verificou-se um alargamento das classes etárias da base, o que transparece a atração de população em idade ativa, que se faz acompanhar pelos seus filhos e que assim contribui para o aumento da taxa de natalidade dessas localidades, gerando uma dinâmica de crescimento populacional. No caso da freguesia do Sado, houve um alargamento das classes situadas no topo da pirâmide.

FIGURA 13 – PIRÂMIDES ETÁRIAS DAS FREGUESIAS DO CONCELHO DE SETÚBAL (N.º), EM 2021





Fonte: INE

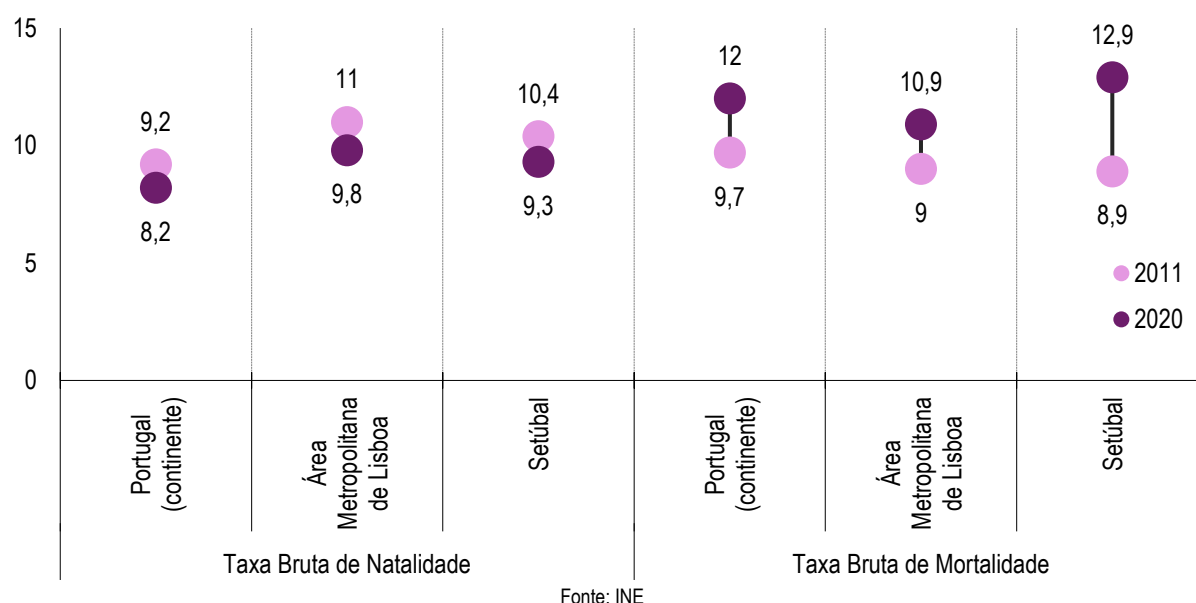
Importa salientar a manutenção da tendência de envelhecimento populacional. Note-se que apenas na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra a proporção da população com 65 ou mais anos de idade é inferior a 20%, proporção esta que, no ano de 2021 e no caso da UF do Sado atinge os 27,9%, perto dos 27,7% da UF de Setúbal. A freguesia do Sado foi a que observou o maior aumento do escalão etário dos maiores de 65 anos, aumentando 10pp em 10 anos (2011-2021).

QUADRO 20 – POPULAÇÃO RESIDENTE POR ESCALÃO ETÁRIO (%), EM 2011 E 2021

Freguesia	2011				2021			
	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 ou mais	0 - 14	15 - 24	25 - 64	65 ou mais
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	19,0	9,2	57,2	14,6	17,1	11,2	53,3	18,4
Sado	14,8	10,7	56,6	17,9	13,0	9,7	49,4	27,9
São Sebastião	17,4	10,9	56,3	15,3	15,1	11,5	53,0	20,4
UF de Azeitão	18,6	9,5	55,5	16,4	14,8	11,7	51,7	21,7
UF de Setúbal	13,0	10,0	53,8	23,2	12,2	9,9	50,3	27,7
TOTAL	16,1	10,3	55,5	18,1	14,2	10,9	51,8	23,1

Fonte: INE

FIGURA 14 – TAXA BRUTA DE MORTALIDADE E TAXA BRUTA DE NATALIDADE (‰), EM 2011 E 2020



Os dados do INE relativos a 2020 apresentam uma redução da taxa bruta de natalidade em Setúbal, que baixou dos 10,4‰ em 2011 para os 9,3‰ em 2020. Ainda que este valor seja inferior ao verificado na média da AML para o mesmo período, é mais elevado do que a média nacional (Portugal continental).

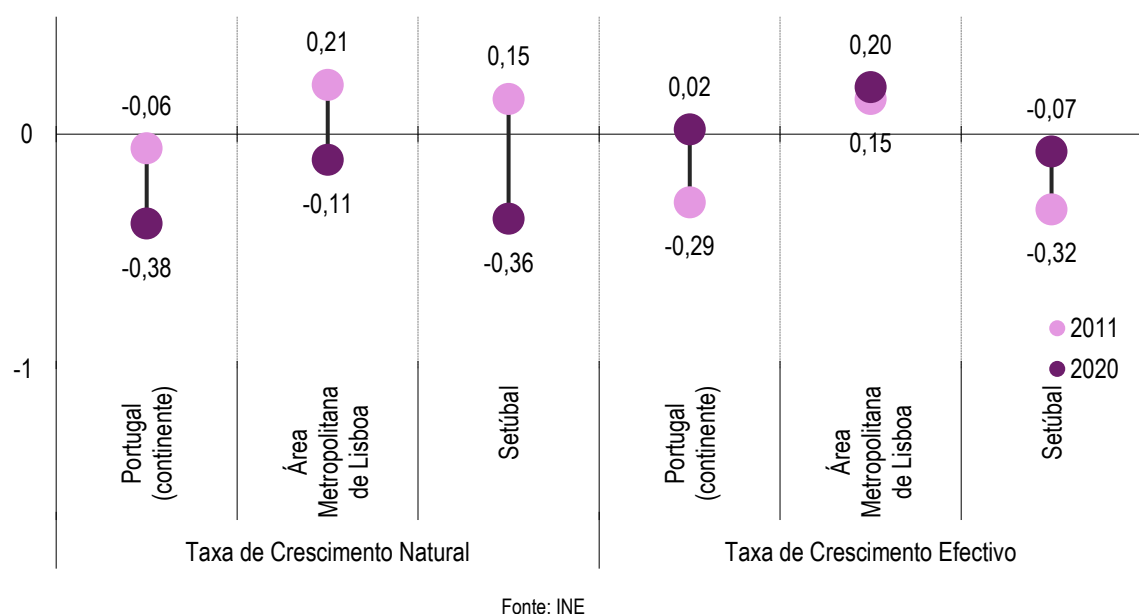
Situação semelhante ocorre na taxa bruta de mortalidade, que passou dos 8,9‰ para os 12,9‰ no mesmo período, destacando-se o facto de ter sido em Setúbal que se registou o maior aumento nacional neste indicador.

A dinâmica verificada nestes indicadores demográficos indicia uma tendência de perda de dinamismo demográfico, o que fica reforçado com base nos dados relativos ao saldo natural e migratório que, em 2020, foi negativo em ambos os casos no concelho de Setúbal. Note-se que, em 2011, Setúbal apresentava um saldo natural positivo (179), o que não voltou a verificar-se desde então, apresentando um saldo de -417 (2020), que se agravou em 2021 (-697). O saldo migratório apresentava-se negativo em ambos os períodos, sendo que no caso da AML o mesmo foi positivo em 2011 (8.818).

FIGURA 15 – SALDO NATURAL E SALDO MIGRATÓRIO (N.º), EM 2011 E 2020



FIGURA 16 – TAXA DE CRESCIMENTO NATURAL E TAXA DE CRESCIMENTO EFETIVO (%), EM 2011 E 2020



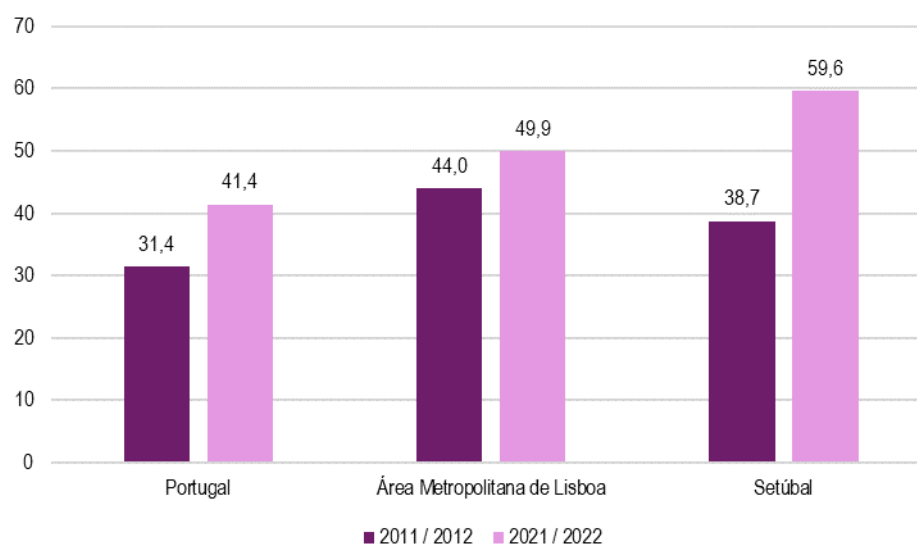
Esta dinâmica denota a alteração dos mecanismos que desencadearam o dinamismo demográfico registado até 2011, justificando a diferença populacional que se observava entre 2011 (121.185) e 2020 (114.278), e refletindo uma taxa de crescimento negativo na ordem dos 5,7%. Note-se, porém, que estes dados comparam os valores observados em 2011, que provêm dos Censos, e os de 2020, que constituem estimativas do INE.

3.4. PERFIL SOCIOECONÓMICO

O perfil socioeconómico visa caracterizar de forma sintética e objetiva alguns aspetos relevantes em matéria social e económica, com destaque para o perfil de qualificações da população residente, assim como para o dinamismo económico verificado nos últimos anos.

Relativamente às qualificações da população é notória uma melhoria generalizada no período mais recente, destacando-se o aumento da taxa de escolarização no ensino superior (proporção de jovens com idade entre os 18 e 22 anos a frequentar o ensino superior). Em 2011/2012 essa taxa era de 38,7%, valor inferior ao da AML, tendo atingido os 59,6% em 2021/2022, sendo já superior ao da AML na atualidade (49,9%).

FIGURA 17 – TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR DA POPULAÇÃO COM IDADE ENTRE OS 18 E 22 ANOS (%), EM 2011/2012 E 2021/2022



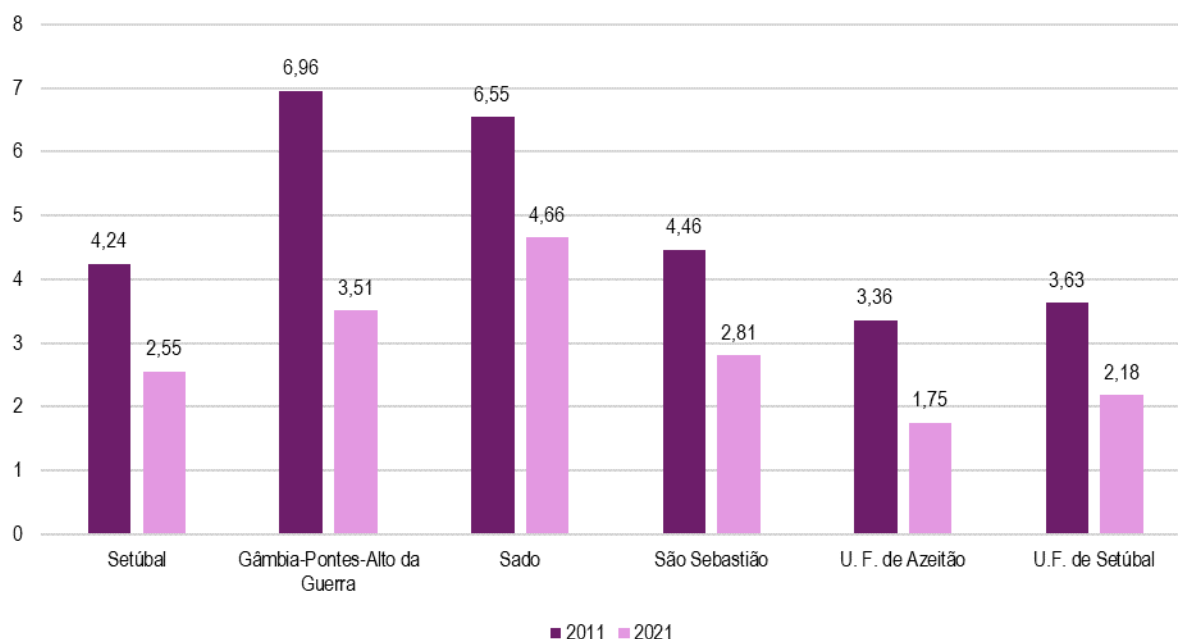
Fonte: INE

A melhoria das qualificações não se limita aos níveis superiores da aprendizagem, dado que a taxa de analfabetismo apresentou também uma evolução positiva entre 2011 e 2021, tendo sido notória uma redução significativa em todas as freguesias que constituem o concelho.

Destaque-se a redução observada em Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, que passou de uma taxa de analfabetismo de quase 6,96%, o valor mais elevado do concelho em 2011, para os 3,51%, em 2021.

A média do concelho que se situava em 4,24%, em 2011, é exemplo da evolução positiva que se verificou em todas as freguesias, tendo baixado para os 2,55% em 2021.

FIGURA 18 – TAXA DE ANALFABETISMO (%), EM 2011 E 2021



Fonte: INE

Considerando o universo da população residente com idade igual ou superior a 15 anos, verifica-se que, em 2011, o nível de escolaridade completo mais comum, oscilava entre o 1.º CEB (Sado, São Sebastião, UF de Azeitão) e o Ensino Secundário (Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e UF de Setúbal). Em 2021 houve uma evolução positiva do nível de escolaridade, sendo que o ensino secundário e pós-secundário passou a ser o mais representativo em todas as freguesias, com exceção da freguesia do Sado, onde o primeiro ciclo persiste como o mais representativo.

Destaque-se também o facto de apenas na UF de Setúbal e na UF de Azeitão a população com 15 ou mais anos de idade sem escolaridade ser inferior à média concelhia (4,9%), sendo que atinge os 6,8% no Sado (8,6%, em 2011). Relativamente ao Ensino Superior, verificava-se que é na UF de Azeitão que tem maior expressão (28,7%), reforçando a prevalência dos níveis de escolaridade mais elevados nesta freguesia, já que 57,7% da sua população tem o ensino secundário ou superior concluído. Em São Sebastião, freguesia mais populosa, 15,4% do universo populacional em análise apresenta o ensino superior como nível de escolaridade mais elevado completo.

QUADRO 21 – NÍVEL DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADO CONCLUÍDO PELA POPULAÇÃO RESIDENTE COM IDADE IGUAL OU SUPERIOR A 15 ANOS (%), POR FREGUESIA, EM 2021

Freguesia	Nível de escolaridade mais elevado completo (%)					
	Sem nível de escolaridade completo	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino Secundário (e pós secundário)	Ensino Superior
Gâmbia-Pontes- Alto da Guerra	5,7	18,0	6,3	17,8	28,2	24,0
Sado	6,8	27,7	10,2	20,3	26,0	9,0

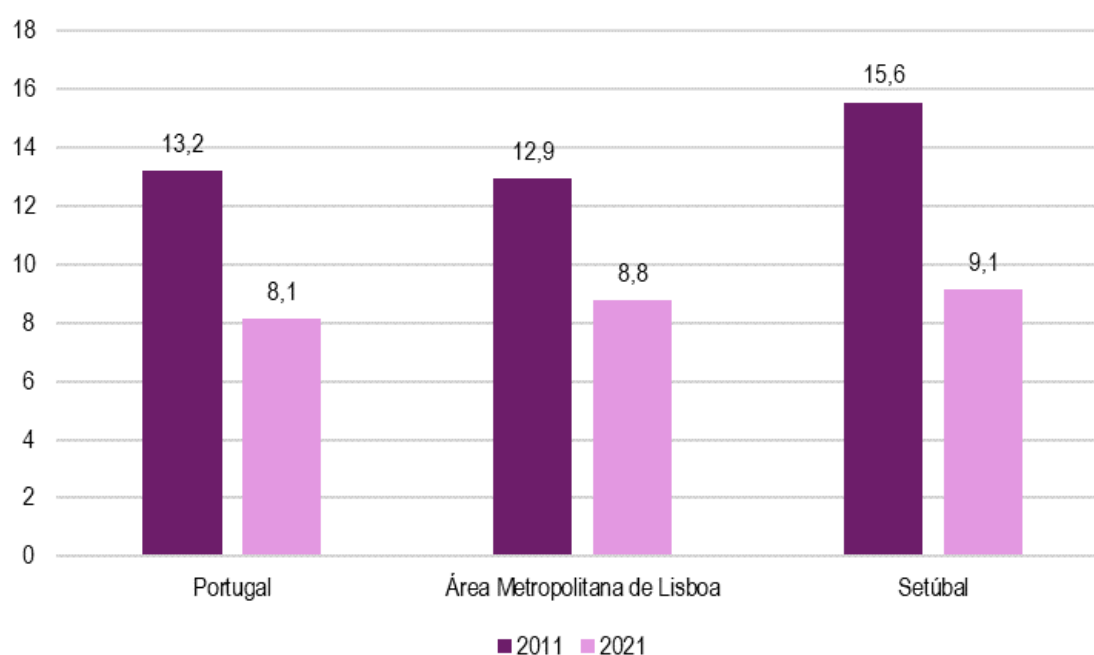
Freguesia	Nível de escolaridade mais elevado completo (%)					
	Sem nível de escolaridade completo	1.º CEB	2.º CEB	3.º CEB	Ensino Secundário (e pós secundário)	Ensino Superior
São Sebastião	5,4	18,4	9,5	22,1	29,2	15,4
UF de Azeitão	3,6	14,3	6,5	17,9	29,0	28,7
UF de Setúbal	4,6	16,2	6,8	19,3	27,6	25,4
TOTAL	4,9	17,4	8,0	20,2	28,5	20,9

Fonte: INE

Em todo o caso, os dados relativos à proporção da população residente com o ensino superior (com 21 ou mais anos) têm vindo a registar um aumento desde 2011, ano em que apenas 16,2% da população residente no concelho tinha esse nível de escolaridade, valor que, em 2021, se situava já nos 22,59%. Ainda que em 2021 este valor fosse ainda inferior ao da média da AML (28,67%), a tendência observada indicia uma crescente representatividade dos diplomados no contexto populacional global do concelho, sendo expectável que se venha a aproximar do nível médio metropolitano.

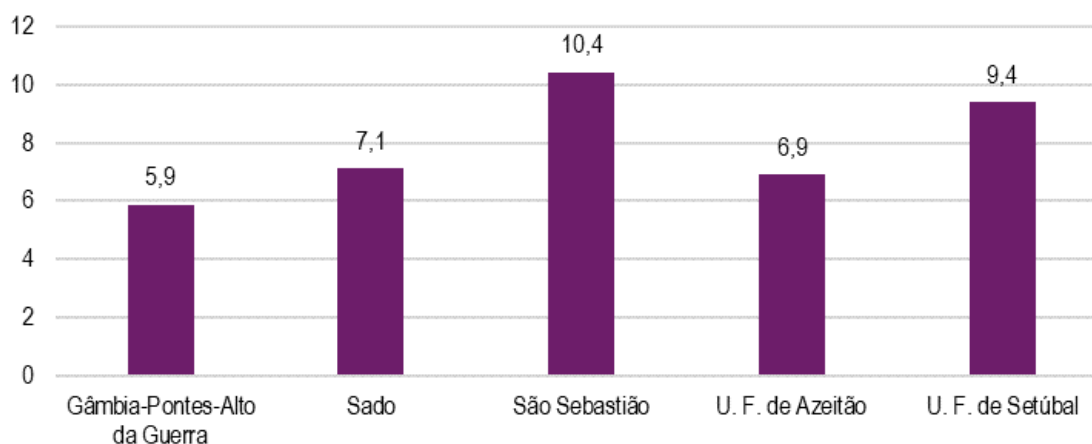
A taxa de desemprego concelhia registada nos dois últimos anos censitários era mais elevada que a média nacional e da AML. Ao nível interno existem também algumas diferenças no que diz respeito a este indicador, com a freguesia de São Sebastião a apresentar uma taxa de desemprego mais elevada que as demais, na ordem dos 10%, ao passo que a Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra e a UF de Azeitão apresentavam valores mais baixos, 5,9% e 6,9%, respetivamente.

FIGURA 19 – TAXA DE DESEMPREGO (%), EM 2011 E 2021



Fonte: INE

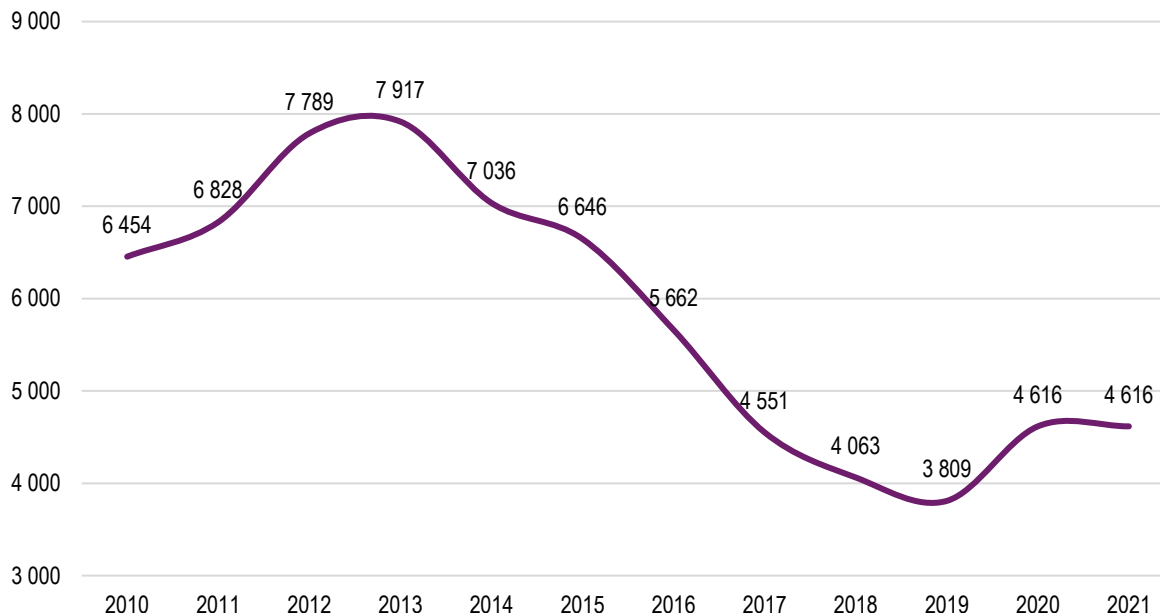
FIGURA 20 – TAXA DE DESEMPREGO (%), POR FREGUESIA EM 2021



Fonte: INE

A dinâmica observada, assim como as diferenças internas entre as freguesias do concelho, estarão relacionadas com a dinâmica laboral e a tipologia de empresas que operam na região que, em função das suas características, poderão estar mais ou menos expostas aos fatores geradores de maiores constrangimentos à sua atividade.

FIGURA 21 – DESEMPREGADOS INSCRITOS NO MÊS DE DEZEMBRO (N.º), EM SETÚBAL, VÁRIOS ANOS

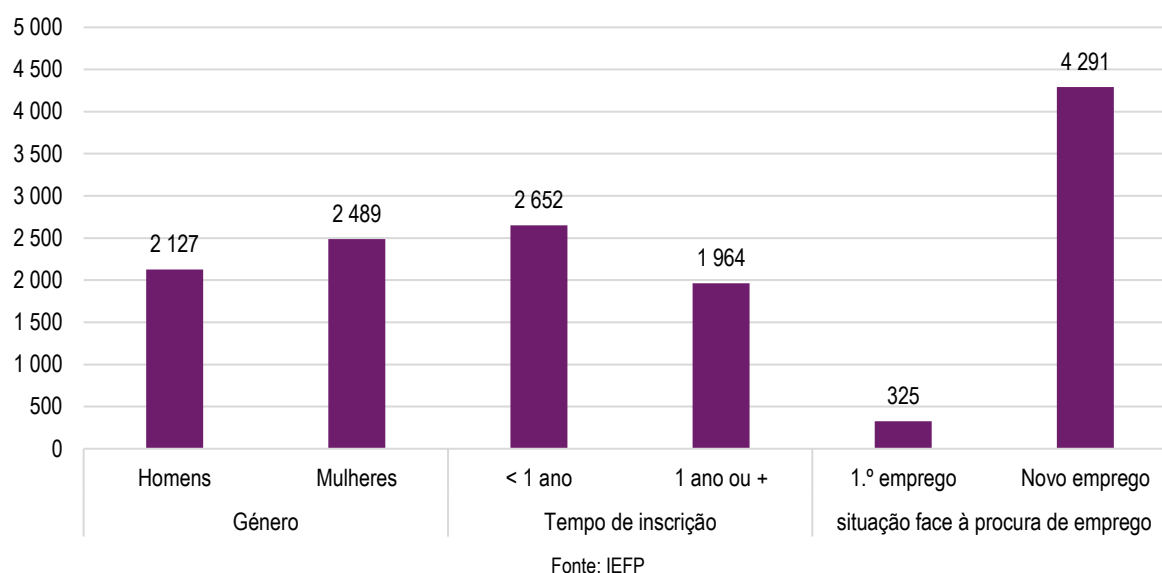


Fonte: IEFP

No último decénio, o número de desempregados inscritos no final de cada ano apresentou uma tendência decrescente, tendo atingido o valor mais elevado em 2013, com um total de 7.917 inscritos. Em 2019 o valor tinha baixado para menos de metade, situando-se nos 3.809. No entanto, de 2019 para 2020 houve um aumento para os 4.616, facto a que não será alheio a problemática desencadeada com a crise pandémica da Covid-19. Em 2021 o valor registado era semelhante ao observado em dezembro de 2020.

Dados mais detalhados sobre o universo de desempregados inscritos em dezembro de 2021 permitem identificar um maior número de mulheres nesta situação comparativamente ao número de homens (2.489 e 2.127, respetivamente). Era também notória a prevalência das inscrições inferiores a 1 ano, ainda que cerca de 42,5% dos desempregados estivesse inscrito há mais tempo. Por outro lado, a quase totalidade dos desempregados encontrava-se à procura de novo emprego, sendo que apenas 325 procuravam o primeiro emprego.

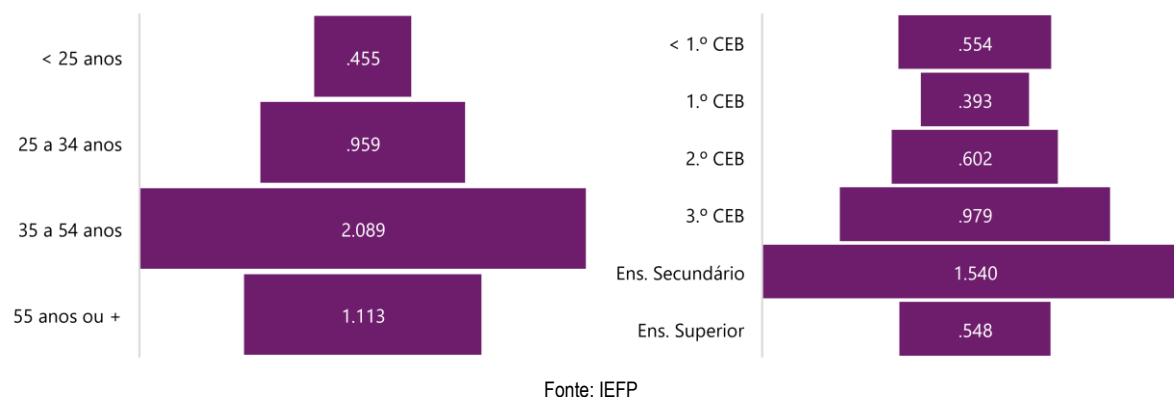
FIGURA 22 – CARACTERÍSTICAS DOS DESEMPREGADOS (N.º), EM DEZEMBRO DE 2021



Em termos etários, o grupo etário dos 35 aos 54, com um total de 2.089 desempregados, era o mais relevante, sendo que o escalão etário mais jovem (inferior aos 25 anos de idade) tinha menor expressão.

No que diz respeito à formação destes indivíduos, era notória a maior prevalência do ensino secundário, seguindo-se o 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico. Esta situação reflete uma aparente menor propensão para os indivíduos com o ensino superior serem afetados por uma situação de desemprego.

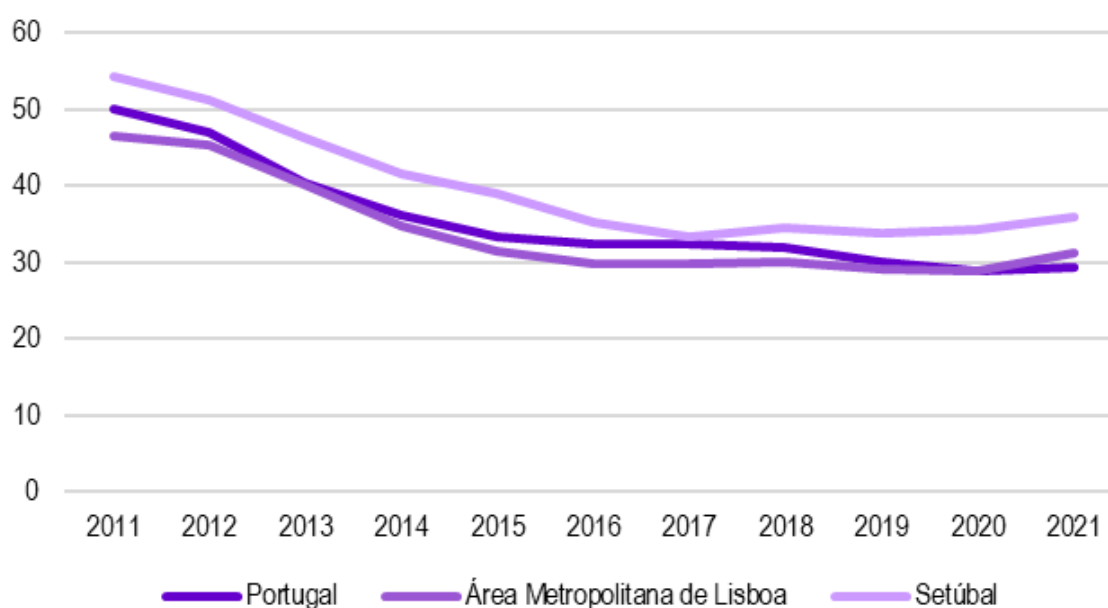
FIGURA 23 – GRUPO ETÁRIO E NÍVEL DE ESCOLARIDADE DOS DESEMPREGADOS (N.º), EM DEZEMBRO DE 2021



Em matéria de prestações sociais, a proporção de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI) em Setúbal tem sido superior ao verificado ao nível nacional e da AML. Ainda assim, a partir de 2011, regista-se uma tendência generalizada para a diminuição do número de beneficiários desta medida, que em 2017 atingiu o valor mais baixo (33,3‰).

A evolução registada pode estar relacionada com a alteração nos critérios de elegibilidade, que tornou mais restrito o conjunto de indivíduos que pode aceder a esta prestação. Ainda assim, o facto de, em termos comparativos, Setúbal apresentar uma maior proporção populacional enquadrada nestas condições, pode indiciar uma situação social mais gravosa face à verificada noutros concelhos da AML.

FIGURA 24 – BENEFICIÁRIOS DO RSI POR 1.000 HABITANTES EM IDADE ATIVA (‰), VÁRIOS ANOS

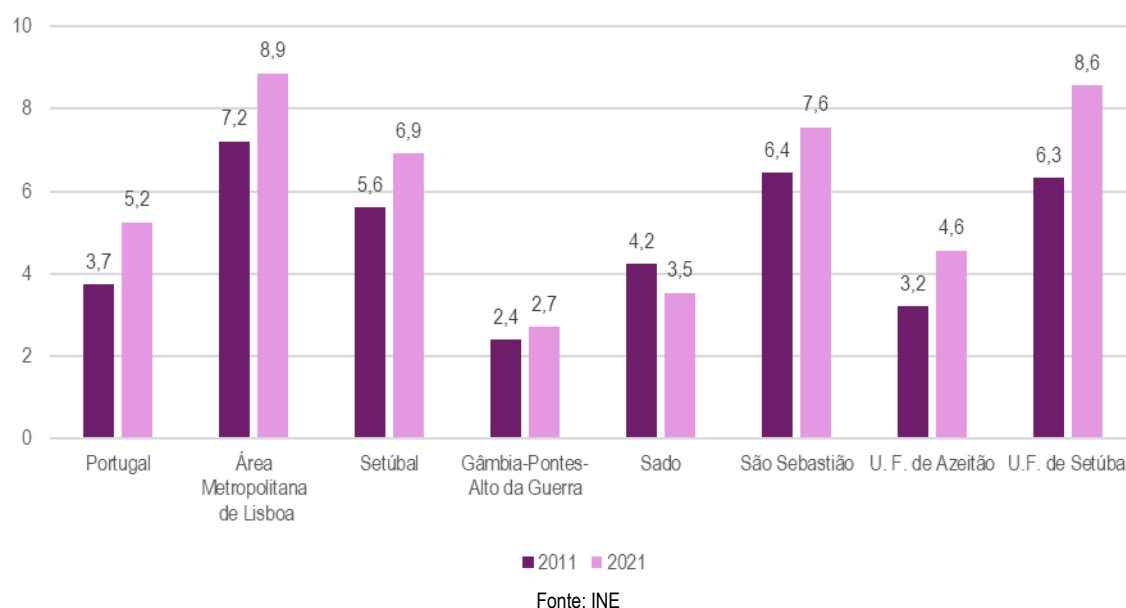


Fonte: INE

A distribuição etária dos beneficiários de RSI em Setúbal indicava que, de um total de 3.496 beneficiários em 2021, 1.617 tinham 25 ou menos anos de idade, o que corresponde a 46% do total. Os restantes escalões etários apresentam uma proporção mais moderada, sendo que apenas o grupo dos 40 aos 54 anos ultrapassava os 20%.

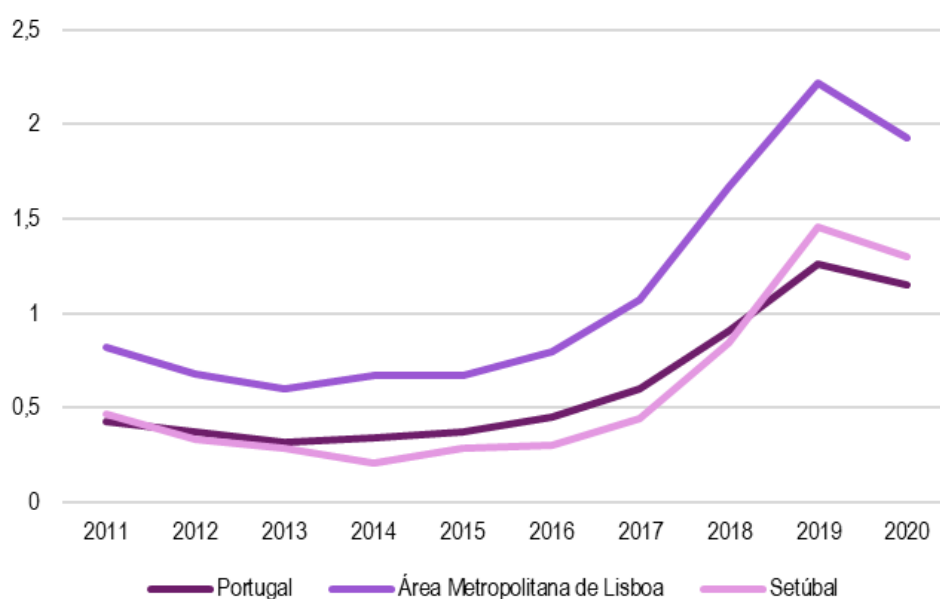
Também relevante para compreender o perfil social do concelho de Setúbal, é a dimensão da população residente de nacionalidade estrangeira, cuja proporção tem vindo a aumentar significativamente, ainda que ao nível concelhio não supere a observada na AML. Em 2021, na UF de Setúbal a proporção de residentes de nacionalidade estrangeira era de 8,6%, o valor mais elevado do conjunto de freguesias do concelho.

FIGURA 25 – PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO RESIDENTE DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA (%), VÁRIOS ANOS



Dados mais recentes relativos ao número de pedidos de população estrangeira que solicitou estatuto de residente por cada 100 habitantes, indicia a retoma do interesse por pessoas de nacionalidade estrangeira em fixar-se nas várias unidades territoriais em análise. Após uma fase de abrandamento, entre 2011 e 2014, as solicitações para obtenção de estatuto de residente subiram consideravelmente. Ainda que em Setúbal tenham uma proporção inferior à observada na AML, a tendência recente fez com que se registem mais pedidos em Setúbal face ao valor nacional, o que pode vir a aumentar a preponderância destes cidadãos na estrutura populacional do concelho. Os efeitos da Pandemia COVID-19 fazem-se sentir no pós-2019, com a diminuição destas solicitações.

FIGURA 26 – POPULAÇÃO ESTRANGEIRA QUE SOLICITOU ESTATUTO DE RESIDENTE POR 100 HABITANTES (%), VÁRIOS ANOS



Finalmente, no que diz respeito à dimensão e tipologia familiar, verifica-se que as famílias compostas por duas pessoas eram as mais comuns (17.257), seguindo-se as famílias de uma pessoa (13.897) e as de 3 pessoas (10.597). As freguesias em que as famílias com 5 pessoas ou mais tinham maior expressão, eram São Sebastião (1.176), a UF de Setúbal (589) e a UF de Azeitão (463).

QUADRO 22 – NÚMERO DE FAMÍLIAS POR DIMENSÃO DO AGREGADO FAMILIAR (N.º), POR FREGUESIA, EM 2021

Freguesia	Número de pessoas por família									
	2011					2021				
	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 pessoas ou mais	1 pessoa	2 pessoas	3 pessoas	4 pessoas	5 pessoas ou mais
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	355	651	578	7.123	114	471	756	593	521	151
Sado	375	741	584	434	132	451	743	466	298	148
São Sebastião	4.685	6.609	5.218	359	1.205	5.874	7.245	4.608	2.915	1.176
UF de Azeitão	1.185	2.189	1.800	2.996	399	1.649	2.594	1.823	1.385	463
UF de Setúbal	4.648	5.681	3.457	1.364	599	5.539	5.919	3.107	1.836	589
TOTAL	11.248	15.871	11.637	7.123	2.449	13.897	17.257	10.597	6.955	2.527

Fonte: INE

No caso dos dados de 2011, onde é possível maior desagregação, verifica-se que, no caso das famílias compostas por duas pessoas, a tipologia mais comum era o casal (de direito ou de facto) sem filhos, embora se identificasse também um total de 173 famílias compostas por um pai com um filho de menos de 25 anos, e 1.574 famílias constituídas por uma mãe com um filho de menos de 25 anos. No caso das famílias de 3 pessoas, a tipologia do casal (de direito ou de facto) com um filho com menos de 25 anos situava-se na 6.843, sendo que havia 176 casos de pais com pelo menos um filho com menos de 25 anos e 1.164 casos de mães com pelo menos um filho com menos de 25 anos.

Nota final para uma breve caracterização do tecido empresarial instalado em Setúbal, que, em 2020, era composto por um total de 13.640 estabelecimentos que empregavam 34.944 pessoas. Os sectores com maior número de postos de trabalho eram as atividades administrativas e os serviços de apoio, o comércio por grosso e a retalho e a indústria transformadora.

QUADRO 23 – ESTABELECIMENTOS E PESSOAL AO SERVIÇO POR SECTOR DE ATIVIDADE ECONÓMICA (N.º E %), EM SETÚBAL, EM 2020

Sector de Atividade Económica	Estabelecimentos		Pessoal ao serviço	
	n.º	%	n.º	%
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	460	3,4	n.d.	-
Indústrias extrativas	2	0,0	n.d.	-
Indústrias transformadoras	451	3,3	5.905	16,9
Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	31	0,2	73	0,2
Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	16	0,1	218	0,6
Construção	831	6,1	4.065	11,6
Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	2.321	17,0	5.501	15,7
Transportes e armazenagem	355	2,6	1.281	3,7
Alojamento, restauração e similares	1.370	10,0	3.303	9,5
Atividades de informação e de comunicação	244	1,8	452	1,3
Atividades imobiliárias	516	3,8	752	2,2
Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	1.471	10,8	2.650	7,6
Atividades administrativas e dos serviços de apoio	2.218	16,3	4.288	12,3
Educação	746	5,5	1.167	3,3
Atividades de saúde humana e apoio social	1.328	9,7	2.451	7,0
Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	401	2,9	579	1,7
Outras atividades de serviços	879	6,4	1.097	3,1
TOTAL	13.640	100	34.944	100

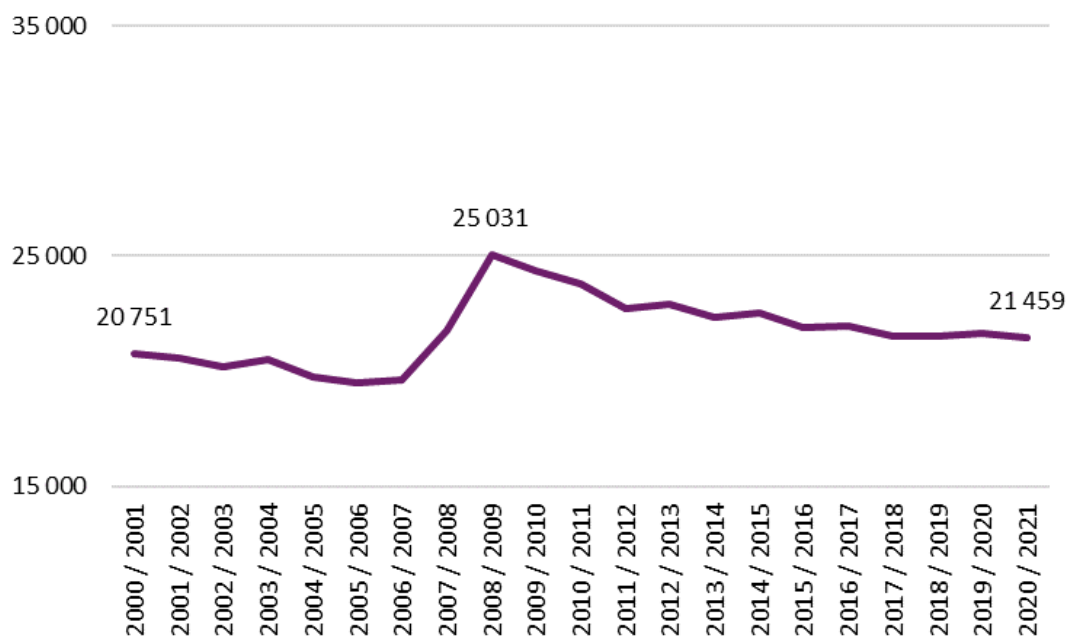
Fonte: INE

3.5. SITUAÇÃO EDUCATIVA

O número de alunos matriculados no ensino não-superior em Setúbal registou um forte aumento entre o ano letivo de 2006/2007 e 2008/2009, uma vez que se passou de um total de 19.620 alunos para 25.031. Em 2008/2009 atingiu-se o maior número de matrículas das últimas duas décadas. Esta subida rompeu ainda com a estagnação verificada no número de matrículas ocorridas nos anos letivos anteriores.

Não obstante, após esse pico no número de matrículas, ocorreu nova fase de diminuição, contribuindo para que o total de alunos matriculados em 2020/2021 se tenha situado nos 21.459.

FIGURA 27 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO NÃO SUPERIOR (N.º), EM SETÚBAL, VÁRIOS ANOS

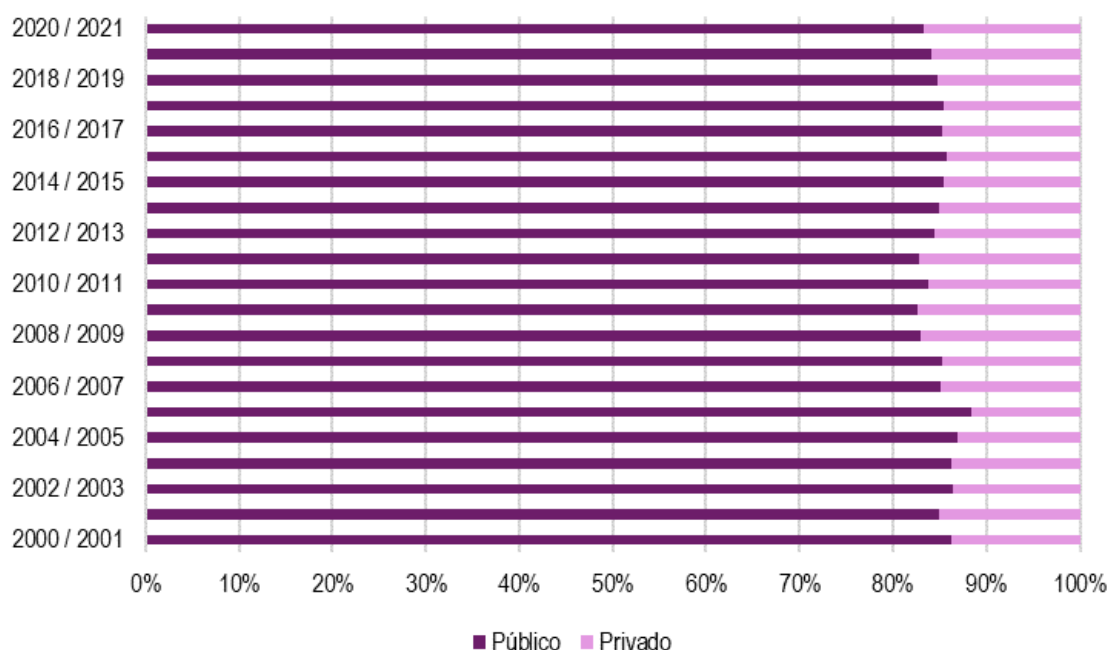


Fonte: INE

No mesmo período, a proporção de alunos matriculados no ensino público foi sempre superior a 82%. Os anos letivos em que a proporção de alunos do ensino privado foi mais elevada foi em 2008/2009, 2009/2010 e 2011/2012, com 17,1%, 17,3% e 17,2%, respetivamente, o que corresponde a 4.272 alunos, em 2008/2009, a 4.220 alunos, em 2009/2010, e a 3.905, em 2011/2012. Em termos absolutos, 2008/2009, foi o ano letivo com maior número de crianças e jovens matriculados no ensino privado.

Esta distribuição evidencia a importância dos estabelecimentos da rede pública de ensino, sem perda de importância da rede privada, mantendo uma proporção de alunos relativamente estável, apesar das oscilações verificadas no universo total de alunos matriculados no concelho.

FIGURA 28 – PROPORÇÃO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS ESTABELECIMENTOS (%), POR NATUREZA, EM SETÚBAL, VÁRIOS ANOS



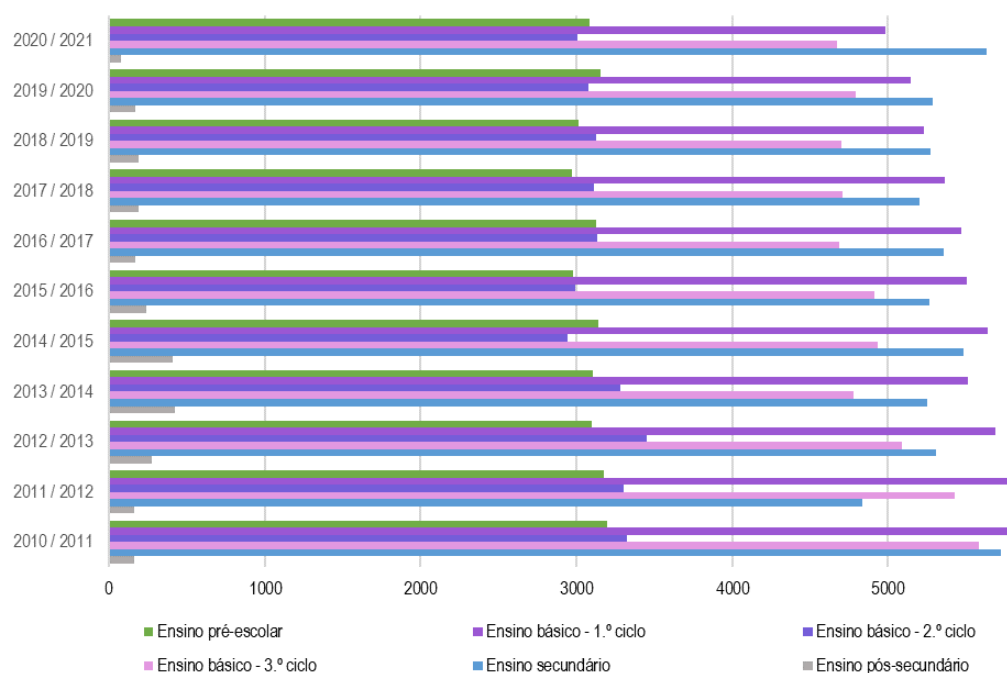
Fonte: INE

No que diz respeito à sua distribuição por níveis de ensino ao longo dos últimos anos letivos, ilustrada na figura abaixo, que abrange o período entre 2010/2011 a 2020/2021, eram notórias algumas oscilações relativamente ao ciclo de estudos com maior universo de alunos matriculados. Na totalidade dos anos letivos em análise, o 1.º CEB é o mais expressivo, variando entre os 23% e os 25% do total de alunos, o que representa mais de 5 mil alunos. O número de matriculados no ensino secundário é o segundo mais expressivo, com percentagens muito próximas do 1º CEB, com exceção do ano letivo 2011/2012, em que o 3º CEB foi o segundo ciclo com maior número de alunos matriculados.

Em termos proporcionais, e de um modo geral, os alunos do 1.º CEB e do ensino secundário representam cerca de 47 a 49% do universo total de alunos, sendo que, se adicionados os alunos do 3.º CEB, essa proporção oscila entre os 70% e os 72%.

Estes universos explicam-se pelo facto de serem nestes ciclos de estudos que estão enquadrados o maior número de anos formativos, nomeadamente, 4 no 1.º CEB e 3 no 3.º CEB e no ensino secundário.

FIGURA 29 – ALUNOS MATRICULADOS POR NÍVEL DE ENSINO (N.º), EM SETÚBAL, VÁRIOS ANOS



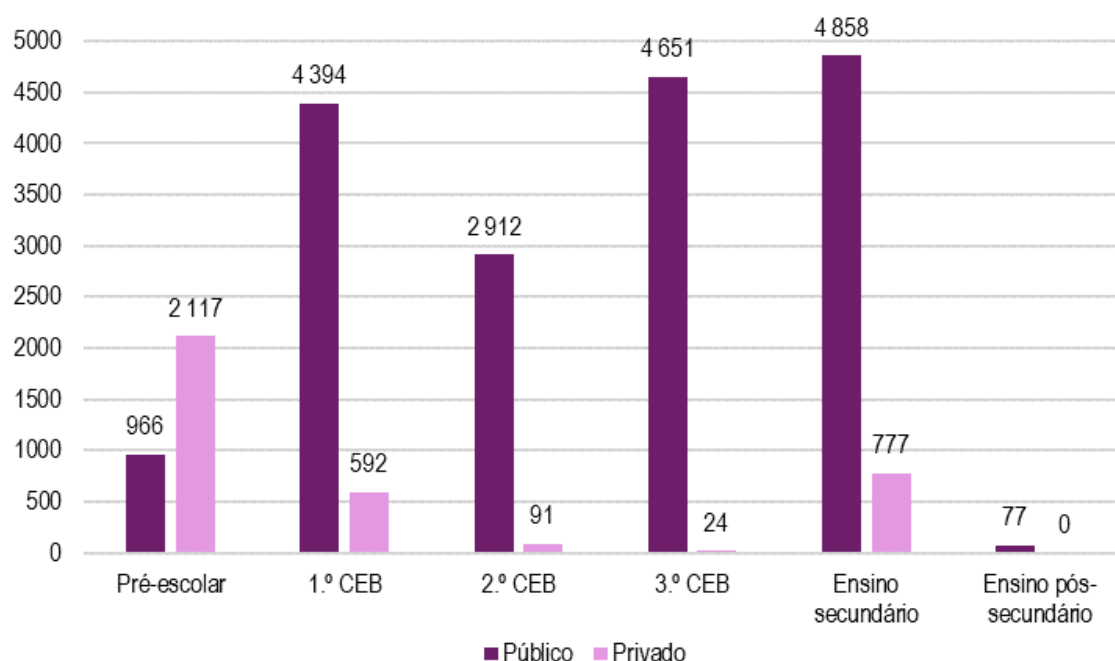
Fonte: INE

Considerando os dados relativos ao ano letivo 2020/2021, no qual se registou um total de 21.459 alunos nos vários níveis de ensino, foi no pré-escolar que as matrículas no privado tiveram maior expressão. De facto, a proporção de crianças inscritas no pré-escolar da rede privada era superior ao de crianças na rede pública (68,7% e 31,3%, respetivamente).

Nos restantes níveis de ensino o peso do privado teve menor expressão, destacando-se o ensino secundário, em que os 777 alunos representavam 13,8% do total e o 1.º CEB, em que os 592 alunos matriculados em estabelecimentos privados representavam 11,9% do total de alunos desse nível de ensino.

No 2.º CEB os 91 alunos do privado representavam 3,0% do total e no 3.º CEB a sua proporção era muito baixa (0,5%), sendo inexistente no caso da oferta educativa de nível pós-secundário.

FIGURA 30 – ALUNOS MATRICULADOS POR NÍVEL DE ENSINO E NATUREZA (N.º), EM SETÚBAL, EM 2020/2021

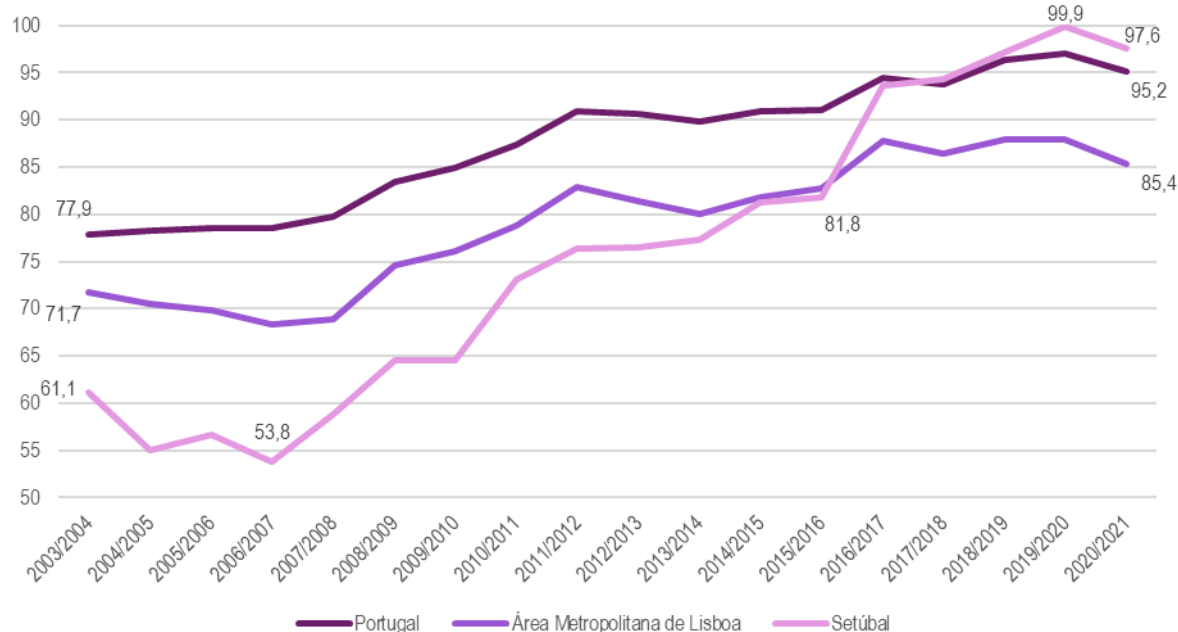


Fonte: INE

As dinâmicas observadas ao nível da procura registada pelos vários níveis de ensino têm expressão nas taxas brutas de escolarização dos vários níveis de ensino.

Neste âmbito, destaque-se o desempenho positivo de Setúbal no incremento da taxa bruta de pré-escolarização. Em termos comparativos, no início do século, o valor do concelho era inferior ao da média nacional e ao da AML. Porém, o incremento observado nos últimos anos letivos fez com a taxa bruta de pré-escolarização de Setúbal tenha sido já mais elevada que a das médias da AML e do país, atingindo os 97,6%, face aos 85,4% e 95,2% das outras duas unidades territoriais em análise, respetivamente.

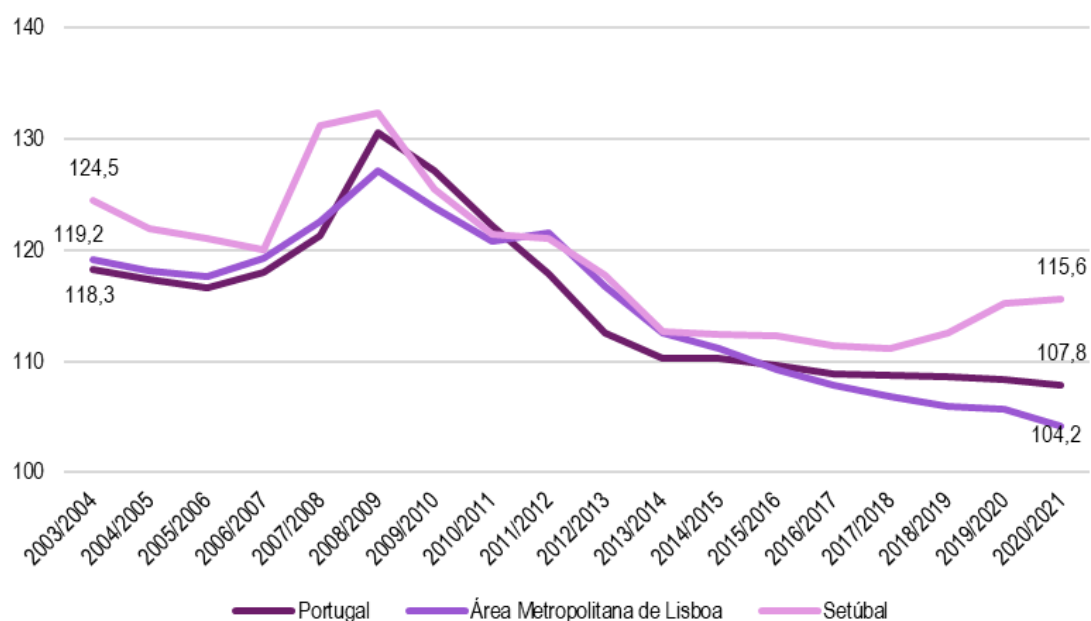
FIGURA 31 – EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DE PRÉ-ESCOLARIZAÇÃO (%), VÁRIOS ANOS



Fonte: INE

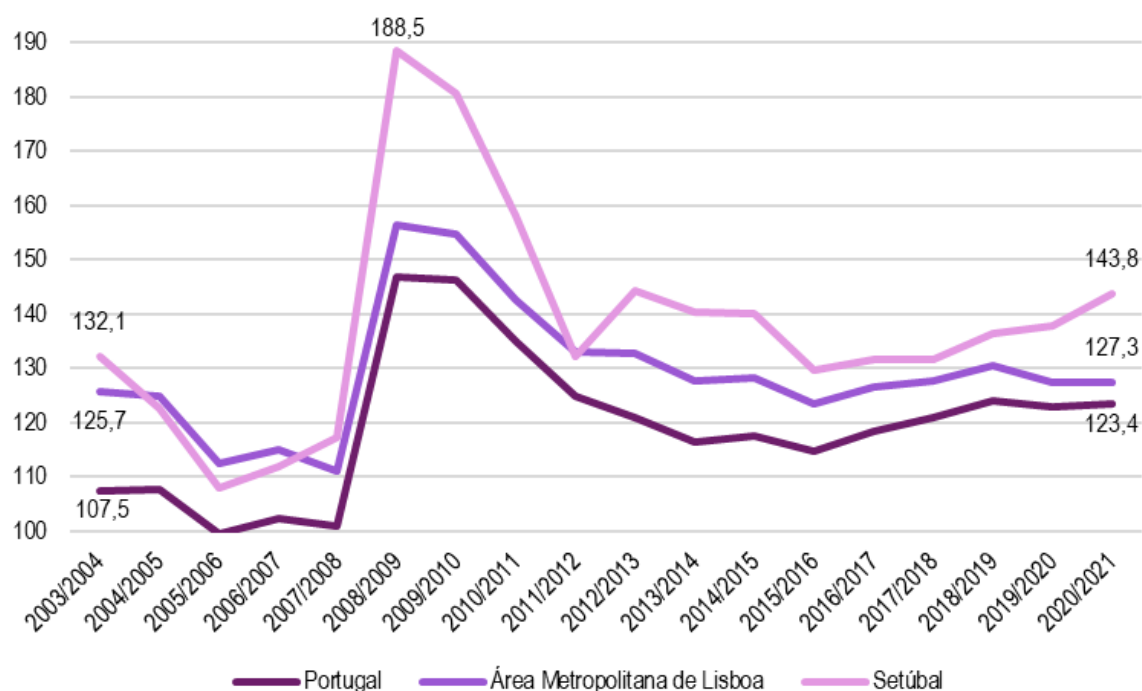
A taxa bruta de escolarização no ensino básico (que inclui os vários ciclos de ensino básico) de Setúbal apresenta uma tendência de descida, acentuada a partir de 2008/2009. Ainda assim, esta taxa apresenta sempre valores superiores a 100%, o que indica que todas as crianças da área territorial em questão estão inscritas nos estabelecimentos de ensino do básico e que existem ainda crianças inscritas provenientes de outros concelhos.

FIGURA 32 – EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO BÁSICO (%), VÁRIOS ANOS



Fonte: INE

FIGURA 33 – EVOLUÇÃO DA TAXA BRUTA DE ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO (%), VÁRIOS ANOS



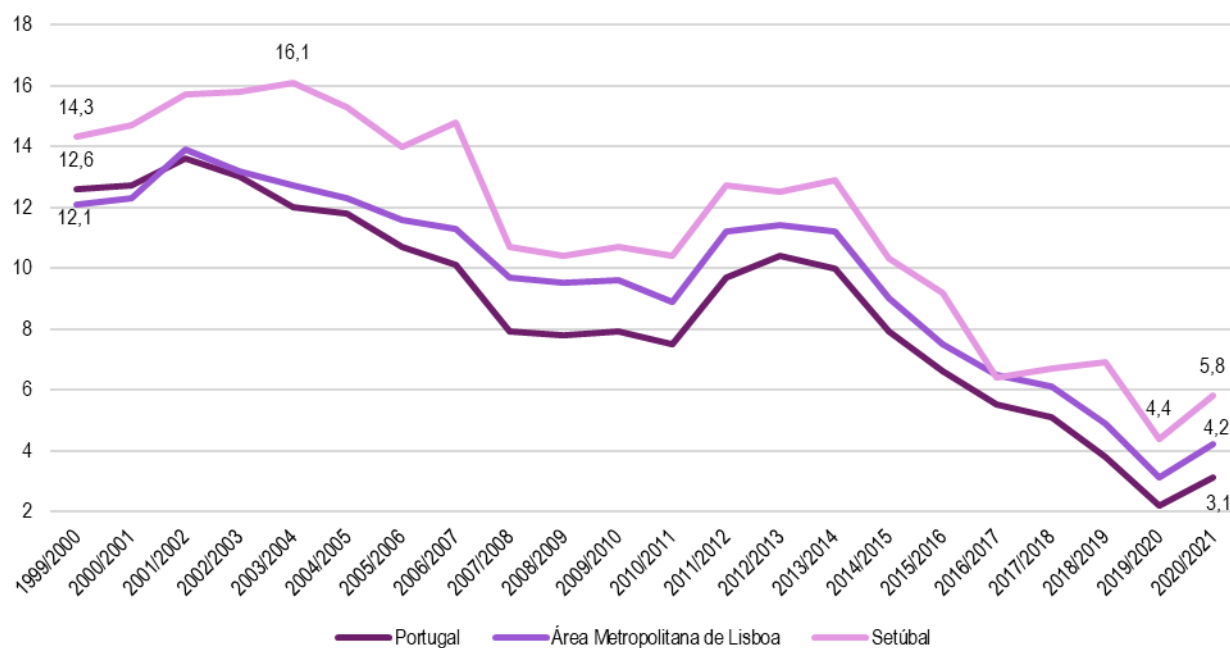
Fonte: INE

No que diz respeito à taxa bruta de escolarização no ensino secundário, Setúbal apresenta sistematicamente valores mais elevados aos observados ao nível nacional e na AML, tendo atingido o valor mais elevado em 2008/2009 com 188,5%.

Em matéria de aproveitamento e abandono escolares no ensino básico, verificam-se trajetórias semelhantes nas unidades territoriais em comparação, com uma tendência de decréscimo dos alunos retidos no ensino básico, ainda que seja notório um aumento de 2017/2018 para 2018/2019. Diminuindo novamente nos anos letivos seguintes.

Ainda assim, destaque-se que o valor observado relativo a Setúbal é sempre superior aos valores médios nacional e da AML, o que indicia a presença de desafios acrescidos na comunidade escolar concelhia nesta matéria, desafios estes que deverão merecer uma intervenção mais robusta e orientada.

FIGURA 34 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE RETENÇÃO E ABANDONO ESCOLAR NO ENSINO BÁSICO (%), VÁRIOS ANOS

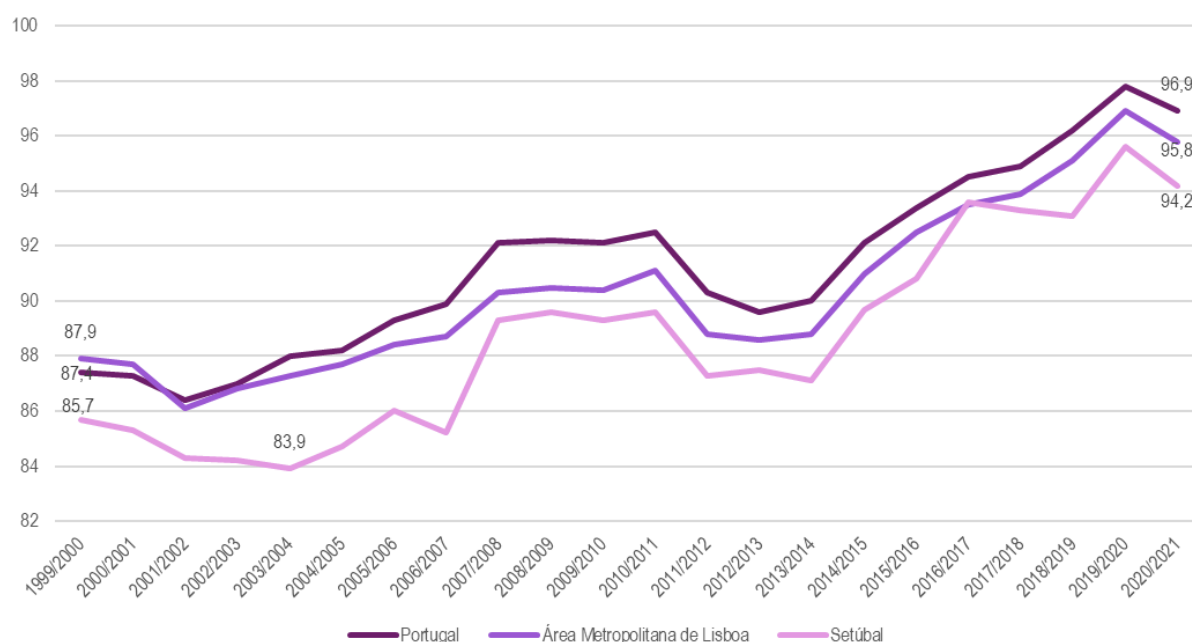


Fonte: INE

Finalmente, relativamente às taxas de transição e conclusão do ensino básico e ensino secundário, evidencia-se uma tendência de melhoria para todos os níveis de ensino, transversais às 3 unidades territoriais em análise.

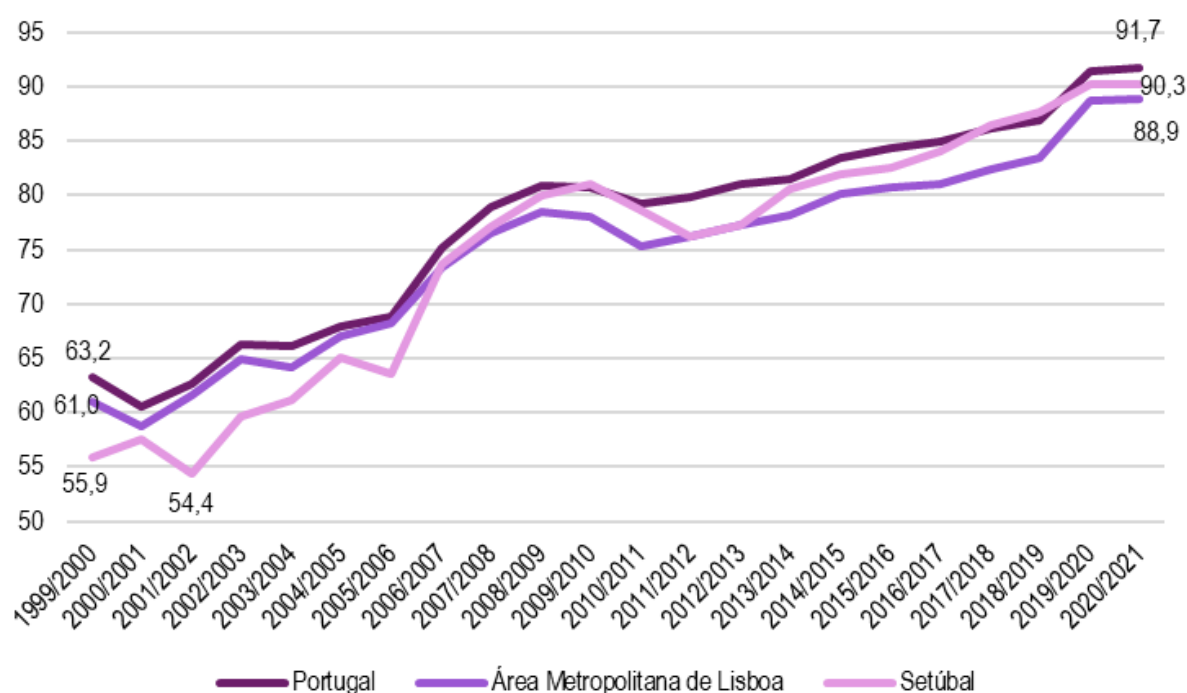
Ainda assim, a taxa de transição e conclusão do ensino básico de Setúbal foi, em 2020/2021, a mais baixa das unidades em análise (AML e Portugal), registando um abrandamento do aumento verificado até então; já no caso do ensino secundário foi mais elevada do que a taxa da AML.

FIGURA 35 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE TRANSIÇÃO E CONCLUSÃO NO ENSINO BÁSICO (%), VÁRIOS ANOS



Fonte: INE

FIGURA 36 – EVOLUÇÃO DA TAXA DE TRANSIÇÃO E CONCLUSÃO NO ENSINO SECUNDÁRIO (%), VÁRIOS ANOS

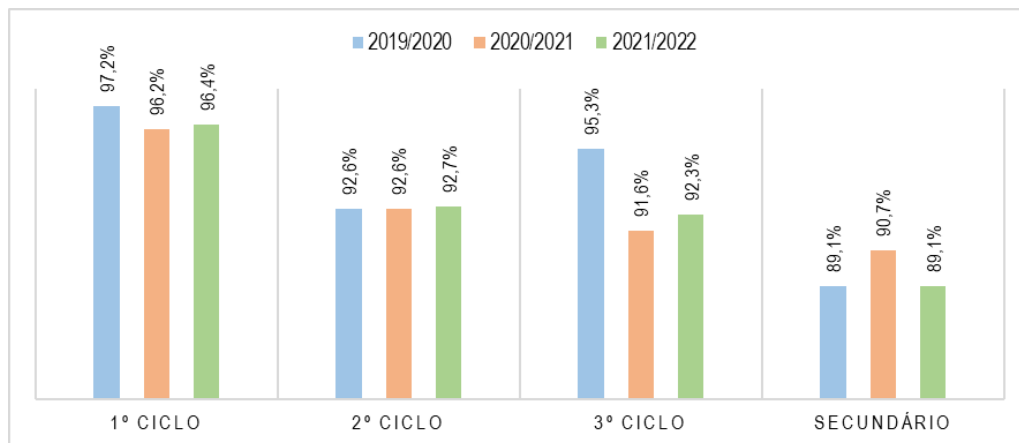


Fonte: INE

A evolução dos indicadores de sucesso escolar nas escolas do município, aferidos pelo Observatório da Educação, é diferente consoante o nível de ensino em análise. No 1º e 3º Ciclos do ensino básico verifica-se uma diminuição das taxas de sucesso escolar face a 2019/2020, enquanto no 2º ciclo não há alterações no triénio

analisado; no ensino secundário, após uma ligeira subida da taxa de sucesso escolar em 2020/21, volta a verificar-se uma descida, ficando ao nível de 2019/2020.

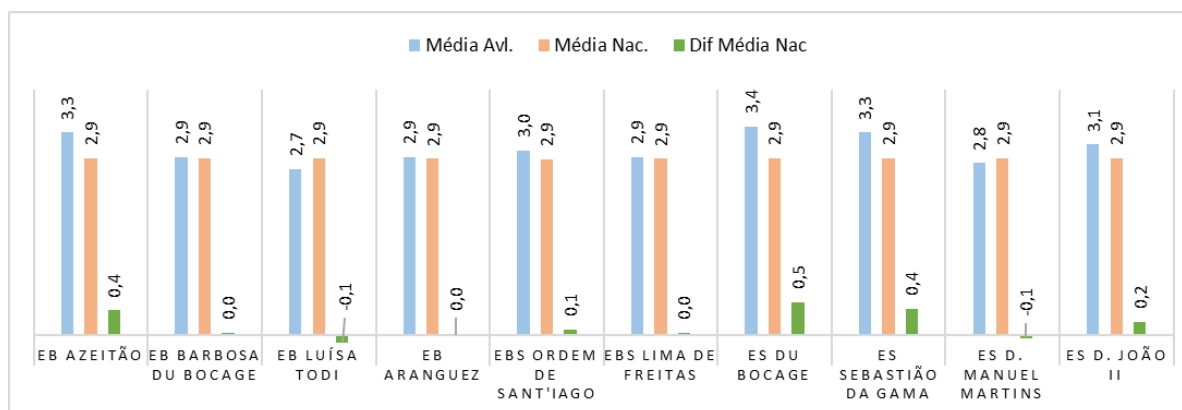
FIGURA 37 – SUCESSO ESCOLAR POR NÍVEL DE ENSINO, EVOLUÇÃO 2019-2020 A 2021/2022 (%)



Fonte: CM Setúbal – Departamento de Educação e Bibliotecas

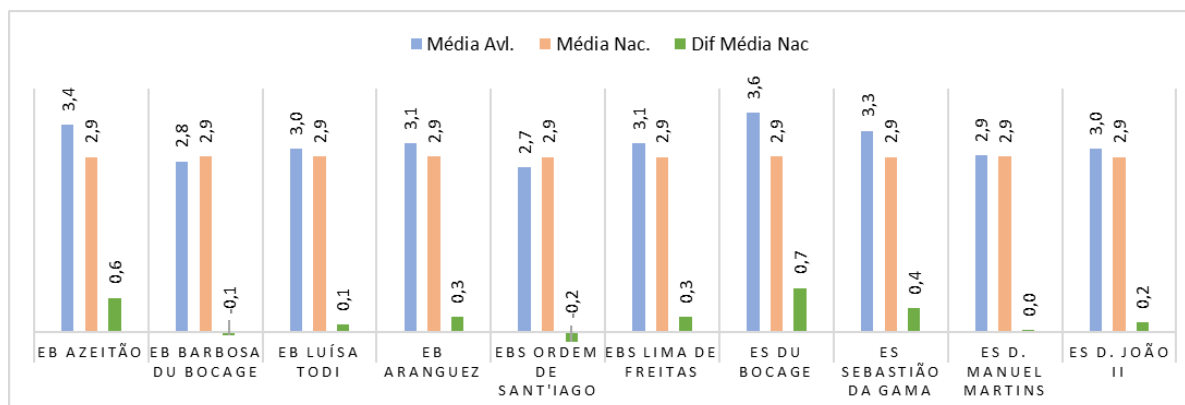
Uma análise por escola, para o 3º Ciclo do Ensino Básico, permite concluir que em 5 das 10 escolas com 3º Ciclo, a média da avaliação foi superior à média nacional, em 2019/2020. Em 2020/2021, esse número subiu para 7 escolas, e em 2021/2022, passou para 8. Apenas a EB Barbosa du Bocage e a EB Lima de Freitas apresentaram uma avaliação inferior à média nacional (diferença de 0,1).

FIGURA 38 – DIFERENÇA ENTRE A MÉDIA DA AVALIAÇÃO E A MÉDIA NACIONAL, POR ESCOLA, 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO, 2019/2020



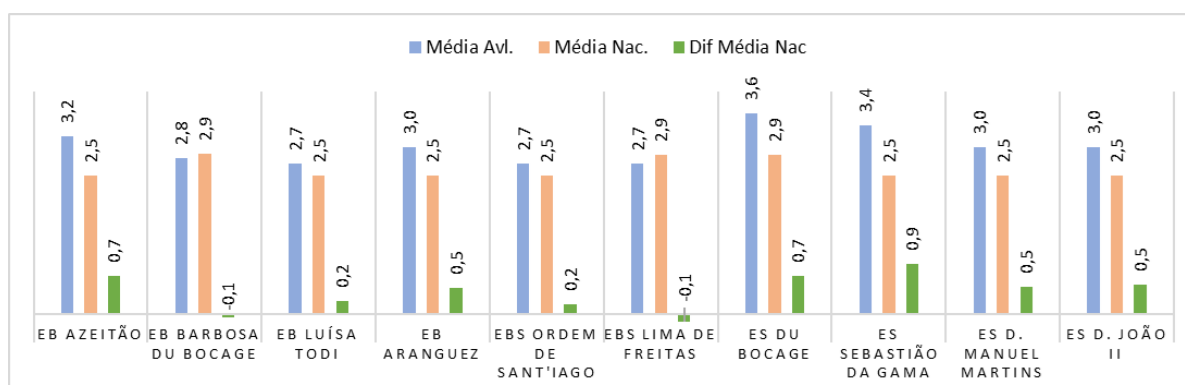
Fonte: CM Setúbal – Departamento de Educação e Bibliotecas

FIGURA 39 – DIFERENÇA ENTRE A MÉDIA DA AVALIAÇÃO E A MÉDIA NACIONAL, POR ESCOLA, 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO, 2020/2021



Fonte: CM Setúbal – Departamento de Educação e Bibliotecas

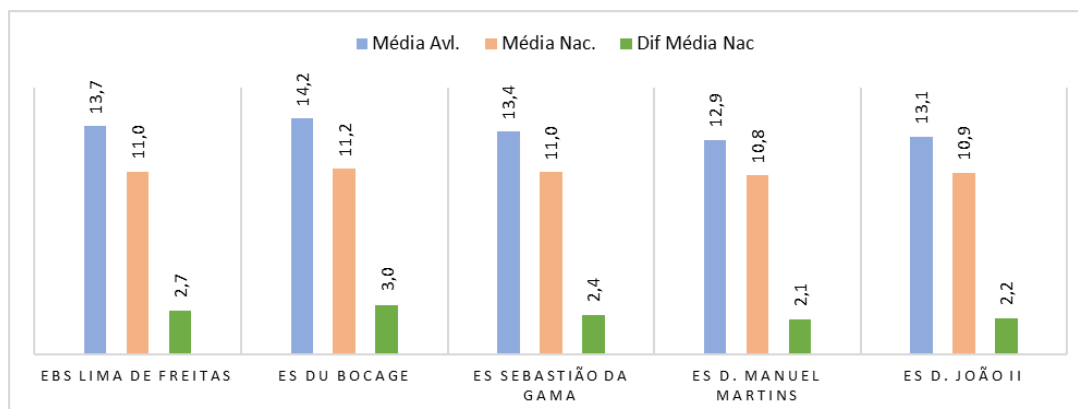
FIGURA 40 – DIFERENÇA ENTRE A MÉDIA DA AVALIAÇÃO E A MÉDIA NACIONAL, POR ESCOLA, 3º CICLO DO ENSINO BÁSICO, 2021/2022



Fonte: CM Setúbal – Departamento de Educação e Bibliotecas

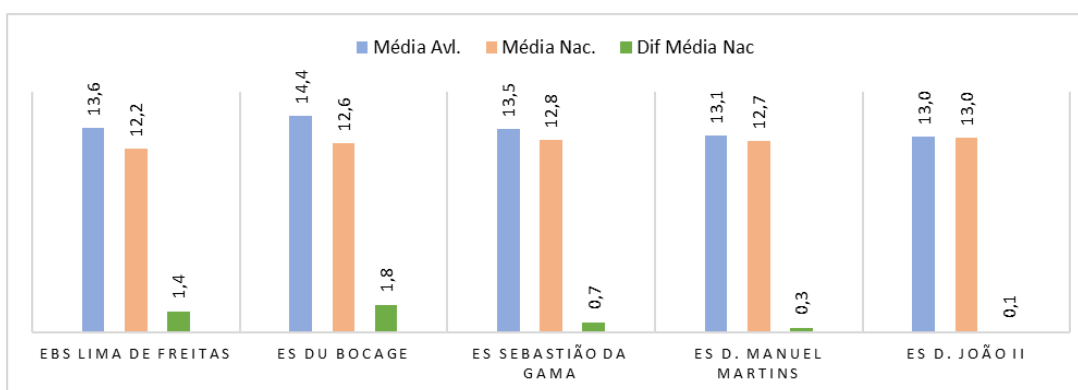
No ensino secundário, todas as escolas apresentam uma avaliação acima da média nacional no triénio considerado. A Escola Secundária do Bocage é a que apresenta uma avaliação mais elevada (14,7), tendo melhorado a sua prestação no período em causa.

FIGURA 41 – DIFERENÇA ENTRE A MÉDIA DA AVALIAÇÃO E A MÉDIA NACIONAL, POR ESCOLA, ENSINO SECUNDÁRIO, 2019/2020



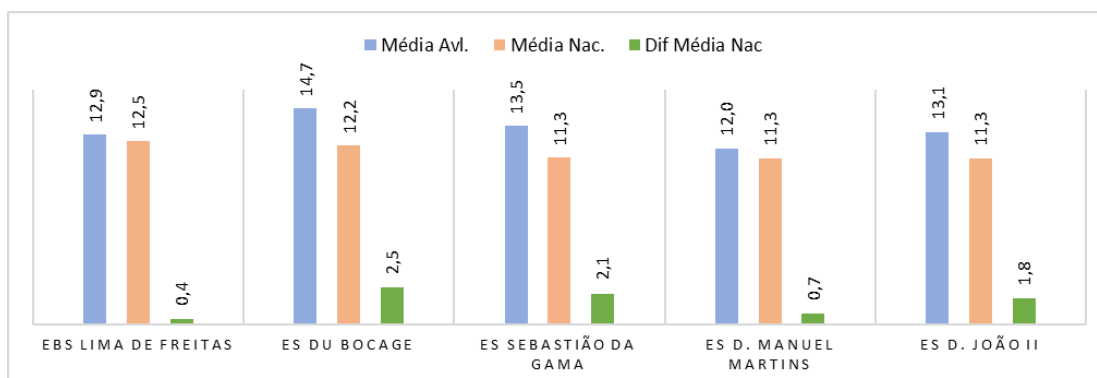
Fonte: CM Setúbal – Departamento de Educação e Bibliotecas

FIGURA 42 – DIFERENÇA ENTRE A MÉDIA DA AVALIAÇÃO E A MÉDIA NACIONAL, POR ESCOLA, ENSINO SECUNDÁRIO, 2020/2021



Fonte: CM Setúbal – Departamento de Educação e Bibliotecas

FIGURA 43 – DIFERENÇA ENTRE A MÉDIA DA AVALIAÇÃO E A MÉDIA NACIONAL, POR ESCOLA, ENSINO SECUNDÁRIO, 2021/2022



Fonte: CM Setúbal – Departamento de Educação e Bibliotecas

3.6. TERRITÓRIO EDUCATIVO DE INTERVENÇÃO PRIORITÁRIA

O Programa TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária) é uma iniciativa governamental, implementada em cerca de centena e meia de agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas do país.

O programa destina-se a agrupamentos/ escolas localizadas em territórios desfavorecidos, do ponto de vista económico e social, “marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam”³. Neste sentido, o Programa TEIP tem como objetivos:

- a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo;
- a redução da indisciplina;
- a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

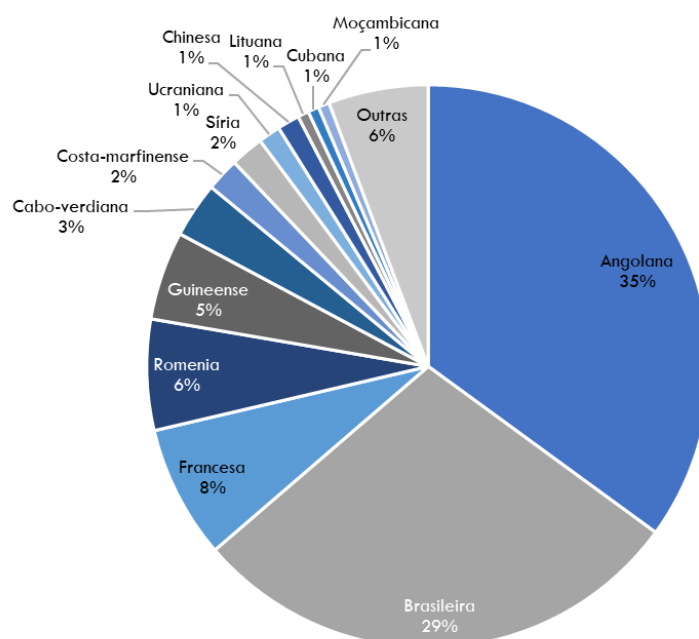
Em Setúbal, o Agrupamento de Escolas da Ordem de Sant’iago, que abrange 8 estabelecimentos de ensino, é o único Agrupamento pertencente à rede TEIP.

Em 2022, o agrupamento tem alunos de origens e com necessidades diversificadas, que requerem um acompanhamento mais próximo e exigente, desde logo por parte do corpo docente:

- cerca de 8% dos alunos têm nacionalidade estrangeira;
- cerca de 19% dos alunos são de etnia cigana;
- 3,8% dos alunos usufruem de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, medidas adicionais e 3,7% dos alunos, de medidas seletivas;
- 7,5% dos alunos têm indicação para acompanhamento especializado;
- 57% dos alunos usufruem de auxílios económicos através da Ação Social Escolar, sendo que 35% do total beneficia do Escalão A;
- a taxa de abandono escolar, em 2020/2021, é de 0,95%.
- a taxa de anulações de matrícula, em 2020/2021, é de 0,7%.
- 12,2% dos alunos ficaram retidos por excesso de faltas, em 2020/2021.

3 Direção-Geral da Educação

FIGURA 44 – ALUNOS DE NACIONALIDADE ESTRANGEIRA NO AE ORDEM DE SANT' IAGO, 2020/2021



Fonte: AEOS- Projeto educativo 2021-25

Com o intuito de melhorar as aprendizagens, o agrupamento tem sinalizado os alunos em situação de risco académico, com elevado absentismo, ocorrências disciplinares e problemáticas familiares e tem pedido aos pais e encarregados de educação o reforço da sua participação. Numa fase mais avançada deste processo, tem sido por vezes necessária a intervenção da Psicóloga do Serviço de Psicologia e Orientação ou dos Técnicos colocados ao abrigo do TEIP (Técnica de Serviço Social, Mediadora Socioeducativa e Animadora Sociocultural), bem como a intervenção dos técnicos da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

As principais fragilidades com que se debate a gestão do Agrupamento⁴ passam por:

- Elevada taxa de insucesso escolar, nomeadamente nos 2º, 5º, 7º e 9º anos de escolaridade, nos últimos três anos letivos;
- Elevada taxa de interrupção precoce do percurso escolar, sobretudo no 2º CEB, nos últimos dois anos letivos, e no ensino secundário, no ano letivo de 2018/2019;
- Práticas de ensino ainda pouco centradas no trabalho prático/experimental, em algumas disciplinas, facto agravado pela aplicação de normas decorrentes do contexto pandémico;
- Necessidade de melhoria das práticas de avaliação em relação às necessidades formativas dos alunos;
- Processos de autoavaliação e de autorregulação ainda pouco sistematizados, o que compromete o desenvolvimento da organização, a sustentabilidade das ações de melhoria e a promoção de práticas mais eficazes para o sucesso educativo;
- Necessidade de melhoria contínua das práticas de articulação curricular vertical e horizontal, no sentido de promover a qualidade e a sequencialidade das aprendizagens;

4 Projeto educativo do AEOS 2021-25, julho 2022

- Reduzida participação dos alunos nas decisões que lhes dizem respeito;
- Necessidade de aprofundamento do trabalho colaborativo entre os docentes ao nível do planeamento do serviço educativo e da reflexão sobre os resultados escolares;
- Falta de hábitos de estudo e métodos de trabalho, por parte de alguns alunos, agravado pelo encerramento das escolas, nos períodos de confinamento;
- Défice no acompanhamento da vida escolar dos alunos por parte dos Pais e Encarregados de Educação.

Face a estas fragilidades foi delineado o Plano Estratégico do agrupamento que apresenta objetivos em 5 domínios fundamentais: resultados académicos, resultados sociais, educação para a cidadania e para o desenvolvimento, prestação do serviço educativo e relação com a comunidade educativa.

No que respeita aos resultados académicos pretende-se: aproximar os resultados escolares das metas estabelecidas no TEIP, através da diminuição da taxa de insucesso geral; aumentar a taxa de alunos com sucesso a todas as disciplinas e de percursos diretos de sucesso; reduzir a diferença entre a avaliação interna e externa; dar continuidade à prioridade conferida à avaliação formativa, através da redefinição dos critérios de avaliação; promover o envolvimento dos alunos no processo de ensino e de aprendizagem; diversificar os processos de recolha de avaliação; promover práticas pedagógicas inovadoras, decorrentes da aplicação do PADDE (Plano de Ação de Desenvolvimento Digital da Escola), bem como da existência de diversos recursos e materiais; reforçar o trabalho colaborativo entre docentes, desenvolvendo estratégias de articulação horizontal e vertical.

Para a concretização destes objetivos, entre muitas outras ações estratégicas, prevê-se: a redução do número de alunos por turma; o recurso a apoios e coadjuvações nas disciplinas com mais insucesso; a concretização de projetos multi, inter e transdisciplinares; a execução de práticas pedagógicas inovadoras e potenciadoras das aprendizagens; a construção e implementação de um currículo adaptado às necessidades das turmas; a intervenção psicológica e psicopedagógica ao longo do percurso escolar, com vista ao desenvolvimento integral dos alunos; a diversificação das ofertas educativas; a disponibilização de uma sala de estudo, de um grémio, de um serviço de apoio educativo, de tutoria e da elaboração de um programa de mentoria.

Para a obtenção de resultados sociais, os objetivos na vertente do abandono e absentismo são: reduzir a média de faltas injustificadas por aluno e a assiduidade irregular e reduzir a taxa de abandono e reforçar o envolvimento dos pais e encarregados de educação. Na vertente da indisciplina, pretende-se diminuir o número de ocorrências disciplinares.

Para a sua concretização, entre outras ações estratégicas, prevê-se: a agilização de procedimentos que visem a normalização da assiduidade, através da estreita articulação entre as famílias e os técnicos; a participação em projetos e iniciativas propostas pelos parceiros que ajudem a fomentar o gosto pela escola e pela aprendizagem; o envolvimento dos alunos no processo de análise e tomada de decisões, bem como na definição de normas e regras de convivência social, através, por exemplo da realização de Assembleias de Turma; a realização de atividades estruturadas com vista à capacitação dos alunos na identificação das suas capacidades, competências e interesses, na tomada de decisão em matéria de educação e formação e na gestão do seu percurso individual de ensino; a articulação estreita e personalizada com as famílias, pais/encarregados de educação; a efetivação de medidas que reforcem a vigilância dos espaços e a segurança da escola e a dinamização de ações de formação a pessoal docente e não docente no âmbito da gestão de conflitos.

No domínio da educação para a cidadania e para o desenvolvimento os objetivos são: promover uma educação intercultural capaz de valorizar a diversidade de culturas; desenvolver a consciência cívica dos alunos, no sentido de formar cidadãos ativos e responsáveis; fomentar o conhecimento e respeito pelos Direitos Humanos como critério ético universal; valorizar a singularidade de cada aluno; contribuir para a transformação social e para a sustentabilidade justa (nas dimensões social, económica e ambiental).

Para a concretização destes objetivos, entre muitas outras ações estratégicas, prevê-se: a integração de aprendizagens extracurriculares, social e culturalmente significativas, no currículo dos alunos; a formação dos alunos não apenas para a realização do seu potencial cognitivo, mas também para o exercício de uma cidadania ativa e informada; o desenvolvimento de ações promotoras do associativismo jovem; a promoção da inclusão educativa e social, do acesso e do sucesso educativo, da autonomia, da estabilidade emocional, da igualdade de oportunidades, da preparação para o prosseguimento de estudos ou para a vida pós-escolar e o desenvolvimento nos alunos do conhecimento e do respeito pelos direitos e liberdades, no sentido de formar cidadãos mais ativos e responsáveis na escola, na comunidade local, no país e no mundo.

No domínio da prestação do serviço educativo pretende-se: monitorizar o cumprimento das metas estipuladas; reforçar o trabalho colaborativo entre docentes, desenvolvendo estratégias de articulação horizontal e vertical e promover a formação de pessoal docente e não docente, dando respostas às necessidades específicas do contexto em que o agrupamento se insere.

Para a concretização destes objetivos, entre muitas outras ações estratégicas, prevê-se: a implementação de um sistema uniformizado de recolha e tratamento de dados, por parte da equipa de autoavaliação; a monitorização periódica das ações do Plano Plurianual de Melhoria; a implementação de medidas de discriminação positiva em contextos mais frágeis; a implementação de comunidades cooperativas de desenvolvimento profissional, como processo de autoformação baseado na partilha de práticas pedagógicas; a monitorização do percurso de alunos encaminhados pela Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva; a monitorização do percurso dos alunos após a conclusão do ensino secundário e a mobilização dos diversos agentes educativos, entidades e serviços da comunidade, por parte do Serviço de Psicologia e Orientação, com vista ao desenvolvimento e melhoria das respostas educativas.

No domínio da relação com a comunidade educativa, recomenda-se: reforçar o envolvimento dos Encarregados de Educação na vida escolar dos seus educandos; reforçar a articulação com as famílias na identificação precoce de problemáticas (doenças, abandono, absentismo, indisciplina, entre outras); fomentar as relações entre a escola e a comunidade (família e sociedade civil) e manter uma atividade sistemática com os parceiros privilegiados.

Para a concretização destes objetivos, entre muitas outras ações estratégicas, prevê-se: a realização de reuniões trimestrais entre a direção e os representantes de pais/encarregados de educação, bem como os delegados de turmas; a promoção da participação dos pais/encarregados de educação nas atividades previstas no Plano Anual de Atividades; a formalização de parcerias e protocolos com entidades promotoras do desenvolvimento integral do aluno; a realização de atividades em articulação com os pais/encarregados de educação e alunos, através de metodologias inovadoras e da diversificação dos meios de comunicação e a articulação periódica e sistemática com entidades diversas, tendo em vista uma maior agilização de procedimentos.

QUADRO 24 –METAS TEIP PARA O ANO LETIVO 2021/2022 (%)

Indicadores	1º CEB	2º CEB	3º CEB
Taxa de insucesso escolar	11	25	17
Taxa de alunos com classificação positiva a todas as disciplinas	80	52	34
Taxa de alunos que melhoraram ou mantiveram a média final das suas classificações em relação ao ano letivo anterior	91	78,2	61,9
Taxa de percursos direto de sucesso	67	74	64
Taxa de interrupção precoce do percurso escolar	0,3	2,1	0,5
Média de faltas injustificadas por aluno	9	70,8	42
Taxa de alunos envolvidos em ocorrências disciplinares em contexto de sala de aula	0,35	9,5	3,05

Fonte: AEOS- Projeto educativo 2021-25

3.7. TRANSPORTE ESCOLAR

O plano de transportes escolares para o ano letivo 2022/2023 contempla 1.314 alunos, dos quais 445 do ensino básico e 869 do ensino secundário e profissional, estimando-se um investimento de aproximadamente 373 mil euros (ver Plano de Transportes Escolares, anexo a este instrumento).

Com o presente plano pretende-se garantir uma rede de transportes adequada e eficaz, em termos de horários e veículos, para todos os níveis de ensino. A oferta de transportes escolares é assegurada e suportada pelo Município para os alunos do ensino básico (na escolaridade obrigatória), sendo comparticipada a 50% para os alunos do ensino secundário. Os alunos com menos de 13 anos têm direito a passe gratuito (navegante 12), com carregamento definitivo efetuado pela empresa de transportes públicos, só necessitando de efetuar o requerimento da comparticipação ao Município, quando completarem 13 anos.

A TML (Transportes Metropolitanos de Lisboa) é, desde junho de 2022, a entidade responsável pela gestão do serviço público de transportes rodoviários na Área Metropolitana, sendo o Município servido pela Carris Metropolitana. O concelho é servido por carreiras urbanas (perímetro da cidade) e interurbanas (com origem ou destino em Setúbal).

Os alunos usufruem de 2 tipos de passe: i. Passe Navegante Municipal, para circular em qualquer transporte no concelho; ii. Passe Navegante Metropolitano, para circular do Concelho de Setúbal para outros concelhos. Sublinhe-se que os alunos residentes no concelho a estudar noutras localidades estimam-se em 192 (172 do ensino secundário), frequentando áreas que não são ministradas no concelho (inexistência de curso ou grau de ensino na área de residência). A esmagadora maioria destes alunos reside em Azeitão, frequentando estabelecimentos escolares em Palmela, Sesimbra, Quinta do Conde e Lisboa.

No plano de transportes escolares (2022/2023), estima-se que o maior número de alunos a transportar sejam do AE Sebastião da Gama (242 alunos; 18,4% dos 1.314 alunos que se estima transportar) e da Escola Secundária Dom Manuel Martins (199 alunos; 15,1% do total); sublinhe-se também o elevado número de alunos a transportar do AE de Azeitão (166).

Assinale-se ainda que estão implementados dois Circuitos Especiais no concelho, um circuito nas zonas rurais em que foram desativadas algumas escolas, nomeadamente São Luís da Serra, Aldeia Grande, Casal da Fé, Vale da Rasca e Portinho da Arrábida, e outro circuito nas zonas rurais da freguesia de Azeitão. Os Circuitos Especiais destinam-se a alunos que não tenham acesso a transporte público na área de residência, nomeadamente: i. Circuito Especial de Azeitão: circuito efetuado pela Câmara Municipal de Setúbal, em viatura alugada, composto por sete percursos; ii. Circuito Especial Serra da Arrábida: circuito efetuado pela Câmara Municipal de Setúbal, em viatura da autarquia, composto por três percursos; ambos os circuitos são acompanhados por uma vigilante, funcionária da autarquia.

As crianças e alunos com mobilidade reduzida beneficiam de transporte adaptado às suas necessidades. É da responsabilidade dos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas, a contratação desse transporte.

(página propositadamente deixada em branco)

4. CARACTERIZAÇÃO E DIAGNÓSTICO DA OFERTA

4.1. INTRODUÇÃO

A oferta educativa da rede pública no concelho de Setúbal no ano letivo de 2020/2021, era assegurada por um total de 44 estabelecimentos. Destes, 17 tinham valência de JI, 31 disponibilizavam o 1.º Ciclo do Ensino Básico, 10 o 2.º e/ou 3.º Ciclos do Ensino Básico e 6 o Ensino Secundário.

À exceção de 3 estabelecimentos (a Escola Secundária Dom Manuel Martins, a Escola Secundária de Bocage e a Escola Secundária D. João II), todas as escolas se encontravam organizadas em Agrupamento de Escola (AE), existindo um total de 6 (AE de Azeitão, AE Ordem de Sant'Iago, AE Barbosa du Bocage, AE Sebastião da Gama, AE Lima de Freitas e AE Luísa Todi).

QUADRO 25 – ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA COM OFERTA EDUCATIVA NO ANO LETIVO 2020/2021 NO CONCELHO DE SETÚBAL

Agrupamento	Escola	JI	1.º CEB	2.º e 3.º CEB	Secundário
AE de Azeitão	EB de Brejos do Clérigo		x		
	EB de Vendas de Azeitão	x	x		
	EB de Vila Fresca de Azeitão		x		
	EB da Brejoeira, Vila Nogueira de Azeitão	x	x		
	JI do Casal de Bolinhos, Brejos de Azeitão	x			
	EB de Vila Nogueira de Azeitão		x		
	EB de Azeitão, Vila Nogueira de Azeitão (Escola sede)			x	
AE Ordem de Sant'Iago	EB do Faralhão	x	x		
	EB n.º 1 do Faralhão		x		
	EB n.º 2 do Faralhão		x		
	EB de Setúbal	x	x		
	EB de Manteigadas	x	x		
	EB n.º 5 de Setúbal	x	x		
	EB n.º 7 de Setúbal		x		
	Escola Básica e Secundária ordem de Sant'Iago (Escola sede)			x	x
AE Barbosa du Bocage	EB n.º 2 de Setúbal		x		
	EB n.º 12 de Setúbal		x		
	Jardim de Infância de Amoreiras	x			
	EB n.º 3 de Setúbal		x		
	EB de S. Gabriel	x	x		
	EB dos Arcos	x	x		
	EB Barbosa du Bocage (Escola sede)			x	
AE Sebastião da Gama	EB de Azeda	x	x		
	EB n.º 1 de Setúbal		x		
	EB n.º 8 de Setúbal	x	x		
	EB de Montalvão	x	x		

Agrupamento	Escola	JI	1.º CEB	2.º e 3.º CEB	Secundário
	EB de Aranguez			x	
	Escola Secundária Sebastião da Gama (Escola sede)			x	x
AE Lima de Freitas	EB do Viso	x	x		
	EB n.º 9 de Setúbal		x		
	Escola Básica e Secundária Lima de Freitas			x	x
AE Luísa Todi	EB do Alto da Guerra		x		
	EB n.º 4 de Setúbal		x		
	EB do Bairro Afonso Costa	x	x		
	EB n.º 11 de Setúbal		x		
	EB n.º 6 de Setúbal		x		
	EB de Montinho da Cotovia		x		
	EB de Gâmbia	x	x		
	EB Luísa Todi (Escola sede)	x	x	x	
Não agrupadas	Escola Secundária Dom Manuel Martins			x	x
	Escola Secundária de Bocage			x	x
	Escola Secundária D. João II			x	x

Fonte: Equipa técnica

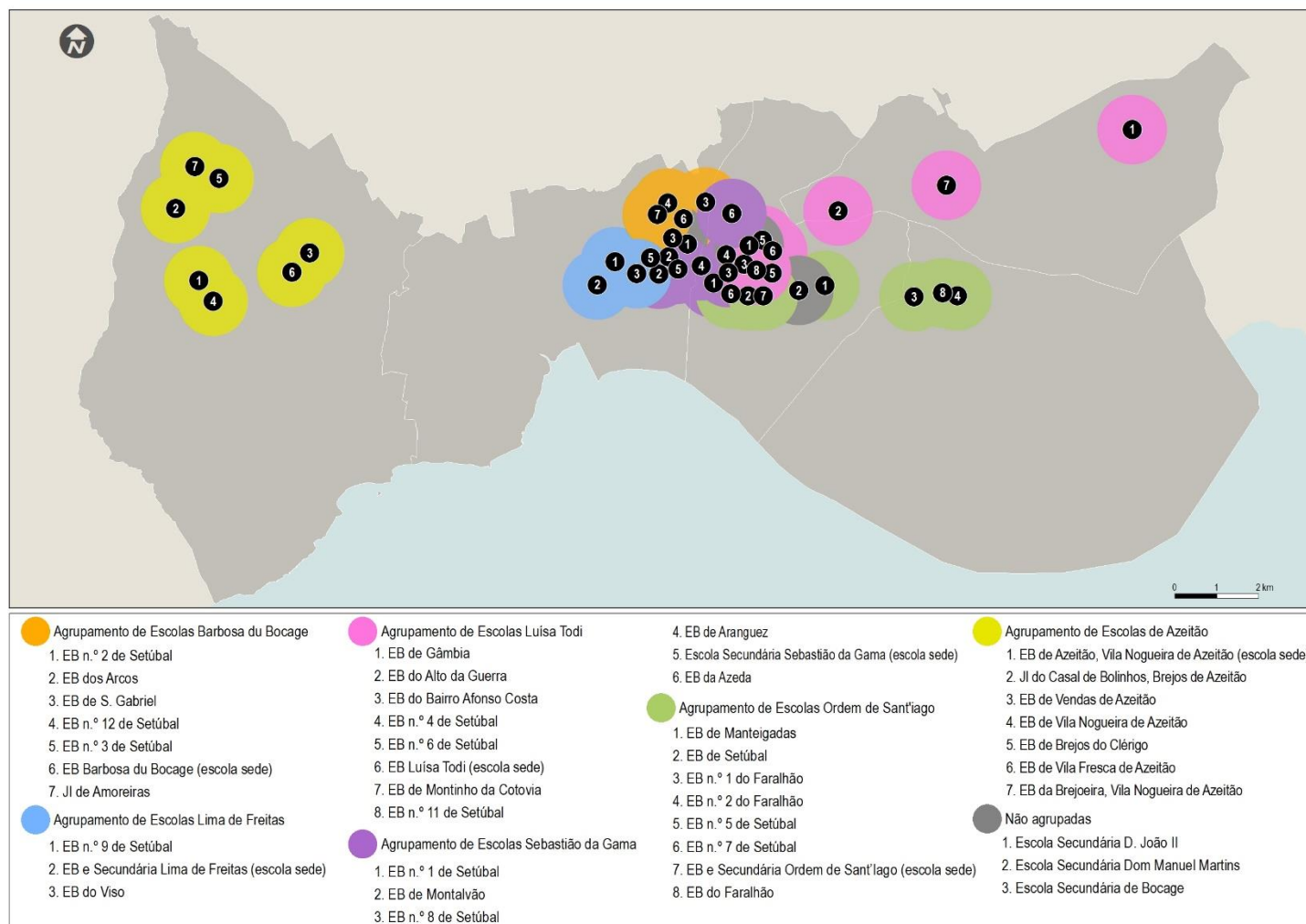
Além destas, existiam ainda 3 escolas com oferta formativa ao nível dos cursos profissionais, nomeadamente, a Escola Profissional de Setúbal, a Escola Profissional Cristóvão Colombo e a Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal.

A distribuição territorial destes equipamentos é relativamente homogénea ao nível do Pré-Escolar e do 1.º CEB, já que todas as freguesias têm estabelecimentos que disponibilizam oferta educativa desses níveis, o que já não se verifica nos restantes ciclos de ensino.

A oferta do 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico está concentrada na UF de Setúbal, na UF de Azeitão e na freguesia de São Sebastião. O nível de Ensino Secundário é disponibilizado apenas na UF de Setúbal e em São Sebastião. Finalmente, no que diz respeito à oferta formativa profissional, esta é disponibilizada na UF de Setúbal, na UF de Azeitão e em São Sebastião.

A distribuição territorial destes estabelecimentos está representada na figura seguinte.

FIGURA 45 – DISTRIBUIÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL



Fonte: Equipa técnica

4.2. EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR

4.2.1. EQUIPAMENTOS

Dos 17 equipamentos que disponibilizam oferta educativa do nível pré-escolar, existe apenas 1 nas freguesias do Sado e de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra. A UF de Azeitão tem 3 estabelecimentos, seguindo-se a UF de Setúbal com 5, e São Sebastião, onde se encontram 7 equipamentos com oferta deste nível.

Considerando a organização em AE, o AE Lima Freitas apenas possui 1 JI, enquanto o AE Luísa Todí, o AE Sebastião da Gama, o AE Barbosa du Bocage e o AE de Azeitão, possuem 3. O AE com maior número de equipamentos deste nível de ensino é o AE Ordem de Sant'Iago, com 4. Apenas o JI de Casal de Bolinhos (AE de Azeitão) e o JI das Amoreiras (AE Barbosa du Bocage) não partilham as suas instalações com outro nível de ensino, sendo que os restantes 15 estabelecimentos partilham instalações com o 1.º CEB.

QUADRO 26 – AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL, EM 2020/201

AE	Estabelecimento	Freguesia
AE Barbosa du Bocage	JI da Escola Básica de São Gabriel	UF de Setúbal
	JI de Amoreiras	UF de Setúbal
	JI da Escola Básica dos Arcos	UF de Setúbal
AE de Azeitão	JI da Escola Básica de Vendas de Azeitão	UF de Azeitão
	JI da Escola Básica da Brejoeira	UF de Azeitão
	JI do Casal de Bolinhos	UF de Azeitão
AE Lima de Freitas	JI da Escola Básica do Viso	UF de Setúbal
AE Luísa Todí	JI da Escola Básica de Gâmbia	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra
	JI da Escola Básica do Bairro Afonso Costa	São Sebastião
	JI da Escola Básica Luísa Todí	São Sebastião
AE Ordem de Sant'Iago	JI da Escola Básica do Faralhão	Sado
	JI da Escola Básica de Manteigadas	São Sebastião
	JI da Escola Básica de Setúbal	São Sebastião
	JI da Escola Básica n.º 5 de Setúbal	São Sebastião
AE Sebastião da Gama	JI da Escola Básica de Azeda	São Sebastião
	JI da Escola Básica n.º 8 de Setúbal	São Sebastião
	JI da Escola Básica de Montalvão	UF de Setúbal

Fonte: Equipa técnica

Relativamente ao período de origem dos edifícios onde se encontram estes equipamentos, destaque-se o facto de existirem alguns estabelecimentos a funcionar em edifícios cuja data de construção remonta às décadas de 40 e de 60 do século passado, associados ao plano centenário rural e urbano. Datam deste período os edifícios

que albergam o JI da EB n.º 8 de Setúbal e o JI da EB do Viso (construídos em 1946 e 1947, respetivamente) e o JI do Casal de Bolinhos (que data 1962).

Destaque-se o facto de a maior parte destes edifícios ter sido construído especificamente para o fim que atualmente desempenham, sendo que do total de 17 edifícios identificados apenas 5 foram adaptados para a atividade pré-escolar.

Todos estes edifícios têm funções exclusivamente educativas e beneficiaram de processos de reabilitação/intervenção ao longo dos últimos 20 anos. Alguns dos equipamentos nesta situação são bastante recentes, nomeadamente, os JI da EB da Brejoeira, JI da EB de Gâmbia, JI da EB Luísa Todi, JI da EB Vendas de Azeitão e JI da EB do Bairro Afonso Costa, que funcionam em edifícios construídos em 2010.

Note-se ainda que 3 estabelecimentos não dispõem de acessibilidades para crianças com mobilidade reduzida, como os casos do JI de Casal de Bolinhos, do JI das Amoreiras e do JI da EB n.º 8 de Setúbal.

Em matéria de consumos energéticos, foram adotadas medidas tendentes a uma maior eficiência dos consumos, que passaram principalmente por melhorias nos sistemas de iluminação, com destaque para a substituição da iluminação convencional pela tecnologia LED, havendo ainda dois estabelecimentos em que foram instalados painéis solares.

4.2.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS

Os 17 estabelecimentos de ensino do pré-escolar da rede pública, apresentam um total de 46 salas de atividades, sendo que no ano letivo em causa (2020-2021), encontravam-se ocupadas 43. Os estabelecimentos com maior número de salas de atividades eram então o JI da EB de Setúbal, com seis salas, e o JI da EB Luísa Todi e JI da EB da Brejoeira, ambos com quatro salas.

Identificavam-se ainda 7 estabelecimentos com 3 salas de atividades, nomeadamente, o JI da EB de S. Gabriel, o JI das Amoreiras, o JI da EB de Vendas de Azeitão, o JI da EB do Bairro Afonso Costa, o JI da EB n.º 5 de Setúbal e o JI da EB de Azeda.

Em alguns territórios, verificavam-se carências de resposta face à procura existente.

A totalidade dos JI disponibilizava serviço de refeições.

Em matéria de serviços, destaque-se o facto de todos os estabelecimentos disponibilizarem AAAF, quer antes da componente letiva, quer após a mesma.

Relativamente aos recursos humanos afetos à atividade destes estabelecimentos, identificava-se um total de 149 trabalhadores, cuja distribuição por AE se encontra sistematizada na tabela seguinte.

QUADRO 27 – RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE SETÚBAL (N.º), NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AE

AE	Educadores de infância		Assistentes técnicos		Assistentes operacionais		Outros recursos		TOTAL
	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	
AE Barbosa du Bocage	4	4	1	0	18	0	1	1	29
AE de Azeitão	8	0	0	0	9	0	0	0	17
AE Lima de Freitas	1	0	0	0	1	3	3	0	8

AE	Educadores de infância		Assistentes técnicos		Assistentes operacionais		Outros recursos		TOTAL
	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	
AE Luísa Todi	8	0	0	0	22	1	0	0	31
AE Ordem de Sant'Iago	9	5	0	0	24	2	0	0	40
AE Sebastião da Gama	7	1	0	0	15	1	0	0	24
TOTAL	37	10	1	0	89	7	4	1	149

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho de Setúbal (inquérito próprio)

A tipologia de recurso mais comum são os assistentes operacionais (96), seguindo-se os educadores de infância (47). O AE Ordem de Sant'Iago é o que possui um maior número de trabalhadores, o que se justifica pelo facto de ser o AE com maior número de JI, com um total de quatro, sendo também o que tinha maior número de salas (12).

4.3. 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

4.3.1. EQUIPAMENTOS

O processo de inquirição incidiu sobre um total de 31 estabelecimentos do 1.º CEB, todos da rede pública, distribuídos por 6 AE. O AE Luísa Todi é o que possui o maior número de escolas, com 8, seguindo-se o AE Ordem de Sant'Iago, onde se enquadram 7 escolas do 1.º ciclo.

A distribuição territorial destes equipamentos incide principalmente na freguesia de São Sebastião, onde se situam 12 escolas, e na UF de Setúbal, onde se encontram 8. Tanto a freguesia do Sado como a freguesia de Gâmbia, Pontes e Alto da Guerra tem 3 escolas cada, sendo que as restantes 5 se encontram na UF de Azeitão.

QUADRO 28 – AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL, EM 2020/2021

AE	Estabelecimento	Freguesia
AE Barbosa du Bocage	Escola Básica de São Gabriel	UF de Setúbal
	Escola Básica dos Arcos	UF de Setúbal
	Escola Básica nº 12 de Setúbal	UF de Setúbal
	Escola Básica nº 2 de Setúbal	UF de Setúbal
	Escola Básica nº 3 de Setúbal	UF de Setúbal
AE de Azeitão	Escola Básica da Brejoeira	UF de Azeitão
	Escola Básica de Brejos do Clérigo	UF de Azeitão
	Escola Básica de Vendas de Azeitão	UF de Azeitão
	Escola Básica de Vila Fresca de Azeitão	UF de Azeitão
	Escola Básica de Vila Nogueira de Azeitão	UF de Azeitão
AE Lima de Freitas	Escola Básica do Viso	UF de Setúbal
	Escola Básica nº 9 de Setúbal	UF de Setúbal
AE Luísa Todi	Escola Básica do Bairro Afonso Costa	São Sebastião
	Escola Básica do Alto da Guerra	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra
	Escola Básica de Gâmbia	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra
	Escola Básica nº 11 de Setúbal	São Sebastião
	Escola Básica Luísa Todi	São Sebastião
	Escola Básica de Montinho da Cotovia	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra
	Escola Básica nº 4 de Setúbal	São Sebastião
	Escola Básica nº 6 de Setúbal	São Sebastião
AE Ordem de Sant'Iago	Escola Básica nº 1 do Faralhão	Sado
	Escola Básica de Manteigadas	São Sebastião
	Escola Básica de Setúbal	São Sebastião
	Escola Básica do Faralhão	Sado
	Escola Básica nº 2 do Faralhão	Sado
	Escola Básica nº 5 de Setúbal	São Sebastião
	Escola Básica nº 7 de Setúbal	São Sebastião
AE Sebastião da Gama	Escola Básica de Azeda	São Sebastião
	Escola Básica de Montalvão	UF de Setúbal
	Escola Básica nº 1 de Setúbal	São Sebastião
	Escola Básica nº 8 de Setúbal	São Sebastião

Fonte: Equipa técnica

Relativamente à idade das instalações, as mais antigas são as da EB do Viso e da EB nº8 de Setúbal, cujos edifícios datam de 1947 e 1946, respetivamente. No entanto, são vários os edifícios que albergam escolas do 1.º CEB cuja origem se situa na década de 50 do século passado, correspondendo a construções originais do plano centenário.

De facto, 17 das escolas do 1.º CEB funcionam em edifícios cuja construção ocorreu entre 1950 e 1970, o que corresponde a uma proporção de cerca de 55% do total. Os edifícios mais recentemente construídos são os da EB da Brejoeira (2010), da EB Luísa Todi (2010), da EB do Bairro Afonso Costa (2011), da EB de Gâmbia (2010) e da EB de Setúbal (2001), que são também os únicos edifícios originais construídos já neste século. Em todo o caso, vários estabelecimentos vieram a beneficiar de novas construções e de remodelações.

Destes equipamentos, 15 partilham instalações com o pré-escolar, sendo que todas as escolas funcionam em edifícios com funções exclusivamente educativas.

Mais de metade das escolas do 1.º CEB são compostas por apenas 1 edifício, sendo que aquelas que têm um maior número de edifícios são a EB Luísa Todi e a EB do Bairro Afonso Costa, com 5 e 4 edifícios, respetivamente.

A esmagadora maioria das escolas realizou importantes intervenções de reabilitação ao longo dos últimos 20 anos, sendo que nesse capítulo se destacam várias intervenções realizadas: i. em 2018, na Escola Básica nº6 de Setúbal, na Escola Básica nº 4 de Setúbal, na EB dos Arcos e na EB de São Gabriel; ii em 2019, na EB n.º 3 de Setúbal, na EB de Montalvão, na EB de Brejos do Clérigo, na EB do Viso, na EB n.º 9 de Setúbal; iii. em 2020, na EB de Azeda, na EB n.º 5 de Setúbal, na EB n.º 2 do Faralhão, na EB de Setúbal, e na EB n.º 2 de Setúbal. Além destes, os edifícios de 4 outras escolas foram também intervencionadas entre 2010 e 2017, pelo que parte significativa do parque educativo foi recentemente beneficiada nas suas infraestruturas físicas.

De um modo geral, o estado de conservação das instalações foi considerado bom. Alguns estabelecimentos indicaram não possuir campo de jogos e sala polivalente. Houve ainda algumas escolas a referir que não dispunham de recreio coberto e parque infantil.

4.3.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS

A oferta de estabelecimentos do 1.º CEB da rede pública disponibiliza um total de 188 salas, no ano letivo de 2020/2021. Além de salas para a atividade letiva, existem 16 salas de educação física, polivalente, 7 salas de informática e alguns espaços foram convertidos em biblioteca. A escola que tem maior número de salas é a EB da Brejoeira, com 13, seguindo-se as EB n.º 5 de Setúbal e a EB dos Arcos, ambas com 12 salas.

QUADRO 29 – SALAS DISPONÍVEIS NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR AE, EM 2020/2021

AE	Salas disponíveis (n.º)
AE Barbosa du Bocage	37
AE de Azeitão	26
AE Lima de Freitas	13
AE Luísa Todi	42
AE Ordem de Sant'Iago	42
AE Sebastião da Gama	28
TOTAL	188

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho de Setúbal (inquérito próprio)

Foi identificada a necessidade de aumento do número de salas de 1º ciclo do ensino básico no concelho. As necessidades identificadas têm motivações diferenciadas, mas visam, sobretudo, adotar o regime normal em todas as escolas, observando-se uma carência de salas para fins letivos, não permitindo garantir a prática do

regime normal em todos os estabelecimentos. Note-se que, à data, 7 escolas possuíam regime duplo (manhã e tarde).

A cedência de espaços para a comunidade exterior é uma realidade em 3 escolas, nomeadamente, a EB da Brejoeira, que cede o seu ginásio à coletividade “Grupo Musical e Desportivo União e Progresso” (para a promoção da prática de andebol nas crianças que frequentam o 1.º CEB), pela EB de Manteigadas, que cede espaços ao Centro Paroquial local, e pela EB de S. Gabriel, que cede à Associação Desportiva Águias de S. Gabriel a utilização dos seus espaços.

Ao nível da oferta de serviços, todas as escolas disponibilizam serviço de refeições. Este serviço é disponibilizado por unidade de confeção própria (com confeção para o exterior) em 3 escolas, por unidade de confeção externa em 14 escolas e por unidade de confeção própria (sem confeção para o exterior) em 12 escolas.

Ainda no âmbito da oferta de serviços, todas as escolas disponibilizam Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), sendo que apenas 6 dispõem da Componente de Apoio à Família (CAF).

De modo a assegurar o seu funcionamento, este universo de escolas dispõe de um total de 459 trabalhadores, dos quais, 284 docentes e 153 assistentes operacionais.

No quadro abaixo identifica-se a distribuição destes trabalhadores, concluindo-se que o Agrupamento com maior número de trabalhadores é o AE Ordem de Sant’Iago, com 105. Pelo contrário, aquele com menor número de recursos humanos é o AE Lima de Freitas, com 39. Note-se que o AE Luísa Todi, o que apresenta maior número de estabelecimentos do 1.º CEB, tem um total de 90 trabalhadores identificados, valor também inferior ao do AE Barbosa du Bocage, que conta com 96.

Destaque-se ainda que, à exceção dos recursos humanos de outra natureza, os recursos afetos aos quadros das instituições são sempre superiores aos que possuem outro tipo de vínculo contratual.

QUADRO 30 – RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO DO 1.º CEB DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE SETÚBAL (N.º), NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AE

AE	Docentes		Assistentes operacionais		Outros recursos		TOTAL
	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	
AE Barbosa du Bocage	51	11	24	5	1	4	96
AE de Azeitão	30	2	20	0	0	0	52
AE Lima de Freitas	16	8	8	7	0	0	39
AE Luísa Todi	48	7	33	0	2	0	90
AE Ordem de Sant'Iago	37	23	28	6	1	10	105
AE Sebastião da Gama	46	5	17	5	4	0	77
TOTAL	229	56	130	23	8	14	459

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho de Setúbal (inquérito próprio)

4.4. 2.º e 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO E ENSINO SECUNDÁRIO

4.4.1. EQUIPAMENTOS

A oferta educativa dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e o ensino secundário é assegurada por um total de 10 escolas. Destas, 6 possuem o 2.º CEB, 10 o 3.º CEB e 5 o ensino secundário. Apenas o AE Sebastião da Gama tem duas escolas com oferta destes níveis de serviços educativos, sendo que os demais apenas possuem um estabelecimento. Existem ainda 3 escolas não agrupadas, que disponibilizam o 3.º CEB e o ensino secundário. Note-se ainda, a disponibilidade de oferta de ensino profissional em 5 escolas.

Existem 3 equipamentos da responsabilidade da Parque Escolar E.P.: Escola Básica e Secundária Lima de Freitas, Escola Secundária Sebastião da Gama e Escola Secundária D. João II.

QUADRO 31 – AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS E ESTABELECIMENTOS DO 2.º E 3.º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL, EM 2020/201

AE	Estabelecimento	Freguesia	Nível de ensino			
			2.º CEB	3.º CEB	Ens. Sec.	Ens. Profiss.
AE Barbosa du Bocage	Escola Básica Barbosa du Bocage	UF de Setúbal	x	x		
AE de Azeitão	Escola Básica de Azeitão	UF de Azeitão	x	x		x
AE Lima de Freitas	Escola Básica e Secundária Lima de Freitas	UF de Setúbal	x	x	x	x
AE Luísa Todi	Escola Básica Luísa Todi	São Sebastião	x	x		
AE Ordem de Sant'Iago	Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'Iago	São Sebastião	x	x		x
AE Sebastião da Gama	Escola Secundária Sebastião da Gama	UF de Setúbal		x	x	x
	Escola Básica de Aranguez	São Sebastião	x	x		
Não Agrupadas	Escola Secundária Dom Manuel Martins	São Sebastião		x	x	x
	Escola Secundária D. João II	São Sebastião		x	x	
	Escola Secundária de Bocage	UF de Setúbal		x	x	
TOTAL	10	-	6	10	5	

Fonte: Equipa técnica

Ao nível da distribuição territorial, a maioria das escolas encontra-se ou na UF de Setúbal ou na Freguesia de São Sebastião, havendo apenas uma escola na UF de Azeitão. Nas freguesias do Sado e de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra não existe qualquer equipamento educativo com oferta do 2.º e 3.º ciclos do ensino básico ou do ensino secundário.

Relativamente ao período de construção das infraestruturas físicas originais destas escolas, a mais antiga data de 1888 (Escola Secundária Sebastião da Gama) e a mais recente de 2009 (Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'ago). No entanto, a generalidade dos edifícios originais destas escolas data das décadas de 70 e de 80 do século passado, sendo esse o período de construção de 6 edifícios.

Além disso, 6 escolas beneficiaram de ações de remodelação ao longo dos últimos 20 anos, nomeadamente a Escola Secundária Sebastião da Gama, a Escola Básica Luísa Todi, a Escola Básica de Azeitão, a Escola Básica e Secundária Lima de Freitas, a Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'ago e a Escola Secundária D. João II.

De um modo geral, o estado de conservação das escolas é considerado “bom”, à exceção das Escola Secundária de Bocage, EB Barbosa du Bocage, EB Aranguez e EB de Azeitão.

A Escola Básica de Azeitão e a Escola Secundária D. Manuel Martins não têm pavilhão desportivo.

4.4.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS

As 10 escolas que oferecem estes níveis de ensino dispõem de um total de 389 salas de atividades, sendo que 385 se encontram ocupadas, o que constitui uma taxa de ocupação de 98,9%. No entanto, em 9 escolas a taxa de ocupação de sala encontra-se nos 100%.

QUADRO 32 – SALAS DISPONÍVEIS E OCUPADAS NOS ESTABELECIMENTOS DO 2.º E 3.º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PÚBLICA (N.º), EM SETÚBAL EM 2020/201

Estabelecimento	Salas disponíveis (n.º)	Salas ocupadas (n.º)	Taxa de ocupação (%)
Escola Básica de Aranguez	35	35	100
Escola Básica Barbosa du Bocage	38	38	100
Escola Básica de Azeitão	38	38	100
Escola Básica e Secundária Lima de Freitas	37	37	100
Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'ago	35	35	100
Escola Básica Luísa Todi	34	34	100
Escola Secundária D. João II	44	44	100
Escola Secundária Dom Manuel Martins	42	38	90,5
Escola Secundária de Bocage	33	33	100
Escola Secundária Sebastião da Gama	53	53	100
TOTAL	389	385	98,9

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho de Setúbal (inquérito próprio)

As elevadas taxas de ocupação verificadas na generalidade das escolas destes níveis de ensino estarão também relacionadas com a situação de carência de salas identificada por 4 escolas, nomeadamente, a Escola Básica de Aranguez, a Escola Básica de Azeitão, a Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'Iago e a Escola Secundária de Bocage, que indicaram necessitar de mais salas.

Os espaços em falta são essencialmente necessárias para:

- Escola Básica de Azeitão – A existência de um Ginásio para a prática de educação física e de salas para assegurar uma sala por turma;
- Escola Básica Barbosa du Bocage – A criação de Laboratórios, de sala de aula específica para a área de expressões artísticas e de salas de aula, em geral;
- Escola Básica de Aranguez – O desenvolvimento de projetos e clubes;
- Escola Secundária de Bocage – A disponibilização de mais salas de aula.

Ainda neste âmbito, destaque-se o facto de 6 escolas cederem salas ou outros espaços à comunidade exterior. Estas cedências destinam-se principalmente a associações e coletividades desportivas e culturais, havendo ainda a componente de aluguer de espaços.

Todos os estabelecimentos dispõem de serviço de refeições, prestado por uma unidade de confeção de refeições externa em dois casos e por unidade de confeção de refeições própria (sem confeção para o exterior) nos restantes.

No que diz respeito aos recursos humanos que asseguram o funcionamento destes 10 estabelecimentos, identificou-se um total de 1.817 trabalhadores. Do total destes recursos, 1.387 são professores (dos quais 1.019 pertencentes aos quadros das instituições), o que corresponde a uma proporção de 76%. Os restantes são assistentes operacionais (309), assistentes técnicos (90) e outros recursos (31).

QUADRO 33 – RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO DO 2.º E 3.º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE SETÚBAL (N.º), NO ANO LETIVO 2020-2021

Estabelecimen to	Docentes		Assistentes técnicos		Assistentes operacionais		Outros recursos		TOTAL
	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	
Escola Básica de Aranguez	85	14	0	0	19	6	1	0	125
Escola Básica Barbosa du Bocage	135	67	11	0	61	0	1	1	276
Escola Básica de Azeitão	68	36	10	0	23	0	2	0	139
Escola Básica e Secundária Lima de Freitas	114	21	9	2	33	3	4	3	189
Escola Básica e Secundária	136	77	7	0	45	5	6	0	276

Estabelecimen to	Docentes		Assistentes técnicos		Assistentes operacionais		Outros recursos		TOTAL
	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	
Ordem de Sant'Iago									
Escola Básica Luísa Todi	86	14	10	0	17	1	2	0	130
Escola Secundária D. João II	124	8	9	0	17	2	1	0	161
Escola Secundária Dom Manuel Martins	41	63	7	0	16	5	0	2	134
Escola Secundária de Bocage	85	25	10	0	18	0	1	1	140
Escola Secundária Sebastião da Gama	145	43	15	0	26	12	6	0	247
TOTAL	1.019	368	88	2	275	34	24	7	1.817

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho de Setúbal (inquérito próprio)

A escola com um maior universo de recursos humanos é a Escola Básica Barbosa do Bocage, com 276 recursos, sendo que a que tem menor quantidade de colaboradores é a Escola Básica de Aranguez, com 125 pessoas ao serviço.

Como referido, algumas destas escolas têm também oferta ao nível do ensino profissional, destacando-se as seguintes tipologias e ofertas:

- Escola Básica de Azeitão:
 - Cursos de Educação e Formação de Adultos - EFA (nível secundário) – tendo afetos um total de 6 docentes, dos quais 4 pertencentes aos seus quadros;
 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (ações de formação de português para falantes de outras línguas) – tendo afeto um docente pertencente aos seus quadros;
- Escola Básica e Secundária Lima de Freitas:
 - Curso Profissional Técnico Auxiliar de Saúde (nível de qualificação 4);
 - Curso Profissional Rececionista de Hotel (nível de qualificação 4);
 - Curso Profissional Técnico de Juventude (nível de qualificação 4);
 - Curso Profissional Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos (nível de qualificação 4);
 - Curso Profissional Técnico de Ação Educativa/Técnico de Apoio à Infância (nível de qualificação 4);

- Cursos de Educação e Formação de Adultos - EFA (nível secundário) – tendo afetos um total de 9 docentes, dos quais 7 pertencentes aos seus quadros;
 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (ações de formação de português para falantes de outras línguas) – tendo afetos um total de 4 docentes, dos quais 3 pertencentes aos seus quadros;
 - Cursos de educação e formação de adultos (formação modular), tendo afetos a essa oferta um total de 7 docentes, dos quais 4 pertencentes aos seus quadros;
- Escola Secundária Sebastião da Gama:
- Curso Profissional Técnico Comercial (nível de qualificação 4);
 - Curso Profissional Técnico de Eletrotecnia (nível de qualificação 4);
 - Curso Profissional Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos (nível de qualificação 4);
 - Curso Profissional Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos (nível de qualificação 4);
 - Curso Profissional Técnico de Desporto (nível de qualificação 4), até 2019/2020;
 - Curso Profissional de Artes do Espetáculo – Interpretação (nível de qualificação 4), até 2018/2019;
 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (nível secundário - tipo A), tendo afetos um total de 21 docentes, dos quais 14 pertencentes aos seus quadros. Os cursos em questão são:
 - Técnico Administrativo (N4/S3-A);
 - Técnico de Comércio (N4/S3-A);
 - Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores (N4/S3-A).
 - Cursos de Educação e Formação de Adultos (nível básico) – tendo afetos um total de 9 docentes, dos quais 4 pertencentes aos seus quadros;
 - Cursos de Educação e Formação de Adultos - EFA (nível secundário) – tendo afetos um total de 12 docentes, dos quais 11 pertencentes aos seus quadros;
 - Ensino recorrente, quer em regime presencial, quer em regime não presencial, sendo que para o regime presencial tem afetos um total de 7 docentes, dos quais 4 pertencentes aos seus quadros;
- Escola Secundária Dom Manuel Martins:
- Curso Profissional Técnico de Proteção Civil (nível de qualificação 4);
 - Curso Profissional Técnico de Restaurante – Bar (nível de qualificação 4);
 - Curso Profissional Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos (nível de qualificação 4);
 - Curso Profissional Técnico de Ação Educativa (nível de qualificação 4);
 - Curso Profissional Técnico de Turismo/ Animação em Turismo (nível de qualificação 4), até 2019/2020;
 - Cursos de Educação e Formação de Jovens – tendo para isso afetos um total de 9 docentes, dos quais 8 pertencentes aos seus quadros. O curso em questão é o curso de Operador de Jardinagem (CEF - Tipo 2).
- Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'Iago:
- Curso Profissional Técnico de Desporto (nível de qualificação 4);
 - Curso Profissional Artes do Espetáculo (nível de qualificação 4);
 - Curso Profissional Técnico de Operações Turístico (nível de qualificação 4);
 - Curso Profissional Técnico Auxiliar de Saúde (nível de qualificação 4);

- Cursos de Educação e Formação de Jovens – tendo para isso afetos um total de 10 docentes, dos quais 7 pertencentes aos seus quadros. O curso em questão é o curso de Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade (CEF - Tipo 2).

4.5. ENSINO PROFISSIONAL

4.5.1. EQUIPAMENTOS

Para além da oferta de ensino profissional enquadrada nas escolas do ensino básico e secundário (abordadas no ponto anterior), existem 3 escolas no concelho de Setúbal com oferta educativa especificamente dedicada ao ensino profissional, designadamente, a Escola Profissional de Setúbal (situada na freguesia de São Sebastião e enquadrada na rede privada), a Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal (situada na UF de Setúbal e enquadrada na rede pública) e a Escola Profissional Cristóvão Colombo (situada na UF de Setúbal e enquadrada na rede privada).

A presente análise centra-se na Escola Profissional de Setúbal e na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal, entidades que participaram no processo de inquirição realizado (a Escola Profissional Cristóvão Colombo, não respondeu ao inquérito).

O edifício único que alberga a Escola Profissional de Setúbal data de 2001, tendo sido construído para o fim que atualmente desempenha. A Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal funciona em instalações compostas por 6 edifícios (4 construídos de raiz e 2 adaptados), sendo o mais antigo de 1850 e o mais recente de 2012.

Ambas as instituições receberam intervenções de manutenção das suas instalações, em 2007 no caso da Escola Profissional de Setúbal e, em 2012, na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal, apresentando um bom estado de conservação.

No que diz respeito aos consumos energéticos, ambos os estabelecimentos apresentam uma evolução neutra (estabilização dos consumos), não obstante o facto de a Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal ter instalado painéis solares e fotovoltaicos, tendo em vista o aumento da eficiência energética.

4.5.2. ESPAÇOS, SERVIÇOS E RECURSOS HUMANOS

De modo a garantir a sua oferta de ensino, as escolas dispõem de um total de 50 salas (32 na Escola Profissional de Setúbal e 18 na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal) que, no ano letivo de 2020/2021, tinham uma taxa de ocupação combinada de 96% (100% na Escola Profissional de Setúbal e 88% na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal).

Nenhum dos estabelecimentos indicou estar em situação de carência de salas, sendo que ambas cedem espaços à comunidade exterior, nomeadamente, à Câmara Municipal de Setúbal, Junta de Freguesia de São Sebastião e aos Moradores do Bairro das Manteigadas, no caso da Escola Profissional de Setúbal, e à Câmara Municipal de Setúbal e a ensaios de grupos de música, no caso da Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal.

O serviço de refeições é disponibilizado por ambas as escolas, sendo que no caso da Escola Profissional de Setúbal o mesmo é assegurado por uma unidade de confeção de refeições própria (sem confeção para o exterior), e na Escola de Hotelaria e Turismo as refeições são asseguradas por uma unidade de confeção de refeições própria (com confeção para o exterior).

A oferta educativa destes estabelecimentos é assegurada por um total de 174 pessoas. Destas, 88 desenvolvem atividades na Escola Profissional de Setúbal e 86 fazem-no na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal.

Os docentes são a tipologia de recurso mais comum (75% no caso da Escola Profissional de Setúbal e 74% no caso da Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal), sendo que os que pertencem aos quadros das instituições

são bastante inferiores aos que têm outro tipo de vínculo. Efetivamente, de um total de 138 docentes, apenas 12,3% pertence aos quadros (15,7% no caso da Escola Profissional e 11,1% no caso da Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal).

Note-se também que apenas a Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal dispõe de recursos humanos enquadrados na tipologia de assistentes técnicos (6) e assistentes operacionais (4), todos pertencentes aos quadros.

Na tipologia de “outros recursos” enquadram-se 22 pessoas da Escola Profissional de Setúbal (19 pertencentes aos quadros e 3 com outro tipo de vínculo) e 4 da Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal (todos pertencentes aos quadros).

QUADRO 34 – RECURSOS HUMANOS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO PROFISSIONAL NO CONCELHO DE SETÚBAL (N.º), NO ANO LETIVO 2020-2021

Estabelecimento	Docentes		Assistentes técnicos		Assistentes operacionais		Outros recursos		TOTAL
	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	Quadro	Outros	
Escola Profissional de Setúbal	9	57	0	0	0	0	19	3	88
Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal	8	64	6	0	4	0	4	0	86
TOTAL	17	121	6	0	4	0	23	3	174

Fonte: Escolas de ensino profissional do concelho de Setúbal (inquérito próprio)

Os cursos profissionais disponibilizados pela Escola Profissional de Setúbal em 2020/2021, eram:

- Animador/a Sociocultural;
- Técnico/a Auxiliar de Farmácia;
- Técnico/a de Análise Laboratorial;
- Técnico/a Comercial;
- Técnico/a Desenho Digital;
- Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos;
- Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos;
- Técnico de Manutenção Industrial, variante Eletromecânica;
- Técnico/a de Mecatrónica Automóvel;
- Técnico/a de Química Industrial;
- Técnico de Turismo.

Enquanto os cursos profissionais disponibilizados pela Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal nesse mesmo ano letivo (2020/2021), eram:

- Técnico/a de Cozinha e Pastelaria;

- Técnico/a de Restauração e Bebidas;
- Gestão e Produção de Cozinha;
- Gestão Hoteleira Alojamento;
- Gestão de Restauração e Bebidas;
- Turismo de Natureza e Aventura.

4.6. AÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Na promoção de medidas de combate à exclusão social e de igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar assume especial relevância a implementação de medidas de apoio sócio educativo.

No domínio da ação social escolar, cerca de 4200 alunos que frequentam os estabelecimentos de ensino desde o pré-escolar até ao secundário, usufruem de auxílio económico.

Aos alunos beneficiários de auxílio, é garantido o fornecimento de refeições subsidiadas ou gratuitas, bem como auxílio para visitas de estudo e material escolar.

Os refeitórios escolares comportam uma vertente social para os seus utilizadores, uma vez que permitem o fornecimento de uma refeição equilibrada, com qualidade e quantidade adequada para cada aluno, evitam as deslocações a casa para o almoço e motivam os alunos com menos recursos a frequentar a escola. Na Câmara Municipal de Setúbal fornece-se em média 5600 refeições diárias, desde o pré-escolar até ao ensino secundário.

A confeção e fornecimento de refeições é garantido pela Gertal, empresa que ganhou o concurso público, nos 41 refeitórios dos estabelecimentos de ensino do concelho. Neste momento só há um refeitório (EB Setúbal), onde são cozinheiras do município a garantir a confeção das refeições.

As técnicas superiores de nutrição, a exercer funções na Câmara Municipal, no âmbito do fornecimento das refeições escolares garantem as ementas e ainda acompanham e fiscalizam as condições funcionais dos equipamentos, o cumprimento dos procedimentos de higiene e o correto manuseamento dos produtos na sua confeção, quantidade e qualidade, em consonância com o caderno de encargos para o serviço de refeições; são também quem garante o desenvolvimento de ações e projetos no âmbito da alimentação saudável nos vários estabelecimentos do concelho.

No âmbito destes apoios alimentares e por considerar-se uma ação estratégica para a promoção de hábitos saudáveis, o município implementou o regime escolar, que visa promover o consumo de fruta e produtos hortícolas; duas vezes por semana, é garantido o fornecimento destes produtos aos 4568 alunos do 1º ciclo.

Com o Decreto-Lei nº 21/2019 e no âmbito da transferência de competências, o leite escolar passou a ser fornecido pelo município, a todos os alunos de pré-escolar e 1º ciclo. No domínio da ação social, a Câmara Municipal também oferece aos alunos do 1º ciclo, os livros de fichas de atividades de todas as disciplinas.

Em reunião de Câmara foram aprovadas propostas sobre medidas extraordinárias de mitigação dos efeitos da crise económica e social para o ano de 2023, propondo auxiliar as famílias através de medidas excecionais de apoio e proteção.

No domínio da educação, o município reforçou os apoios financeiros para as visitas de estudo e para material de desgaste e garantiu o reforço de lanche a todos os alunos carenciados que usufruem do escalão A e B.

QUADRO 35 – INICIATIVAS MUNICIPAIS DE CARIZ SOCIOEDUCATIVO DISPONIBILIZADAS

Iniciativa	Breve Memória Descritiva
Oferta de livros de atividades	Considerando a importância da valorização da escola pública como instrumento de equidade social e ainda o compromisso do país através da criação de um Plano Nacional de Promoção de Sucesso Escolar, com medidas definidas de combate ao insucesso e abandono escolares, o Município de Setúbal, complementou a oferta de manuais escolares aos alunos do ensino obrigatório, com a oferta dos livros de atividades correspondentes aos manuais das diferentes áreas disciplinares, para os alunos do 1.º ciclo das escolas públicas do Concelho, visando contribuir para a igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar.
Isenção do pagamento de refeições a crianças beneficiárias do escalão B	Considerando o agravamento da situação económica provocada pela pandemia COVID-19, tornando mais vulneráveis as famílias e crianças, o Município de Setúbal adotou medidas adicionais de caráter extraordinário e urgente com a isenção do pagamento de refeições das crianças beneficiárias do escalão B da Ação Social Escolar.
Refeições escolares (2021)	Número médio diário: Escalão A: 750; Escalão B: 490.

Fonte: Câmara Municipal de Setúbal

(página propositadamente deixada em branco)

5. CARACTERIZAÇÃO DA PROCURA ATUAL

5.1. PROCURA ATUAL POR TIPOLOGIA DE EQUIPAMENTO / NÍVEL DE ENSINO - ENQUADRAMENTO

A evolução do número total de crianças e jovens matriculadas nos estabelecimentos de ensino da rede pública de Setúbal, tem registado uma tendência de subida ao longo dos últimos 3 anos letivos. Em termos absolutos, o aumento mais relevante ocorre no 3.º CEB, que passou dos 4.316 alunos em 2018/2019 para os 4.494 alunos em 2020/2021. Em termos relativos, o maior aumento ocorreu no pré-escolar, que passou dos 814 alunos em 2018/2019 para os 914, em 2020/2021, o que corresponde a um crescimento relativo de 12,3%.

Não obstante, existem níveis de ensino em que se verificou uma diminuição do universo de alunos matriculados, sendo particularmente notório no 1.º CEB, que registou um decréscimo de 102 alunos no período de referência, correspondendo a uma diminuição de 2,3%.

QUADRO 36 – ALUNOS MATRICULADOS NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE SETÚBAL (N.º), POR ANO LETIVO E NÍVEL DE ENSINO

Nível de Ensino	Ano letivo			Variação	
	2018 / 19	2019 / 20	2020 / 21	2018/2019 – 2020/2021 N.º	%
Pré-escolar	895	904	992	97	10,8
1.º CEB	4.533	4.501	4.431	-102	-2,3
2.º CEB	2.893	2.940	2.883	-10	-0,3
3.º CEB	4.316	4.551	4.494	178	4,1
Ensino Secundário	3.529	3.419	3.629	100	2,8
Ensino Profissional ⁵	1.160	1.216	1.243	83	7,2
TOTAL	17.457	17.594	17.457	349	2,0

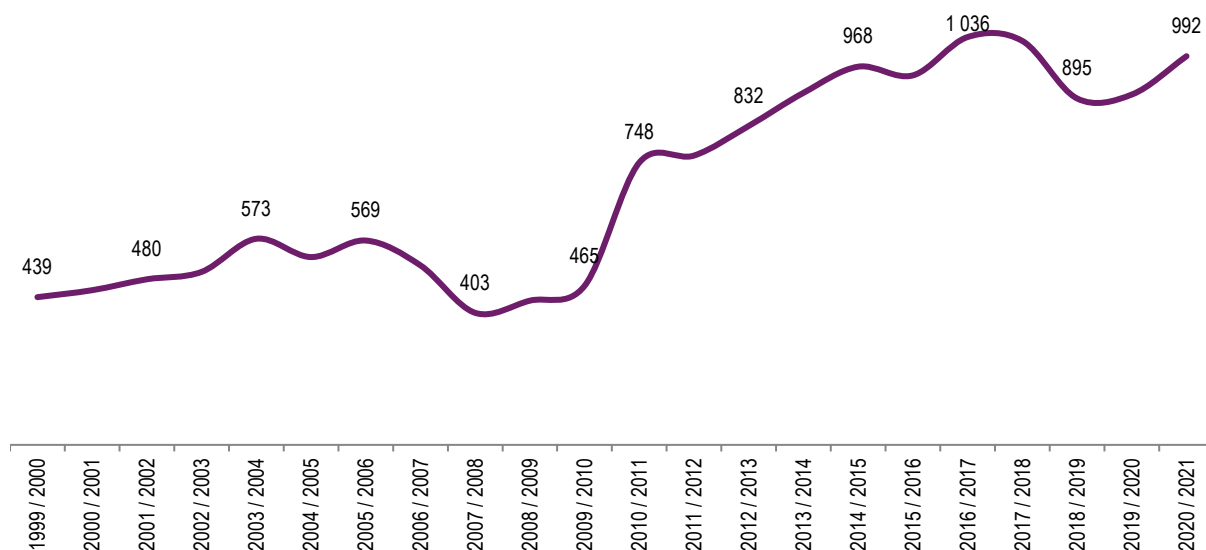
Fonte: Escolas da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

5.2. PRÉ-ESCOLAR

A dinâmica registada no número de matrículas nos estabelecimentos do pré-escolar da rede pública situados no concelho de Setúbal, apresenta forte tendência de subida entre 2009/2010 e 2017/2018. Mais recentemente, em 2018/2019, registou-se uma diminuição no universo de crianças matriculadas, como resultado do aumento do número de grupos reduzidos e não de uma redução da oferta, que foi em parte posteriormente compensada pela recuperação observada no ano letivo (2020/2021).

⁵ Foram considerados os dados provenientes da Escola Profissional de Setúbal, que não pertence à rede pública.

FIGURA 46 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS NO PRÉ-ESCOLAR DOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA (N.º), EM SETÚBAL



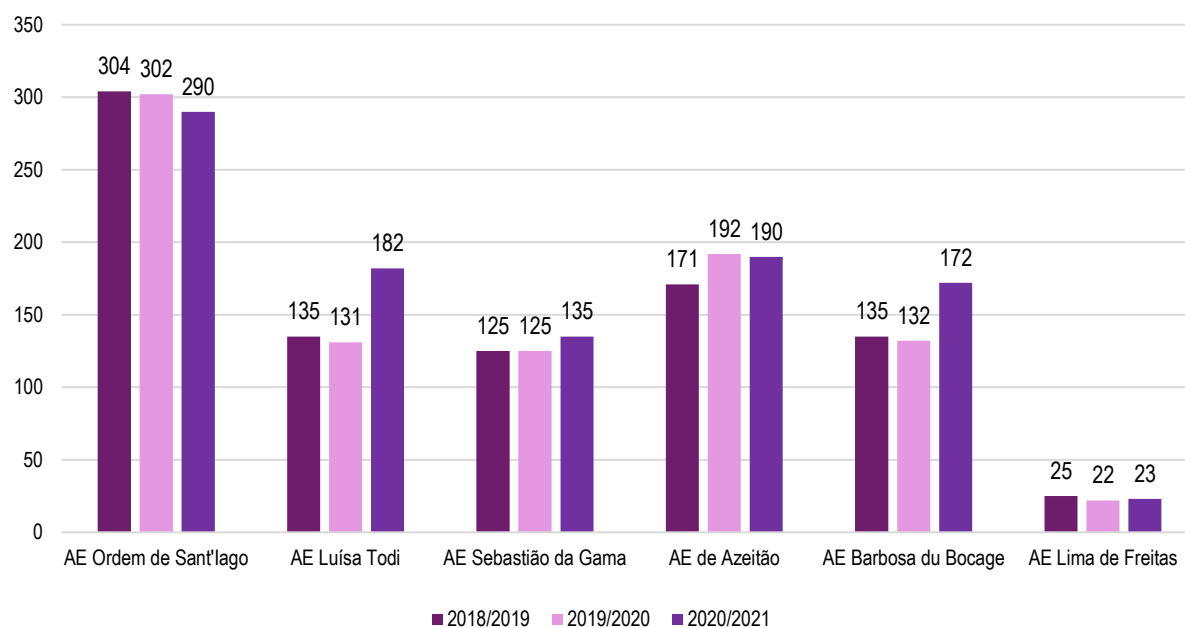
Fonte: INE e estabelecimentos do pré-escolar da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio para os dados de 2018/2019 a 2020/2021)

No que diz respeito à distribuição das crianças por AE, verifica-se que o maior número de matrículas se regista no AE Ordem de Sant'Iago, com um total de 290 crianças matriculadas, em 2020/2021. No entanto, este é o valor mais baixo registado neste agrupamento nos últimos 3 anos letivos (em 2018/2019 tinha um total de 304 crianças a frequentar os seus estabelecimentos).

O AE Lima de Freitas possuía o menor efetivo de crianças, com 23, em 2020/2021; era também o único que, a par do AE Ordem de Sant'Iago, apresentava uma diminuição no número de matrículas de 2018/2019 para 2020/2021. O AE de Azeitão registou um ligeiro decréscimo no número de crianças a frequentar os seus estabelecimentos entre 2019/2020 e 2020/2021, ainda que o valor do último ano letivo fosse superior ao de 2018/2019.

O AE Luísa Todi foi o que registou um maior aumento do ano letivo 2019/2020 para 2020/2021, passando de 131 para 182 crianças matriculadas. No caso do AE Barbosa du Bocage, também se verificou uma subida no número de matrículas (de 132 para 172).

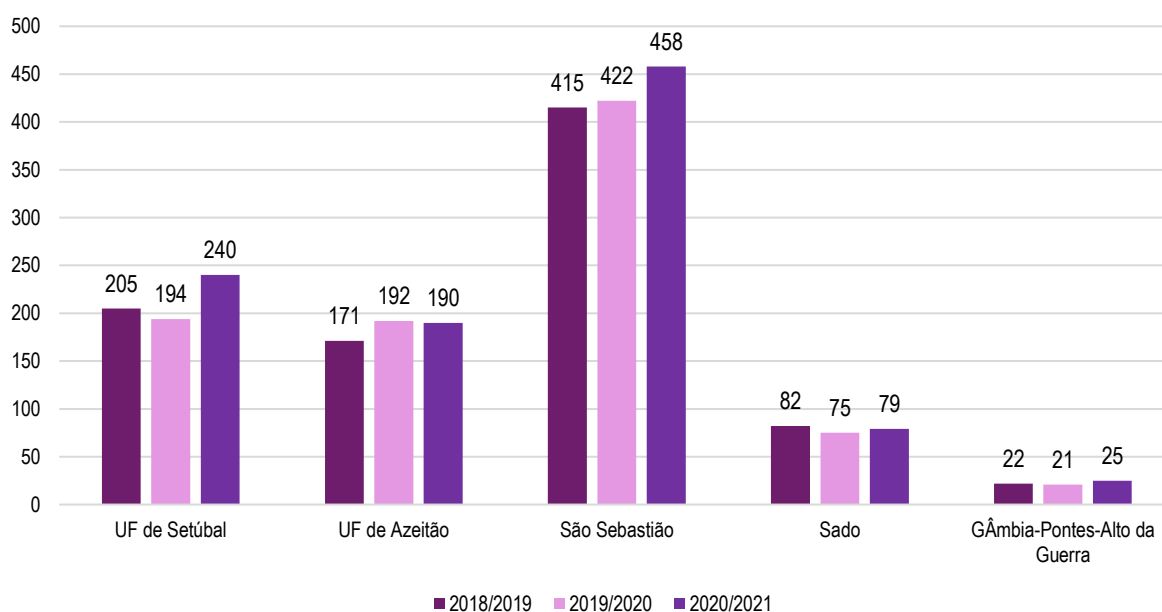
FIGURA 47 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS NOS ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR AE, ENTRE 2018/2019 E 2020/2021



Fonte: Estabelecimentos do pré-escolar da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

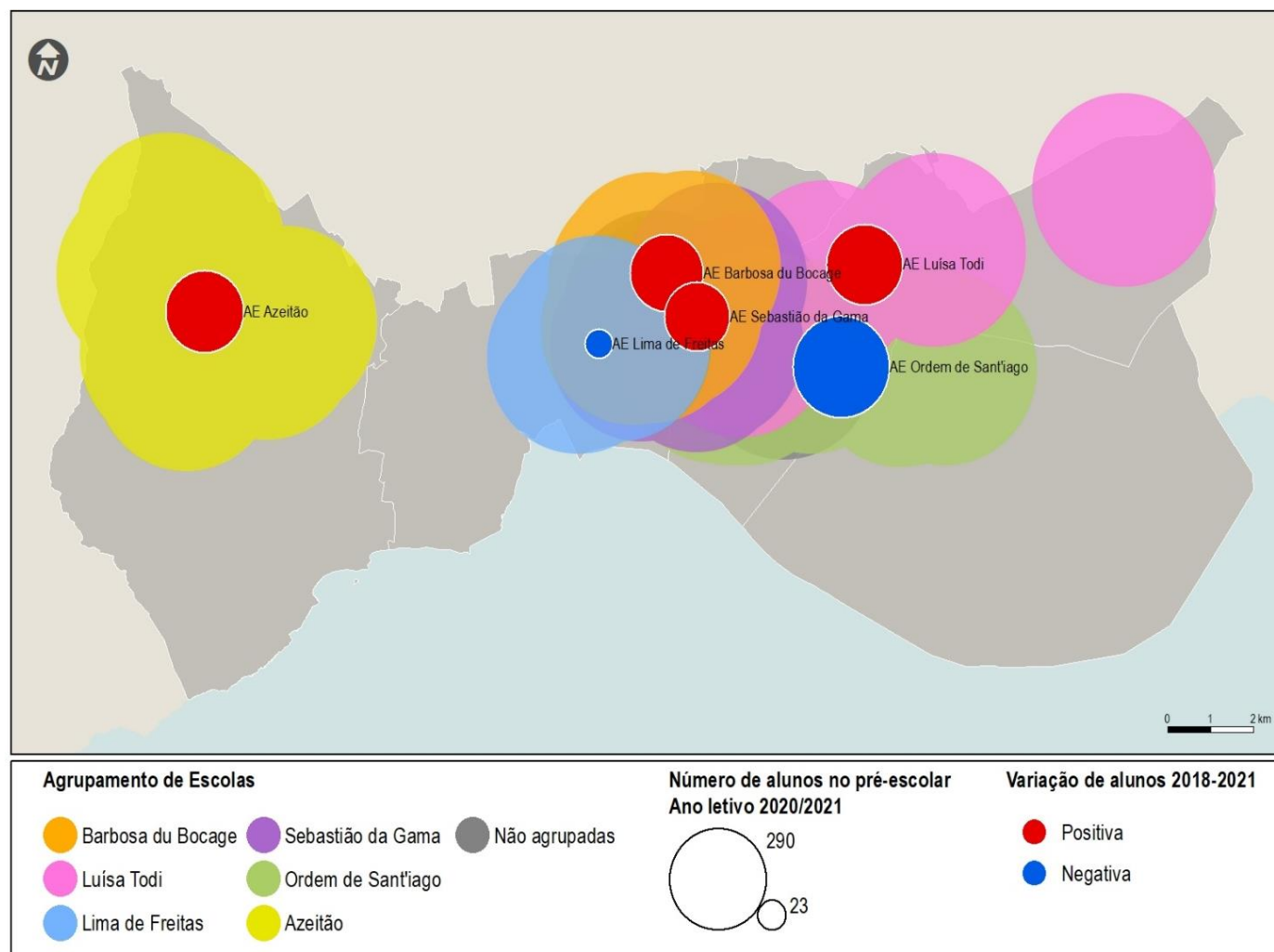
Considerando a distribuição por freguesia, foi nos estabelecimentos situados em São Sebastião que se registou um maior número de matrículas (aumento, entre 2018/2019 e 2020/2021, de 415 para 458 crianças; seguiam-se a UF de Setúbal e a UF de Azeitão, com um total de 240 e 190 crianças matriculadas em 2020/2021, respetivamente).

FIGURA 48 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CRIANÇAS MATRICULADAS NOS ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR FREGUESIA, ENTRE 2018/2019 E 2020/2021



Fonte: Estabelecimentos do pré-escolar da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

FIGURA 49 – ALUNOS INSCRITOS NO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA (N.º), POR AE, NO CONCELHO DE SETÚBAL, 2018/2019 E 2020/2021

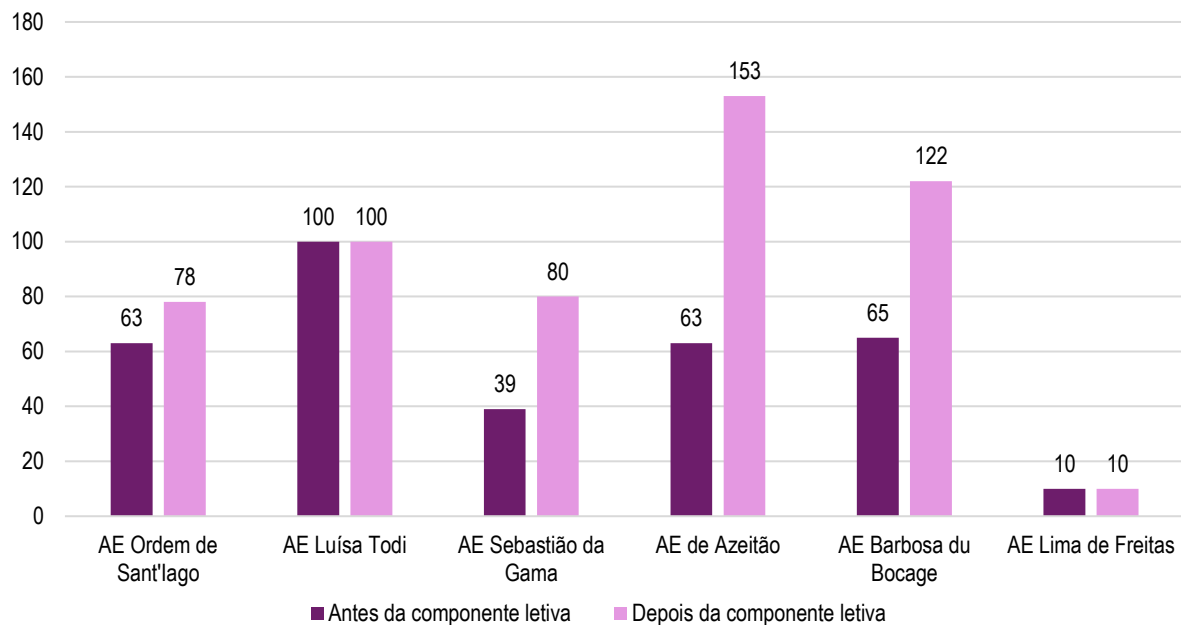


Fonte: Equipa técnica a partir dos dados do inquérito próprio aplicado aos estabelecimentos do pré-escolar da rede pública no concelho de Setúbal

No que diz respeito à AAAF que, como já foi referido, é disponibilizada por todos os estabelecimentos, quer antes quer após a atividade letiva, foi registada, no ano letivo 2020/2021, uma maior procura pelo período pós-atividade letiva. No conjunto destes AE, encontravam-se 340 crianças a frequentar a AAAF antes da componente letiva e 543 depois da componente letiva.

A prevalência da AAAF pós-período letivo era particularmente notória nos AE Barbosa du Bocage, AE de Azeitão e AE Sebastião da Gama, sendo que nos demais se registava um equilíbrio entre o número de crianças que frequentava cada um dos horários.

FIGURA 50 – CRIANÇAS A FREQUENTAR AAAF NOS ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR AE, EM 2020/2021

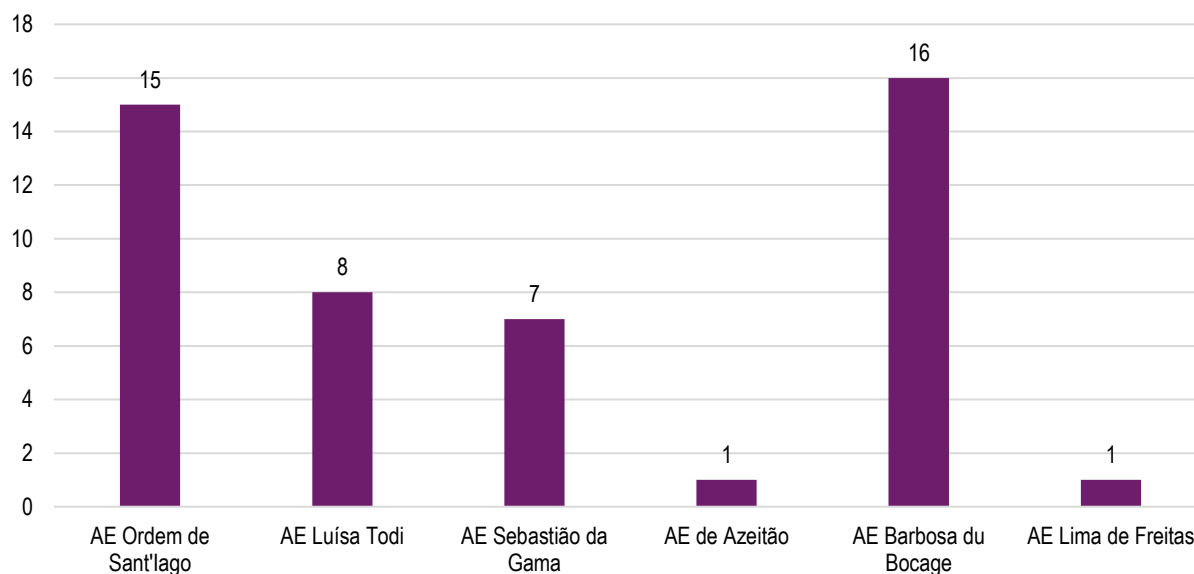


Fonte: Estabelecimentos do pré-escolar da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

Finalmente, no que diz respeito às crianças com necessidades especiais, encontravam-se a frequentar estes estabelecimentos um total de 48 crianças enquadradas pelo Decreto-Lei nº 3/2008, de 7 de janeiro, e Decreto-Lei nº 54/2018, de 6 de julho, relativos à Educação Inclusiva, valor que correspondia a 5,3% do total de crianças inscritas.

Os AE onde se encontrava um maior número de crianças abrangidas pela educação inclusiva eram o AE Barbosa du Bocage e o AE Ordem de Sant'Iago, com 16 e 15 crianças, respetivamente.

FIGURA 51 – CRIANÇAS COM NEE NOS ESTABELECIMENTOS DO PRÉ-ESCOLAR DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR AE, EM 2020/2021

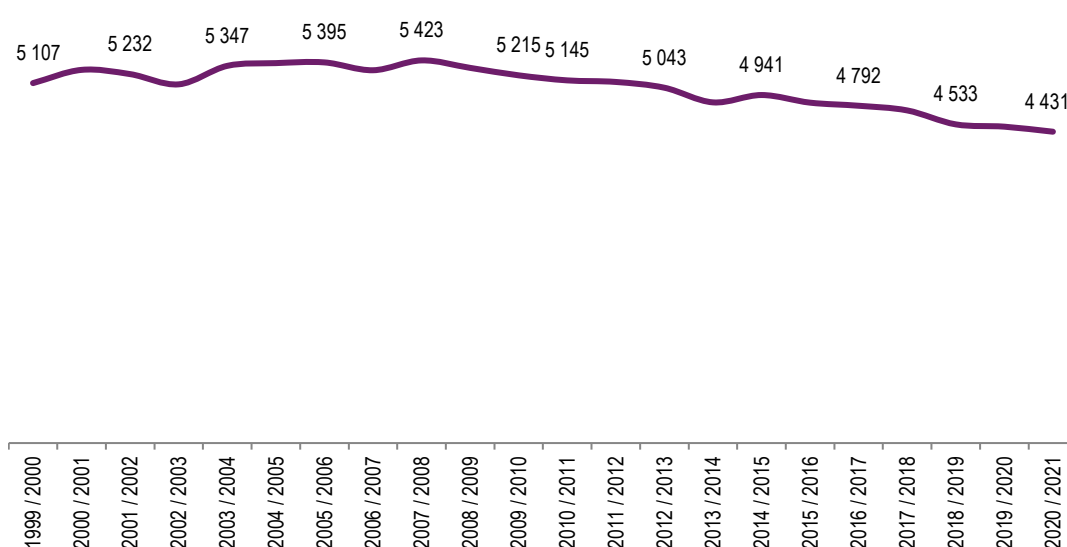


Fonte: Estabelecimentos do pré-escolar da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

5.3. 1.º CICLO DO ENSINO BÁSICO

Ao nível do 1.º CEB a procura registada nos estabelecimentos da rede pública em Setúbal apresenta tendência de perda, desde o ano letivo de 2007/2008. Não obstante em alguns anos letivos se registar um aumento no número de alunos matriculados nestes estabelecimentos, o total de alunos matriculados em 2020/2021 (4.431) era significativamente inferior ao observado em 2007/2008 (5.423), que corresponde ao ano em que houve maior número de alunos matriculados no 1.º CEB nos estabelecimentos da rede pública em Setúbal, no período em análise.

FIGURA 52 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO 1.º CEB NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA (N.º), EM SETÚBAL



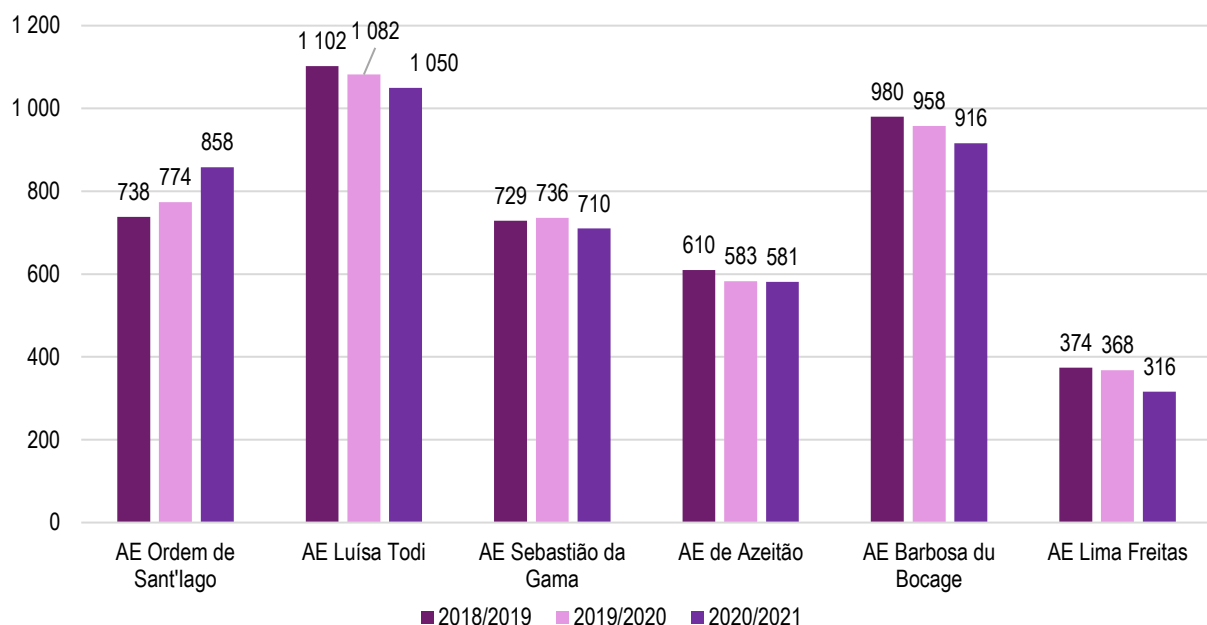
Fonte: INE e estabelecimentos do 1.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio para os dados de 2018/2019 a 2020/2021)

Considerando a distribuição de matrículas pelos AE existentes, nos 3 anos letivos em análise, verifica-se que o AE Luísa Todi é o que reúne maior número de alunos, atingido os 1.050 em 2020/2021. No entanto, este valor era inferior ao registado em 2018/2019 e 2019/2020, quando se registaram, 1.102 e 1.082 alunos, respetivamente.

Efetivamente, a tendência de redução do número de alunos de 2018/2019 para 2020/2021 era transversal aos vários Agrupamentos, sendo que apenas o AE Ordem de Sant'Iago contrariava esta tendência com um aumento de 120 alunos, face a 2018/2019 (858, em 2020/2021).

O segundo Agrupamento com maior número de matrículas era o AE Barbosa du Bocage, com 916, em 2020/2021. Nesse ano letivo, o AE Lima Freitas era o que possuía um menor efetivo de alunos, neste nível de ensino, seguindo-se o AE de Azeitão e o AE Sebastião da Gama.

FIGURA 53 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR AE, ENTRE 2018/2019 E 2020/2021



Fonte: Estabelecimentos do 1.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

Considerando o universo de alunos e turmas existentes em cada Agrupamento, verificava-se que o número médio de alunos por turma, ao nível concelhio, se situava nos 21,8, não havendo diferenças assinaláveis entre Agrupamentos. Não obstante, o AE Luísa Todi era o que tinha maior número de turmas (48), seguindo-se o AE Ordem de Sant'Iago e o AE Barbosa du Bocage, com 41 turmas cada.

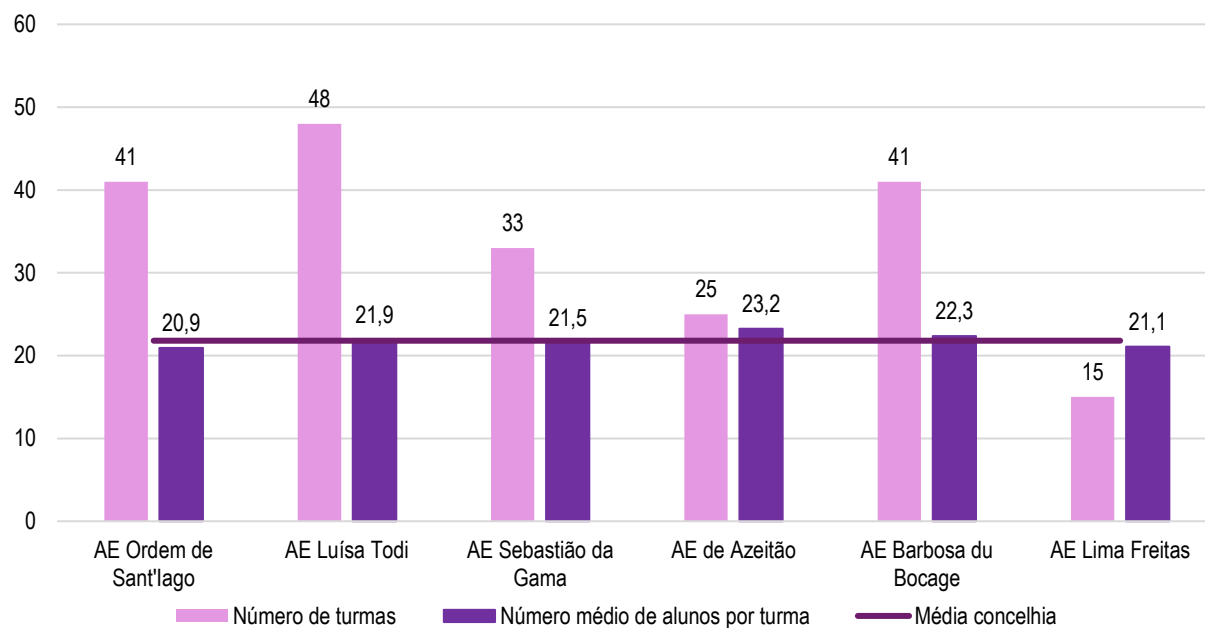
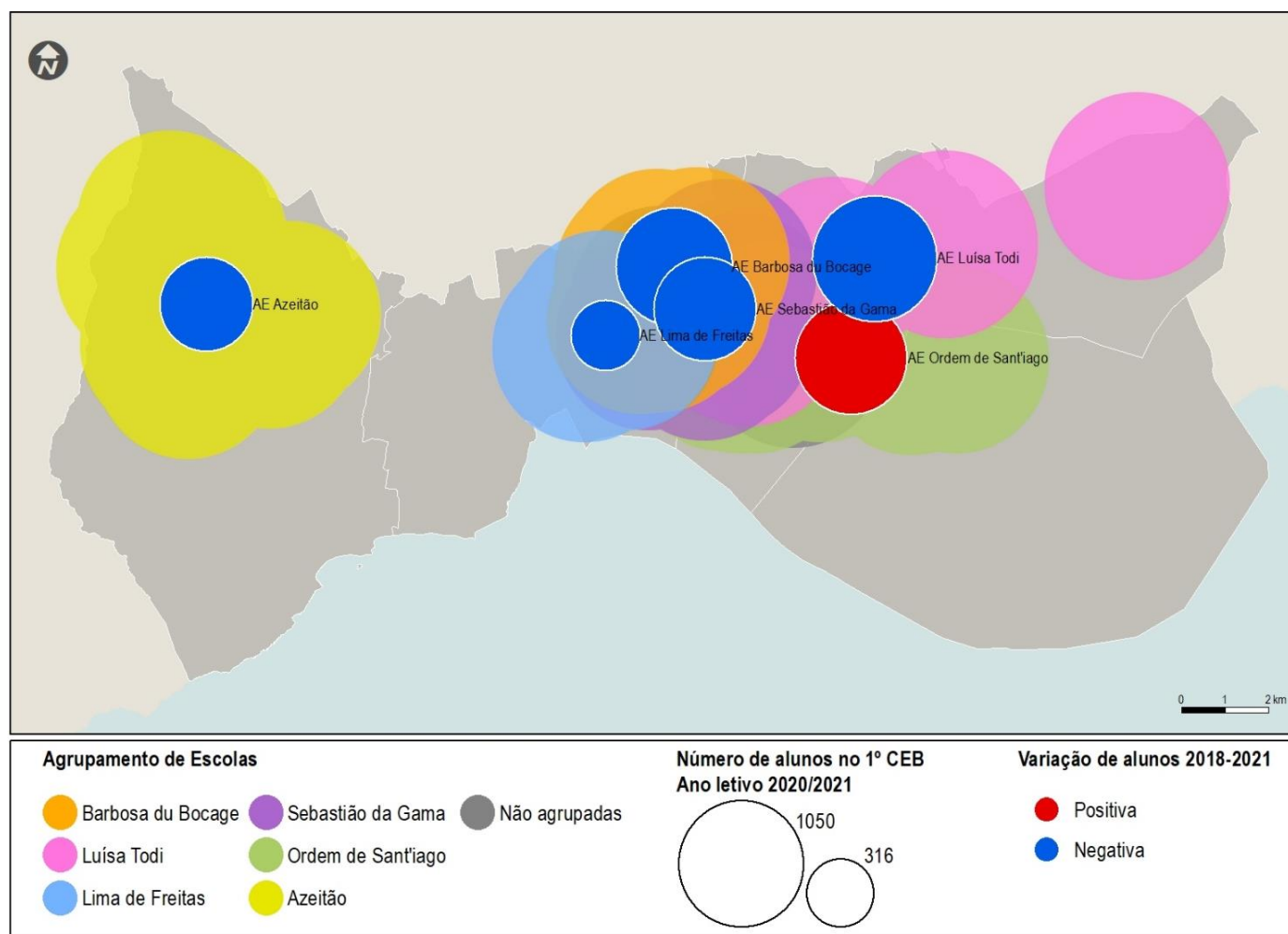
FIGURA 54 – NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO MÉDIO DE ALUNOS POR TURMA NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR AE, EM 2020/2021

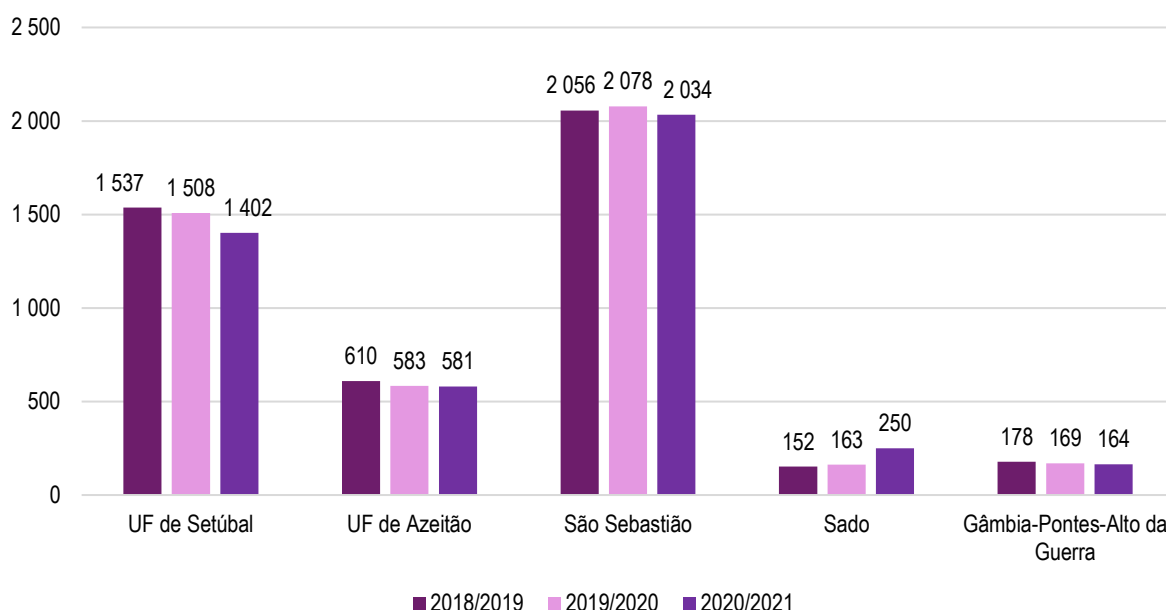
FIGURA 55 – ALUNOS INSCRITOS NO 1.º CEB DA REDE PÚBLICA (N.º), POR AE, NO CONCELHO DE SETÚBAL, 2018/2019 E 2020/2021



Fonte: Equipa técnica a partir dos dados do inquérito próprio aplicado aos estabelecimentos do 1.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal

Se considerada a distribuição dos alunos com base na freguesia onde se localizam os estabelecimentos, era notório o predomínio da freguesia de São Sebastião que, em 2020/2021, reunia um total de 2.034 alunos, seguindo-se a UF de Setúbal, cujos estabelecimentos possuíam no mesmo ano letivo 1.402 alunos.

FIGURA 56 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR FREGUESIA, ENTRE 2018/2019 E 2020/2021



Fonte: Estabelecimentos do 1.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

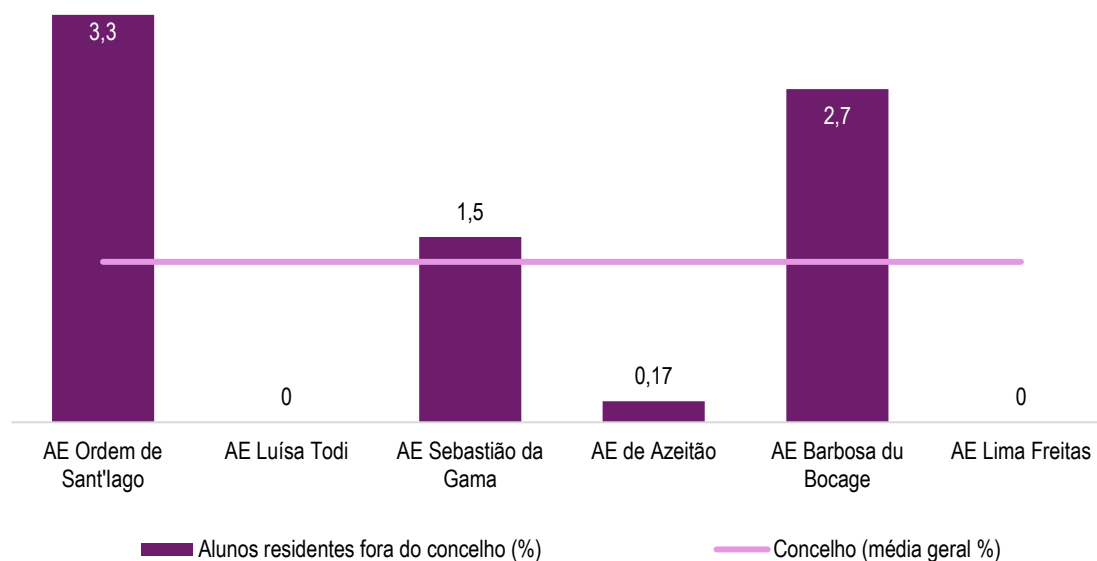
As freguesias do Sado e Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra registavam um menor número com, respetivamente, 250 e 164 alunos. No entanto, destaque-se que a freguesia do Sado foi a única onde se contabilizou um aumento no universo de alunos, passando dos 152, em 2018/2019, para os referidos 250, em 2020/2021.

Era nos estabelecimentos integrados no AE Ordem de Sant'Iago que existia maior proporção de alunos cuja residência se situava fora do concelho de Setúbal. Realce-se que a média concelhia se situava nos 1,3%, registando-se casos em que não existia qualquer aluno não residente em Setúbal (AE Luísa Todi e AE Lima Freitas), ou outros com um muito baixo significado estatístico (AE de Azeitão).

No âmbito da análise, é igualmente relevante identificar a procura registada pelos serviços disponibilizados por estes estabelecimentos que, no nível de ensino em causa, se centram na Componente de Apoio à Família (CAF) e nas Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC).

Em 2020/2021, existia um total de 3.338 alunos a frequentar as AEC e 309 a frequentar a CAF. Era no AE Luísa Todi que se encontrava quase um terço do total de alunos a frequentar as AEC (1.052 alunos a frequentar essas atividades, neste Agrupamento). Seguiu-se o AE Sebastião da Gama, no qual 616 crianças frequentavam as AEC. Era também neste Agrupamento que maior número de crianças frequentava a CAF (120), seguindo-se o AE de Azeitão, com 60, e o AE Barbosa du Bocage, com 58.

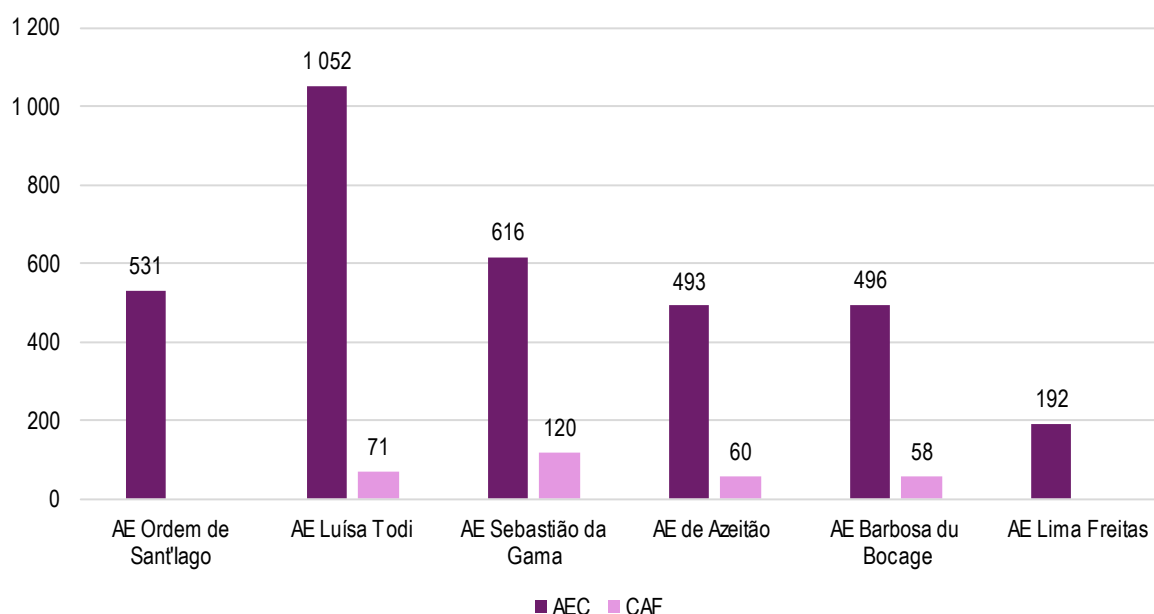
FIGURA 57 – PROPORÇÃO DE ALUNOS RESIDENTES FORA DO CONCELHO INSCRITOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE SETÚBAL (%), NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AE



Fonte: Estabelecimentos do 1.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

Em termos relativos assinala-se que no AE Luísa Todi todos os alunos inscritos frequentavam as AEC. Também no AE Sebastião da Gama e no AE de Azeitão a proporção de alunos que frequentava as AEC era elevada, situando-se nos 86,8% e 84,9%, respetivamente.

FIGURA 58 – NÚMERO DE ALUNOS DOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE SETÚBAL E A FREQUENTAR AEC E CAF (N.º), NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AE



Fonte: Estabelecimentos do 1.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

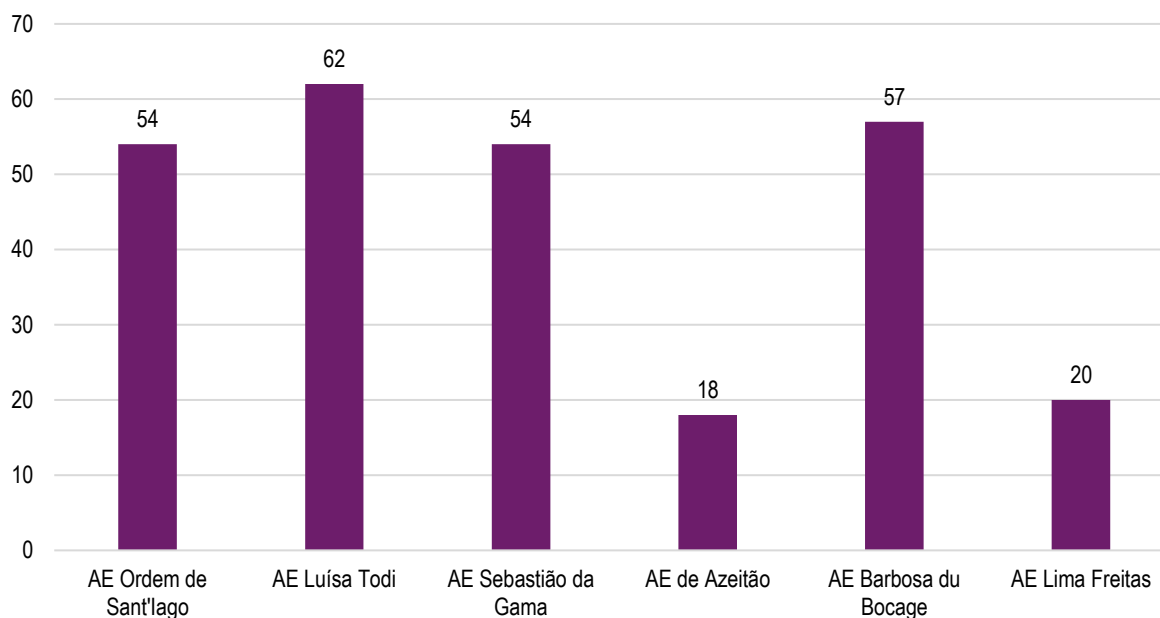
No caso da CAF, era no AE Sebastião da Gama que se observava uma maior proporção de crianças a frequentar esse serviço (16,9%), seguindo-se o AE de Azeitão (10,3%).

QUADRO 37 – PROPORÇÃO DE ALUNOS QUE FREQUENTAM AEC E CAF NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE SETÚBAL (N.º E %), POR AE, EM 2020/2021

AE	Total de alunos	A frequentar AEC		A frequentar CAF	
		n.º	%	n.º	%
AE Ordem de Sant'iago	858	531	61,9	0	0
AE Luísa Todi	1.050	1050	100	71	6,8
AE Sebastião da Gama	710	616	86,8	120	16,9
AE de Azeitão	581	493	84,9	60	10,3
AE Barbosa du Bocage	916	496	54,1	58	6,3
AE Lima Freitas	316	192	60,8	0	0

Fonte: Estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Setúbal (inquérito próprio)

O universo de crianças com necessidades especiais matriculadas nos estabelecimentos do 1.º CEB situava-se nas 265. O AE Luísa Todi era aquele onde se encontrava um maior número de crianças abrangidas pela educação inclusiva (62), seguindo-se o AE Barbosa du Bocage (57) e os AE Ordem de Sant'iago e Sebastião da Gama, ambos com 54 alunos.

FIGURA 59 – CRIANÇAS COM NEE NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB EM SETÚBAL (N.º), POR AE, EM 2020/2021

Fonte: Estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Setúbal (inquérito próprio)

As respostas específicas para estas crianças eram disponibilizadas por várias escolas, nomeadamente pela EB de Azeda, do AE Sebastião da Gama (educação para alunos cegos e com baixa visão), pela Escola Básica de Setúbal, do AE Ordem de Sant'iago (unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita), pela Escola Básica do Faralhão (intervenção precoce na infância) e

pelas EB n.º 12 de Setúbal (AE Barbosa do Bocage), EB Luísa Todi (AE Luísa Todi) e Escola Básica n.º 1 de Setúbal (AE Sebastião da Gama), que dispunham de unidades de ensino estruturado (atuais Centros de Apoio à Aprendizagem) para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo.

Finalmente, no que se refere ao aproveitamento escolar, verifica-se uma tendência de melhoria transversal a todos os AE, sendo que o total de retenções passou das 166, em 2017/2018, para as 121, em 2019/2020. Ainda assim, verifica-se uma situação mais gravosa em alguns AE, destacando-se o número de retenções no AE Ordem de Santiago e no AE Luísa Todi, que concentram cerca de 88% do total de retenções verificadas em 2019/2020.

No que diz respeito ao abandono escolar, o AE Ordem de Santiago é o único onde ocorreram situações de abandono nos últimos anos letivos, sendo que em 2019/2020 ocorreu um abandono a mais face a 2017/2018 e 2018/2019, quando se verificaram 6 abandonos. Nos demais AE não se verificou qualquer situação de abandono precoce da educação. Estes números refletem o meritório trabalho desenvolvido pelos responsáveis educativos para manter os alunos no sistema educativo, reduzindo assim potenciais situações de risco relativamente à consolidação das suas competências e níveis de habilitação.

QUADRO 38 - DESISTÊNCIAS E RETENÇÕES DE ALUNOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 1.º CEB DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE SETÚBAL (N.º), POR AE, DE 2017/2018 A 2019/2020 *

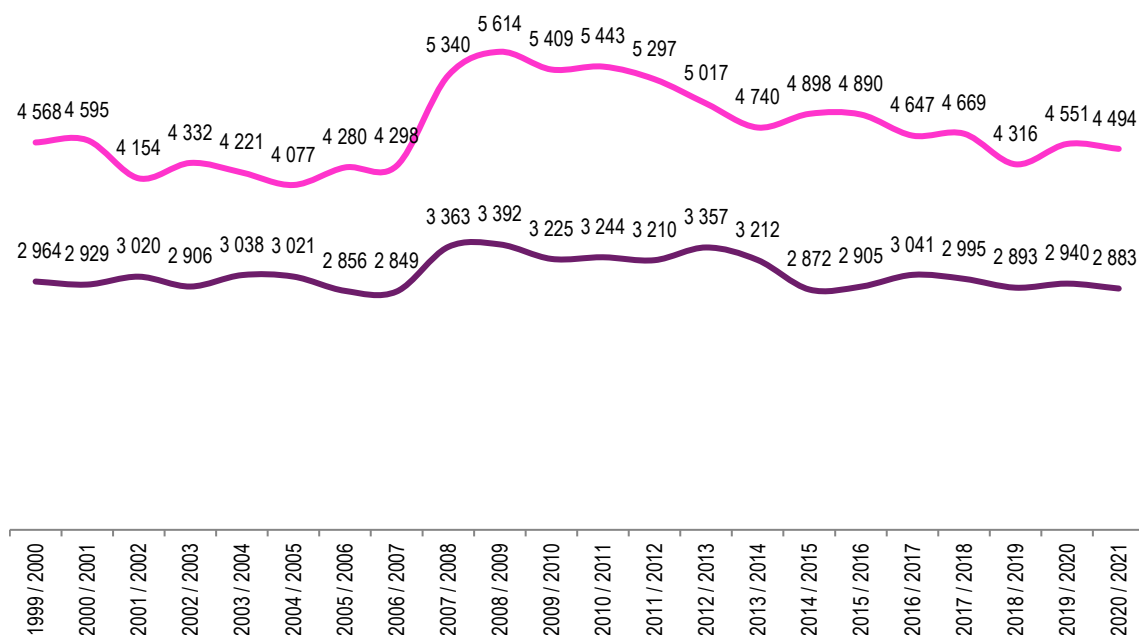
AE	2017/2018		2018/2019		2019/2020	
	Retenções	Abandonos	Retenções	Abandonos	Retenções	Abandonos
AE Ordem de Sant'Iago	77	6	95	6	70	7
AE Luísa Todi	38	0	28	0	37	0
AE Sebastião da Gama	19	0	13	0	2	0
AE de Azeitão	2	0	3	0	1	0
AE Barbosa do Bocage	11	0	12	0	10	0
AE Lima Freitas	19	0	9	0	1	0
TOTAL	166	6	160	6	121	7

* Quando da realização do processo de inquirição, junto dos AE (1.º trimestre de 2021), ainda não era possível apurar os valores para o ano letivo em curso
Fonte: Estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Setúbal (inquérito próprio)

5.4. 2.º E 3.º CICLOS DO ENSINO BÁSICO

A procura pela oferta educativa do 2.º e 3.º CEB nos estabelecimentos da rede pública em Setúbal registou um aumento importante entre os anos letivos de 2006/2007 e 2009/2010, a que se seguiu uma fase de estabilização.

No caso do 3.º CEB deu-se um decréscimo da procura, mais notório a partir de 2012/2013, sendo que nos mais recentes anos letivos se têm registado algumas oscilações. Ainda assim, o universo de alunos é ligeiramente superior ao verificado no início do século. No 2.º CEB, a fase de estabilização estendeu-se até 2014/2015, sendo que posteriormente se observou uma redução e nova fase de estabilização, sendo que nos anos letivos mais recentes não se verificam variações significativas. Não obstante, o universo de alunos é inferior ao observado em 2000/2001.

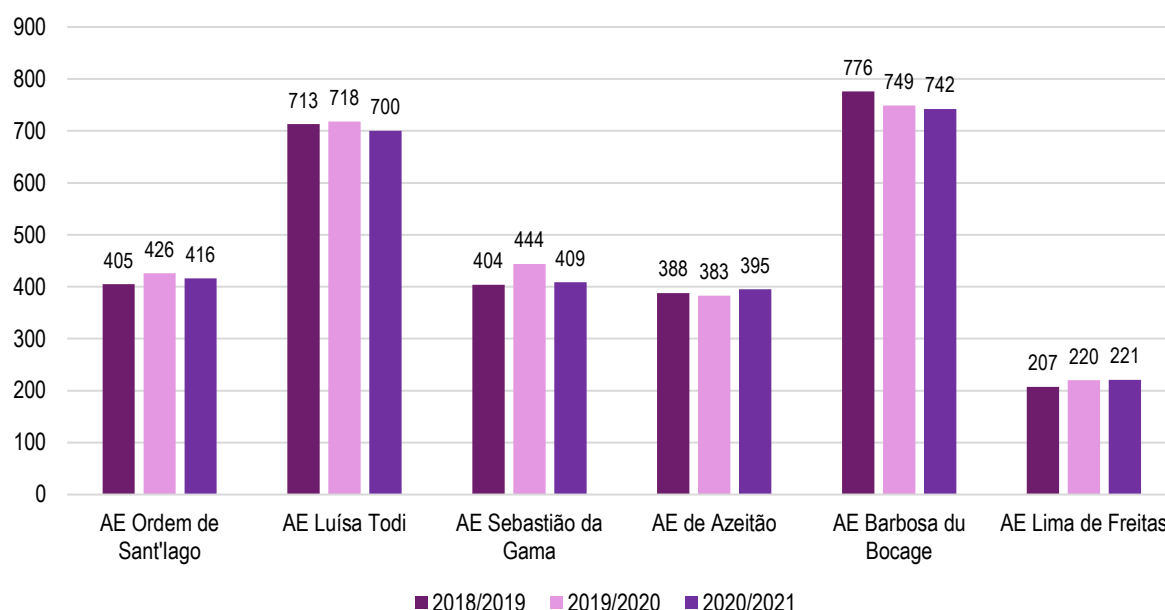
FIGURA 60 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS 2.º E 3.º CEB NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA (N.º), EM SETÚBAL

Fonte: INE e estabelecimentos do 2.º e 3.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio para os dados de 2018/2019 a 2020/2021)

Considerando a distribuição por Agrupamentos Escolares, os dados relativos ao 2.º CEB indicavam que, no período em causa, era no AE Barbosa du Bocage que se concentrava o maior número de alunos (em 2020/2021, 742 alunos, valor ainda assim inferior ao de 2018/2019, em que estavam matriculados neste Agrupamento um total de 776 alunos no 2.º CEB).

Seguia-se o AE Luísa Todi, que no ano letivo mais recente tinha um total de 700 alunos, valor pouco abaixo dos 713 registados, em 2018/2019. Nos demais Agrupamentos, em 2020/2021, o número de alunos do 2.º CEB rondava os 400, sendo que no AE Lima de Freitas, o universo era mais reduzido, situando-se nos 221.

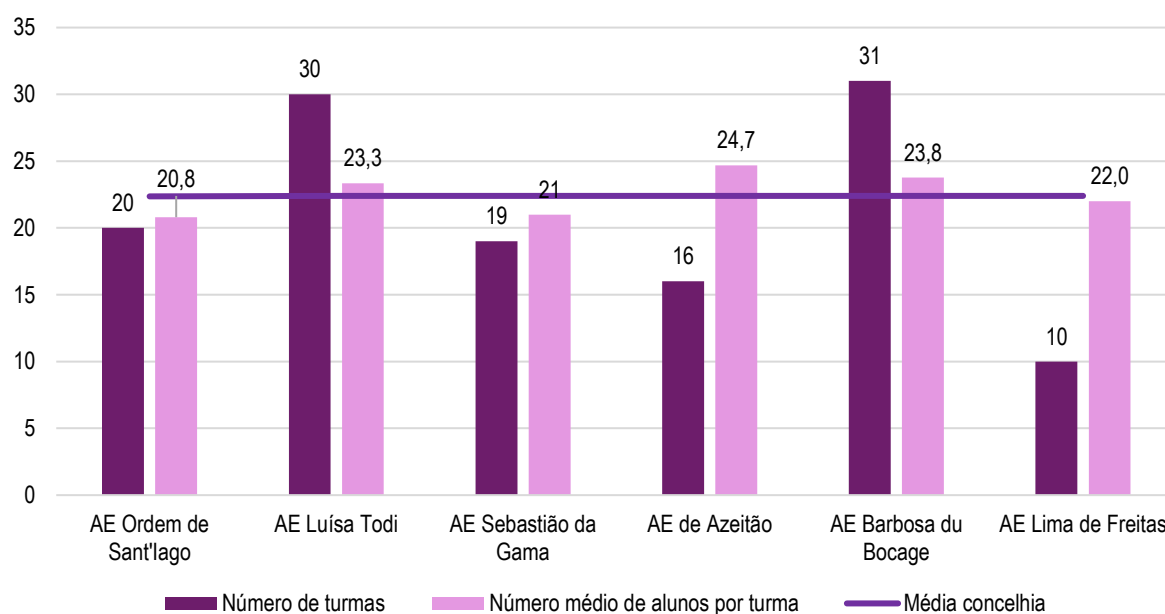
FIGURA 61 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO 2.º CEB DOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR AE, ENTRE 2018/2019 E 2020/2021



Fonte: Estabelecimentos do 2.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

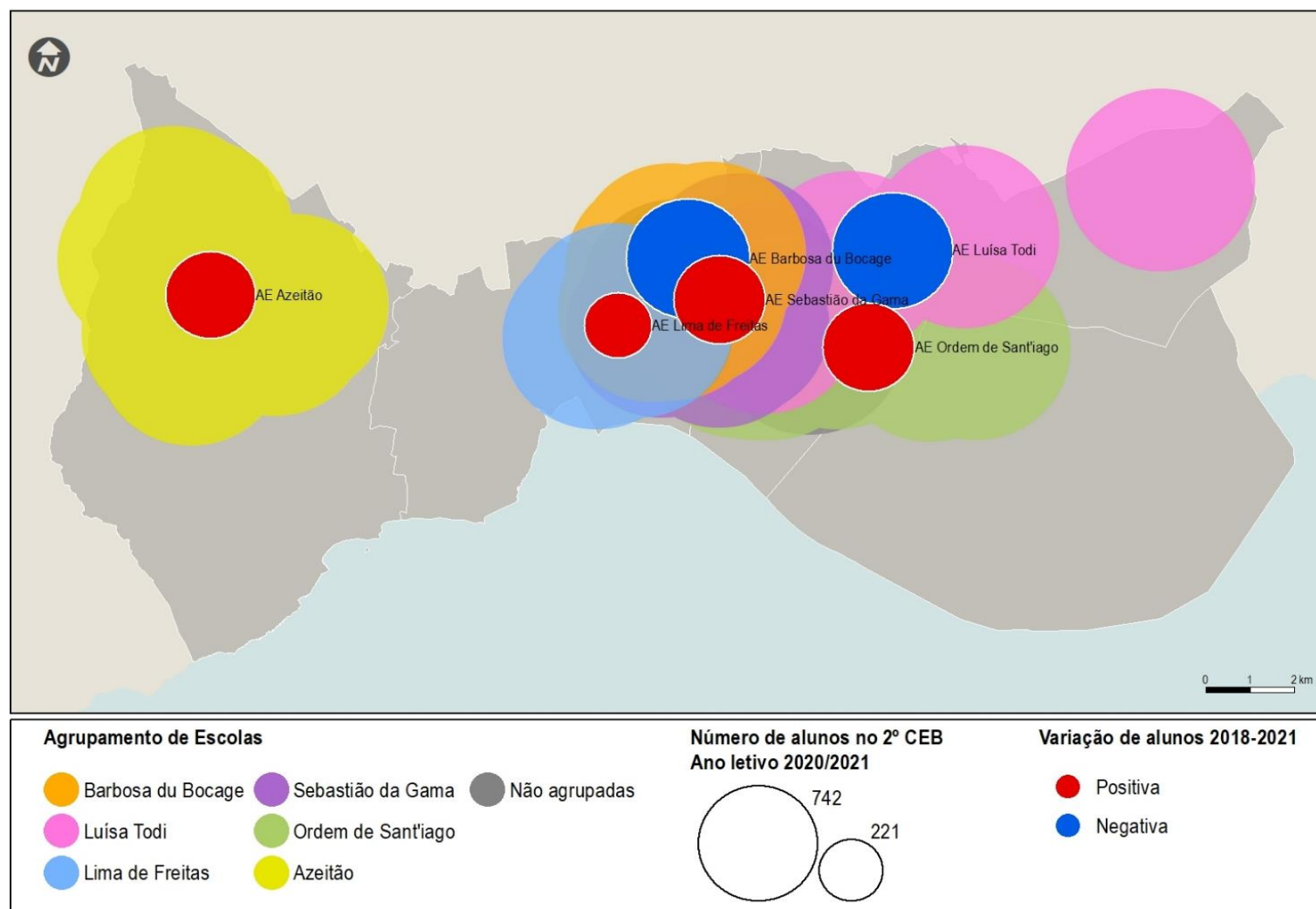
Ao mais elevado número de alunos do AE Luísa Todi, correspondia também um maior número de turmas. O AE com maior número médio de alunos por turma era o AE Barbosa du Bocage, com 23,8 alunos, sendo que a média concelhia se situava nos 22,4 alunos por turma.

FIGURA 62 – NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO MÉDIO DE ALUNOS POR TURMA NO 2.º CEB DOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR AE, EM 2020/2021



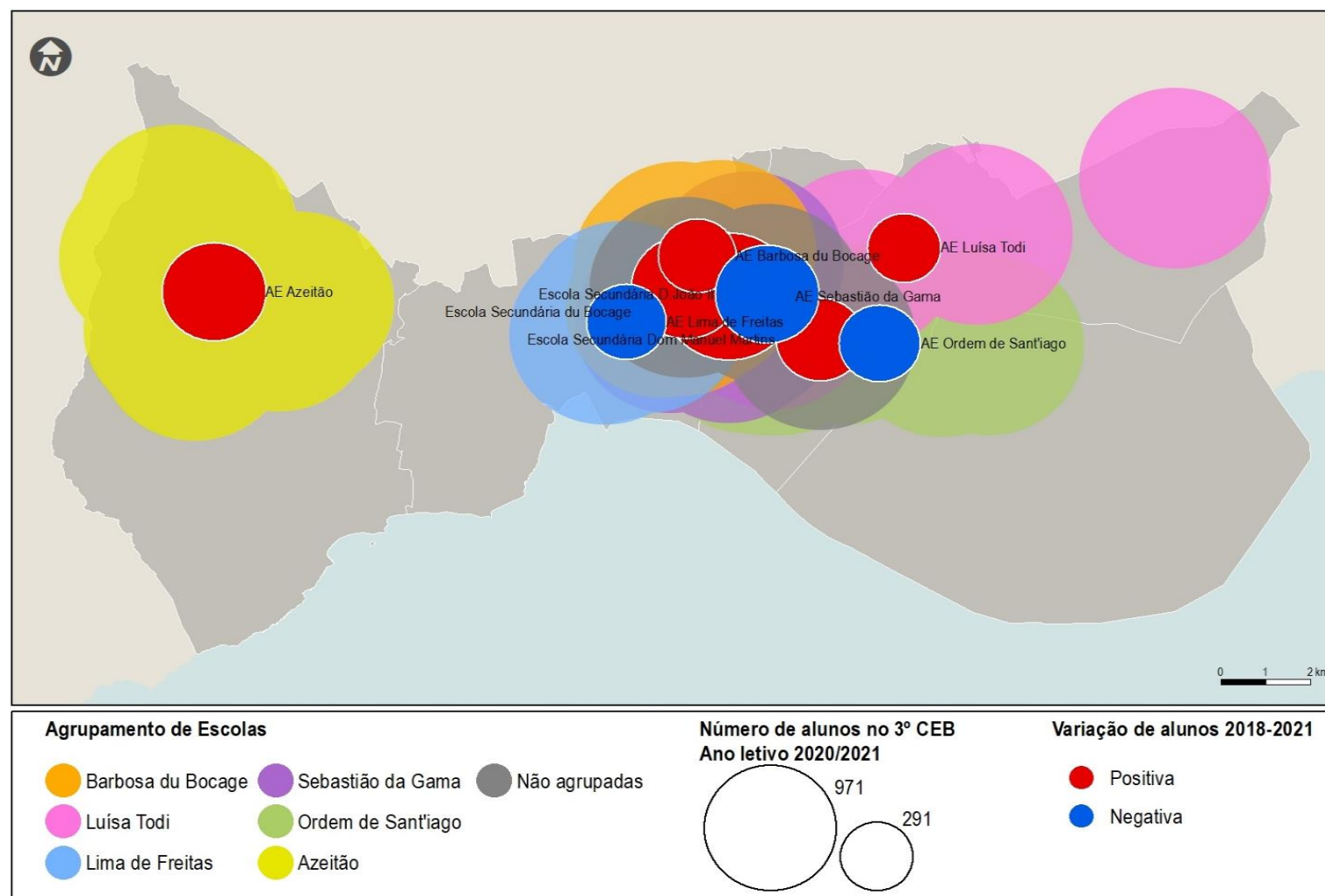
Fonte: Estabelecimentos do 2.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

FIGURA 63 – ALUNOS INSCRITOS NO 2.º CEB DA REDE PÚBLICA (N.º), POR AE, NO CONCELHO DE SETÚBAL, 2018/2019 E 2020/2021



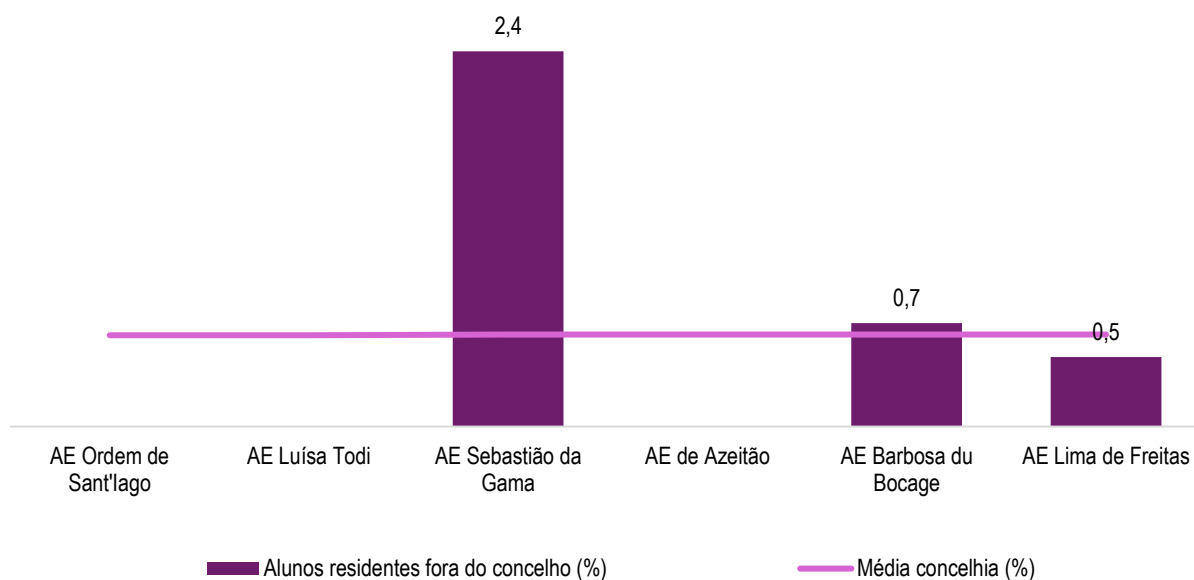
Fonte: Equipa técnica a partir dos dados do inquérito próprio aplicado aos estabelecimentos do 2.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal

FIGURA 64 – ALUNOS INSCRITOS NO 3.º CEB DA REDE PÚBLICA (N.º), POR AE, NO CONCELHO DE SETÚBAL, 2018/2019 E 2020/2021



Fonte: Equipa técnica a partir dos dados do inquérito próprio aplicado aos estabelecimentos do 3.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal

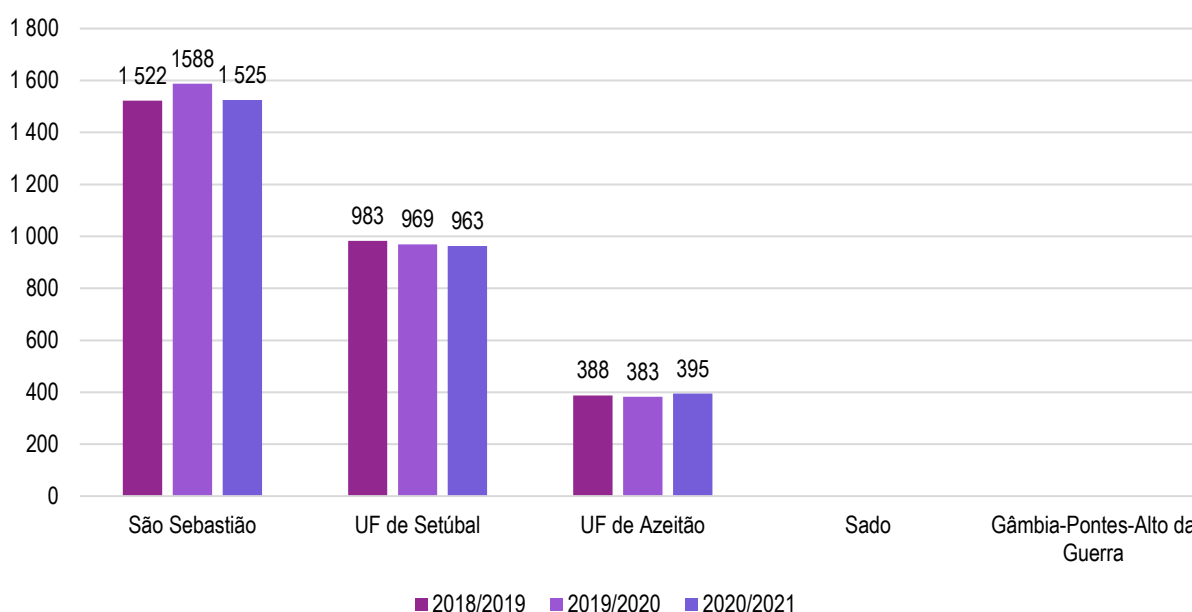
FIGURA 65 – PROPORÇÃO DE ALUNOS INSCRITOS NO 2.º CEB NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE SETÚBAL RESIDENTES FORA DO CONCELHO (%), NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AE



Fonte: Estabelecimentos do 2.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

Em vários Agrupamentos não se identificou qualquer aluno proveniente de outro concelho, sendo que no AE Sebastião da Gama, foi onde essa proporção se verificou mais elevada, ainda que se situasse apenas nos 2,4%. A média concelhia neste nível de ensino, era de 0,6%.

FIGURA 66 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 2.º CEB DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR FREGUESIA, ENTRE 2018/2019 E 2020/2021



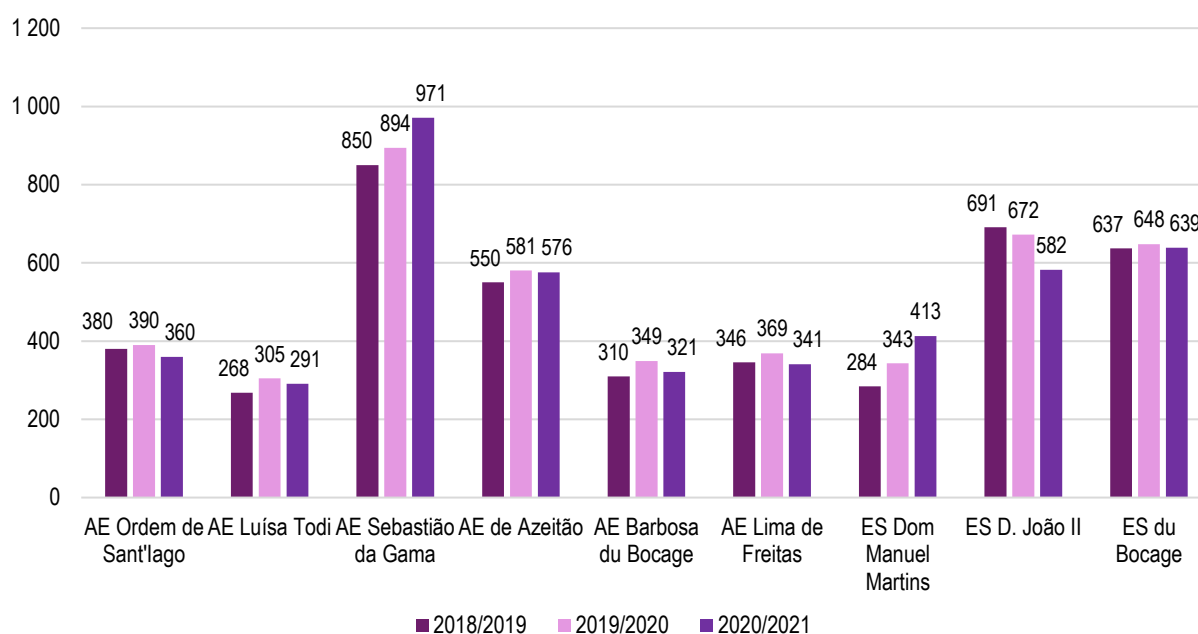
Fonte: Estabelecimentos do 2.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

Considerando a distribuição dos estabelecimentos pelas freguesias do concelho, era notória a maior prevalência da freguesia de São Sebastião, seguindo-se a UF de Setúbal e a UF de Azeitão. Nas demais freguesias, constata-se a inexistência de estabelecimentos escolares e, consequentemente, de alunos na rede pública.

Contrariamente ao que ocorria no 2.º CEB, o AE Luísa Todi surgia como aquele onde se registava um menor número de alunos no 3.º CEB, com 291 matriculados, em 2020/2021. Neste nível de ensino, era o AE Sebastião da Gama que reunia um maior número de alunos, apresentando uma trajetória de aumento desse efetivo (em 2020/2021, situou-se nos 971 alunos).

Note-se também que as 3 escolas secundárias (não agrupadas) disponibilizavam oferta educativa deste nível de ensino, sendo que a Escola Secundária D. João II e a Escola Secundária de Bocage tinham um efetivo de alunos, em 2020/2021, superior ao do segundo Agrupamento com maior número de alunos, o AE de Azeitão (576), com respetivamente, 582 e 639 alunos.

FIGURA 67 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 3.º CEB DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR AE, ENTRE 2018/2019 E 2020/2021

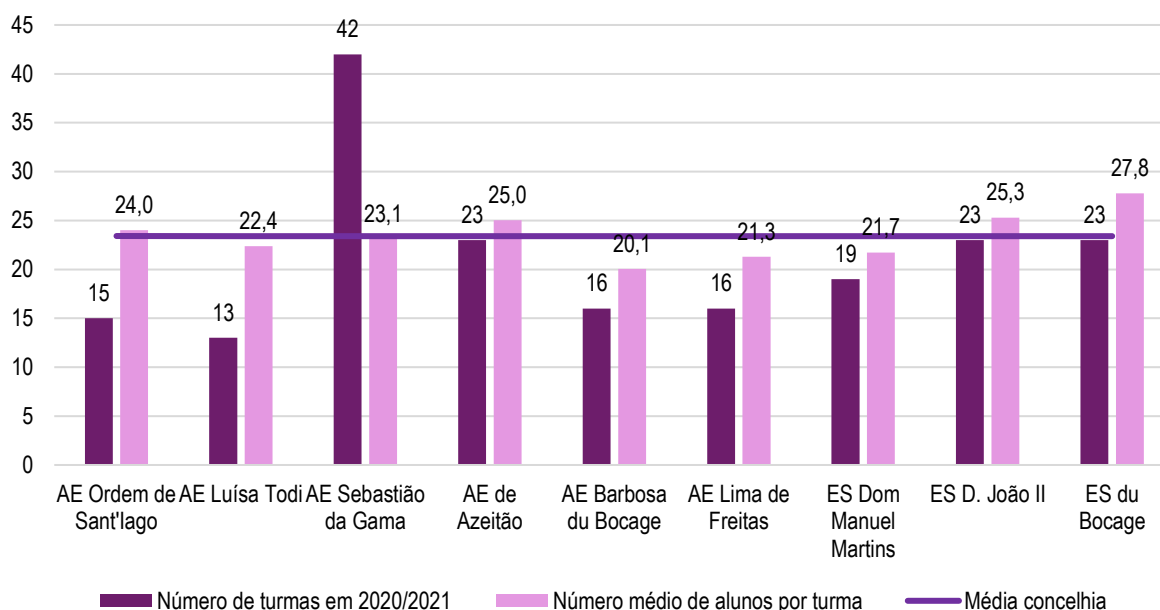


Fonte: Estabelecimentos do 3.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

No que diz respeito ao número de turmas, destacava-se o AE Sebastião da Gama, o que se justificava pelo maior número de alunos a frequentar as suas duas escolas. Ainda assim, o número médio de alunos por turma deste AE (23,1) era inferior à média concelhia (23,4). Apenas o AE de Azeitão, a Escola Secundária D. João II e a Escola Secundária de Bocage tinham um número médio de alunos por turma mais elevado que o valor médio concelhio.

Município de Setúbal

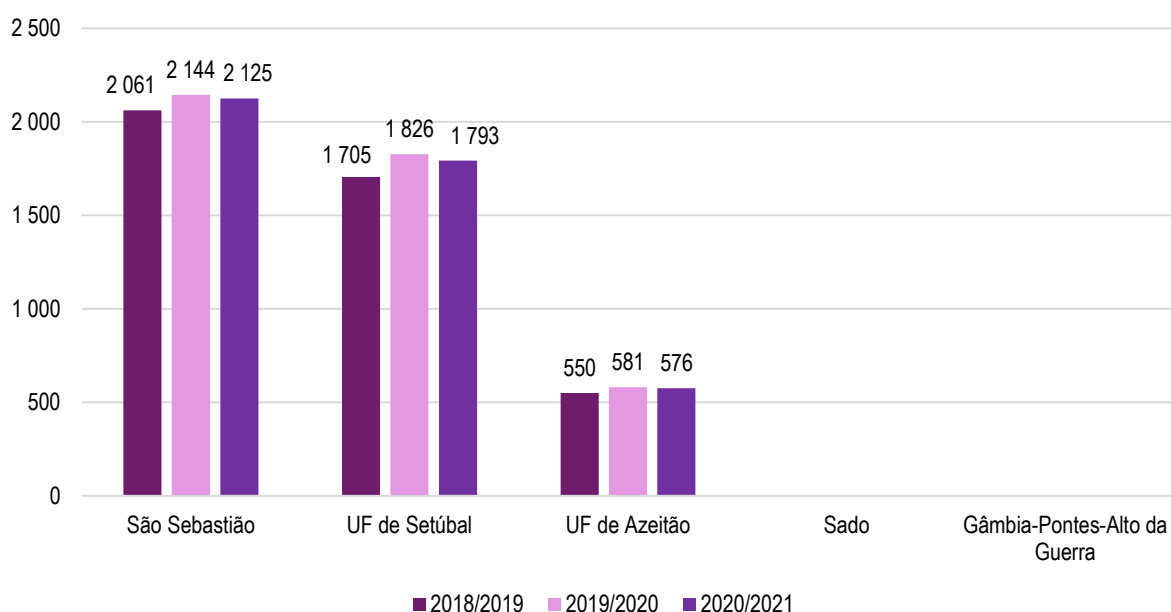
FIGURA 68 – NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO MÉDIO DE ALUNOS POR TURMA NO 3.º CEB DOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR AE, EM 2020/2021



Fonte: Estabelecimentos do 3.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

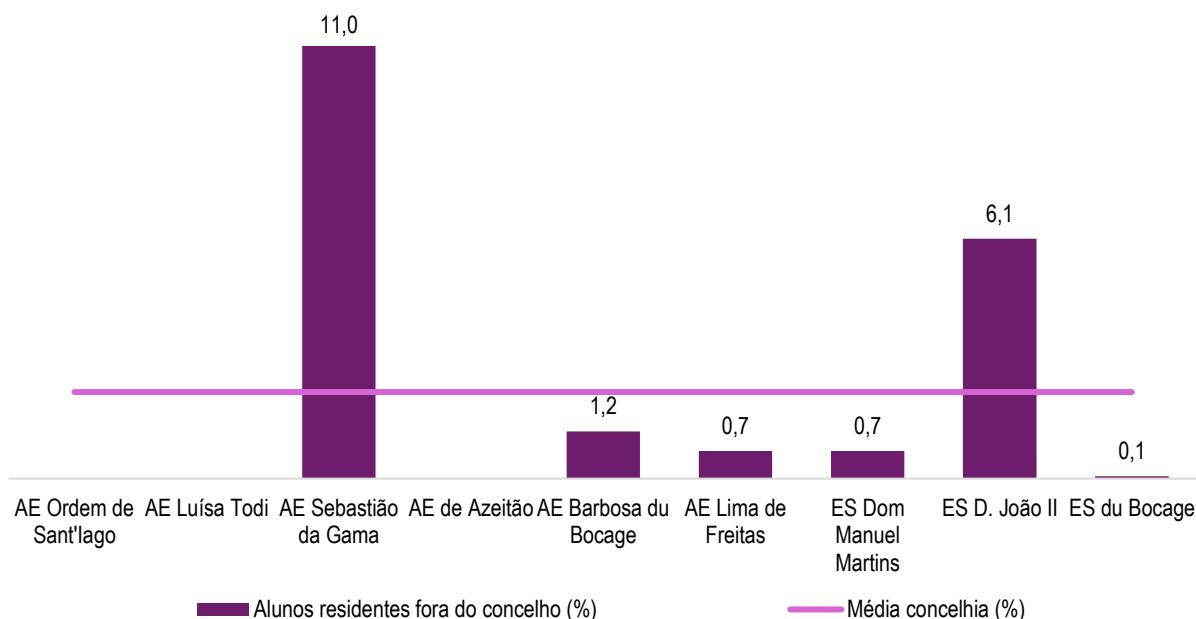
Mais uma vez, se observada a distribuição territorial dos estabelecimentos por freguesia, era em São Sebastião que existia um maior número de alunos (2.125, em 2020/2021), embora a diferença para a UF de Setúbal não fosse tão elevada como a observada no caso do 2.º CEB, uma vez que nas escolas dessa unidade territorial se encontravam 1.793 alunos.

FIGURA 69 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 3.º CEB DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR FREGUESIA, ENTRE 2018/2019 E 2020/2021



Fonte: Estabelecimentos do 3.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

FIGURA 70 – PROPORÇÃO DE ALUNOS INSCRITOS NO 3.º CEB NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE SETÚBAL RESIDENTES FORA DO CONCELHO (%), NO ANO LETIVO 2020-2021, POR AE



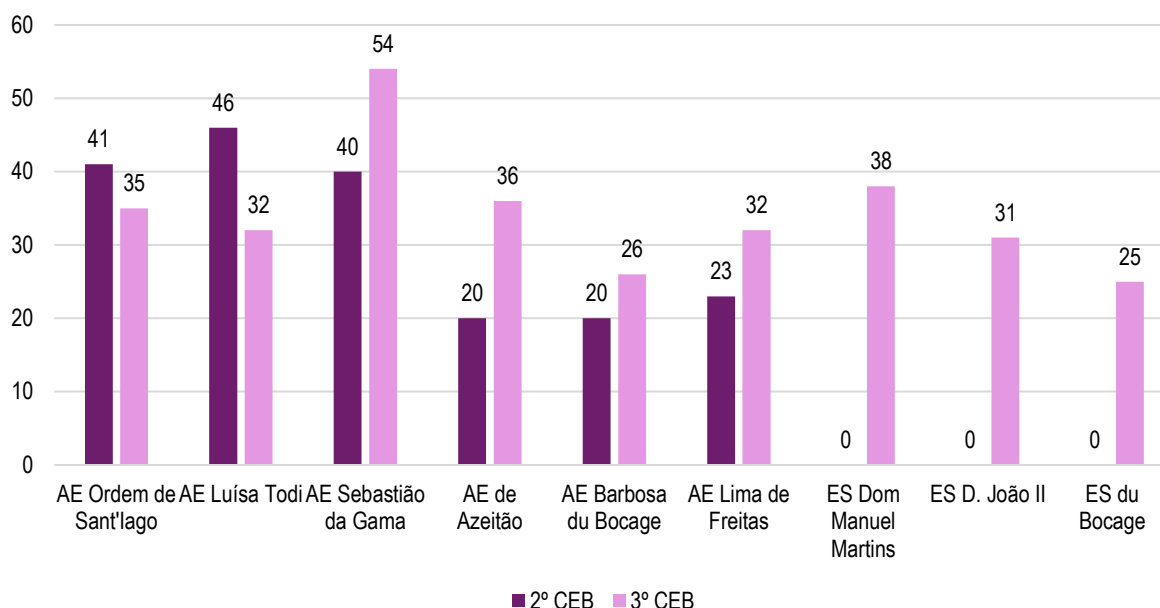
Fonte: Estabelecimentos do 3.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

A proveniência de alunos de concelhos da envolvente próxima de Setúbal, manifestava-se mais elevada nas escolas integradas no AE Sebastião da Gama, onde esses alunos constituíam 11% do total de matrículas em 2020/2021. Na Escola Secundária D. João II, com o segundo valor mais elevado, essa proporção era de 6,1%. Nos restantes casos, a presença de alunos nesta situação, era muito reduzida ou até mesmo inexistente.

Relativamente ao universo de alunos com necessidades especiais no 2.º e 3.º CEB, identificavam-se um total de 499 alunos com alguma condicionante enquadrada nessa tipologia. Destes, 309 estavam matriculados no 3.º CEB e 199 no 2.º CEB. Considerando a distribuição por Agrupamentos, era no AE Sebastião da Gama que se encontrava o maior número de alunos abrangidos pela educação inclusiva, considerando o somatório dos 2 níveis de ensino (94). No entanto, era no AE Luísa Todi que o número destes alunos no 2.º CEB era mais elevado (46).

Quanto às respostas direcionadas para as crianças com necessidades educativas especiais (Decreto-Lei nº 54/2018) ao nível do 2.º CEB, a Escola Básica de Aranguez (AE Sebastião da Gama) tinha alunos a frequentar a educação especial para alunos cegos e com baixa visão e a unidade de ensino estruturado (atual Centro de Apoio à Aprendizagem) para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo. Também na EB Luísa Todi (AE Luísa Todi) e na Escola Secundária de Bocage havia crianças com NEE a frequentar a unidade de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo. Além destas, também a Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'ago (AE Ordem de Sant'ago) apresentavam alunos a frequentar unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita.

No caso do 3.º CEB, as valências frequentadas por crianças com NEE encontravam-se na Escola Básica de Aranguez, (AE Sebastião da Gama), que tinha crianças a frequentar a educação de alunos cegos e com baixa visão, bem como a unidade de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo, na Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'ago (AE Ordem de Sant'ago), nomeadamente, na unidade de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita, e na Escola Básica Barbosa du Bocage (AE Barbosa du Bocage), na unidade de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo.

FIGURA 71 – ALUNOS COM NEE MATRICULADOS NOS 2.º E 3.º CEB NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR AE, EM 2020/2021

Fonte: Estabelecimentos do 2.º e 3.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

Em matéria de aproveitamento escolar, tem-se verificado uma diminuição no número de retenções nos alunos do 2.º CEB (o número de alunos retidos baixou dos 192, em 2017/2018, para os 148, em 2019/2020). No entanto, esta evolução não tem sido homogénea no universo de estabelecimentos em análise, já que no AE Ordem de Sant'iago o número de retenções subiu das 53 (2018/2019) para as 63 (2019/2020), tendo sucedido o mesmo no AE de Azeitão, onde subiu de 1 para 10 alunos que não transitaram de ano ou concluíram o ciclo de estudos. Sublinhe-se que, em larga medida, a diminuição geral da taxa de retenções no concelho foi tributária do efeito da pandemia e das medidas adotadas nesse período.

QUADRO 39 - DESISTÊNCIAS E RETENÇÕES DE ALUNOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 2.º CEB DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE SETÚBAL (N.º), POR AE, DE 2017/2018 A 2019/2020*

AE	2017/2018		2018/2019		2019/2020	
	Retenções	Abandonos	Retenções	Abandonos	Retenções	Abandonos
AE Ordem de Sant'iago	56	15	53	13	63	15
AE Luísa Todi	37	2	20	3	16	2
AE Sebastião da Gama	42	4	49	5	25	3
AE de Azeitão	12	1	1	0	10	0
AE Barbosa du Bocage	41	0	44	0	32	1
AE Lima de Freitas	4	0	12	0	2	1
TOTAL	192	22	179	21	148	22

* Quando da realização do processo de inquirição, junto dos AE (1.º trimestre de 2021), ainda não era possível apurar os valores para o ano letivo em curso

Fonte: Estabelecimentos do 2.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

Quanto às situações de abandono é notória uma situação de estabilização no número total de alunos que abandonaram precocemente o seu percurso educativo (22, em 2017/2018, 21, em 2018/2019 e 22, em 2019/2020). No entanto, manifestavam-se assimetrias entre Agrupamentos de Escolas, já que em alguns houve anos letivos sem qualquer situação de abandono (AE de Azeitão, AE Barbosa du Bocage e AE Lima Freitas), ao passo que noutros, o número de abandonos ultrapassou a dezena, destacando-se o AE Ordem de Sant'Iago, com 15 abandonos em 2019/2020.

No 3.º CEB o número de retenções também apresentou uma tendência de diminuição entre 2017/2018 e 2019/2020, baixando das 340 para as 161 retenções, respetivamente. Em 2017/2018, o AE Sebastião da Gama registou o maior número de retenções (71), mas em 2019/2020 apenas se contabilizaram 36 alunos retidos. Nesse mesmo ano letivo, o AE com maior número de retenções foi o AE Ordem de Sant'Iago (40).

Na esmagadora maioria dos Agrupamentos registou-se uma redução do número de alunos retidos, sendo que apenas no AE Luísa Todi se observou um ligeiro acréscimo (das 10 para as 11 retenções, entre 2017/2018 e 2019/2020).

QUADRO 40 - DESISTÊNCIAS E RETENÇÕES DE ALUNOS NOS ESTABELECIMENTOS DO 3.º CEB DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE SETÚBAL (N.º), POR AE, DE 2017/2018 A 2019/2020*

AE	2017/2018		2018/2019		2019/2020	
	Retenções	Abandonos	Retenções	Abandonos	Retenções	Abandonos
AE Ordem de Sant'Iago	33	10	48	10	40	10
AE Luísa Todi	10	1	9	1	11	2
AE Sebastião da Gama	71	8	62	8	36	6
AE de Azeitão	21	1	20	0	8	3
AE Barbosa du Bocage	53	0	56	0	16	1
AE Lima de Freitas	42	6	38	5	11	7
Escola Secundária Dom Manuel Martins	42	0	43	0	22	0
Escola Secundária D. João II	55	9	47	10	15	8
Escola Secundária de Bocage	13	0	10	0	2	0
TOTAL	340	35	333	34	161	37

* Quando da realização do processo de inquirição, junto dos AE (1.º trimestre de 2021), ainda não era possível apurar os valores para o ano letivo em curso

Fonte: Estabelecimentos do 3.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

Para o mesmo horizonte temporal, houve um aumento de 35 para 37 alunos a abandonar de forma precoce o seu percurso escolar. Em todos os anos letivos, o valor mais elevado registou-se no AE Ordem de Sant'Iago, seguindo-se a Escola Secundária D. João II.

Destaque-se que 7 estabelecimentos disponibilizavam atividades complementares, nomeadamente, clubes ou ações de projeto. São disso exemplo a Escola Básica Luísa Todi, a Escola Secundária Sebastião da Gama, a Escola Básica de Aranguez, a Escola Básica de Azeitão, a Escola Básica Barbosa du Bocage, a Escola Básica e Secundária Lima de Freitas e a Escola Secundária Dom Manuel Martins.

Em 2020/2021, estas escolas ofereciam um total de 31 atividades de tipologia variada, que tinham, no seu conjunto, 1.098 inscritos, havendo uma capacidade de acolhimento total na ordem das 2.800 vagas, o que corresponde a uma taxa de ocupação média de 38%. O facto de algumas atividades poderem ser frequentadas por todo os alunos matriculados contribuía para a elevada capacidade de acolhimento registada. Ainda assim, várias atividades complementares tinham todas as suas vagas preenchidas, sendo disso exemplo o Desporto Escolar na Escola Secundária Sebastião da Gama, os 2 projetos Erasmus+ na Escola Básica de Aranguez, e os clubes de teatro e xadrez da Escola Básica Barbosa du Bocage.

O facto de as atividades disponíveis serem bastante diversas e, em alguns casos, disponibilizadas ao universo de matriculados, reflete o empenho destes estabelecimentos em motivar e envolver os alunos em causas socialmente relevantes. Releve-se a existência do Programa Erasmus+, que promove o contacto com participantes de outros países, contribuindo para aprendizagens formais e informais num contexto de multiculturalidade.

QUADRO 41 – ATIVIDADES COMPLEMENTARES EXISTENTES NO 2.º E 3.º CEB, NO ANO LETIVO 2020/2021

Estabelecimento	Atividade	Inscritos	Capacidade (taxa de ocupação)
EB Luísa Todi (AE Luísa Todi)	Clube de Percussão	10	20 (50%)
	Clube de Cinema	6	10 (60%)
	“Tódicos”	10	15 (66%)
ES Sebastião da Gama (AE Sebastião da Gama)	Desporto Escolar	169	169 (100%)
	Centro de Formação Desportiva	24	42 (57%)
	Clube de Aeronáutica	20	20 (100%)
	Clube de Ambiente	12	20 (60%)
	“Lean”	n.d.	n.d.
EB de Aranguez (AE Sebastião da Gama)	Projeto Escola Azul	200	Sem limite
	Erasmus+ Cornerstones of Sustainability	16	16 (100%)
	Erasmus+ Power of Understanding	16	16 (100%)
EB de Azeitão (AE de Azeitão)	Clube de Educação Física e Desporto	57	60 (95%)
	Clube do Teatro de Sombras Coloridas	10	20 (50%)
	Clube de Música	16	20 (80%)
	Clube de Scratch	11	15 (73%)
	Clube de Jogos Matemáticos	13	20 (65%)
EB Barbosa du Bocage (AE Barbosa du Bocage)	Clube de Música - Bombos	30	50 (60%)
	Clube Europeu	20	30 (66%)

Estabelecimento	Atividade	Inscritos	Capacidade (taxa de ocupação)
	Clube de Xadrez	20	20 (100%)
	Clube de Teatro	20	20 (100%)
	Desporto Escolar	100	150 (66%)
Escola Básica e Secundária Lima de Freitas (AE Lima de Freitas)	Desporto Escolar	116	150 (77%)
	Clube de ukulele e guitarra	10	12 (83%)
	LimaVox	15	20 (75%)
	Yoga	10	15 (67%)
	Oficina de Expressões	5	10 (50%)
	Oficina "Saúde para Todos"	8	10 (80%)
ES Dom Manuel Martins (Não agrupada)	Clube Ciência Viva Escola - CIAM (Centro de Interpretação Ambiental das Manteigadas)	24	50 (48%)
	Clube de Promoção de Educação para a Saúde	25	450 (6%)
	Desporto Escolar	60	450 (13%)
	Projeto DOM da Partilha	5	900 (6%)
TOTAL	31	1.058	2.800 (38%)

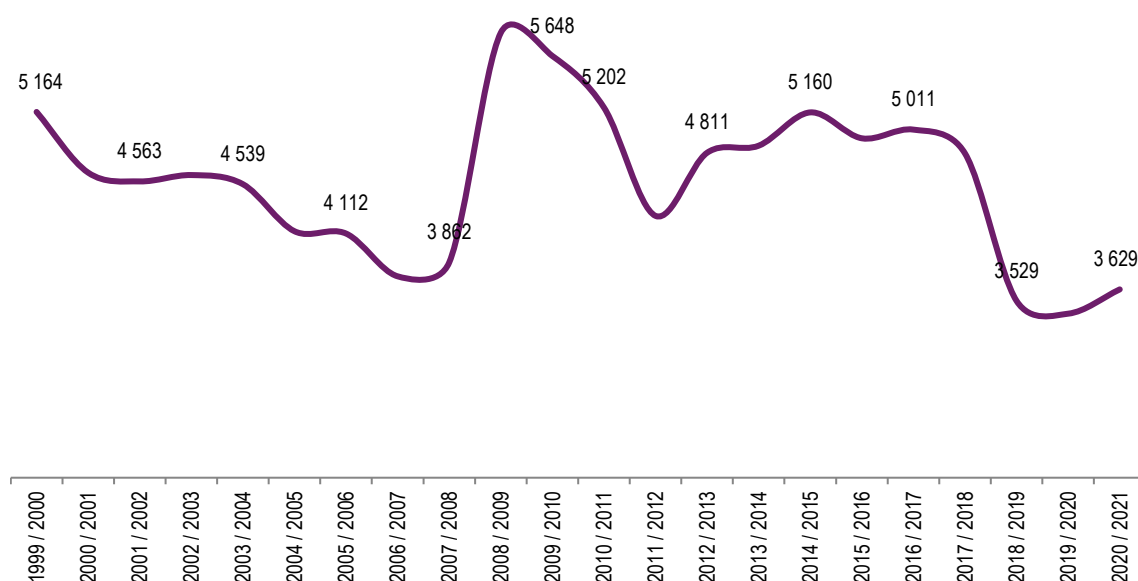
Nota: O AE Ordem de Sant'Iago, o AE D. João II e a ES Bocage não identificaram as atividades que possuem, no âmbito do processo de inquirição

Fonte: Estabelecimentos do 2.º e 3.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

5.5. ENSINO SECUNDÁRIO

A dinâmica da procura pelo ensino secundário ministrado nos estabelecimentos da rede pública no concelho de Setúbal teve um notável reforço em 2008/2009, subindo dos 3.862 para os 5.849 alunos, em larga medida como resultado da passagem da obrigatoriedade da escolaridade obrigatória para o 12.º ano (Lei n.º 85/2009, de 27 de agosto). No entanto, após esse aumento acentuado, registou-se uma nova redução. Em 2012/2013 a tendência de decréscimo foi novamente invertida, sendo que em 2014/2015 se atingiu um universo de 5.160 alunos matriculados no secundário. Esse valor foi descendo de forma ligeira, sendo que entre 2017/2018 e 2018/2017 ocorreu novo decréscimo com maior relevância. Nos últimos anos letivos, o efetivo de alunos apresentou novamente um aumento, ainda que menos pronunciado, situando-se nos 3.629 em 2020/2021.

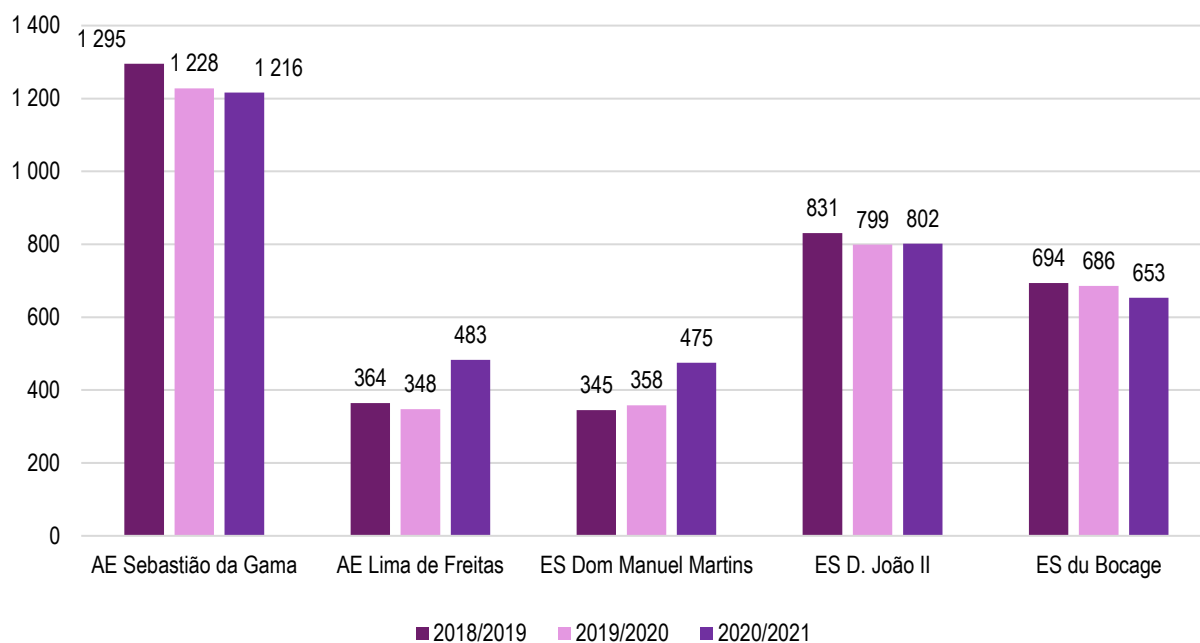
FIGURA 72 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA (N.º), EM SETÚBAL



Fonte: INE e estabelecimentos do ensino secundário da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio para os dados de 2018/2019 a 2020/2021)

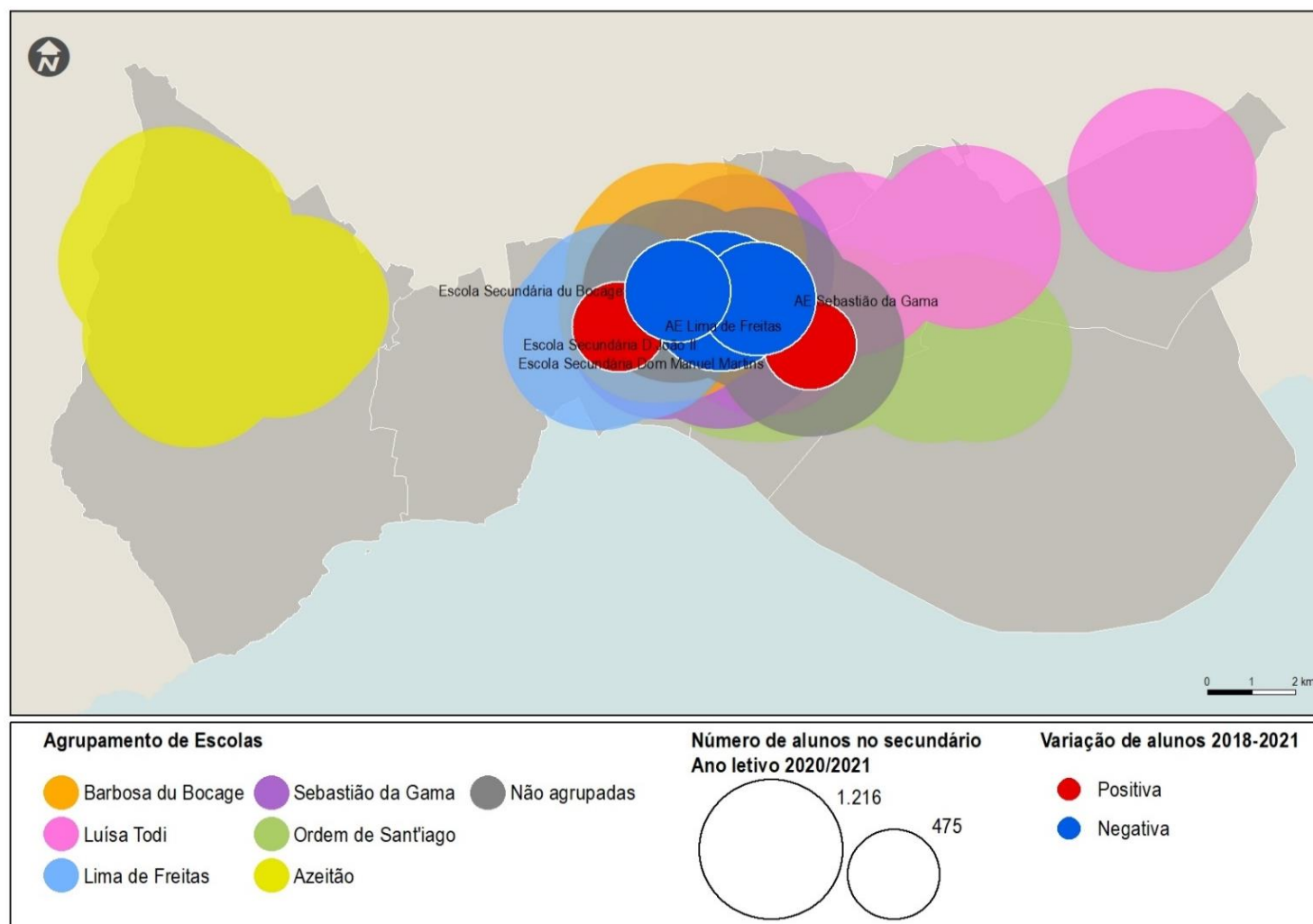
Se considerada a distribuição dos alunos tendo por base os AE e as escolas secundárias não agrupadas, destaca-se o AE Sebastião da Gama que, em 2020/2021, possuía 1.216 alunos no ensino secundário (tendência de redução face aos anos letivos anteriores). Nas escolas não agrupadas, a Escola Secundária D. João II apresenta um universo de alunos matriculados mais relevante.

FIGURA 73 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR AE, ENTRE 2018/2019 E 2020/2021



Fonte: Estabelecimentos do ensino secundário da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

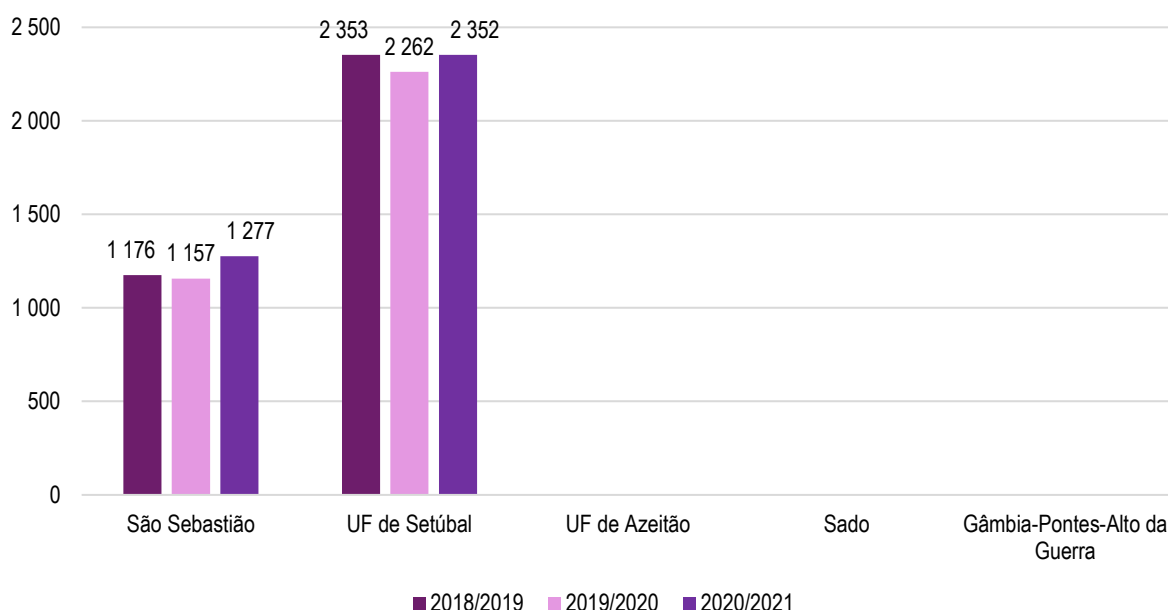
FIGURA 74 – ALUNOS INSCRITOS NO ENSINO SECUNDÁRIO DA REDE PÚBLICA (N.º), POR AE, NO CONCELHO DE SETÚBAL, 2018/2019 E 2020/2021



Fonte: Equipa técnica a partir dos dados do inquérito próprio aplicado aos estabelecimentos do Ensino Secundário da rede pública no concelho de Setúbal

Na distribuição das escolas por freguesia, releva a UF de Setúbal onde se encontra a maior parte dos alunos matriculados no ensino secundário (em 2020/2021, 2.352 alunos). Em São Sebastião existia um total de 1.277 alunos matriculados.

FIGURA 75 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR FREGUESIA, ENTRE 2018/2019 E 2020/2021

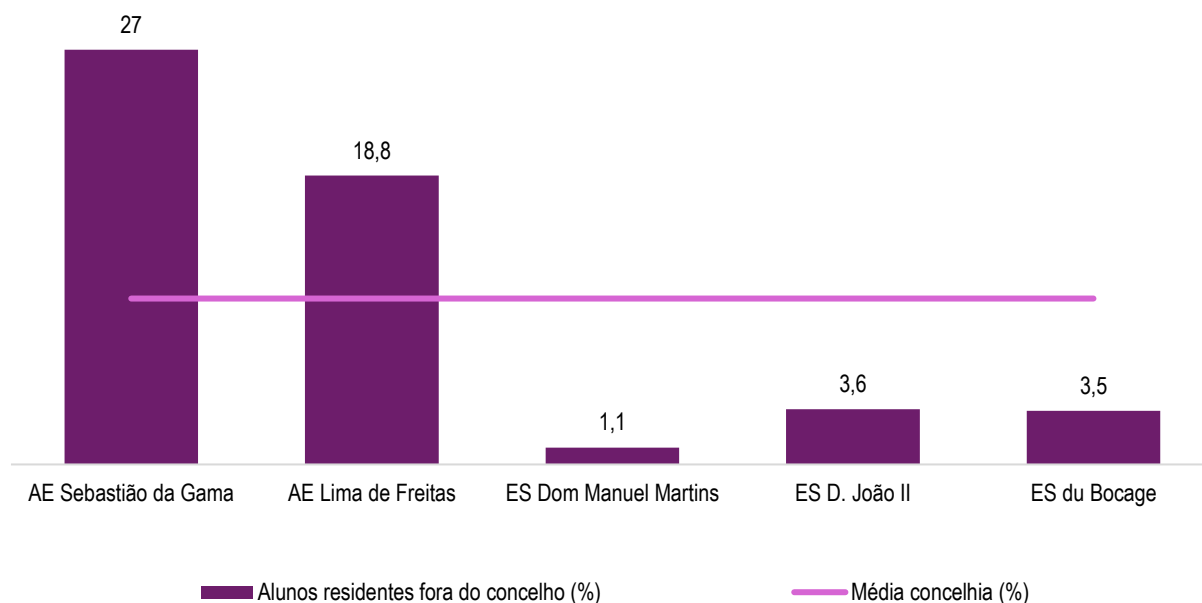


Fonte: Estabelecimentos do ensino secundário da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

Destaque-se o facto de, no ensino secundário, a proporção de alunos matriculados nos estabelecimentos da rede pública de Setúbal que residiam noutro concelho ser superior à observada nos outros níveis de ensino, indiciando uma maior diversificação e qualidade dos cursos ministrados e revelando a atratividade/polaridade que o concelho exercia nos territórios envolventes. De facto, no caso do AE Sebastião da Gama, mais de 25% dos alunos matriculados em 2020/2021 residia noutro concelho. Igualmente relevante era a percentagem observada no AE Lima de Freitas, com 18,8% dos alunos a ter residência num concelho que não Setúbal.

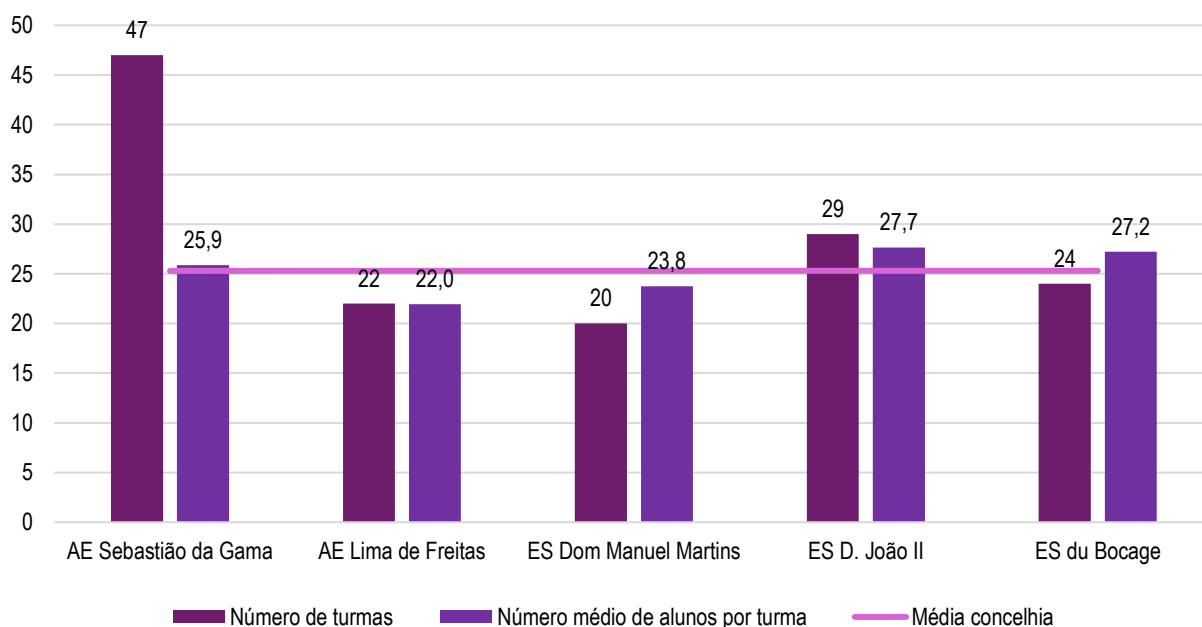
Consequência de um maior número de alunos inscritos comparativamente às demais escolas e agrupamentos, o AE Sebastião da Gama possuía um total de 47 turmas, pelo que o número médio de alunos por turma se situava nos 25,9, valor ligeiramente superior à média concelhia (25,3). Note-se que também a Escola Secundária D. João II e a Escola Secundária de Bocage possuíam um número médio de alunos por turma superior ao valor médio dos estabelecimentos da rede pública do concelho.

FIGURA 76 – NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO MÉDIO DE ALUNOS POR TURMA NO ENSINO SECUNDÁRIO DOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR AE, EM 2020/2021



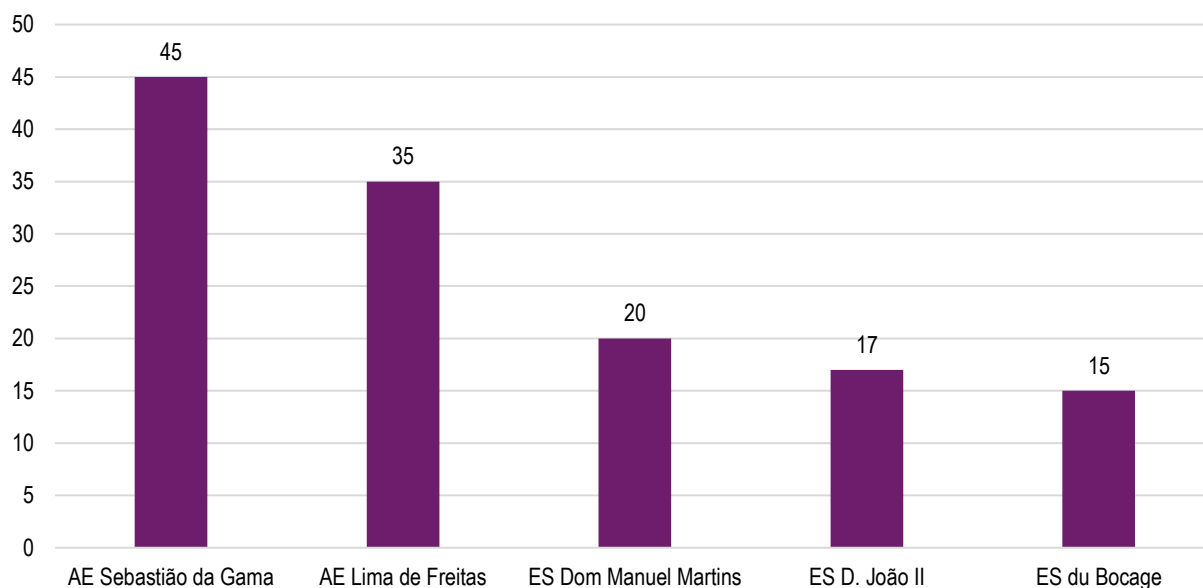
Fonte: Estabelecimentos do ensino secundário da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

FIGURA 77 – NÚMERO DE TURMAS E NÚMERO MÉDIO DE ALUNOS POR TURMA NO ENSINO SECUNDÁRIO DOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR AE, EM 2020/2021



Fonte: Estabelecimentos do ensino secundário da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

O universo de alunos com necessidades educativas especiais tinha a sua expressão mais elevada no AE Sebastião da Gama, com 45 alunos enquadrados nessa tipologia, seguindo-se o AE Lima de Freitas. O AE Sebastião da Gama é o único que possui alunos com NEE a frequentar uma resposta específica, nomeadamente, a educação de alunos cegos e com baixa visão (Decreto-Lei nº 54/2018).

FIGURA 78 – ALUNOS COM NEE MATRICULADOS NO ENSINO SECUNDÁRIO NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA EM SETÚBAL (N.º), POR AE, EM 2020/2021

Fonte: Estabelecimentos do ensino secundário da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

Em matéria de retenções, ocorreu, à semelhança do verificado noutros níveis de ensino, um decréscimo generalizado no número de alunos retidos, que baixou dos 481, em 2014/2018, para os 340, em 2019/2020. Ainda assim, a Escola Secundária D. João II registou um aumento destas situações, passando das 100 para as 133, sendo a única a registar uma evolução negativa neste indicador. Relativamente ao abandono escolar, ocorreu um acréscimo relevante, refletido na subida de 2 (2017/2018) para 8, em 2019/2020; este agravamento verificou-se no AE Lima de Freitas (de nenhum para 2 abandonos) e na Escola Secundária Dom Manuel Martins (de 1 para 6 abandonos).

QUADRO 42 - DESISTÊNCIAS E RETENÇÕES DE ALUNOS NO ENSINO SECUNDÁRIO NOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PÚBLICA NO CONCELHO DE SETÚBAL (N.º), POR AE, DE 2017/2018 A 2019/2020

AE	2017/2018		2018/2019		2019/2020	
	Retenções	Abandonos	Retenções	Abandonos	Retenções	Abandonos
AE Sebastião da Gama	173	0	142	0	102	0
AE Lima de Freitas	36	0	15	0	17	2
ES Dom Manuel Martins	110	1	88	0	41	6
ES D. João II	100	1	142	1	133	0
ES de Bocage	62	0	60	0	47	0
TOTAL	481	2	447	1	340	8

* Quando da realização do processo de inquirição, junto dos AE (1.º trimestre de 2021), ainda não era possível apurar os valores para o ano letivo em curso

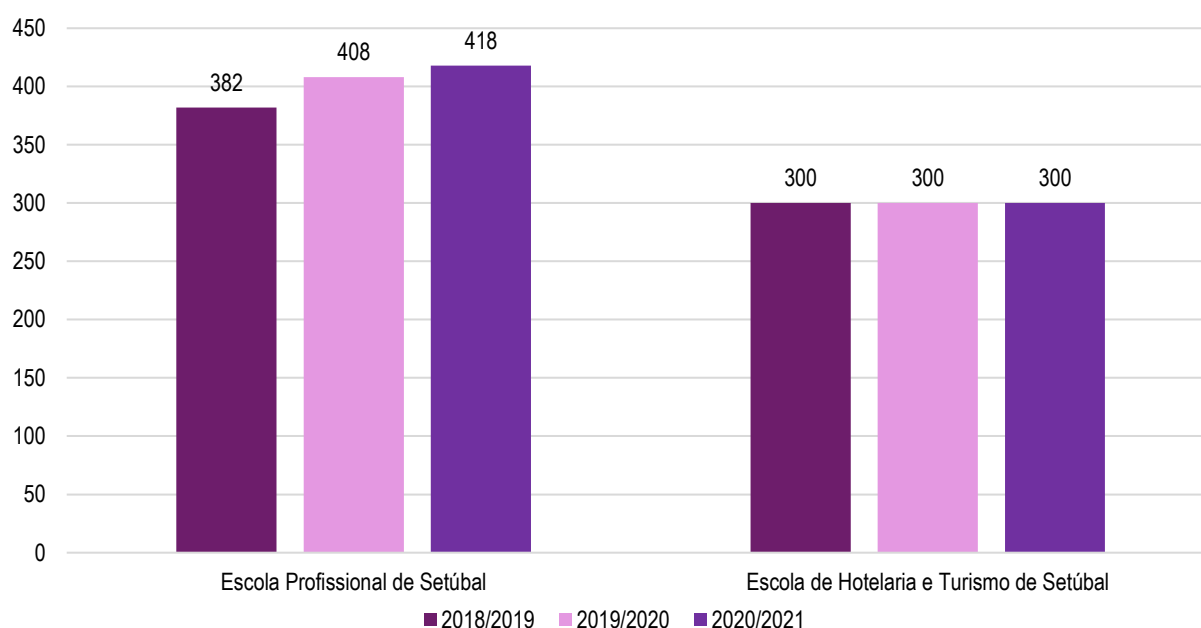
Fonte: Estabelecimentos do 3.º CEB da rede pública no concelho de Setúbal (inquérito próprio)

5.6. ENSINO PROFISSIONAL

5.6.1 ESCOLAS PROFISSIONAIS

A procura pela oferta educativa de ensino profissional disponibilizada pela Escola Profissional de Setúbal e pela Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal tem registado uma tendência positiva (a Escola Profissional Cristóvão Colombo não participou no processo de inquirição), já que o número de alunos matriculados nestas escolas era de 682, em 2018/2019, valor que subiu para os 708, em 2019/2020, e para os 718, em 2020/2021. Não obstante, a Escola de Hotelaria e Turismo manteve o número de alunos ao longo dos 3 anos letivos em análise (300), sendo que a Escola Profissional de Setúbal registou um acréscimo importante, passando dos 382, em 2018/2019, para os 418, em 2020/2021. No concelho está igualmente instalado um polo da Escola Profissional Cristóvão Colombo que, no ano letivo 2022/2023, disponibiliza o curso de “técnico de ação educativa” que é frequentado por 64 alunos.

FIGURA 79 – EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA PROFISSIONAL DE SETÚBAL E NA ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DE SETÚBAL (N.º), ENTRE 2018/2019 E 2020/2021



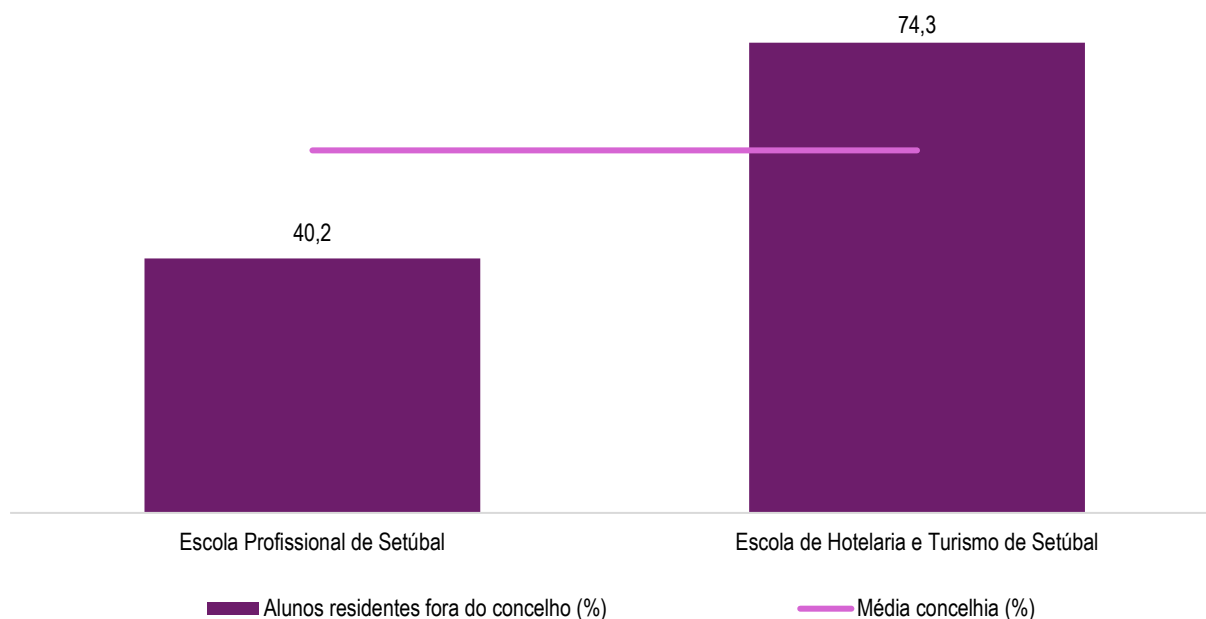
Fonte: Escola Profissional de Setúbal e Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal (inquérito próprio)

Destaque-se o facto de, em 2020/2021, mais de 74% dos alunos da Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal residirem fora do concelho, o que indica que a capacidade de atração deste estabelecimento ultrapassa a dimensão concelhia e se estende pelos concelhos envolventes, sendo mesmo uma referência na AML. A qualidade dos cursos ministrados, numa área em que a procura tem vindo a acentuar-se num contexto de progressiva aposta regional na atividade turística e de necessidade de qualificação dos recursos humanos, conferem a esta escola uma centralidade e reconhecimento regional/nacional que pode e deve ser potenciado.

No caso da Escola Profissional de Setúbal, a proporção de alunos matriculados com residência fora de Setúbal era de 40,2%, fazendo com que a média destas duas instituições se situasse nos 57,3%.

Relativamente à procura dos cursos disponibilizados por cada uma das escolas, eram notórias algumas diferenças no número de alunos de cada curso.

FIGURA 80 – PROPORÇÃO DE ALUNOS MATRICULADOS NA ESCOLA PROFISSIONAL DE SETÚBAL E NA ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DE SETÚBAL RESIDENTES FORA DO CONCELHO (%), EM 2020/2021



Fonte: Escola Profissional de Setúbal e Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal (inquérito próprio)

A oferta combinada de 17 cursos era frequentada por um total de 691 alunos. O curso com maior procura na Escola Profissional de Setúbal era o curso Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos, com 79 alunos, seguido do curso Técnico/a de Mecatrónica Automóvel, com 76.

No caso da Escola de Hotelaria e Turismo, os cursos com maior procura eram o curso Técnico/a de Cozinha e Pastelaria e o curso Técnico/a de Restauração e Bebidas, com, respetivamente, 65 e 63 alunos.

QUADRO 43 - ALUNOS MATRICULADOS NOS CURSOS DA ESCOLA PROFISSIONAL DE SETÚBAL E DA ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DE SETÚBAL (N.º), EM 2020/2021

Escola	Curso	N.º de alunos
Escola Profissional de Setúbal	Animador/a Sociocultural	17
	Técnico/a Auxiliar de Farmácia	43
	Técnico/a de Análise Laboratorial	10
	Técnico/a Comercial	15
	Técnico/a Desenho Digital 3D	51
	Técnico/a de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	79
	Técnico/a de Gestão de Equipamentos Informáticos	29

Escola	Curso	N.º de alunos
	Técnico/a de Manutenção Industrial (variante Eletromecânica)	14
	Técnico/a de Mecatrónica Automóvel	76
	Técnico/a de Química Industrial	17
	Técnico/a de Turismo	69
Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal	Técnico/a de Cozinha e Pastelaria Nível IV	65
	Técnico/a de Restauração e Bebidas Nível IV	63
	Gestão e Produção de Cozinha Nível V	38
	Gestão Hoteleira Alojamento Nível V	37
	Gestão de Restauração e Bebidas Nível V	39
	Turismo de Natureza e Aventura Nível V	29
Total	17	691

Fonte: Escola Profissional de Setúbal e Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal (inquérito próprio)

Em matéria de aproveitamento e abandono escolar, estas duas instituições apresentam resultados díspares. Na Escola Profissional de Setúbal ocorreu um aumento de retenções e abandonos, de 3 e 8, respetivamente, em 2017/2018, para 10 e 23, em 2019/2020. Na Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal, a dinâmica é inversa, com uma redução quer do número de alunos retidos quer do número de alunos que abandonam o curso sem o concluir. Em 2017/2018 houve 5 retenções e 12 abandonos, que se reduziram para as 3 e 8, em 2019/2020, respetivamente.

QUADRO 44 - DESISTÊNCIAS E RETENÇÕES NA ESCOLA PROFISSIONAL DE SETÚBAL E NA ESCOLA DE HOTELARIA E TURISMO DE SETÚBAL (N.º), DE 2017/2018 A 2019/2020

AE	2017/2018		2018/2019		2019/2020	
	Retenções	Abandonos	Retenções	Abandonos	Retenções	Abandonos
Escola Profissional de Setúbal	3	8	3	22	10	23
Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal	5	12	4	10	3	8
TOTAL	8	20	7	22	13	31

* Quando da realização do processo de inquirição, junto dos AE (1.º trimestre de 2021), ainda não era possível apurar os valores para o ano letivo em curso

Fonte: Escola Profissional de Setúbal e Escola de Hotelaria e Turismo de Setúbal (inquérito próprio)

5.6.2. ESCOLAS DO 2.º E 3.º CEB E ENSINO SECUNDÁRIO

Para além das instituições especificamente orientadas para a oferta do ensino profissional, são também vários os estabelecimentos do 2.º e 3.º CEB e do Ensino Secundário que disponibilizam oferta educativa deste nível. São disso exemplo a Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'Iago (AE Ordem de Sant'Iago), a Escola Secundária Sebastião da Gama (AE Escola Secundária Sebastião da Gama), a Escola Básica e Secundária Lima de Freitas (AE Lima de Freitas) e a Escola Secundária Dom Manuel Martins.

A evolução da procura registada em cada um dos cursos profissionais está identificada nas tabelas abaixo.

QUADRO 45 – CURSOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL 4 (SECUNDÁRIO) NA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA ORDEM DE SANT'IAGO, DE 2017/2018 A 2020/2021

Curso		Anos letivos			
		2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Técnico de Desporto	Turmas	-	1	1	1
	Alunos	-	30	30	30
	Retenções	5	5	5	-
	Abandonos	4	4	4	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	5
Artes do Espetáculo	Turmas	-	1	1	1
	Alunos	-	15	15	15
	Retenções	3	3	3	-
	Abandonos	1	1	1	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	0
Técnico de Operações Turísticas	Turmas	-	1	1	1
	Alunos	-	15	15	15
	Retenções	n.d.	n.d.	n.d.	-
	Abandonos	n.d.	n.d.	n.d.	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	-
Técnico Auxiliar de Saúde	Turmas	-	-	1	1
	Alunos	-	-	15	15
	Retenções	-	-	2	-
	Abandonos	-	-	1	-

Curso		Anos letivos			
		2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
	Residentes fora do concelho	-	-	-	0

Fonte: Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'ago (inquérito próprio)

QUADRO 46 – CURSOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL 4 (SECUNDÁRIO) NA ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO DA GAMA, DE 2017/2018 A 2020/2021

Curso		Anos letivos			
		2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Técnico Comercial	Turmas	-	1	1	1
	Alunos	-	15	16	17
	Retenções	8	0	0	-
	Abandonos	6	0	2	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	0
Técnico de Eletrotecnia	Turmas	-	1	1	1
	Alunos	-	12	14	14
	Retenções	4	0	0	-
	Abandonos	5	2	0	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	0
Técnico de Gestão de Equipamentos Informáticos	Turmas	-	1	-	1
	Alunos	-	13	-	14
	Retenções	5	0	-	-
	Abandonos	2	0	-	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	0
Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Turmas	-	1	-	1
	Alunos	-	26	-	16
	Retenções	0	0	0	-
	Abandonos	0	0	0	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	0
Técnico de Desporto	Turmas	-	-	2	-

Curso		Anos letivos			
		2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
	Alunos	-	-	50	-
	Retenções	-	-	5	-
	Abandonos	-	-	8	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	-
Curso Profissional de Artes do Espetáculo - Interpretação	Turmas	-	1	-	-
	Alunos	-	17	-	-
	Retenções	-	0	-	-
	Abandonos	-	0	-	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	-

Fonte: Escola Secundária Sebastião da Gama (inquérito próprio)

QUADRO 47 – CURSOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL 4 (SECUNDÁRIO) NA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA LIMA DE FREITAS, DE 2017/2018 A 2020/2021

Curso		Anos letivos			
		2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Técnico Auxiliar de Saúde	Turmas	-	3	3	3
	Alunos	-	47	49	49
	Retenções	0	0	0	-
	Abandonos	1	8	2	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	5
Rececionista de Hotel	Turmas	-	2	3	3
	Alunos	-	50	58	47
	Retenções	4	0	1	-
	Abandonos	1	1	4	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	1
Técnico de Juventude	Turmas	-	-	1	1
	Alunos	-	-	16	9

Curso		Anos letivos			
		2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
	Retenções	-	-	5	-
	Abandonos	-	-	8	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	1
Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Turmas	-	1	2	2
	Alunos	-	23	27	36
	Retenções	0	0	2	-
	Abandonos	0	0	1	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	2
Técnico de Ação Educativa / Técnico de Apoio à Infância	Turmas	-	3	2	3
	Alunos	-	57	37	24
	Retenções	0	1	2	-
	Abandonos	0	7	0	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	0

Fonte: Escola Básica e Secundária Lima de Freitas (inquérito próprio)

QUADRO 48 – CURSOS PROFISSIONAIS DE NÍVEL 4 (SECUNDÁRIO) NA ESCOLA SECUNDÁRIA DOM MANUEL MARTINS, DE 2017/2018 A 2020/2021

Curso		Anos letivos			
		2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Técnico de Proteção Civil	Turmas	-	-	1	3
	Alunos	-	-	26	65
	Retenções	-	-	0	-
	Abandonos	-	-	0	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	1
Técnico de Restaurante - Bar	Turmas	-	3	2	2
	Alunos	-	42	25	30
	Retenções	0	0	0	-

Curso		Anos letivos			
		2017/2018	2018/2019	2019/2020	2020/2021
	Abandonos	0	0	0	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	2
Técnico de Gestão e Programação de Sistemas Informáticos	Turmas	-	4	3	4
	Alunos	-	74	70	76
	Retenções	2	3	1	-
	Abandonos	0	0	0	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	2
Técnico de Ação Educativa	Turmas	-	1	2	3
	Alunos	-	24	41	53
	Retenções	0	0	1	-
	Abandonos	0	0	0	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	2
Técnico de Turismo / Animação em Turismo	Turmas	-	2	1	-
	Alunos	-	18	4	-
	Retenções	0	0	0	-
	Abandonos	0	0	0	-
	Residentes fora do concelho	-	-	-	-

Fonte: Escola Secundária Dom Manuel Martins (inquérito próprio)

Além dos cursos de ensino profissional, a Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'Iago e a Escola Secundária Dom Manuel Martins disponibilizavam Cursos de Educação e Formação de Jovens (CEF – Tipo 2, com nível de qualificação correspondente ao 3.º CEB).

QUADRO 49 – CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE JOVENS DE NÍVEL 3 (3.º CEB) NA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA ORDEM DE SANT'IAGO, DE 2018/2019 A 2020/2021

Curso		Anos letivos		
		2018/2019	2019/2020	2020/2021
Assistente Familiar e de Apoio à Comunidade	Salas ocupadas com turma	-	-	1
	Turmas	1	1	1

Curso		Anos letivos		
		2018/2019	2019/2020	2020/2021
	Alunos	10	10	10
	Residentes fora do concelho	-	-	1

Fonte: Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'Iago (inquérito próprio)

QUADRO 50 – CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE JOVENS DE NÍVEL 3 (3.º CEB) NA ESCOLA SECUNDÁRIA DOM MANUEL MARTINS, DE 2018/2019 A 2020/2021

Curso		Anos letivos		
		2018/2019	2019/2020	2020/2021
Operador de Jardinagem	Salas ocupadas com turma	-	-	1
	Turmas	1	1	1
	Alunos	20	9	20
	Residentes fora do concelho	-	-	1

Fonte: Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'Iago (inquérito próprio)

Realce-se ainda que a Escola Secundária Sebastião da Gama disponibilizava 3 Cursos de Educação e Formação de Adultos (nível secundário - tipo A).

QUADRO 51 – CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (NÍVEL SECUNDÁRIO – TIPO A) NA ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO DA GAMA, DE 2018/2019 A 2020/2021

Curso		Anos letivos		
		2018/2019	2019/2020	2020/2021
Técnico Administrativo (N4/S3-A)	Turmas	3	3	3
	Alunos	59	56	54
	Residentes fora do concelho	-	-	9
Técnico de Comércio (N4/S3-A)	Turmas	3	3	3
	Alunos	48	48	54
	Residentes fora do concelho	-	-	9
Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores (N4/S3-A)	Turmas	3	2	1
	Alunos	44	7	5
	Residentes fora do concelho	-	-	1

Fonte: Escola Secundária Sebastião da Gama (inquérito próprio)

Esta escola disponibiliza também Cursos de Educação e Formação de Adultos (nível básico), que têm registado uma procura cada vez menor (31 alunos, em 2020-2021).

QUADRO 52 – CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (NÍVEL BÁSICO) NA ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO DA GAMA, DE 2018/2019 A 2020/2021

Curso		Anos letivos		
		2018/2019	2019/2020	2020/2021
Educação e Formação de Adultos - Nível básico	Turmas	2	2	2
	Alunos	43	58	31
	Residentes fora do concelho	-	-	4

Fonte: Escola Secundária Sebastião da Gama (inquérito próprio)

No que diz respeito aos cursos de Educação e Formação de Adultos - EFA (nível secundário), cuja oferta se centrava na Escola Secundária Sebastião da Gama, na Escola Básica de Azeitão e na Escola Básica e Secundária Lima de Freitas, este tem vindo a registar uma oscilação na procura ao longo dos últimos anos, conforme se comprova nos quadros seguintes.

QUADRO 53 – CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (NÍVEL SECUNDÁRIO) NA ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO DA GAMA, ESCOLA BÁSICA DE AZEITÃO E ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA LIMA DE FREITAS, DE 2018/2019 A 2020/2021

Curso		Anos letivos		
		2018/2019	2019/2020	2020/2021
Escola Secundária Sebastião da Gama	Turmas	3	3	3
	Alunos	92	85	85
	Residentes fora do concelho	-	-	17
Escola Básica de Azeitão	Turmas	1	1	1
	Alunos	26	30	23
	Residentes fora do concelho	-	-	5
Escola Básica e Secundária Lima de Freitas	Turmas	2	2	2
	Alunos	56	53	61
	Residentes fora do concelho	-	-	6

Fonte: Escola Secundária Sebastião da Gama, Escola Básica de Azeitão e Escola Básica e Secundária Lima de Freitas (inquérito próprio)

Os Cursos de Educação e Formação de Adultos, especificamente as Ações de Formação de Português para Falantes de Outras Línguas, eram disponibilizados pela Escola Básica de Azeitão e pela Escola Básica e Secundária Lima de Freitas. A procura sofreu uma quebra acentuada no ano letivo 2020/2021, conforme expresso no quadro seguinte.

QUADRO 54 – CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (AÇÕES DE FORMAÇÃO DE PORTUGUÊS PARA FALANTES DE OUTRAS LÍNGUA) NA ESCOLA BÁSICA DE AZEITÃO E NA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA LIMA DE FREITAS, DE 2018/2019 A 2020/2021

Curso		Anos letivos		
		2018/2019	2019/2020	2020/2021
Escola Básica de Azeitão	Turmas	1	2	2
	Alunos	26	52	40
	Residentes fora do concelho	-	-	10
Escola Básica e Secundária Lima de Freitas	Turmas	2	4	4
	Alunos	60	120	80
	Residentes fora do concelho	-	-	27

Fonte: Escola Básica de Azeitão e Escola Básica e Secundária Lima de Freitas (inquérito próprio)

A Escola Secundária Lima de Freitas disponibilizava também Cursos de Educação e Formação de Adultos, concretamente ao nível da Formação Modular, tendo registado uma procura bastante elevada desde o ano letivo de 2019-2020 (220 alunos, em 11 turmas), maioritariamente por residentes oriundos de outros concelhos.

QUADRO 55 – CURSOS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (FORMAÇÃO MODULAR) NA ESCOLA BÁSICA E SECUNDÁRIA LIMA DE FREITAS, DE 2018/2019 A 2020/2021

Curso		Anos letivos		
		2018/2019	2019/2020	2020/2021
Escola Básica e Secundária Lima de Freitas	Turmas	6	11	11
	Alunos	120	220	220
	Residentes fora do concelho	-	-	160

Fonte: Escola Básica e Secundária Lima de Freitas (inquérito próprio)

Finalmente, a Escola Secundária Sebastião da Gama disponibilizava Ensino Recorrente, quer no regime presencial quer no regime não presencial (face ao contexto pandémico e aos condicionalismos legais associados, em 2020-2021 não foi possível desenvolver o regime presencial), tendo registado a procura assinalada no quadro seguinte.

QUADRO 56 – ENSINO RECORRENTE (REGIME PRESENCIAL E NÃO PRESENCIAL) NA ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO DA GAMA, DE 2018/2019 A 2020/2021

Curso		Anos letivos		
		2018/2019	2019/2020	2020/2021
Regime Presencial	Turmas	2	2	0
	Alunos	24	33	0
	Residentes fora do concelho	-	-	0
Regime Não Presencial	Alunos	77	55	47
	Residentes fora do concelho	-	-	11

Fonte: Escola Secundária Sebastião da Gama (inquérito próprio)

5.6.3. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS (EFA)

Os cursos de Educação e Formação de Adultos (EFA)⁶ constituem “um percurso flexível de formação, de duração variável, especificamente dirigido a adultos, que permite o desenvolvimento de competências sociais, científicas e profissionais necessárias ao exercício de uma atividade profissional e simultaneamente a obtenção de um nível básico ou do nível secundário de educação.”⁷

Os 3 estabelecimentos de ensino com oferta de cursos EFA no concelho de Setúbal são: a Escola Secundária Sebastião da Gama, a Escola Básica de Azeitão, e a Escola Básica e Secundária Lima de Freitas. No seu conjunto, disponibilizam cursos EFA de nível de ensino básico, secundário, secundário - tipo A, ações de formação de português para falantes de outras línguas e formação modular.

QUADRO 57 – CURSOS EFA POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO, SALAS OCUPADAS (N.º), EM SETÚBAL

Estabelecimento	Básico	Secundário	Secundário-Tipo A	Ações de Formação de Português para Falantes de Outras Línguas	Formação modular
Escola Secundária Sebastião da Gama	4	7	11	-	-
Escola Básica de Azeitão	-	1	-	2	-
Escola Básica e Secundária Lima de Freitas	-	2	-	4	4
Total	4	10	11	6	4

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho de Setúbal (inquérito próprio)

6 Portaria n.º 86/2022, de 4 de fevereiro - versão consolidada

7 Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional, I. P.

A Escola Secundária Sebastião da Gama é a única com oferta de cursos EFA de nível básico. Em 2020/2021, 87% dos 31 alunos matriculados, residiam no concelho. No triénio considerado, verificou-se uma oscilação do número de alunos inscritos, atingindo o número mais elevado em 2019/2021, com 58 alunos a frequentar estes cursos. Estes alunos distribuíam-se por duas turmas.

QUADRO 58 – CURSOS EFA – NÍVEL BÁSICO, ALUNOS E TURMAS (N.º), ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO DA GAMA, 2018-2018- 2020/2021

	Alunos				Turmas			Alunos/turma 2020/2021
	2018/2019	2019/2020	2020/2021	Resid. Setúbal	2018/2019	2019/2020	2020/2021	
EFA - Nível Básico	43	58	31	27 (87%)	2	2	2	16

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho de Setúbal (inquérito próprio)

Os cursos de nível secundário existem nos 3 estabelecimentos, embora a Escola Secundária Sebastião da Gama concentre cerca de metade destes alunos e turmas. Em 2020/2021, 169 alunos frequentavam os cursos, repartidos por 6 turmas. Entre estes alunos, 17% provinham de fora do concelho de Setúbal. Em média, no ano letivo 2020/2021 cada turma tinha 28 alunos, embora a Escola Básica e Secundária Lima de Freitas tenha atingido os 31 alunos.

QUADRO 59 – CURSOS EFA – NÍVEL SECUNDÁRIO, ALUNOS E TURMAS (N.º), 2018-2018- 2020/2021

Designação	Alunos				Turmas			Alunos/turma 2020/2021
	2018/2019	2019/2020	2020/2021	Resid. Setúbal	2018/2019	2019/2020	2020/2021	
Escola Secundária Sebastião da Gama	92	85	85	68	3	3	3	28
Escola Básica de Azeitão	26	30	23	18	1	1	1	23
Escola Básica e Secundária Lima de Freitas	56	53	61	55	2	2	2	31
Total	174	168	169	141 (83%)	6	6	6	28

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho de Setúbal (inquérito próprio)

Os cursos de nível secundário tipo A (N4/S3-A), disponíveis na Escola Secundária Sebastião da Gama no ano letivo 2020/2021 eram os seguintes: Técnico Administrativo, Técnico de Comércio e Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores. No total, estes cursos eram frequentados por 113 alunos, distribuídos por 7 turmas.

QUADRO 60 – CURSOS EFA – SECUNDÁRIO TIPO A, ALUNOS E TURMAS (N.º), ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO DA GAMA, 2018-2018- 2020/2021

Designação	Alunos				Turmas		
	2018/2019	2019/2020	2020/2021	Resid. Setúbal	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Técnico Administrativo	59	56	54	45	3	3	3
Técnico de Comércio	48	48	54	45	3	3	3
Técnico de Eletrónica, Automação e Computadores	44	7	5	4	3	2	1
Total	151	111	113	94 (83%)	9	8	7

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho de Setúbal (inquérito próprio)

As ações de formação de português para falantes de outras línguas decorrem na EB de Azeitão e na EB e Secundária a Lima de Freitas, com 120 alunos inscritos em 2020/2021, 31% dos quais não residentes em Setúbal.

QUADRO 61 – CURSOS EFA – AÇÕES DE FORMAÇÃO DE PORTUGUÊS PARA FALANTES DE OUTRAS LÍNGUAS, ALUNOS E TURMAS (N.º), ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO DA GAMA, 2018-2018- 2020/2021

	Alunos				Ações		
	2018/2019	2019/2020	2020/2021	Resid. Setúbal	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Escola Básica de Azeitão	26	52	40	30	1	2	2
Escola Básica e Secundária Lima de Freitas	60	120	80	53	2	4	4
Total	86	172	120	83 (69%)	3	6	6

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho de Setúbal (inquérito próprio)

No que se refere à formação modular, a Escola Secundária Lima Freitas tinha 220 alunos inscritos em 2020/2021, distribuídos por 11 turmas.

QUADRO 62 – CURSOS EFA – FORMAÇÃO MODULAR, ALUNOS E TURMAS (N.º), ESCOLA SECUNDÁRIA SEBASTIÃO DA GAMA, 2018-2018- 2020/2021

Designação	Alunos				Turmas		
	2018/2019	2019/2020	2020/2021	Resid. Set.	2018/2019	2019/2020	2020/2021
Formação modular	120	220	220	60 (27%)	6	11	11

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho de Setúbal (inquérito próprio)

Os cursos EFA disponíveis em 2022/2023 encontram-se na tabela seguinte.

QUADRO 63 – CURSOS EFA EM FUNCIONAMENTO NOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO DO CONCELHO DE SETÚBAL, 2023

Estabelecimento	Nível de ensino	Tipologia	Área de educação e formação	Período
Escola Básica de Azeitão	Secundário	S-tipo A	Alfabetização	setembro 2021 a junho 2023
Escola Básica e Secundária Lima de Freitas	Secundário	S-tipo C	Alfabetização	setembro 2022 a junho 2023
			Alfabetização	setembro 2022 a junho 2023
	Secundário	S-tipo A	Alfabetização	setembro 2022 a junho 2024
			Alfabetização	setembro 2022 a junho 2025
Escola Secundária Sebastião da Gama	Secundário	S3-tipo A	Comércio	outubro 2020 a julho 2023
	Secundário	S3-tipo A	Secretariado e trabalho administrativo	setembro 2020 a julho 2023
	Básico	B3	Alfabetização	setembro 2021 a julho 2023
	Secundário	S3-tipo A	Secretariado e trabalho administrativo	setembro 2021 a julho 2024
	Secundário	S3-tipo A	Comércio	setembro 2021 a julho 2024
	Secundário	S3-tipo A	Ciências informáticas	setembro 2021 a julho 2024
			Alfabetização	setembro 2022 a julho 2024
	Secundário	S3-tipo A	Ciências informáticas	setembro 2022 a julho 2025
	Secundário	S3-tipo A	Secretariado e trabalho administrativo	setembro 2022 a julho 2025
	Secundário	S-tipo B	Alfabetização	setembro 2022 a junho 2023
	Secundário	S-tipo A	Alfabetização	setembro 2022 a junho 2023
	Secundário	S-tipo C	Alfabetização	previsto 2023

Fonte: Portal da oferta formativa, DGEEC

Os recursos humanos (docentes) afetos aos cursos EFA, estão patentes na tabela seguinte e distribuídos segundo o nível de ensino, onde podemos comprovar que são os cursos de nível secundário os que requerem o maior número de docentes.

QUADRO 64 – RECURSOS HUMANOS AFETOS AOS CURSOS EFA - 2020/2021

Nível de ensino o EFA	Docentes		Total
	Quadro	Outros	
Básico	7	2	9
Secundário	22	5	27
Secundário - tipo A	14	7	21

Nível de ensino o EFA	Docentes		Total
	Quadro	Outros	
Ações de formação de português para falantes de outras línguas	4	1	5
Formação Modular	4	3	7

Fonte: Agrupamentos de escolas do concelho de Setúbal (inquérito próprio)

5.7. FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Centro Qualifica

O Programa Qualifica integra uma dinâmica de formação e qualificação de adultos, definida para revitalizar a educação e formação deste grupo, enquanto pilar central do sistema de qualificações. Deste Programa fazem parte os Centros Qualifica, entre os quais o Centro Qualifica Arrábida, promovido pelo Agrupamento de Escolas Lima de Freitas.

O Centro Qualifica Arrábida promove a aprendizagem ao longo da vida e a melhoria das qualificações escolares e profissionais, valorizando os percursos individuais de cada indivíduo; tem como destinatários os adultos com idade igual ou superior a 18 anos e, excecionalmente, os jovens que não se encontrem a frequentar modalidades de educação ou de formação e/ou que não trabalhem.

As suas atribuições prioritárias são: a mobilização dos adultos para processos de aprendizagem ao longo da vida, nomeadamente através do desenvolvimento de ações de informação e de divulgação; a oferta de respostas de qualificação flexíveis e adequadas às necessidades e aos contextos do público a que se destinam; a orientação e o encaminhamento dos adultos para percursos de qualificação; o desenvolvimento de processos de reconhecimento, validação e certificação das competências adquiridas por vias formais, não formais e informais, de âmbito escolar, profissional ou de dupla certificação; a realização de formação no âmbito de processos de reconhecimento, validação e certificação de competências e no âmbito da conclusão de processos de qualificação e o encaminhamento para outros percursos e modalidades destinadas à educação e formação de adultos.

A intervenção inicial junto do público que procura uma resposta formativa no Centro Qualifica Arrábida, é de diagnóstico e de orientação ao longo da vida, promovendo a divulgação de ofertas qualificativas a partir de uma rede de instituições públicas e privadas, com as quais estabelece protocolos de cooperação. Deste modo, a resposta para cada adulto que procura o Centro é individualizada e abrange toda a oferta formativa existente na sua área de intervenção.

No caso de adultos maiores de 24 anos, que revelam ter competências adquiridas ao longo da vida consistentes com um nível de escolaridade que não detêm, são encaminhados para processos de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC). Estes processos são desenvolvidos com a colaboração dos elementos da equipa do Centro Qualifica Arrábida e pretendem certificar que cada adulto tem as competências necessárias à atribuição de determinado nível de escolaridade, especialmente ao nível do 3º ciclo do ensino básico ou do ensino secundário (12º ano).

A rede de oferta formativa da área de intervenção do Centro Qualifica Arrábida, conta com cursos de Educação e Formação de Adultos (escolares, tecnológicos ou de dupla certificação), cursos de Aprendizagem, Formação Modular e cursos de Português Língua de Acolhimento. A estas ofertas acresce o processo de reconhecimento, validação e certificação de competências.

Por conseguinte, a existência de um Centro Qualifica na cidade de Setúbal, concorre diretamente para a valorização da Escola, enquanto instituição primordial de ensino e aprendizagem, junto da comunidade; a própria dinâmica particular de regresso à escola após anos de ausência, potencia a abertura e aproximação da mesma à comunidade, promovendo e/ou recordando o valor das aprendizagens formais, não formais e informais, adquiridas ao longo da vida.

Centro de Formação Ordem de Santiago

O Regime Jurídico de Educadores e Professores dos ensinos básico e secundário (Decreto-Lei 22/2014, de 11 de fevereiro) consagra um conjunto de princípios que sustentam uma filosofia de formação contínua centrada na escola, em processos de melhoria e de inovação dessas instituições. Para o efeito, os Centros de Formação de Associações de Escolas (CFAES) são dotados de autonomia científica e pedagógica na conceção e execução de projetos de formação, devendo também desenvolver mecanismos que favoreçam um real associativismo das escolas e dos professores.

O Centro de Formação Ordem de Santiago (CFOS) está constituído como uma associação de escolas, ao abrigo das determinações inscritas no Decreto-Lei 127/2015 de 7 de julho, com sede na Escola Secundaria com 2o, 3o Ciclos Lima de Freitas - Setúbal, resultando da associação de estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, integrados no território correspondente aos concelhos municipais de Palmela, Sesimbra e Setúbal, tendo sido constituído em 24 de Julho de 2008 em reunião de Assembleia de Escolas.

O referido ato de constituição do CFAE-OS foi posteriormente homologado em 27 de agosto de 2008 pelo Diretor Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo (DREL-VT).

O CFOS enquanto entidade formadora reconhecida pelo Conselho Científico-Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC) com o atual registo de Acreditação: CCPFC/ENT-AE-1383/20, resultou da fusão de quatro CFAE, existentes entre 1993 e o ano de 2008: Centro de Formação da Comunidade Educativa de Palmela, Centro de Formação S. Sebastião, Centro de Formação do Concelho de Sesimbra e o Centro de Formação de Professores Arrábida. No quadro do desenvolvimento profissional do pessoal não docente das escolas associadas, o CFOS tem o reconhecimento, enquanto entidade formadora, da Direção Geral da Administração Escolar.

O CFOS tem como território de abrangência os concelhos de Palmela, Sesimbra e Setúbal e integra catorze agrupamentos de escolas dos quais dois são mega agrupamentos, e cinco escolas não agrupadas. Dois dos agrupamentos integram a rede de Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP).

QUADRO 65 – AGRUPAMENTO DE ESCOLAS/ESCOLAS NÃO AGRUPADAS NA ÁREA GEOGRÁFICA DO CFOS, 2023

Agrupamento/Escolas não agrupadas	N.º de escolas
AE Barbosa du Bocage	9
AE Azeitão	7
AE Lima de Freitas	3
AE Luísa Todi	8
AE Ordem de Santiago	8
AE Sebastião da Gama	7
ES Bocage	1

Agrupamento/Escolas não agrupadas	N.º de escolas
ES D. Manuel Martins	1
ES D. João II	1
Total de escolas agrupadas no concelho de Setúbal	44
Total de escolas agrupadas no concelho de Palmela	29
Total de escolas agrupadas no concelho de Sesimbra	21
TOTAL de escolas no CFOS	95

Fonte: Direção do CFOS

Constituem objetivos do CFOS:

- a) Garantir a execução de planos de formação visando o melhor desempenho das escolas enquanto organizações empenhadas na procura da excelência, designadamente através da valorização da diversidade dos seus recursos humanos;
- b) Coligir a identificação das prioridades de formação de curto e médio prazo do pessoal docente e não docente indicadas pelas escolas associadas;
- c) Promover o desenvolvimento da formação contínua do pessoal docente e não docente das escolas associadas, através da elaboração e implementação de planos de formação adequados às prioridades definidas;
- d) Assegurar o apoio às escolas associadas na implementação dos currícula e na concretização de projetos específicos;
- e) Construir redes de parceria com instituições de ensino superior, tendo em vista a adequação e a qualidade da oferta formativa;
- f) Privilegiar as relações com as comunidades locais e regionais;
- g) Fomentar a divulgação e disseminação das boas práticas, da partilha de experiências pedagógicas e de recursos educativos adequados às necessidades organizacionais, científicas e pedagógicas das escolas e dos profissionais de ensino;
- h) Garantir a qualidade da formação, através de mecanismos de monitorização e de avaliação da formação e do seu impacto e reformular os planos de formação em conformidade com os resultados obtidos;
- i) Colaborar com a administração educativa em programas relevantes para o sistema educativo.

Estrutura de direção e gestão

O CFOS tem como órgãos de direção e gestão:

- a) A comissão pedagógica;
- b) O diretor.

Constituição e funcionamento da comissão pedagógica:

1 - A comissão pedagógica é o órgão científico-pedagógico de direção estratégica, coordenação, supervisão e acompanhamento do plano de formação e do plano de atividade do CFAE.

2 - A comissão pedagógica é constituída pelos seguintes elementos:

- a) O diretor do CFOS, é um órgão de gestão unipessoal do CFAE, sendo substituído nas suas ausências e impedimentos pelo vice-presidente da comissão pedagógica;
- b) O conselho de diretores, integrando um representante por cada estabelecimento escolar associado;
- c) A secção de formação e monitorização, integrando um representante técnico-pedagógico por cada estabelecimento escolar associado;

Competências atribuídas ao CFOS:

- a) Coordenar a identificação das necessidades de formação em cooperação com os órgãos próprios das escolas associadas e definir as respetivas prioridades a considerar na elaboração do plano de formação do CFAE, tendo como alvo os profissionais docentes e não docentes em exercício de funções nas suas escolas associadas;
- b) Elaborar e implementar planos anuais e plurianuais de formação, tendo em consideração as prioridades estabelecidas;
- c) Constituir e gerir uma bolsa de formadores internos, certificados como formadores pelas entidades competentes, entre os profissionais das escolas associadas;
- d) Certificar ações de formação de curta duração previstas no regime jurídico da formação contínua, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, para os efeitos previstos no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril;
- e) Promover e divulgar iniciativas de interesse formativo para as escolas, docentes, não docentes e comunidade educativa, designadamente a partir de dispositivos de formação à distância e de informação, favorecendo o estabelecimento de redes através da utilização de plataformas eletrónicas;
- f) Criar, gerir e divulgar recursos educativos de apoio às escolas e às práticas profissionais;
- g) Apoiar e acompanhar projetos pedagógicos nas escolas associadas;
- h) Contratualizar com as escolas associadas os recursos necessários à concretização dos objetivos definidos;
- i) Estabelecer protocolos com as instituições de ensino superior no âmbito da identificação de necessidades de formação, da concretização dos planos de ação, da inovação e da avaliação da formação e dos seus impactos;
- j) Promover o estabelecimento de redes de colaboração com outros CFAE e outras entidades formadoras, com vista à melhoria da qualidade e da eficácia da oferta formativa e da gestão dos recursos humanos e materiais;
- k) Participar em programas de formação de âmbito nacional;
- l) Colaborar com os serviços do Ministério da Educação nos programas e atividades previstos na lei.

Sem prejuízo da autonomia pedagógica de que gozam, os CFAE atendem às orientações do Ministério da Educação e à regulamentação do Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua, doravante designado por CCPFC, nos domínios respeitantes à formação contínua de docentes, bem como às orientações das entidades

que tutelam a formação contínua dos demais profissionais da administração pública. Os CFAE contratualizam com as escolas associadas os recursos humanos e materiais necessários à concretização dos seus objetivos.

QUADRO 66 – FORMANDOS ABRANGIDOS POR MEDIDA

Medidas de Orçamento	Trans. Ano Anterior			Iniciaram no Ano			Abrangidos	
	H	M	Total	H	M	Total	Total	
111201-Sistema de Aprendizagem - Gestão Direta	151	82	233	88	58	146	379	Tipologia de formação para jovens dupla certificação (escolar e profissional)
111202-Sistema de Aprendizagem - Entidades Externas	92	59	151	102	24	126	277	Tipologia de formação para jovens dupla certificação (escolar e profissional)
111206-Cursos De Especialização Tecnológica	41	6	47	38	17	55	102	Tipologia de formação para jovens Nível 5
112216-Português Para Todos	37	44	81	85	270	355	436	Português para estrangeiros
112218-Formação Modular Ativos	13	10	23	282	555	837	860	Formação contínua para empregados
112225-Formação Modular.	249	516	765	1128	2578	3706	4471	Formação modular para desempregados
112226-Formação Modular - Vida Ativa Jovem	19	37	56	42	17	59	115	Formação modular para jovens desempregados
112227-Certificado De Competências Digitais	15	24	39	172	330	502	541	Formação na área digital para desempregados
112228-Qualificação Para A Internacionalização	0	0	0	37	61	98	98	Formação na área da internacionalização para desempregados
113202-Cursos De Educação E Formação De Adultos	283	621	904	253	572	825	1 729	Formação para adultos, confere habilitação escolar e profissional
119209-Jovem + Digital	14	43	57	84	150	234	291	Formação na área digital para jovens desempregados
119211-Emprego + Digital	0	0	0	12	23	35	35	Formação na área digital para empregados
131201-Formação De Formadores	24	47	71	0	0	0	71	Formação contínua de formadores
Total	950	1.499	2.427	2.323	4.655	6.978	9.405	

Fonte: SGFOR 2022

5.8. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

As análises com maior detalhe ao nível da educação inclusiva foram realizadas anteriormente, para cada nível de ensino, e/ou constam no Volume de Anexos (quadros por AE, com programas/planos/adaptações e respetiva avaliação de resultados). Contudo, pela sua importância e pela existência de diversas outras instituições externas à rede escolar pública, fundamentais nos apoios prestados à comunidade educativa, foi ampliada a análise a esta temática neste subcapítulo.

No concelho existem 4 Centros de Apoio à Aprendizagem, que vieram substituir as antigas unidades de ensino/apoio, frequentados por 65 alunos no ano letivo 2022/2023.

QUADRO 67 – CENTROS DE APOIO À APRENDIZAGEM: NÚMERO DE ALUNOS NO ANO LETIVO 2022/2023

Agrupamento	Escola	N.º de alunos	Antiga Unidade de Ensino/Apoio
Luísa Todi	EB Luísa Todi	8	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo
Ordem de Sant'ago	Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'ago	6	Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita
	Escola Básica de Setúbal	5	Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita
	Escola Básica n.º 5 de Setúbal	2	Unidades de apoio especializado para a educação de alunos com multideficiência e surdocegueira congénita
Barbosa du Bocage	Escola Básica Barbosa du Bocage	10	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo
	Escola Básica nº12 de Setúbal	5	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo
Sebastião da Gama	Escola Básica de Azeda	5	Escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão
	EB de Aranguez	5	Escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão
	ES Sebastião da Gama	5	Escolas de referência para a educação de alunos cegos e com baixa visão
	EB de Aranguez	9	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo
	EB n.º 1 de Setúbal	5	Unidades de ensino estruturado para a educação de alunos com perturbações do espectro do autismo

Fonte: CM Setúbal.

A Associação Portuguesa de Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) possui uma delegação autónoma em Setúbal: a APPACDM Setúbal, que disponibiliza diversas valências e respostas especializadas para a comunidade educativa no concelho.

a) CRI – Centro de Recursos para a Inclusão

O Centro de Recursos para a Inclusão (CRI) presta uma resposta especializada nas Escolas. É um serviço acreditado pelo Ministério da Educação, que apoia e intensifica a capacidade da escola na promoção do sucesso educativo de todos os alunos, sendo considerado um recurso específico de apoio à aprendizagem e à inclusão.

O funcionamento e modo de atuação do CRI, está definido no Dec. Lei 54/2018, nomeadamente no artigo 182, "Centros de Recursos para a Inclusão":

1. Constitui objetivo dos CRI apoiar a inclusão das crianças e alunos com necessidade de mobilização de medidas adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão, através da facilitação do acesso ao ensino, à formação, ao trabalho, ao lazer, à participação social e à vida autónoma, promovendo o máximo potencial de cada aluno, em parceria com as estruturas da comunidade.
2. Os CRI atuam numa lógica de trabalho de parceria pedagógica e de desenvolvimento com as escolas, prestando serviços especializados como facilitadores da implementação de políticas e de práticas de educação inclusiva.

Segundo o Manual de Apoio à Prática do Dec. Lei 54/2018, a ação dos CRI tem como princípios estruturantes: o trabalho colaborativo; o serviço de proximidade; o serviço de retaguarda; a intervenção nas pessoas e nos contextos.

Os apoios especializados prestados pelos CRI em contexto escolar têm como finalidade contribuir para a melhoria da funcionalidade dos alunos, com vista a otimizar as suas aprendizagens e a elevar os seus níveis de participação, contribuindo para que os alunos alcancem os objetivos e competências curriculares estabelecidos. Nesse sentido, estes recursos especializados destinam-se a reduzir ou eliminar as barreiras que se colocam à aprendizagem e à participação nos diferentes contextos educativos. O apoio ao desenvolvimento dos processos de transição para a vida pós-escolar, enquadrado no PIT (Planos Individuais de Transição) de cada aluno, constitui outra das grandes finalidades dos apoios especializados dos CRI.

Ainda e segundo o Manual de Apoio à Prática:

- a intervenção do CRI deve ter enfoque nos diferentes ambientes da escola nos quais é suposto o aluno participar, e na interação entre o aluno e esses ambientes, tendo como objetivo eliminar barreiras que dificultam ou impedem o acesso ao currículo e à participação na vida escolar;
- a intervenção dos profissionais dos CRI assume uma função eminentemente colaborativa, mediante a prestação de apoio de retaguarda aos professores, pais, pares e outros profissionais, transversal às diferentes fases de intervenção educativa (avaliação, planeamento e intervenção) e visando a capacitação da equipa educativa;
- a intervenção pode ainda assumir a forma de apoio em grupo, sempre que o desenvolvimento de competências passe pelo contributo dos pares, ou de apoio individual, quando o objetivo é desenvolver competências específicas a serem generalizadas;

O CRI da APPACDM de Setúbal, atua nos concelhos de Palmela e Setúbal, em 8 Agrupamentos de Escolas e em 3 Escolas Secundárias, sendo uma Equipa Multidisciplinar, constituída por 17 técnicos, distribuídos por 4 áreas técnicas diferentes: Psicologia, Terapia da Fala, Fisioterapia e Psicomotricidade, que dão apoio a mais de 340 alunos com necessidade de mobilização e de medidas seletivas e adicionais.

b) CSE - Centro Socioeducativo

O Centro Socioeducativo (CSE) é uma das dez valências de atendimento da APPACDM Setúbal e intervém com crianças e jovens dos 6 aos 18 anos, em regime de semi-internato, através de técnicas multidisciplinares que visam a estimulação das potencialidades de cada um nas várias áreas de desenvolvimento, num processo contínuo e significativo de aprendizagem. Desde 1996/97 que esta valência aposta na inclusão de crianças na comunidade escolar, através de vários projetos de cooperação com escolas do ensino regular.

O Centro Socioeducativo corresponde a uma escola de educação especial, que é também uma Eco-Escola, com lotação para 70 alunos; esta desenvolve 23 projetos e conta já com 17 anos de atividade. Este ano letivo (2022/2023) estão matriculados 48 alunos.

Para dar uma resposta educativa adequada aos alunos do CSE, o apoio nesta valência tem por base um modelo transdisciplinar, o que exige a intervenção de técnicos com funções e formações específicas e diversas. O trabalho, articulado e coeso, destes profissionais, implica o desenvolvimento de uma cultura organizacional de colaboração, exigindo transparência de informação e canais de comunicação eficazes entre a equipa pluridisciplinar. Salientamos ainda, que a troca de informação entre os membros da equipa, a trabalhar numa lógica e dinâmica transdisciplinares, envolve a partilha de conhecimentos e técnicas elementares relativas às respetivas situações.

De acordo com este modelo, o plano de intervenção consubstancia-se num trabalho colaborativo, como um todo, o que exige a capacidade de negociação e reflexão, tanto sobre a planificação e intervenção, como sobre o trabalho da própria equipa, numa ótica de desenvolvimento e aperfeiçoamento. Deste modo, toda a equipa técnica teve um papel preponderante na elaboração do Projeto Educativo de Escola, que se intitula “Relação Escola-Ambiente: Reutilizar, Criar e Executar”.

O Centro Socioeducativo tem como principais objetivos de âmbito pedagógico: promover o desenvolvimento global das crianças e jovens com deficiência intelectual num processo contínuo de aprendizagem, privilegiando os contextos normalizantes; promover a integração dos alunos na comunidade, estimulando-a a colaborar ativamente na criação de respostas efetivas; contextualizar as intervenções específicas requeridas pelos alunos, procurando construir parcerias que visem otimizar os recursos existentes no meio.

As metas passam por aperfeiçoar as experiências, fazer o levantamento das necessidades educativas e promover a igualdade de oportunidades e a qualidade do serviço prestado; assim, destacaríamos:

- Aprender a ser;
- Aprender a conhecer;
- Aprender a fazer;
- Aprender a viver em comum;
- Aprender a aprender.

Numa perspetiva abrangente podem ser definidos como objetivos de intervenção da valência:

- Assegurar o direito à diferença, mercê do respeito pelas personalidades, necessidades e projetos individuais;
- Consecução de objetivos subjacentes aos princípios orientadores de uma escola inclusiva;
- Conceber estratégias e atividades multidisciplinares, numa perspetiva de desenvolvimento de competências essenciais (ao nível emocional, cognitivo, comportamental e de autonomia pessoal);
- Cultivar atitudes de persistência, autonomia, cooperação e respeito pelos outros;

- Contribuir para a realização pessoal e comunitária dos indivíduos (pela formação para o sistema de ocupações socialmente úteis, pela prática e aprendizagem da utilização criativa dos tempos livres, etc.);
- Apontar vias para o encaminhamento dos alunos após os 18 anos, em função da avaliação de resultados do Programa Educativo Individual (via ocupacional ou via profissional);
- Potencializar as famílias para assumirem o seu papel de parceria no Projeto Educativo dos seus educandos;
- Desenvolver Planos de Ação de transição para a área profissional;
- Fortalecer a parceria com o Centro de Formação Profissional, com a APPACDM e com as estruturas da comunidade na perspetiva de transição;
- Valorizar o trabalho em rede e parceria com as diversas estruturas da comunidade;
- Fortalecer a parceria / articulação entre os Serviços de Apoio Técnico de Precoce da APPACDM em fase de transição de ciclo.

E como Objetivos Específicos:

- Proporcionar o desenvolvimento e/ou aperfeiçoamento de competências nas áreas de intervenção terapêutica;
- Promover o desenvolvimento de competências cognitivas;
- Promover a aquisição de competências académicas de base e/ou funcionais;
- Promover a estabilidade emocional face a diversas situações do dia-a-dia;
- Promover a estabilidade comportamental face a diversas situações do dia-a-dia;
- Proporcionar situações de promoção de competências sociais;
- Desenvolver e/ou aperfeiçoar competências de autonomia pessoal e social (Saber Ser, Saber Estar e Saber Fazer);
- Proporcionar atividades de despiste de orientação vocacional;
- Valorizar a área relacional;
- Valorizar a área das competências pessoais e sociais.

Integram o CSE, crianças e jovens com idades compreendidas entre os 6 e os 18/19 anos, e respetivas famílias, em situações de:

- Atraso Global do Desenvolvimento, associado ou não a deficiência;
- Deficiência Intelectual;
- Multideficiência;
- Dificuldades de Aprendizagem – Medidas Adicionais.

As iniciativas instituídas são bastante amplas e diversificadas, sendo de destacar projetos como: Bio (Diversidade de Afetos); Jardins Sensoriais; Energias Renováveis; Alimentação Saudável; Quint'Húmus; Charômas; Passeios Ecológicos; Equitação; Horta Pedagógica; Recicletas; Água, Fonte de Vida; Jardinar; Mini-Golfe; Reciclar Histórias; Quinta Pedagógica; Eco-Recolha; Artesanato Ecológico; Santuário de Insetos; Tuna CSE; Grupo de Dançares; Rodança; Marchas Populares e Facebook.

Também as atividades regulares desenvolvidas são bastante diversas, com destaque para: BTT Aprendizagem; Futebol; Espaço Aventura; Atividades Físico-Motoras diversas; Apoio Pedagógico; Psicologia; Terapia da Fala; Psicomotricidade e Máquinas Fitness.

Ainda no âmbito da Educação Inclusiva, saliente-se o Externato Rumo ao Sucesso.

Externato Rumo ao Sucesso⁸

O Externato Rumo ao Sucesso é um Colégio de Educação Especial, fundado em 1986. Originalmente, o Externato exercia a sua atividade em Miratejo, concelho do Seixal. No ano de 1993, é ampliada a atividade de ensino, sendo criada uma secção em Brejos de Azeitão, denominada Externato Rumo ao Sucesso – Secção.

No ano de 2013, o Externato Rumo ao Sucesso – Sede foi extinto, tendo as novas instalações do estabelecimento de ensino passado a funcionar também em Brejos de Azeitão. Presentemente e desde 2013, o Externato tem a sua sede em Brejos de Azeitão.

O Externato Rumo ao Sucesso dispõe das valências de semi-internato e internato. Este está vocacionado para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens com Necessidades Educativas Especiais, pretendendo assegurar-lhes a possibilidade de uma existência positiva e salutar em sociedade. Esta instituição recebe também alunos de todo o território nacional que, por diferentes motivos, não dispõem de adequado suporte familiar. Sob a tutela do Ministério da Educação e Ciência, em parceria com diversos serviços da Segurança Social, através do seu quadro clínico, docente, técnico e auxiliar e em ação conjugada com as instâncias competentes e outras entidades, procura responder às justas aspirações dos seus alunos e respetivas famílias e às diversas solicitações de quantos se empenham ativamente na defesa e promoção da valorização humana, no que respeita ao desenvolvimento individual e educacional e realização socioprofissional do seu corpo discente.

Sendo um estabelecimento de ensino de Educação Especial e em conformidade com o seu Projeto Educativo, tem como objetivos principais promover o sucesso educativo das crianças/jovens com Necessidades Educativas Especiais (N.E.E.) e a respetiva inserção na sociedade, respeitando as diretrizes e orientações emanadas pelas Entidades competentes.

No âmbito do Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de Julho, e em conformidade com as orientações estabelecidas no mesmo, são elaborados os Relatórios Técnico-Pedagógicos (R.T.P.) e os Programas Educativos Individuais (P.E.I.), dos alunos que frequentam a valência educativa do Externato Rumo ao Sucesso, sendo devida e adequadamente identificadas, para cada um dos alunos, as medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, as áreas curriculares e os recursos específicos a aplicar, por forma a responder cabalmente às necessidades educativas especiais de cada um dos alunos, ao longo do seu percurso escolar no Externato.

Presentemente, os alunos do Externato Rumo ao Sucesso são alunos a quem foram aplicadas medidas seletivas e medidas adicionais, que têm como objetivo suprir necessidades decorrentes de dificuldades de aprendizagem, delineando currículos programáticos diferenciados, que se traduzem em adaptações curriculares significativas, apoio psicopedagógico, reforço das aprendizagens e apoio tutorial. De referir ainda, a aplicação de um Plano Individual de Transição (P.I.T.), sempre que tal é possível, procurando-se que o aluno desenvolva competências ao nível das autonomias de índole pessoal e social e visando a transição para a vida ativa, em sociedade.

O Externato dispõe de dois polos escolares construídos de raiz, sendo um polo destinado, especificamente, ao Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo do Ensino Básico e o outro ao ensino dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Básico.

Os referidos polos escolares são complementados por um pavilhão gimnodesportivo, com medidas oficiais, piscina interior aquecida, espaços verdes e múltiplos espaços desportivos exteriores. O Externato Rumo ao Sucesso, dispõe ainda de uma quinta pedagógica, de uma piscina exterior, de um pomar e de transporte próprio.

⁸ Fonte: <http://www.rumoaosuccesso.pt/>

6. PROJEÇÕES DA POPULAÇÃO ESCOLAR (PROCURA POTENCIAL)

6.1. NOTA INTRODUTÓRIA

Segundo o Decreto-Lei nº 21/2019 de 30 de janeiro, nomeadamente no que concerne aos objetivos, a Carta Educativa visa promover a adequação da rede de estabelecimentos, de modo que, em cada momento, as ofertas educativas respondam à procura efetiva que se manifeste em cada um dos níveis de ensino. Neste quadro, a melhor utilização dos recursos educativos só poderá ser efetivamente concretizada se, no início de cada ano letivo, a oferta conseguir dar uma resposta adequada às necessidades da procura.

Com base na interpretação da evolução demográfica recente e das tendências de urbanização local é possível desenvolver algumas conclusões sobre propensões e impactes da demografia na evolução da procura educativa no Concelho de Setúbal. Acresce que, em qualquer processo de planeamento municipal, a componente demográfica deverá ser destacada, na medida em que se assume como um dos pilares de sustentação e estruturação do desenvolvimento territorial, geradora de fluxos espaciais e de novas necessidades e conceitos, cujos impactos se refletem na organização e modelação do espaço, nomeadamente no que concerne à programação de equipamentos e infraestruturas.

Torna-se assim evidente a necessidade de projetar os quantitativos populacionais futuros para se identificarem, atempadamente, algumas carências e problemas que daí advenham, nomeadamente na programação de equipamentos escolares, para satisfazer as necessidades dos habitantes que previsivelmente virão a instalar-se no concelho num futuro próximo e/ou para colmatar/resolver as necessidades já sentidas pelas populações atualmente. O modelo a adotar na Carta Educativa destina-se a esse fim, pois consegue estimar a estrutura etária da população, em momentos posteriores.

Deste modo, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2031, utilizando o modelo *cohort survival* aberto.

O modelo *cohort survival* aberto corresponde a um modelo que se baseia na capacidade de sobrevivência de um grupo de indivíduos que sofre o mesmo tipo de acontecimentos demográficos, no decorrer de uma determinada unidade temporal. Existem dois pressupostos de base no modelo: i) a existência de um grupo etário e um período de projeção, sendo que este deve corresponder à amplitude do primeiro; ii) a probabilidade que um grupo etário tem, num dado momento, de sobreviver e passar a constituir o grupo etário seguinte, num momento posterior. Aqui está subjacente uma equação de concordância onde a população final é igual à população inicial, a que se adicionam os nascimentos e as imigrações, e se subtraem os óbitos e as emigrações (traduz o efeito do crescimento natural e da variação migratória, na evolução da população, durante um determinado período de tempo).

Nesta projeção, espacialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2001 - 2011, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2011-2021, 2011-2025 e 2011-2031. Dadas as características do concelho, nomeadamente a localização num território dinâmico, competitivo e atrativo (a Área Metropolitana de Lisboa), o que leva a que as freguesias estejam em permanente mutação, no que se refere ao seu modelo de desenvolvimento e ocupação do território, bem como da atual política de desenvolvimento territorial preconizada no âmbito da Revisão do PDM de Setúbal, as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos (tendencial e voluntarista moderado). Com base nestes dados de projeção demográfica, construíram-se dois cenários prospetivos de procura educativa por nível de ensino, nomeadamente no que se refere à Rede Pública.

6.2. CENARIZAÇÃO DEMOGRÁFICA (2025 E 2031)

Num primeiro momento, foram realizadas projeções demográficas para 2025 e 2031, utilizando o modelo *cohort survival*. Nesta projeção, espacialmente centrada nas diversas freguesias do concelho, considerou-se a evolução temporal da população, por grupos etários, no período de 2001 - 2011, para se prospetivar a sua evolução para o horizonte temporal de 2011-2025 e para 2011-2031. Dadas as características do concelho, o impacto previsível gerado pela crise pandémica, e o timing de realização (muito próximo do Recenseamento Geral da População de 2021), as projeções demográficas, incluindo o crescimento natural e as taxas migratórias, foram, numa fase posterior, desenvolvidas segundo dois cenários prospetivos.

A aplicação do modelo, com o objetivo de prospetivar a população residente no concelho, no ano de 2025 e 2031, a partir da evolução demográfica observada durante a década 2000, processou-se a vários níveis: estrutura etária, taxas brutas e específicas de mortalidade e natalidade e saldo migratório.

O primeiro passo metodológico centrou-se na recolha estatística das variáveis necessárias:

- População residente para todas as freguesias do concelho, por grupo etário, em 2001 e em 2011;
- Nados-vivos por grupos etários das mães (grupos etários decenais férteis: dos 10 aos 59 anos), para todas as freguesias, entre 2001 e 2010;
- Óbitos, por grupo etário, para todos os anos entre 2001 e 2010;
- Óbitos com menos de 1 anos entre 2001 e 2010;
- Taxa de mortalidade infantil média do último quinquénio;
- Taxa de natalidade e mortalidade para as freguesias, o concelho, a Área Metropolitana de Lisboa e o Continente, em 2001 e 2011;
- Taxa de crescimento migratório para o Continente e a Área Metropolitana de Lisboa, entre 2000 e 2011.

Com a população residente em 2001, com o saldo fisiológico (crescimento natural) durante o período 2001-2010 e com a população recenseada em 2011, foi encontrado o saldo migratório (à população recenseada em 2011 subtraiu-se o saldo fisiológico) e a respetiva taxa.

Elaboraram-se, depois, as taxas de natalidade específicas ((nados-vivos por grupo etário / população residente por grupo etário) *Taxa de sobrevivência infantil) e as taxas de sobrevivência associadas a cada grupo etário (1- (óbitos por grupo etário/ população residente média do grupo etário na década)). Para se encontrarem as taxas de sobrevivência a aplicar na década de projeção, consideraram-se os nados-vivos registados ao longo da década de 2000. As taxas de natalidade específicas que foram consideradas para o período em projeção foram as registadas em 2011, aplicando-se, depois, a probabilidade de sobrevivência (1- taxa mortalidade infantil). Esta operação permite quantificar o número de nados-vivos que sobrevivem, sendo importante pelo facto de neste período da vida a mortalidade ser relativamente elevada.

As taxas de migração utilizadas foram as obtidas na década anterior, mas aplicadas à população residente em 2011, pois considerou-se que a tendência se iria manter (partiu-se do pressuposto de que nas décadas seguintes - 2011 / 2021 e 2021-2031 -, o saldo migratório iria ser semelhante, sendo por isso aplicado este saldo à população de 2011).

O quadro seguinte sintetiza, por freguesia⁹, os principais indicadores demográficos resultantes da aplicação do exercício apresentado.

QUADRO 68 – EVOLUÇÃO DE INDICADORES DEMOGRÁFICOS (N.º E %), ENTRE 2001 E 2010

Freguesia/ Concelho	Nados Vivos	Óbitos	2001-2010		Taxa de Natalidade	Taxa Migratória
			Saldo Natural	Saldo Migratório		
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	506	384	122	1687	8,6	28,7
Sado	547	482	65	261	9,5	4,5
São Sebastião	7.654	4.800	2.854	-3126	14,6	-5,9
UF Azeitão	1.917	1.306	611	5.181	10,1	28,4
UF Setúbal	3.474	4.589	-1115	711	8,9	6,3
CONCELHO	14.098	11.561	2.537	4.714	12,4	3,9

Fonte: INE

Para projetar a população do primeiro escalão (0 - 9 anos), multiplicaram-se os produtos das taxas de natalidade específicas, pela população residente no grupo etário respetivo, em 2011. Os escalões etários seguintes, correspondem ao produto da população residente em 2011, pelas taxas de sobrevivência e de migração, dos grupos etários anteriores. Para o último escalão, a operação tem a mesma lógica, mas entra-se em linha de conta com os grupos etários anterior (60 - 69 anos) e o último (70 e mais anos) que engloba o resto da população, dado que é um grupo etário aberto. Posteriormente, foi necessário reequacionar e readaptar o exercício, em função dos resultados publicados do Recenseamento Geral da População de 2021 e da dinâmica social observada nos últimos 2 anos (pós-censos), nomeadamente em termos de fixação de população migrante, e das perspetivas que existem à data relativamente aos postos de trabalho a criar no curto prazo (a concretização das múltiplas intenções de investimento existentes/em curso nos próximos 5 anos), com impacte direto na fixação de novos residentes no concelho, sobretudo casais em idade fértil e/ou com filhos menores.

QUADRO 69 – DEMOGRÁFICA DO CONCELHO (N.º E %), 2025 E 2031 (A - CENÁRIO TENDENCIAL E B – CENÁRIO EXPANSIONISTA MODERADO)

Freguesia/ Concelho	2001	2011	2021	2025				2031			
				2025 (A)	2025 (B)	(A) variação 2021/2025	(B) variação 2021/2025	2031 (A)	2031 (B)	(A) variação 2021/2031	(B) variação 2021/2031
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	4.076	5.885	6.809	9.034	6.924	32,7	1,7	10.172	7.228	49,4	6,2
Sado	5.457	5.783	5.357	6.029	5.476	12,5	2,2	6.035	5.420	12,7	1,2

⁹ Dada a riqueza da informação existente e a possibilidade do aprofundamento da mesma a menores escalas de análise, adotou-se como referencial administrativo a organização existente antes da última reconfiguração (agregação de freguesias, em 2013 - Lei n.º 11-A/2013, de 28 de janeiro - Reorganização Administrativa do Território das Freguesias; Declaração de Retificação n.º 19/2013, de 28 de março; Lei n.º 56/2012, de 8 de novembro).

Freguesia/ Concelho	2001	2011	2021	2025				2031			
				2025 (A)	2025 (B)	(A) variação 2021/2025	(B) variação 2021/2025	2031 (A)	2031 (B)	(A) variação 2021/2031	(B) variação 2021/2031
São Sebastião	52.814	52.542	52.627	49.178	52.500	-6,6	-0,2	48.235	52.225	-8,3	-0,8
UF Azeitão	13.085	18.877	20.946	27.930	21.509	33,3	2,7	31.054	22.261	48,3	6,3
UF Setúbal	38.502	38.098	37.757	36.586	34.124	-3,1	-9,6	36.197	32.811	-4,1	-13,1
CONCELHO	113.934	121.185	123.496	128.757	120.533	4,3	-2,4	131.693	119.945	6,6	-2,9

Fonte: INE (2001, 2011) e equipa técnica (2025 e 2031)

Conforme se conclui da análise do quadro anterior, a população tenderá, no cenário tendencial (Cenário A), a manter uma evolução muito acentuada, contabilizando-se um acréscimo, em 2025, em torno dos 4,3% (mais 5.300 residentes, aproximadamente). Os resultados do Recenseamento Geral da População de 2021, apontam para uma evolução positiva de 1,9% no concelho (entre 2011 e 2021), traduzidos em 123.496 residentes, em 2021. Neste contexto, o Cenário A (expansionista moderado), deverá refletir uma maior aproximação à realidade demográfica prospetivada para os próximos anos. Este cenário, face à dinâmica social atual, nomeadamente em termos de fixação de população migrante, e das perspetivas que existem de concretização de diversos investimento os geradores de emprego, que irão resultar na fixação de novos residentes no concelho, sobretudo casais em idade fértil e/ou com filhos menores, deverá assumir-se como o cenário de referência a adotar.

Com base neste cenário A, em 2025, a população residente no concelho será de 128.757 e, em 2031, de 131.693 habitantes, traduzindo neste último um acréscimo de 6,6% face ao valor contabilizado em 2021.

No caso dos equipamentos educativos, procurou-se proceder à repartição da população estimada para os dois primeiros grupos etários decenais, que são aqueles que agregam a população potencialmente a escolarizar, pela idade, ano a ano, que os compõem. Assim, optou-se por, em primeiro lugar, verificar qual o peso relativo que, em 2011 e 2021, cada ano representava no total do grupo decenal e, em segundo lugar, aplicar a mesma proporção (média ponderada) aos valores estimados para 2025 e 2031, em cada cenário. De tal opção resulta que, por exemplo, todas as crianças que em 2021 possuíam 1 ano, terão previsivelmente 11 anos em 2031, a manterem-se, como preconiza o modelo, as suas probabilidades de sobrevivência e migração em cada um dos cenários equacionados.

Relativamente aos jardins-de-infância, estima-se que a “população-alvo” (crianças com 3 a 5 anos), em 2031, se situe próxima das 4.218 crianças (no Cenário B) ou das 4.437 crianças (no Cenário A).

QUADRO 70 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS (N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: JARDINS-DE-INFÂNCIA

Freguesia	Jardim de Infância: 3-5 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	231	228	236	232
Sado	182	195	181	200
São Sebastião	2.044	1.980	2.230	2.008
UF Azeitão	780	733	792	752

Freguesia	Jardim de Infância: 3-5 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
UF Setúbal	992	1.014	998	1.026
CONCELHO	4.229	4.150	4.437	4.218

Fonte: Equipa técnica

No que respeita ao 1º ciclo, estima-se que a “população-alvo” (crianças com idade compreendida entre os 6 e os 9 anos), em 2031, ronde as 5.381 crianças (no Cenário B) ou as 5.660 crianças (no Cenário A). As diferenças intra-freguesias são significativas, relevando, em termos absolutos, a importância da freguesia de São Sebastião. Pelo contrário, Sado possuirá efetivos bastante inferiores neste nível de ensino, quando comparada com as restantes freguesias (235, em 2031, no cenário B).

QUADRO 71 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS (N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: 1º CICLO

Freguesia	1.º Ciclo: 6-9 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	328	323	335	329
Sado	214	229	213	235
São Sebastião	2.590	2.509	2.826	2.544
UF Azeitão	1.017	958	1.033	981
UF Setúbal	1.248	1.279	1.253	1.292
CONCELHO	5.397	5.298	5.660	5.381

Fonte: Equipa técnica

No 2º ciclo, o número de efetivos populacionais apresenta-se mais reduzido (nível de ensino compreende, potencialmente, apenas crianças com 10 e 11 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 2.620 crianças e, no Cenário B, esse valor ronda as 2.814 crianças.

QUADRO 72 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS (N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: 2º CICLO

Freguesia	2.º Ciclo: 10-11 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	235	191	240	194
Sado	112	114	110	114

Freguesia	2.º Ciclo: 10-11 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
São Sebastião	1.020	1.320	1.015	1.346
UF Azeitão	677	582	688	572
UF Setúbal	564	588	567	588
CONCELHO	2.608	2.795	2.620	2.814

Fonte: Equipa técnica

No que respeita ao 3º ciclo, estima-se que a população-alvo (crianças com idade compreendida entre os 12 e os 14 anos), em 2031, ronde as 3.823 crianças (no Cenário B) ou as 3.571 crianças (no Cenário A). As diferenças intra-freguesias são pouco significativas, com exceção para a freguesia de São Sebastião que mais uma vez possui um quantitativo bastante significativo (1.752, no Cenário B).

QUADRO 73 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS (N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: 3º CICLO

Freguesia	3.º Ciclo: 12-14 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	339	276	347	280
Sado	179	181	176	182
São Sebastião	1.328	1.718	1.322	1.752
UF Azeitão	848	730	862	717
UF Setúbal	858	891	864	892
CONCELHO	3.552	3.796	3.571	3.823

Fonte: Equipa técnica

No ensino secundário, o número de efetivos populacionais é pouco expressivo (este nível de ensino compreende, potencialmente, crianças com 15 e 17 anos, mas face ao acumular das taxas de repetência nos anos anteriores deve incorporar/deve ponderar a inclusão da população com 18 e 19 anos). Em 2031, no Cenário A perspetivam-se 3.302 crianças e, no Cenário B, esse valor ronda as 3.576 crianças.

QUADRO 74 – EVOLUÇÃO DOS EFETIVOS DEMOGRÁFICOS (N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031), POTENCIALMENTE UTILIZADORES DE EQUIPAMENTOS EDUCATIVOS: SECUNDÁRIO

Freguesia	Secundário: 15-17 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	257	209	262	212
Sado	157	159	154	160
São Sebastião	1.277	1.651	1.270	1.685
UF Azeitão	753	648	765	636
UF Setúbal	846	881	851	883
CONCELHO	3.290	3.548	3.302	3.576

Fonte: Equipa técnica

No caso dos equipamentos (educativos), em todos os níveis de ensino, deve ressaltar-se que os valores apresentados representam a estimativa de população residente com idade “normal” para frequentar esse nível, não correspondendo à população efetivamente a “escolarizar”.

Esta discrepância potencial afigura-se relevante por exemplo no ensino básico (2º e 3º ciclos) onde as taxas de retenção, podem contribuir para a presença de alunos com idade superior em níveis de ensino mais baixos, ou no ensino secundário onde existem maiores taxas de repetência. Por outro lado, sobretudo neste último nível, é importante ter em conta que os valores podem ser mais elevados, refletindo também, em parte, a capacidade de atração relativamente a alunos provenientes de outros concelhos.

Neste quadro, existem diversas dinâmicas e características territoriais e setoriais que importa ter presentes e que implicaram um exercício de ponderação gerador de reajustamento dos valores, de modo a garantir uma melhor adequação e elevar o grau de confiança relativamente às projeções da população a escolarizar em 2025 e 2031. Dos descritores com maior relevância, aponta-se a representatividade da população em idade escolar residente noutros concelhos limítrofes, mas que frequenta os estabelecimentos localizados no concelho e, por outro lado, a importância que o insucesso escolar possui em alguns níveis de ensino, gerando taxas de repetência importantes e provocando, consequentemente, a manutenção dos alunos com idades mais “avançadas” face ao expectável para esse nível. Finalmente, importa ainda ter presente a importância que a Rede Privada e Solidária assume no Concelho, nomeadamente detendo um número muito significativo de crianças no pré-escolar.

Assim, metodologicamente optou-se por: i) num primeiro momento, verificar a representatividade dos alunos residentes em Setúbal, por freguesia de localização dos estabelecimentos escolares (com base nos valores médios registados nas escolas localizadas nessas freguesias); ii) num segundo momento, aplicar esses valores às estimativas de população em idade de frequentar os diversos níveis de ensino (neste contexto, os valores foram acrescidos em função da população oriunda de outros concelhos que virá frequentar as escolas do Setúbal); iii) num terceiro momento, ponderar o peso da população que trabalha ou estuda noutro concelho e o seu potencial impacto nos diversos níveis de ensino; iv) considerar as taxas de repetência e abandono, nos estabelecimentos escolares da Rede Pública sediados em cada freguesia, aplicando esses valores à população escolar estimada.

QUADRO 75 – INDICADORES RELEVANTES PARA CALIBRAR A POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR NA REDE PÚBLICA

Taxa de repetência e abandono (%), por nível de ensino			
1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
2,5	4,3	2,8	9,2
Alunos residentes noutros concelho (%)			
1º Ciclo	2º Ciclo	3º Ciclo	Secundário
4,9	0,6	2,2	10,8

Fonte: Equipa técnica, com base na informação do inquérito.

Independentemente da incerteza e constrangimentos inerentes à realização de qualquer exercício de estimativas demográficas/escolares (num quadro de múltiplas e complexas variáveis/ fenómenos, de previsibilidade incerta), a aplicação desta metodologia, de passos sequenciais, ajustados às características atuais do Sistema Educativo em Setúbal, permite projetar com maior confiança a população que irá integrar as Escolas da Rede Pública (e rede privada e solidária, no caso do pré-escolar), nos próximos anos.

As matrizes seguintes, sinalizam a procura potencial por cada nível de ensino (2025 e 2031), em cada uma das freguesias analisadas.

QUADRO 76 – EVOLUÇÃO DA PROCURA POTENCIAL (POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR, N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031): JARDINS-DE-INFÂNCIA

Freguesia	Jardim de Infância: 3-5 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	231	228	236	232
Sado	182	195	181	200
São Sebastião	2044	1980	2230	2008
UF Azeitão	780	733	792	752
UF Setúbal	992	1014	998	1026
CONCELHO	4.229	4.150	4.437	4.218

Fonte: Equipa técnica, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

QUADRO 77 – EVOLUÇÃO DA PROCURA POTENCIAL (POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR, N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031): 1º CICLO

Freguesia	1.º Ciclo: 6-9 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	352	347	360	353
Sado	230	246	229	252
São Sebastião	2.782	2.695	3.035	2.732
UF Azeitão	1.092	1.029	1.110	1.054
UF Setúbal	1.340	1.374	1.345	1.387
CONCELHO	5.796	5.690	6.079	5.779

Fonte: Equipa técnica, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

QUADRO 78 – EVOLUÇÃO DA PROCURA POTENCIAL (POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR, N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031): 2º CICLO

Freguesia	2.º Ciclo: 10-11 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	247	200	252	204
Sado	117	120	115	120
São Sebastião	1.070	1.385	1.065	1.412
UF Azeitão	711	611	722	600
UF Setúbal	592	617	595	617
CONCELHO	2.736	2.932	2.748	2.952

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

QUADRO 79 – EVOLUÇÃO DA PROCURA POTENCIAL (POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR, N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031): 3º CICLO

Freguesia	3.º Ciclo: 12-14 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	356	290	364	294
Sado	188	190	185	191

Freguesia	3.º Ciclo: 12-14 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
São Sebastião	1.394	1.804	1.388	1.840
UF Azeitão	891	766	905	753
UF Setúbal	901	936	908	937
CONCELHO	3.730	3.986	3.750	4.014

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

QUADRO 80 – EVOLUÇÃO DA PROCURA POTENCIAL (POPULAÇÃO A ESCOLARIZAR, N.º), NO CENÁRIO A E B (2025-2031): SECUNDÁRIO

Freguesia	Secundário: 15-17 anos			
	2025		2031	
	Cenário A	Cenário B	Cenário A	Cenário B
Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	308	251	314	254
Sado	188	191	185	192
São Sebastião	1.532	1.981	1.524	2.022
UF Azeitão	903	778	918	763
UF Setúbal	1.015	1.058	1.022	1.060
CONCELHO	3.948	4.258	3.962	4.291

Fonte: Elaboração própria, com base na projeção das crianças em idade de frequentar o nível e da informação do inquérito (peso da população escolar residente fora do concelho e taxas de repetência e abandono).

Estabelecendo uma comparação entre a população presente atualmente no Sistema (Rede Pública e privada) em cada um dos níveis de ensino, e os cenários criados para 2025 e 2031, observa-se que existem diferenças a registar, nomeadamente um acréscimo do número de alunos no pré-escolar e 1.º ciclo e perda, mais ou menos significativa, nos restantes níveis (cenário tendencial). Deve assinalar-se que o decréscimo que potencialmente irá ocorrer no 2.º ciclo e, com maior expressão, no 3.º ciclo (resultado da trajetória recente de redução da natalidade e impacte da pandemia) deverá merecer uma atenção especial e capacidade de adaptação da rede, nos próximos anos.

QUADRO 81 – REDE PÚBLICA (N.º DE ALUNOS; DIFERENCIAL FACE AO ANO LETIVO 2020/2021)

Ciclos	2020/2021 (público)	2017/2018 (privado)	2020/2021 (total)	2031 (cenário tendencial)	2031 (cenário alternativo)	Variação 2020/2021-2031 (tend)	Variação 2020/2021-2031 (altern)
Pré-escolar	914	1.944	2.858	4.437	4.218	55,2	47,6
1º	4.431	636	5.067	6.079	5.779	20,0	14,1

Ciclos	2020/2021 (público)	2017/2018 (privado)	2020/2021 (total)	2031 (cenário tendencial)	2031 (cenário alternativo)	Variação 2020/2021-2031 (tend)	Variação 2020/2021-2031 (altern)
2º	2.883	118	3.001	2.748	2.952	-8,4	-1,6
3º	4.494	38	4.532	3.750	4.014	-17,3	-11,4
Secundário	3.629	396	4.025	3.962	4.291	-1,6	6,6
TOTAL	16.351	3.132	19.483	20.976	21.254	7,7	9,1

Fonte: Equipa técnica

(página propositadamente deixada em branco)

7. REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA (PRÉ-ESCOLAR)

7.1. INTRODUÇÃO

Para além da oferta enquadrada na rede pública, existem no concelho de Setúbal 38 equipamentos educativos, ao nível do pré-escolar¹⁰, enquadrados na rede solidária ou privada (fonte: Carta Social do GEP-MTSSS). No seu conjunto, ao nível do pré-escolar, estes estabelecimentos disponibilizavam um total de 2.467 vagas que, em julho de 2021, registavam um total de 2.181 inscrições, correspondendo a uma taxa de ocupação de 88,4%.

No ano letivo 2020/2021 todas as freguesias possuíam pelo menos um equipamento da rede solidária ou privada no seu território, sendo que aquelas onde existia um maior número eram São Sebastião (16) e UF de Setúbal (11). Pelo contrário, a freguesia do Sado tinha apenas um estabelecimento no seu território. Esta distribuição territorial tem reflexos na capacidade de acolhimento e na taxa de ocupação registadas em cada uma das freguesias.

QUADRO 82 – CAPACIDADE DOS ESTABELECIMENTOS DA REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA (N.º), POR FREGUESIA, EM 2020/2021

Freguesia	Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra	Sado	São Sebastião	UF de Azeitão	UF de Setúbal
Estabelecimentos(n.º)	5	1	16	5	11
Capacidade total (n.º)	239	25	991	242	970
Inscritos (n.º)	232	22	904	225	798
Capacidade média (n.º)	47,8	25	61,9	48,4	88,2
Média de inscritos (n.º)	46,4	22	56,5	45,0	72,6
Taxa de ocupação média (%)	97,1	88	91,2	93,0	82,3

Fonte: Carta Social (MTSSS)

Em resultado de um maior número de estabelecimentos aí situados, era na freguesia de São Sebastião que se verificava um maior número de vagas (991), sendo também onde existe um maior número de inscritos (904), seguindo-se a UF de Setúbal, cujos estabelecimentos tinham capacidade para acolher 970 crianças e alunos e tinham 798 vagas ocupadas.

No entanto, a taxa de ocupação média mais elevada verificava-se no conjunto de estabelecimentos situados na freguesia da Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, que registava valores na ordem dos 97%. A UF de Setúbal era a que

¹⁰ O número de crianças a frequentar os estabelecimentos de educação pré-escolar representa 60% do total de crianças inscritas em todos os níveis de ensino da rede privada e solidária presentes no concelho. Pela sua importância e pela ausência de informação sistemática, abrangente e credível para os restantes níveis de ensino (não participação dos estabelecimentos no processo de inquirição e ausência de uma fonte de informação credível) a análise a realizar neste ponto centra-se exclusivamente na educação pré-escolar. Não obstante, segundo o INE, conforme expresso anteriormente, no ano letivo 2020/2021 estavam inscritas na rede privada e solidária: i. 592 crianças no 1.º ciclo; ii. 91 crianças no 2.º ciclo; iii. 24 crianças no 3.º ciclo; iv. 777 crianças no ensino secundário. Segundo a CM de Setúbal, as Instituições de Ensino Básico e Secundário Privados são: a Academia de Música e Belas Artes Luísa Todi; o Colégio São Filipe; o Colégio do Centeio; o Colégio São Cristóvão; o Colégio das Faias; a Escola Primária Casa Sant'Ana; o Vale dos Pintassilgos; a Escolinha do Campo; o Colégio Adventista de Setúbal.

tinha menor taxa de ocupação média, pouco acima dos 82%, o que se justifica, em parte, pela elevada capacidade total dos seus estabelecimentos.

7.2. FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA

Na freguesia de Gâmbia-Pontes-Alto da Guerra, os 5 estabelecimentos apresentavam uma taxa de ocupação bastante elevada, com exceção do Colégio São Cristóvão. A taxa média de ocupação registada nestes estabelecimentos (97,1%) indicia uma elevada procura por este nível de ensino nesta freguesia.

O estabelecimento da Associação Baptista Shalom era responsável por parte significativa das vagas existentes, concentrando cerca de 42% da capacidade de acolhimento existente na freguesia, sendo que os demais estabelecimentos tinham capacidade para até 50 crianças.

QUADRO 83 – ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DA REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA (N.º), NA FREGUESIA DE GÂMBIA-PONTES-ALTO DA GUERRA, EM 2020/2021

Estabelecimento / Instituição	Tipologia	Capacidade (n.º)	Inscritos (n.º)	Taxa de ocupação (%)
VivaKids, Bochechinhas Infantilário	Pré-Escolar	25	25	100
Colégio São Cristóvão	Pré-Escolar (também possui oferta de 1.º ciclo)	44	37	84,1
ASA - Assistência Social Adventista	Pré-Escolar	50	50	100
Edifício Voar Mais Alto, Associação Baptista Shalom	Pré-Escolar	100	100	100
Infantilário “Os Pitinhos II”	Pré-Escolar	20	20	100
TOTAL	5	239	232	97,1

Fonte: Carta Social (MTSSS)

7.3. FREGUESIA DO SADO

Na freguesia do Sado situava-se apenas o estabelecimento do pré-escolar “O Palhacinho”, da Liga dos Amigos da Terceira Idade, que disponibilizava um total de 25 vagas, das quais 22 se encontravam preenchidas, em julho de 2021, o que correspondia a uma taxa de ocupação de 88%.

QUADRO 84 – ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DA REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA (N.º), NA FREGUESIA DO SADO, EM 2020/2021

Estabelecimento / instituição	Tipologia	Capacidade (n.º)	Inscritos (n.º)	Taxa de ocupação (%)
Jardim de Infância “O Palhacinho”, Liga dos Amigos da Terceira Idade	Pré-Escolar	25	22	88
TOTAL	1	25	22	88

Fonte: Carta Social (MTSSS)

7.4. FREGUESIA DE SÃO SEBASTIÃO

Os 16 estabelecimentos situados na freguesia de São Sebastião tinham uma capacidade de acolhimento situada nas 991 vagas, devendo destacar-se a oferta do Centro Infantil de Setúbal “O Ninho”, do Instituto da Segurança Social, com 100 vagas.

Existiam outros 7 estabelecimentos com oferta igual a superior a 75 vagas (Jardim de Infância “A Abelhinha” do Centro Social Paroquial de São José, o Infantário Vale dos Pintassilgos da Vale dos Pintassilgos, Lda., o Jardim de Infância “O Baloço da Associação para os Jardim de Infância “O Baloço”, o Centro da Bela Vista da Associação Cristã da Mocidade de Setúbal, o Jardim de Infância “O Cogumelo” da Cáritas Diocesana de Setúbal, o Centro Comunitário do Bocage da Liga dos Amigos da Terceira Idade e o Centro Social N.ª Sr.ª da Paz da Cáritas Diocesana de Setúbal), o que concorria para a elevada capacidade de acolhimento observada nesta freguesia face às restantes.

QUADRO 85 – ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DA REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA (N.º), NA FREGUESIA DE SÃO SEBASTIÃO, EM 2020/2021

Estabelecimento / instituição	Tipologia	Capacidade (n.º)	Inscritos (n.º)	Taxa de ocupação (%)
Jardim de Infância “Os Pirlampos”, Associação Central de Assistência de Setúbal	Pré-Escolar	50	45	90
Jardim de Infância “A Abelhinha”, Centro Social Paroquial de São José	Pré-Escolar	75	61	81,3
“O Côco” Infatário, Maria Fernanda Martinho Chaves	Pré-Escolar	9	9	100
Infantário “Os Pinheirinhos”, Associação de Moradores Luta do Povo	Pré-Escolar	60	52	86,7
Infantário Vale dos Pintassilgos, Vale dos Pintassilgos, Lda.	Pré-Escolar (também com oferta do 1.º CEB)	75	68	90,7

Estabelecimento / instituição	Tipologia	Capacidade (n.º)	Inscritos (n.º)	Taxa de ocupação (%)
Jardim de Infância “O Baloço”, Associação para os Jardim de Infância “O Baloço”	Pré-Escolar	84	84	100
“O Escorrega”, Associação de Moradores do Bairro da Liberdade	Pré-Escolar	70	67	95,7
Colégio São Filipe, Futuro com Saber, SA	Pré-Escolar	25	25	100
Centro da Bela Vista, Associação Cristã da Mocidade de Setúbal	Pré-Escolar	93	83	89,2
Centro Infantil de Setúbal “O Ninho”, Instituto da Segurança Social, ISS, IP	Pré-Escolar	100	100	100
Jardim de Infância “O Cogumelo”, Cáritas Diocesana de Setúbal	Pré-Escolar	75	72	96
Jardim de Infância “O Sonho”	Pré-Escolar	50	44	88
Centro Infantil da Quinta Nova	Pré-Escolar	50	50	100
Centro Comunitário do Bocage, Liga dos Amigos da Terceira Idade	Pré-Escolar	75	72	96
Andorinha Nova Infantário	Pré-Escolar	25	0	0
Centro Social N.ª Sr.ª da Paz, Cáritas Diocesana de Setúbal	Pré-Escolar	75	72	96
TOTAL	16	991	904	91,5

Fonte: Carta Social (MTSSS)

Destaque-se o facto de vários estabelecimentos apresentarem todas as vagas ocupadas, designadamente, “O Côco”, Infantário de Maria Fernanda Martinho Chaves, o Jardim de Infância “O Baloço”, da Associação para os Jardim de Infância “O Baloço”, o Centro Infantil de Setúbal “O Ninho”, do Instituto da Segurança Social e o Centro Infantil da Quinta Nova.

O facto de todos os estabelecimentos terem uma taxa de ocupação superior a 81,3% refletia a intensidade da procura que se regista nesta freguesia, sendo a única exceção o Infantário “Andorinha Nova”, em processo de remodelação.

7.5. UF DE AZEITÃO

Segundo a Carta Social (MTSSS), na UF de Azeitão encontravam-se 5 estabelecimentos da rede solidária e privada, que possuíam uma oferta combinada de 242 vagas (225 ocupadas). Nesta freguesia, merecia destaque a taxa de ocupação plena registada no Jardim Escola Casas de Azeitão, no Jardim de Infância “O Remendinho”, no Colégio das Faias e no Centro Infantil Sebastião da Gama da Casa do Povo de Azeitão.

Município de Setúbal

Apenas um dos estabelecimentos (Escolinha do Campo, Encantos D'Aldeia, Lda.) não tinha a sua capacidade totalmente preenchida, o que indiciava uma forte procura pela oferta disponibilizada por estas entidades na freguesia. Para além destes, na freguesia de Azeitão existem mais dois estabelecimentos que disponibilizam o nível pré-escolar, o Colégio de Azeitão e a Escolinha da Quinta (não constando na Carta Social, não é possível disponibilizar informação específica e harmonizada associada aos mesmos).

QUADRO 86 – ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DA REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA (N.º), NA UF DE AZEITÃO, EM 2020/2021

Estabelecimento / Instituição	Tipologia	Capacidade (n.º)	Inscritos (n.º)	Taxa de ocupação (%)
Jardim Escola Casas de Azeitão	Pré-Escolar	28	28	100
Jardim de Infância “O Remendinho”	Pré-Escolar	25	25	100
Colégio das Faias	Pré-Escolar (também com oferta do 1.º e 2.º CEB)	50	50	100
Escolinha do Campo, Encantos D'Aldeia, Lda.	Pré-Escolar (também com oferta do 1.º e 2.º CEB)	75	58	77,3
Centro Infantil Sebastião da Gama, Casa do Povo de Azeitão	Pré-Escolar	64	64	100
TOTAL	5	242	225	93

Fonte: Carta Social (MTSSS)

7.6. UF DE SETÚBAL

O número de estabelecimentos da rede privada e solidária situados na UF de Setúbal era de 11, disponibilizando uma oferta total de 1.053 vagas, das quais 848 encontravam-se ocupadas. A taxa de ocupação destes equipamentos, face à observada nas restantes freguesias do concelho, era menor (80,5%).

Não obstante, existiam alguns estabelecimentos com todas as suas vagas preenchidas, nomeadamente, a Associação Setubalense de Apoio Social, o Jardim de Infância “O Girassol”, da Associação de Moradores da Praça do Brasil “O Girassol”, o Jardim Infantil “Bichinho de Conta”, o Jardim de Infância “O Aquário”, do Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Anunciada e o Jardim de Infância “Nuvem” do Centro Paroquial Nossa Senhora da Anunciada.

Já os estabelecimentos com taxas de ocupação mais baixas eram a Escola Primária “Santa Ana”, Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora (taxa de ocupação de 55,1%), a Academia de Música e Belas-Artes Luísa Todi e o Jardim de Infância “O Comboio” da Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras, ambas com 65,4% das suas vagas ocupadas e ainda o ATL Casal das Figueiras e a Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras, em que apenas 43 das suas 65 vagas estavam preenchidas, em julho de 2021 (taxa de ocupação correspondente a 66,2%).

Esta situação indiciava alguns desequilíbrios na procura destes serviços, o que estaria relacionado com vários fatores, de que são exemplo a localização dos equipamentos, bem como as condições de acesso aos mesmos.

QUADRO 87 – ESTABELECIMENTOS ESCOLARES DA REDE PRIVADA E SOLIDÁRIA NA UF DE SETÚBAL, EM 2020/2021

Estabelecimento / Instituição	Tipologia	Capacidade (n.º)	Inscritos (n.º)	Taxa de ocupação (%)
Associação Setubalense de Apoio Social	Pré-Escolar	21	21	100
Academia de Música e Belas-Artes Luísa Todi	Pré-Escolar (também com oferta do 1.º e 2.º CEB)	136	89	65,4
Jardim de Infância “O Girassol”, Associação de Moradores da Praça do Brasil “O Girassol”	Pré-Escolar	50	50	100
Colégio do Centeio, Ensino Particular, Lda.	Pré-Escolar (também com oferta do 1.º e 2.º CEB)	75	69	92,0
Jardim Infantil “Bichinho de Conta”	Pré-Escolar	75	75	100
Escola Primária “Santa Ana”, Instituto das Filhas de Maria Auxiliadora	Pré-Escolar	136	75	55,1
ATL Casal das Figueiras, Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	Pré-Escolar	65	43	66,2
Jardim de Infância “O Aquário”, Centro Social Paroquial Nossa Senhora da Anunciada	Pré-Escolar	144	144	100
Jardim de Infância “O Comboio”, Associação de Professores e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras	Pré-Escolar	136	89	65,4
Jardim de Infância “Nuvem”, Centro Paroquial Nossa Senhora da Anunciada	Pré-Escolar	150	150	100
Sorriso Maroto	Pré-Escolar	65	43	66,1
TOTAL	11	1.053	848	80,5

Fonte: Carta Social (MTSSS)

8. OUTROS ESTABELECIMENTOS

8.1. ACADEMIA DE DANÇA CONTEMPORÂNEA DE SETÚBAL

Fundada em 1982, esta Academia tem por objetivo dar aos alunos a possibilidade de adquirirem a proficiência necessária ao desempenho da profissão de bailarino. O ensino simultâneo, desde o primeiro ano, de técnica de dança moderna, dança clássica e improvisação, destaca-se como uma inovação no nosso País e concorre para esse objetivo. Para além do curso básico de dança, ministra também o curso secundário de dança.

A Academia de Dança Contemporânea de Setúbal (ADCS) centra-se na formação de bailarinos profissionais, através de um ensino ministrado por profissionais, sendo tutelada pela Associação Academia de Dança Contemporânea (AADC), instituição privada sem fins lucrativos, constituída por pessoas interessadas no projeto educativo definido para a escola. Equiparada a instituição de utilidade pública, desde 1983, é patrocinada pelo Ministério da Educação e, desde 1997, possui autonomia pedagógica.

A ADCS, ao longo dos anos tem tido ajudas de diversos organismos, nomeadamente da Câmara Municipal de Setúbal (CMS) através da cedência de instalações - de 1987 a 2001 a Academia funcionou num pavilhão da CMS no Largo José Afonso e, desde 2006, funciona em instalações cedidas pela CMS em parceria com a Fundação Escola Profissional de Setúbal.

Fundada em 1988, a Pequena Companhia/ Little Company teve uma intervenção constante até 2001, altura em que suspendeu a sua atividade por falta de instalações. Foi relançada de novo em 2003. Em 1992, a Pequena Companhia/ Little Company deu origem à CeDeCe – Companhia de Dança Contemporânea, companhia que seguiu o seu curso no âmbito profissional, enquanto a Pequena Companhia/ Little Company se manteve como estrutura escolar de exibição e desenvolvimento da capacidade de dançar em palco.

Em termos de ensino articulado, disponibiliza os seguintes cursos:

- Curso Básico de Dança:

ELEMENTAR 1 | 5º Ano – Articulação com EB 2/3 Luísa Todi / Técnica de Dança Clássica; Técnica de Dança Moderna; Música; Alinhamento Estrutural/ Improvisação; Notação do Movimento; Expressão Dramática;

ELEMENTAR 2 | 6º Ano – Articulação com EB 2/3 Luísa Todi / Técnica de Dança Clássica; Técnica de Dança Moderna; Música; Alinhamento Estrutural/ Improvisação; Notação do Movimento; Expressão Dramática;

INTERMÉDIO 1 | 7º Ano – Articulação com Escola Secundária Sebastião da Gama / Técnica de Dança Clássica; Técnica de Dança Moderna; Música; Danças de Carácter; Expressão Dramática; Alinhamento Estrutural/ Improvisação; Notação do Movimento;

INTERMÉDIO 1 | 8º Ano – Articulação com Escola Secundária Sebastião da Gama / Técnica de Dança Clássica; Técnica de Dança Moderna; Música; Danças de Carácter; Expressão Dramática; Alinhamento Estrutural/ Improvisação; Notação do Movimento;

INTERMÉDIO 1 | 9º Ano – Articulação com Escola Secundária Sebastião da Gama / Técnica de Dança Clássica; Técnica de Dança Moderna; Repertório Dança Clássica; Repertório Dança Moderna; Música; Alinhamento Estrutural/ Improvisação; Notação do Movimento;

- Curso Secundário de dança:

AVANÇADO 1 | 10º Ano – Articulação com Escola Secundária Sebastião da Gama / História e Cultura das Artes; Música; Notação do Movimento; Filosofia Movimento; Técnica de Dança Clássica; Técnica

de Dança Moderna; Repertório de Dança Clássica; Repertório de Dança Moderna; Variações do Repertório da Dança Clássica; Variações do Repertório da Dança Moderna; Danças de Carácter; Alinhamento Estrutural/ Composição;

AVANÇADO 2 | 11º Ano – Articulação com Escola Secundária Sebastião da Gama / História e Cultura das Artes; Música; Notação do Movimento; Filosofia Movimento; Técnica de Dança Clássica; Técnica de Dança Moderna; Repertório de Dança Clássica; Repertório de Dança Moderna; Variações do Repertório da Dança Clássica; Variações do Repertório da Dança Moderna; Danças de Carácter; T'ai Chi; Expressão Dramática*; Make-Up*; Alinhamento Estrutural/ Composição;

AVANÇADO 3 | 12º Ano – Articulação com Escola Secundária Sebastião da Gama / História e Cultura das Artes; Música; Técnica de Dança Clássica; Técnica de Dança Moderna; Variações do Repertório da Dança Clássica; Variações do Repertório da Dança Moderna; Projeto Coreográfico; Luzes e Noções de Produção; Figurinos para Dança.

8.2. ACADEMIA DE MÚSICA E BELAS ARTES LUÍSA TODI

A Academia de Música e Belas-artes Luísa Todi é uma escola com ensino integrado de música, comparticipada pelo Ministério da Educação. Desde o Berçário e Pré-escolar, a escola acompanha os alunos até ao Secundário.

Ao nível do pré-escolar focam as aprendizagens nas áreas do Conhecimento do Mundo e das Expressões e Comunicação, especialmente no Domínio da Matemática e da Linguagem Oral e Abordagem à Escrita. Possuem neste nível, inúmeras atividades de enriquecimento como a Música, Pré-Orquestra, Inglês, Educação Física e Artes Visuais. Existe ainda a opção de estudo de Instrumento: Bateria; Flauta Transversal; Guitarra Clássica; Piano; Saxofone; Violino e Violoncelo.

No que respeita à estrutura curricular do 1º ciclo, “tendo como ponto de partida o desenvolvimento cognitivo e sócio afetivo que caracterizam os alunos neste nível etário, projeta-se, além do progressivo domínio de instrumentos básicos de comunicação e compreensão (leitura, escrita e cálculo), a iniciação em diferentes formas de expressão (nomeadamente verbal, motora, plástica, dramática e musical) e uma primeira abordagem do meio natural e social. (...) No que respeita à Oferta Complementar e de modo a articular saberes e aprendizagens visará essencialmente atividades em articulação que promovam de forma transversal a educação para a cidadania, áreas artísticas, culturais e componentes de trabalho com as tecnologias de informação e comunicação” (fonte: website da Academia).

No 2º Ciclo, inicia-se o Curso Básico de Música, onde às áreas disciplinares e disciplinas de formação geral se juntam às áreas disciplinares e disciplinas de formação vocacional, iniciando os alunos num percurso onde a música será usada como elemento central do processo pedagógico.

O 3º ciclo leciona-se em 2 regimes: Articulado e Supletivo. A formação vocacional integra as disciplinas de formação musical, instrumento e classes de conjunto.

O ensino secundário também é lecionado em 2 regimes (articulado e supletivo), integrando a componente de formação científica, as disciplinas de história da cultura e das artes, formação musical e análise e técnicas de composição, enquanto a formação técnico-artística inclui as disciplinas de instrumento, classes de conjunto e baixo contínuo.

8.3. CONSERVATÓRIO REGIONAL DE SETÚBAL

O Conservatório Regional de Setúbal, enquanto Escola de Ensino Especializado da Música, é tutelada pelo Ministério da Educação, através do Gabinete do Ensino Particular e Cooperativo, integrada na rede de escolas do ensino secundário. Com o Estatuto de Utilidade Pública e dotado de autonomia pedagógica, ministra o curso básico de Música e os cursos secundários de Instrumento, Formação Musical, Composição e Canto, acolhendo anualmente mais de 500 alunos, orientados por um corpo docente, de cerca de 50 professores.

Fundado em 1988, ao longo da sua existência, tem vindo a ministrar o ensino da música a milhares de alunos, dos mais variados escalões etários. Para além das atividades escolares, o Conservatório Regional de Música de Setúbal tem procurado contribuir para o desenvolvimento cultural e artístico da comunidade em que se insere, colaborando com as mais variadas instituições, oficiais e particulares.

Possui uma oferta educativa, bastante abrangente:

- Iniciação à música (3 a 5 anos)

A música dos três aos cinco anos tem como objetivos as experiências de escuta musical, de aquisição e exploração do vocabulário musical. É fundamental que nesta faixa etária adquira o vocabulário musical de escuta que lhe dará bases para a audição, a execução, a leitura, a escrita e a criação musicais.

- Iniciação musical (1.º ciclo do ensino básico)

Pode ser admitido à iniciação musical qualquer aluno que frequente o 1º ciclo do curso básico no ensino regular. Possui duas disciplinas, cujas aulas são realizadas em contexto de turma (formação musical e classe de conjunto). Disponibiliza também a disciplina de instrumento, em que as aulas podem ser individuais com 1 tempo letivo, individuais com 1/2 tempo letivo ou partilhadas por 2 alunos com 1 tempo letivo.

- Curso básico de música (2.º e 3.º ciclo do ensino básico)

O Curso Básico de Música pode ser frequentado em regime articulado e em regime supletivo. No regime articulado, o aluno estará matriculado em dois estabelecimentos de ensino, uma escola de ensino regular com protocolo de colaboração, onde fará as componentes de formação geral e o Conservatório onde fará as componentes de formação vocacional. No caso do regime supletivo, a sua frequência no Conservatório está restrita à componente de formação vocacional.

- Curso secundário de música

O Curso Secundário de Música pode ser frequentado no regime articulado e no regime supletivo com as vertentes de Instrumento, Formação Musical e Composição. Os planos de estudos dos cursos secundários de Música em regime supletivo, assumem uma formação semelhante à do plano de estudos dos cursos secundários em regime articulado, no que respeita ao conhecimento e capacidades essenciais a desenvolver.

8.4. INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL

O Instituto Politécnico de Setúbal (IPS) é uma instituição pública de ensino superior. Integrando inicialmente as duas Escolas localizadas em Setúbal, a Escola Superior de Tecnologia (ESTSetúbal) e a Escola Superior de Educação (ESE), engloba também, na atualidade, a Escola Superior de Ciências Empresariais (ESCE), a Escola Superior de Tecnologia do Barreiro (ESTBarreiro) e a Escola Superior de Saúde (ESS). Existe ainda uma sexta unidade organizacional, centrada no apoio aos estudantes (alojamento, alimentação, apoio psicológico e atividades desportivas e recreativas).

A Visão preconizada “Ser uma referência no ensino superior, impulsionador do desenvolvimento científico, tecnológico, económico e sociocultural”, confere-lhe uma intervenção direta no desenvolvimento da sociedade e

na valorização dos recursos humanos e um papel enquanto instrumento de motivação e inspiração para a sua comunidade.

Neste quadro, a sua missão passa por “Desenvolver ensino de qualidade, valorizando as pessoas, a transferência de conhecimento para a sociedade, da região, do país e do mundo, apoiado na investigação aplicada, na inovação e nas parcerias”. A excelência e a inovação são dimensões centrais das atividades de formação, de investigação e desenvolvimento, de transferência de conhecimento e tecnologia, na prestação de serviços à comunidade.

O IPS possui uma vasta oferta formativa, disponibilizando 30 mestrados e 29 licenciaturas, para além de várias dezenas de CTeSP e pós-graduações.

QUADRO 88 – OFERTA FORMATIVA DO I. P. SETÚBAL

Escolas	Mestrados	Licenciaturas	CTeSP	Pós graduações	
Escola Superior de Educação	5	5	4	2	16
Escola Superior de Ciências Empresariais	10	8	5	2	25
Escola Superior de Saúde	7	4	0	2	13
Escola Superior de Tecnologia de Setúbal	5	8	14	4	31
Escola Superior de Tecnologia do Barreiro	3	4	4	0	11
	30	29	27	10	96

Fonte: IP Setúbal

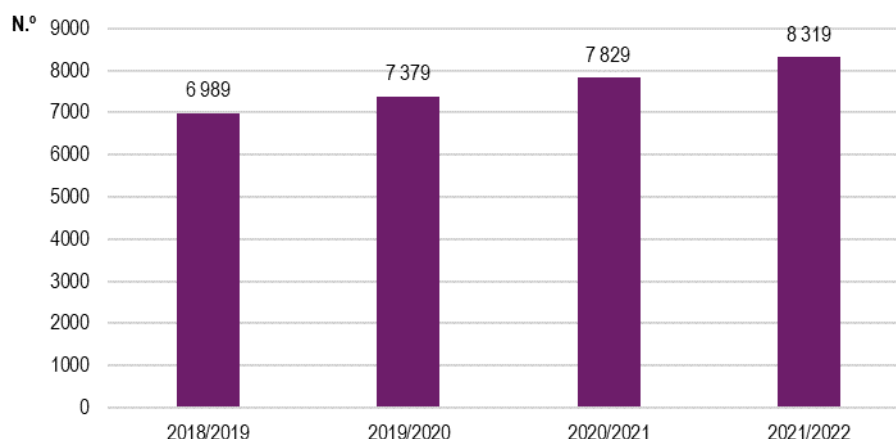
Nos últimos anos letivos, observa-se um incremento assinalável no número de estudantes inscritos nas diversas Escolas. Em 2021/2022, estavam inscritos nas 5 Escolas Superiores, em cursos conferentes de grau, 7.613 alunos, maioritariamente na Escola Superior de Ciências Empresariais e na Escola Superior de Tecnologia de Setúbal.

QUADRO 89 –ESTUDANTES INSCRITOS EM CURSOS CONFERENTES DE GRAU, 2018/2019-2021/2022

Escolas	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
Escola Superior de Educação	777	807	910	913
Escola Superior de Ciências Empresariais	2152	2278	2499	2576
Escola Superior de Saúde	835	849	983	820
Escola Superior de Tecnologia de Setúbal	2.079	2.214	2.486	2.523
Escola Superior de Tecnologia do Barreiro	543	565	628	781
	6.386	6.713	7.506	7.613

Fonte: IP Setúbal

FIGURA 81 – ESTUDANTES INSCRITOS NO IP SETÚBAL, 2018/2019 - 2021/2022



Fonte: IP Setúbal

No ano letivo 2021/2022, foram diplomados no IP Setúbal 1.367 alunos, com destaque para o grau de licenciatura conferido (888 licenciados).

QUADRO 90 – DIPLOMADOS NO IP SETÚBAL, 2018/2019 - 2021/2022

	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
Licenciados	789	840	874	888
Mestres	176	226	100	205
CTeSP	206	253	298	274
	1.171	1.319	1.272	1.367

Fonte: IP Setúbal

No ano letivo 2021/2022, o IPS possuía mais de 1.300 recursos humanos, com destaque para o quadro de docentes (739).

QUADRO 91 – RECURSOS HUMANOS, IP SETÚBAL, 2018/2019 - 2021/2022

	2018/2019	2019/2020	2020/2021	2021/2022
Docentes	637	639	621	739
Docentes ETI	424	438	451	488
Trabalhadores não docentes	170	171	164	174

Fonte: IP Setúbal

Assinale-se ainda que a taxa de abandono das licenciaturas foi de 13,7%, em 2021/2022, traduzindo este valor uma trajetória positiva que se tem vindo a consolidar nos últimos anos (17,5%, em 2020/2021). A taxa de abandono nas licenciaturas no 1º ano/1ª vez, foi de 21%, em 2020/2021.

(página propositadamente deixada em branco)

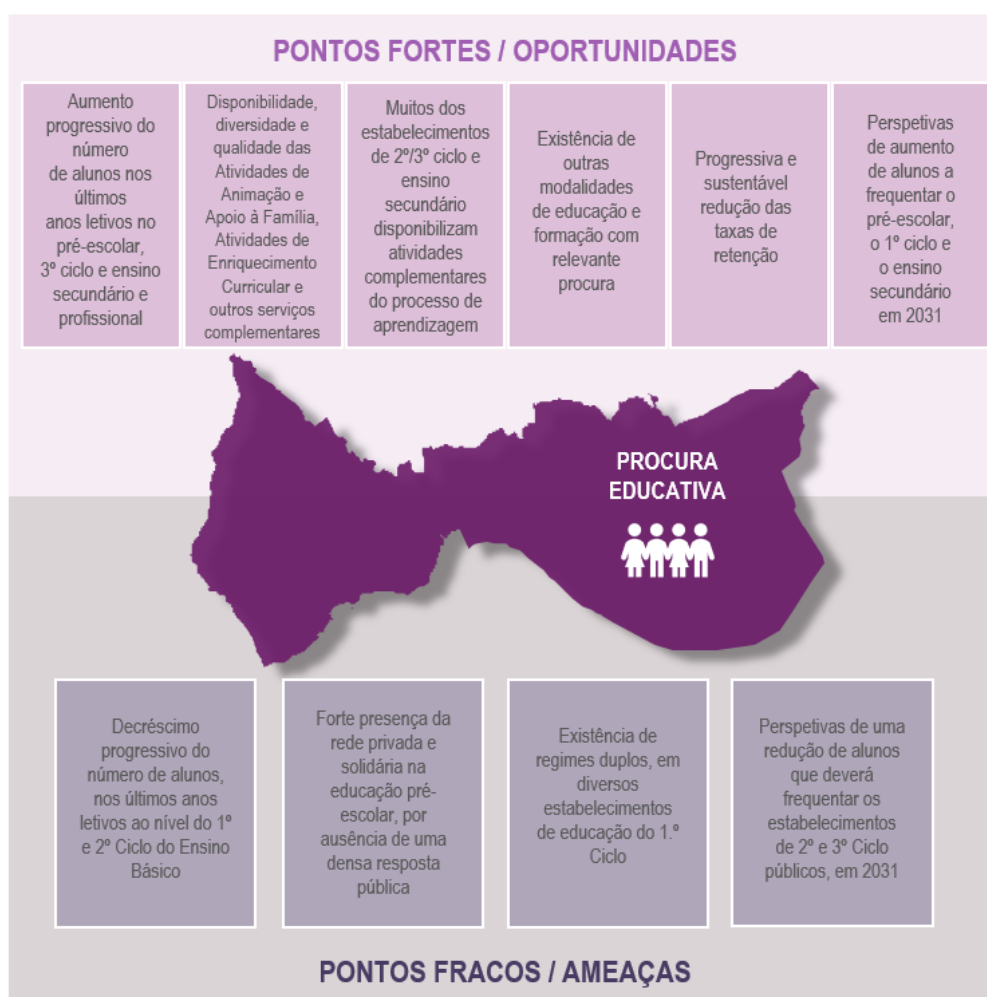
9. ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

9.1. DIAGNÓSTICO ESTRATÉGICO

Com base nos exercícios desenvolvidos anteriormente, de caracterização e diagnóstico aprofundado da oferta e da procura educativa no concelho, é possível sistematizar as principais conclusões associadas a estas dimensões.

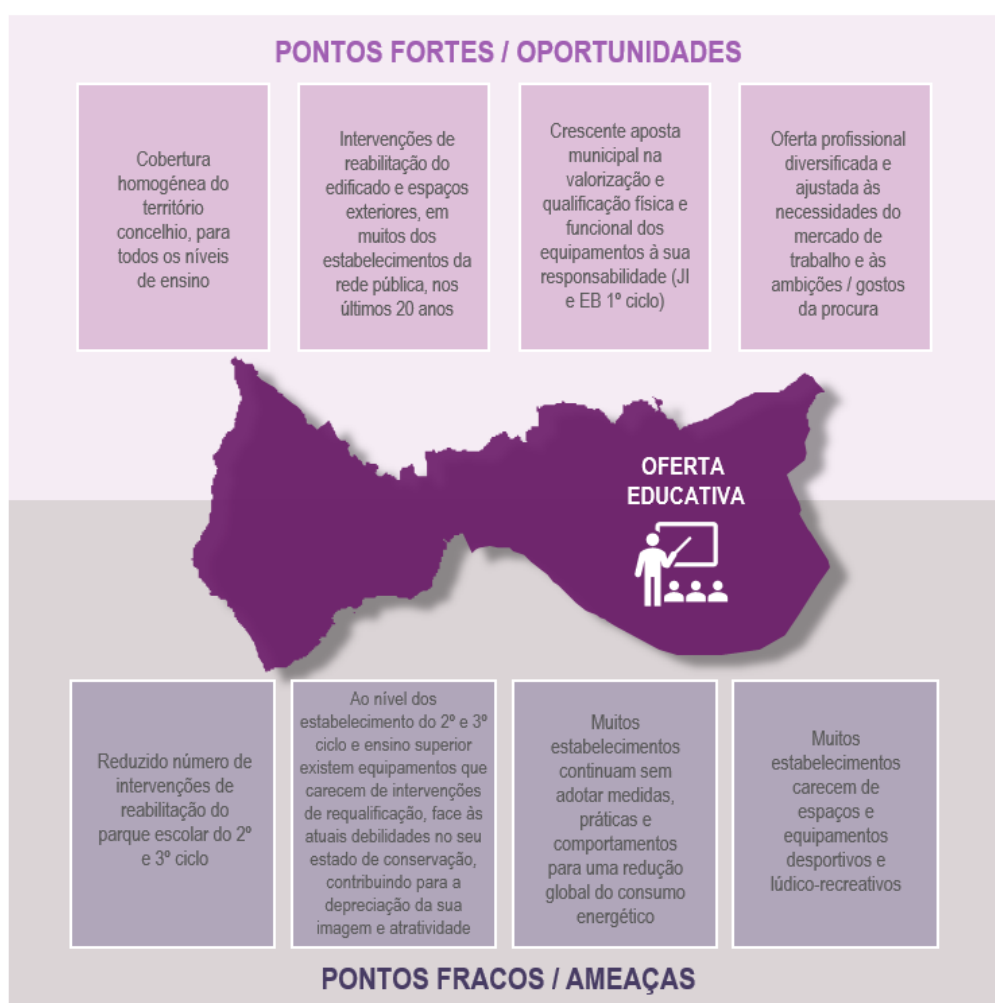
As matrizes que se apresentam seguidamente, procuram identificar, por um lado, os principais pontos fortes e oportunidades ao nível da procura e da oferta educativa que importa aproveitar/potenciar e, por outro lado, os principais pontos fracos e ameaças, que importa resolver/acautelar

FIGURA 82 – MATRIZ SÍNTESE DA PROCURA EDUCATIVA



Fonte: Equipa Técnica

FIGURA 83 – MATRIZ SÍNTESE DA OFERTA EDUCATIVA



Fonte: Equipa Técnica

9.2. PRINCÍPIOS ORIENTADORES

9.2.1. EQUIPAMENTOS ESCOLARES: INSTRUMENTOS DE QUALIFICAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS

Atualmente, o desenvolvimento integrado e sustentável constitui um dos principais objetivos e desafios, seja ao nível nacional, seja, sobretudo, ao nível local. Os equipamentos coletivos desempenham um papel relevante na medida em que contribuem para a qualificação do quadro de vida das populações em domínios considerados estratégicos para a prossecução do desenvolvimento integrado. A educação assume-se como um dos principais domínios estruturadores desse processo de desenvolvimento.

Atuando como plataformas de sustentação das políticas públicas, assumem outra relevância instrumental conferida pelos impactes que têm no território e no quotidiano dos cidadãos. Assim, os equipamentos coletivos constituem a um tempo, instrumentos de qualificação e valorização dos espaços urbanos, e, num segundo tempo, formas de estruturação do sistema urbano, influiendo na afirmação de centralidades e no protagonismo funcional dos espaços, contribuindo para um correto ordenamento do território, a diferentes escalas.

Neste contexto, o exercício de programação e planeamento de equipamentos escolares assume uma dupla relevância:

- A um tempo, diagnosticando as necessidades quantitativas e qualitativas e identificando os investimentos que serão necessários realizar, de forma a suprir as necessidades atuais e futuras, no quadro de uma política de desenvolvimento integrado e sustentável, onde emerge a Educação com um papel aglutinador e central na prossecução de diversas políticas públicas;
- A outro tempo, contribuindo para o planeamento urbanístico e para a concretização de um modelo de desenvolvimento sustentável harmonioso, multidimensional, contemplado noutros instrumentos de ordenamento e gestão territorial, nomeadamente o Plano Diretor Municipal (PDM).

9.2.2. EQUIPAMENTOS ESCOLARES: INSTRUMENTOS DE INTEGRAÇÃO SOCIAL

No Concelho de Setúbal, a programação e planeamento dos equipamentos escolares reveste-se de uma importância elevada, dadas as especificidades que caracterizam este território, resultantes da sua inserção na Área Metropolitana de Lisboa, principal polo de emprego e de atratividade migrante. Este posicionamento regional, gera um conjunto de problemáticas, pressões demográficas e respostas que colocam importantes desafios à programação e planeamento dos equipamentos escolares. É o caso de fenómenos como:

- A pressão demográfica. O crescimento demográfico registado nos últimos anos, tem consolidado uma lógica de metropolização do concelho, reforçando-se a sua atratividade, sobretudo para as comunidades imigrantes, com impacte muito forte na procura escolar nos estabelecimentos existentes;
- A necessidade de assumir a Escola, enquanto estrutura de apoio e de acolhimento, enquanto elemento identitário e âncora da vivência e proximidade à Comunidade;
- A acentuada procura de respostas para ocupação das crianças fora do horário letivo, fruto da recomposição das estruturas familiares, de uma participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego e de uma pendularização (casa-emprego), com tempos de deslocação relevantes;
- A presença de população migrante com elevados défices de conhecimento da língua portuguesa, de integração social e económica, com potencial impacte nos resultados escolares (níveis de insucesso escolar);

9.2.3. A TERRITORIALIDADE DA REDE ESCOLAR

A partir da concertação dos desafios com que a Carta Educativa de Setúbal se depara, foram definidos quatro grandes princípios de sustentação do padrão territorial da Rede:

- A prossecução de uma lógica de equidade, de modo que seja assegurada uma distribuição que possibilite a todas as crianças/jovens a igualdade de oportunidades no acesso à Escola;
- A prossecução de uma lógica de proximidade, uma vez que a distribuição espacial deverá garantir que as escolas (nos primeiros níveis: pré-escolar e 1º ciclo), em alguns territórios específicos, se localizem próximo das áreas de residência das crianças/jovens, privilegiando um quadro de vida local e evitando extensos movimentos pendulares;
- A preocupação em contribuir para a estruturação do território assente num modelo policêntrico, em que a localização/distribuição dos equipamentos permita reforçar as centralidades locais;

- O cumprimento dos princípios de racionalidade e eficiência, promovendo uma espacialização e afetação de recursos que maximize os resultados a gerar (melhorar o sucesso escolar, promover uma maior integração social, reforçar o protagonismo e atratividade de algumas centralidades).

FIGURA 84 – PADRÃO TERRITORIAL DA REDE: PRINCÍPIOS

PRINCÍPIOS PARA A DEFINIÇÃO DO PADRÃO TERRITORIAL DA REDE ESCOLAR			
PROXIMIDADE	RACIONALIDADE / /EFICIÊNCIA	EQUIDADE	CENTRALIDADE / /POLICENTRISMO
Garantir a proximidade das crianças/alunos aos equipamentos privilegiando um quadro de vida local	Maximizar os resultados	Promover igualdade de oportunidades no acesso	Reforçar as centralidades e contribuir para a estruturação do território

Fonte: Equipa técnica

9.3. MATRIZ ESTRATÉGICA

9.3.1. VISÃO ESTRATÉGICA

Considerando a situação atual da Rede Escolar no Concelho de Setúbal, bem como os objetivos definidos para a Carta Educativa, a estratégia de intervenção visa:

- Orientar a ação municipal em termos de planeamento e ordenamento do território e de uma maior integração das políticas públicas, concedendo à Educação um papel central na prossecução do desenvolvimento integrado e sustentável do Concelho de Setúbal;
- Orientar a ação municipal, sinalizando as orientações, necessidades e prioridades de investimento, na ótica da qualificação das condições físicas e humanas da oferta existente, melhorando as condições de aprendizagem e contribuindo para a melhoria global do sistema de ensino no concelho;
- Orientar a ação municipal, procurando estabelecer sinergias e desenvolver parcerias colaborativas à escala municipal e intermunicipal, que reforcem a atratividade regional, garantam ganhos de eficácia e eficiência multiescalar e permitam encontrar as melhores respostas para problemas e/ou necessidades transversais à Área Metropolitana de Lisboa, nomeadamente à Península de Setúbal.

Assim, a Estratégia de Intervenção desenhada pretende contribuir para a materialização de uma ambição para o concelho de Setúbal, sintetizada na mensagem:

FIGURA 85 – VISÃO ESTRATÉGICA



Fonte: Equipa técnica

9.3.2. PRINCÍPIOS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Conforme consagra o Decreto-Lei 21/2019, de 30 de janeiro, este deve ser o instrumento referencial de planeamento e ordenamento prospetivo de edifícios e equipamentos educativos a localizar no concelho de Setúbal, de acordo com as ofertas de educação a satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos, no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico do Concelho.

Trata-se assim de uma visão para a programação da rede de equipamentos educativos, que procura incorporar os princípios do planeamento estratégico ao setor da Educação. Neste sentido, trata-se por um lado de um produto, temporalmente concretizado, que procura consubstanciar a política educativa num dado território (o concelho de Setúbal); por outro lado, que deve ser encarado como um processo, em permanente avaliação e atualização, no quadro das transformações territoriais e socioeconómicas do território municipal regional, assim como das próprias transformações da política educativa local e nacional (aspeto particularmente pertinente e atual, dado o contexto de transferência de competências e responsabilidades do Estado para os Municípios). Por conseguinte, pretende articular uma vertente de carácter pedagógico e outra de ordenamento territorial.

Na vertente pedagógica, procura-se favorecer a existência de recursos físicos e pedagógicos de qualidade, diferenciadores e diversificados, através do funcionamento em rede dos estabelecimentos (conceito de escola nuclear – sede - que inclui recursos físicos e humanos especializados). Neste contexto, surge como determinante, a necessidade de consolidação e afirmação dos Agrupamentos de Escolas, pela qualidade do ensino ministrado e pela diferenciação das ofertas disponibilizadas. Relativamente à vertente de ordenamento do território, a Revisão da Carta deverá procurar responder às tendências de organização do território e à política de desenvolvimento multidimensional em curso, levando em consideração o sistema territorial e urbano existente ou a consolidar, bem como as dinâmicas evolutivas e linhas de intervenção que estruturam a política de emprego, de habitação, cultural, desportiva ou social no Concelho de Setúbal.

Nesta perspetiva, as propostas de reconfiguração da rede educativa devem ser efetuadas de um modo relacional, entendendo os estabelecimentos de ensino como organizações que fazem parte de redes de equipamentos coletivos que procuram prestar um serviço de qualidade às populações. Assim, nenhum estabelecimento de educação ou ensino deverá ser considerado isoladamente, mas sim integrado em redes de equipamentos, concebidos como organizações integradas e integradoras, tanto no plano interno como no das relações com a comunidade.

Neste contexto, o Sistema de Ensino (rede pública), deverá pautar a sua atuação com base nos seguintes Princípios Estratégicos:

- Desenvolvimento harmonioso de uma aprendizagem sequencial programada e acompanhada, que promova o sucesso escolar das crianças/jovens;
- Funcionamento articulado dos diversos serviços de apoio socioeducativo e sociocultural, contribuindo para a geração de polos e centralidades educativo-culturais que reforcem os processos de aprendizagem;
- Racionalização, rentabilização e melhoria da qualidade dos recursos físicos, através de um sistema de administração e de gestão integrado, adequado às características da rede e às necessidades da procura;
- Facilitação dos contatos e trocas de experiência entre os diversos agentes educativos, reforçando as respostas/soluções integradas e de parceria, inclusive à escala sub-regional.

As escolas-sede, agentes nucleares nesta perspetiva, devem congregar recursos materiais e imateriais mais qualificados e especializados, procurando ser o centro de dinamização e de apoio, quer quanto a instalações quer quanto à dinamização pedagógica. Neste contexto, a Revisão da Carta Educativa deve contribuir para criar as condições mais favoráveis ao desenvolvimento destes centros de excelência e de competências educativas, bem como apontar caminhos para melhorar as condições para uma gestão mais eficiente e eficaz dos recursos educativos disponíveis.

A Revisão da Carta Educativa de Setúbal constitui um instrumento fundamental para sustentar a política educativa para o Concelho nos próximos anos, procurando dar uma visão territorializada a essa política (integrada, em estreita articulação com a política socioeconómica, de emprego, de habitação, cultural e desportiva), favorecendo um ensino de qualidade e pedagogicamente enriquecedor e, ao mesmo tempo, promovendo a qualificação do território, através do fortalecimento dos fatores estratégicos de competitividade do concelho, à escala sub-regional, bem como permitindo uma maior integração da comunidade migrante e das jovens famílias que escolhem o Concelho como local de residência.

Este referencial estratégico estrutura-se numa multiplicidade de Objetivos Estratégicos, que devem sustentar o quadro operacional associado à Revisão da Carta Educativa:

- Melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade diferenciador, consagrando o ensino secundário como referencial mínimo em termos de qualificação;
- Potenciar os meios e recursos disponíveis, procurando sinergias e complementaridades e assumindo os espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativo-culturais;
- Reforçar as capacidades pedagógicas dos estabelecimentos e a disponibilidade de recursos humanos (não docentes) que integram os diferentes Agrupamentos e Escolas Secundárias não agrupadas, de modo a garantir uma gestão adequada dos espaços e de integração/acompanhamento dos alunos;
- Reforçar a componente profissionalizante da formação de recursos humanos, através da rede de escolas existentes (incluindo à escala sub-regional) e de uma oferta formativa adequada e ajustada ao mercado de trabalho;

- Promover um maior apetrechamento técnico-pedagógico dos diferentes estabelecimentos de ensino, nomeadamente em termos tecnológicos, e fomentar iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade;
- Requalificar o parque escolar, de forma a promover uma melhoria das condições de vivência escolar e uma progressão positiva dos resultados escolares;
- Melhorar as condições e qualidade de ensino, reforçando a atratividade e diversificando as soluções de aprendizagem, com especial atenção às comunidades migrantes;
- Criar as condições para garantir o acesso de todos à educação e à formação, como dimensão central de coesão social;
- Instaurar o regime de funcionamento normalizado em todos os estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e densificação da rede oferta pré-escolar;
- Reforçar a projeção e protagonismo do Concelho de Setúbal no território metropolitano (Área Metropolitana de Lisboa/Península de Setúbal), através de uma oferta diferenciadora e especializada, permitindo ganhos de visibilidade e notoriedade fomentadores de uma maior atratividade e procura escolar;
- Desenvolver programas e projetos de combate ao abandono, absentismo, saídas antecipadas e insucesso escolar.

Os últimos inquéritos realizados pela OCDE revelam que cerca de 20% dos alunos com 15 anos de idade testados (PISA) têm uma compreensão insuficiente do que leem e uma proporção ainda maior possui competência insuficiente em matemática. Estes valores demonstram que em muitas das regiões da UE (incluindo no Alentejo), ainda existem grandes dificuldades na aprendizagem de competências básicas, bem como de iliteracia científica. Por outro lado, dos problemas apontados pelos Diretores de Agrupamento, emerge a persistência de algum insucesso escolar dos alunos (sobretudo menor rendimento às disciplinas de Matemática e, em menor escala, de Português; grandes dificuldades de aprendizagem/compreensão da língua portuguesa, por uma parte importante da comunidade migrante). Neste contexto, estimular o interesse pela matemática, pelas ciências e pelas tecnologias desde uma idade precoce, de modo a aumentar o número de estudantes que frequentam cursos nessas áreas, bem como aumentar o interesse pela língua materna, devem ser igualmente objetivos a prosseguir.

Acresce que, nos últimos anos, o alargamento do horário de funcionamento das Escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico e do pré-escolar, foi uma dimensão importante para apoiar as famílias e promover uma maior conciliação entre a vida profissional e familiar. As atividades extracurriculares de carácter lúdico-didático representam um papel central no desenvolvimento das crianças, devendo ser reforçada a qualidade da oferta desse tipo de atividades. Assim, garantir a melhor ocupação dos tempos dedicados às atividades extracurriculares, deve também ser um objetivo estratégico a ter em conta no âmbito da ação educativa municipal.

É igualmente estruturante, tornar a aprendizagem mais atrativa para os jovens que estão no sistema de ensino, incentivando-os a prosseguir a sua formação para além da escolaridade obrigatória. A existência de repetências no percurso escolar, em muitos casos origina desmotivação e desinteresse pela escola/estudo e altera as expectativas face à mesma. Neste quadro, é fundamental desenvolver estratégias de aproximação aos alunos, de modo que a frequência do ensino superior possa constituir uma meta após a finalização do 12.º ano, enfatizando a importância de progressão e conclusão de um curso no ensino superior para ter uma boa profissão, mais bem remunerada, e maior facilidade de ingresso no mercado de trabalho.

Finalmente, existem diversas outras orientações que devem ser prosseguidas e priorizadas, contribuindo para reforçar a aposta “infraestrutural”, dimensão central deste instrumento de planeamento, nomeadamente:

- Identificar e desenvolver novas competências essenciais à sociedade do conhecimento (aposta na dimensão digital/tecnológica) e harmonizá-las com as competências tradicionais;
- Generalizar e valorizar os bons Projetos Educativos;
- Melhorar a formação dos educadores e professores, através da formação contínua, numa perspetiva de aprendizagem ao longo da vida;
- Reforçar a coesão interna dos Agrupamentos de Escolas;
- Garantir condições de segurança nas escolas e na sua envolvente;
- Reforçar a ação social;
- Reforçar as ligações com o mundo do trabalho, a investigação e a sociedade em geral;
- Valorizar a partilha intergeracional de experiências e de Conhecimentos;
- Reforçar a autonomia das escolas;
- Promover a criação de redes de instituições de educação e de formação a vários níveis, no contexto da aprendizagem ao longo da vida.

Com base na literatura internacional e nacional sobre as dimensões críticas e estruturadoras que devem ser tidas em conta na construção, afirmação e consolidação da Escola do Século XXI, (impreterivelmente mais ecológica, mais tecnológica, mais funcional) é possível identificar os aspetos-chave que, entre outros, concorram para esse desígnio e para os quais a Carta Educativa deve encontrar/prever e sugerir as melhores soluções.

Escola do século XXI: uma escola mais ecológica

As cidades devem desempenhar um papel central na redução das emissões de CO₂ e na luta contra as alterações climáticas. A transição para uma economia de baixo carbono atribui por isso um papel central às áreas urbanas, nomeadamente através da melhoria da eficiência energética dos equipamentos coletivos.

As medidas de eficiência energética e a utilização das energias renováveis têm vindo a ser lentamente adotadas, devido aos custos de investimento e à fraca relevância atribuída às vantagens económicas, ambientais, de saúde e de conforto que podiam resultar de melhores práticas em termos de eficiência energética.

Nos últimos anos, a administração pública tem desenvolvido um número significativo e diversificado de projetos com vista a diminuir a energia consumida na sua esfera de atuação, implementando normas obrigatórias para o aumento da eficiência energética dos edifícios e atribuindo incentivos à adoção de energias renováveis. Contudo, persiste um défice estrutural muito acentuado nestes domínios. As intervenções executadas associavam-se sobretudo à instalação de sistemas solares térmicos em piscinas e recintos desportivos, à instalação de reguladores de fluxo como garante da melhoria de eficiência energética na iluminação pública e à substituição das fontes luminosas nos sistemas de controlo de tráfego e peões (tecnologia LED).

Empenhada num processo de mudança em prol da sustentabilidade ambiental, a Câmara Municipal de Setúbal tem investido na redução dos consumos energéticos nos edifícios municipais com consumos mais elevados. A requalificação e modernização do parque escolar, continua a ser uma prioridade, criando melhores condições para toda a comunidade escolar e melhorando o desempenho energético nas escolas.

Os trabalhos realizados nos últimos anos contemplaram várias medidas como a substituição da iluminação existente por soluções LED mais eficientes, a alteração de caixilharias, envidraçados e a substituição de coberturas, a instalação de sistemas solares fotovoltaicos e de sistemas de monitorização do consumo de energia.

A alteração do paradigma energético, possibilitando o surgimento de soluções inovadoras, potenciadoras da eficiência energética e um maior empenho e esforço na redução do consumo de eletricidade, promovendo melhorias de eficiência energética e incrementando a produção de energias renováveis (aproveitamento do potencial solar em termos da produção de energias renováveis, nomeadamente a micro produção para autoconsumo), será decisiva para melhorar as condições de conforto térmico nas escolas e reduzir o seu consumo energético.

A antiguidade do edificado, associada aos importantes níveis de degradação que uma percentagem de edifícios apresenta, fazem com que a eficiência energética do edificado escolar seja globalmente baixa, assumindo-se a sua melhoria como uma prioridade de atuação municipal.

Assim, de modo a alterar os padrões de consumo energético na rede de equipamentos escolares, assim como reduzir os custos associados e incrementar o conforto térmico, pretende-se aumentar a eficiência energética e a produção para autoconsumo, contribuindo para a redução de despesa, para o uso eficiente de recursos, para a redução de emissões e para a alteração comportamental da comunidade escolar. A criação de uma Comunidade de Energia Renovável, à escala local, enquanto modelo de organização local de autoprodução de energia, poderá ser ponderada.

Escola do século XXI: uma escola mais tecnológica

O século XXI veio redefinir conceitos e reequacionar quais as condições para promover a qualidade da educação, do ensino e da aprendizagem.

Os ambientes educacionais estão cada vez mais focados nas Tecnologias da Informação, quer pelas possibilidades de ampliação do sentido de educação/aprendizagem, quer pelo novo quadro de exigência no processo de aprendizagem dos alunos, particularmente potenciado pelo contexto pandémico, quer ainda pela influência no desempenho dos alunos e na gestão do ambiente educativo.

As escolas estão a ser transformadas, dando espaço a novos mecanismos e formas de funcionamento, comunicação e relacionamento, conferindo primazia a ferramentas tecnológicas no processo de aprendizagem. Os processos de receção e adaptação às novas tecnologias, e a sua utilização enquanto ferramentas para dinamizar e potencializar a função ensino/aprendizagem é cada vez mais uma realidade.

Segundo alguns autores¹¹, a introdução das tecnologias em sala de aula (computadores portáteis, quadros interativos, manuais virtuais,...), consideradas um recurso auxiliar na prática pedagógica do professor, deve ser acompanhada por uma metodologia adequada às necessidades dos alunos e gerida de maneira cuidada e ajustada ao processo ensino – aprendizagem. As possibilidades metodológicas que as tecnologias trazem para trabalhar os conteúdos a lecionar, através de atividades criativas, mais apelativas e interessantes para os alunos, estão a transformar a aprendizagem escolar. Mas não basta que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos, dinamizando o processo de aprendizagem, sendo fundamental criar todas as condições de suporte a montante, nomeadamente em termos de redes (elétricas, de cobertura e velocidade de internet,...).

Cada vez mais a tecnologia está presente nas escolas de Setúbal e no processo de aprendizagem do aluno, seja pela disponibilização e uso de equipamentos tecnológicos, seja pelo desenvolvimento de projetos envolvendo educação e tecnologia. A prioridade, para além do reforço da aposta no hardware e software (recursos das TIC), passará por garantir as condições de operação dos meios virtuais/tecnológicos disponíveis.

¹¹ Ribeiro da Silva, José (2016) – A utilização das Nova TIC em contexto de sala de aula; Carvalho, Patrícia (2014) – A comunicação no processo de ensino aprendizagem.

Escola do século XXI: uma escola mais funcional

Atualmente, existe uma cultura audiovisual eletrónica que se tem generalizado, que proporciona aos jovens informações, valores, saberes e outros modos de ler e perceber o conhecimento. Contudo, esta realidade, tem também vindo a gerar, progressivamente, uma diminuição acentuada do tempo dedicado à brincadeira, à prática desportiva e à própria apetência para sair da sala de aula e utilizar espaços formais ou informais de recreio. Assim, os períodos de recreio têm de ter soluções que não sejam padronizadas ou aborrecidas, mas desafiantes. O analfabetismo motor, o comprometimento do desenvolvimento físico e cognitivo deve evitar-se, pelo que a disponibilização de respostas lúdico-desportivas na maior parte dos estabelecimentos escolares é fundamental para a formação de crianças saudáveis e funcionais.

10. PROGRAMA DE AÇÃO

10.1. ESTRUTURAÇÃO DO PLANO DE INTERVENÇÃO

As conclusões e análises anteriores à rede escolar, permitiram evidenciar, em termos gerais, a progressiva desadequação do parque escolar instalado, face à procura existente e potencial. Por outro lado, demonstrou-se a existência de escolas que, pelo seu estado de conservação, não dispõem/oferecem as condições adequadas para garantir os padrões de qualidade que devem reger a Escola Pública.

Estes são os principais desafios do processo de Revisão da Carta Educativa, mas este surge também como uma oportunidade para reforçar a função e vocação educativa dos equipamentos escolares, conferindo-lhes outras valências e respostas complementares que potenciem a sua centralidade enquanto polos educativo-culturais estruturantes do concelho e, sobretudo, das comunidades onde se inserem. Nesta perspetiva, cada vez mais deverão procurar-se soluções que assegurem ambientes escolares abertos, que promovam o sucesso escolar e a inclusão social, nomeadamente a integração de migrantes e que permitam reforçar os fatores diferenciadores da oferta pública, tornando-a mais atrativa e competitiva, seja à escala local, seja regional.

Uma atuação pensada e concertada, com ambição e impacto, deve ultrapassar as fronteiras da Educação e integrar-se numa visão mais ampla de desenvolvimento harmonioso e sustentado do concelho e da sua afirmação à escala metropolitana. Acresce a importância de prosseguir os princípios inscritos na Carta das Cidades Educadoras, nomeadamente no que à educação integral diz respeito, dotando a cidade de equipamentos adequados, desenvolvendo políticas, projetos e ações conducentes ao desenvolvimento pessoal, social, moral e cultural de todos e oferecendo espaços de formação, debate e lazer. Num contexto de descentralização/transferência de competências e responsabilidades do Estado para o Município de Setúbal, importa que este referencial suporte e enquadre o processo e permita informar a tomada de decisão e de priorização no próximo período de programação de apoios comunitários, que confirmem suporte financeiro às principais intervenções estruturantes a realizar.

Acresce que no acordo setorial de compromisso entre o governo e a ANMP, para a descentralização nos domínios da educação e da saúde¹², está contemplado um mapa de escolas prioritárias a reabilitar. Deste mapa constam 4 escolas a necessitar de reabilitação urgente no concelho de Setúbal: a Escola Secundária do Bocage, com prioridade Muito Urgente (P1), a Escola Básica Barbosa do Bocage, a Escola Básica de Azeitão e a Escola Básica de Aranguez, com prioridade Urgente (P2).

Neste contexto, as propostas de reordenamento da Rede, sustentam-se em 3 Eixos de Intervenção e num conjunto amplo de objetivos operacionais, que estruturam as intervenções a executar:

- Eixo I - Requalificar/ampliar o parque escolar instalado;
- Eixo II - Melhorar as condições e qualidade de ensino;
- Eixo III - Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior.

10.2. EIXO I – REQUALIFICAR/AMPLIAR O PARQUE ESCOLAR INSTALADO

Este eixo estratégico pretende dar continuidade, por um lado, à consolidação do conceito de centro/núcleo escolar, promovendo/consolidando a capacidade de oferta integrada, por outro lado, dando resposta e procurando resolver alguns problemas existentes na rede, nomeadamente resultantes das deficitárias condições infraestruturais de alguns estabelecimentos, da incapacidade de resposta do parque instalado à evolução da procura, da necessidade de instaurar, definitivamente, o regime de funcionamento normalizado em todos os estabelecimentos de ensino do 1º Ciclo do Ensino Básico e da necessidade de reforçar e densificar a rede de ofertas pré-escolares.

As intervenções a desenvolver neste eixo estratégico contemplam cinco linhas de atuação fundamentais:

- Medida 1.1. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo;
- Medida 1.2. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: 2º, 3º ciclo e Secundário;
- Medida 1.3. Programa municipal de modernização e manutenção do parque escolar (P3M+);
- Medida 1.4. Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (PEDEL+);
- Medida 1.5. Programa municipal de melhoria da eficiência energética no parque escolar (PEE+).

MEDIDA 1.1. CRIAÇÃO DE NOVAS SALAS/ESPACOS LETIVOS E DE APOIO: PRÉ-ESCOLAR E 1º CICLO

A educação pré-escolar, assumida enquanto primeira etapa do processo educativo e progressivamente reconhecida como uma fase importante para garantir o gosto pelo ensino e pelo futuro sucesso escolar, é uma prioridade nacional e municipal. Essa prioridade confere uma importância acrescida ao investimento dos poderes públicos na ampliação da rede, de modo a garantir a universalidade da educação pré-escolar às crianças desde os três anos.

Atualmente a rede pública de educação pré-escolar no concelho de Setúbal, ainda não apresenta uma densificação da oferta que permita responder de forma efetiva a este desafio (não obstante os avanços importantes realizados nos últimos anos), pelo que a ampliação do número de salas é determinante.

Por outro lado, nos últimos anos, em função da participação mais ativa das mulheres no mercado de emprego, da recomposição das estruturas familiares (filhos a cargo de um único elemento parental), de uma maior pressão do mercado de trabalho (horários mais extensos, menor flexibilidade das entidades empregadoras, ...) e do aumento dos movimentos pendulares, por razões laborais, com impacto nos elevados tempos de deslocação (bacias de emprego alargadas), as famílias confrontam-se com maiores dificuldades no apoio e na ocupação das crianças fora do período letivo. Neste contexto, tem vindo a acentuar-se a procura dos pais por soluções, em condições de qualidade, que permitam prolongar a estadia das crianças nos espacos escolares. Em parte, a presença da rede privada e da rede solidária como resposta à educação pré-escolar, resulta dessa capacidade de oferecer condições adequadas/ajustadas às necessidades em causa.

A rede pública pode e deve reforçar as suas condições, melhorando a qualidade da oferta, tornando-a diferenciadora e atrativa. Assim, alguns estabelecimentos deverão ponderar, em função da evolução da procura, a possibilidade de destinar salas/espacos que permitam desenvolver com maior qualidade as atividades de animação e apoio à família. No caso do 1º ciclo, dada a necessidade de um maior apoio educativo para alunos com dificuldades de aprendizagem e para o desenvolvimento, com qualidade, das atividades de enriquecimento curricular, importa igualmente ponderar, em função da evolução da procura, a possibilidade de destinar salas/espacos específicos para esses serviços/atividades.

Para além deste reforço e densificação da rede de pré-escolar é fundamental terminar, definitivamente, com os regimes de funcionamento duplos em alguns estabelecimentos de 1.º Ciclo, bastante consequentes nos processos de aprendizagem e limitadores da qualidade do ensino ministrado.

Anualmente, deverá ser efetuada uma leitura global da rede e da procura existente, por alguns estabelecimentos (no âmbito do exercício de monitorização e avaliação regular da Carta), de modo a ponderar a possibilidade/sustentabilidade de ampliação e/ou adaptação de alguns estabelecimentos. Não obstante, podem ser sinalizadas diversas intervenções a realizar no curto prazo, na rede de educação pré-escolar, assumidas como estruturantes e prioritárias no contexto de ampliação e qualificação da rede, nomeadamente:

- Construção do Centro Escolar Quinta da Amizade, contemplando duas salas para JI;
- Construção do Centro Escolar São Francisco Xavier, contemplando 3 salas para JI;
- Construção do Centro Escolar Barbosa du Bocage, contemplando 3 salas para JI;
- Ampliação da EB Vila Nogueira de Azeitão, contemplando duas salas para JI;
- Ampliação da EB n.º 4 dos Pinheirinhos, contemplando 3 salas de JI;
- Criação da EB de Montinho da Cotovia, contemplando a abertura de uma sala de JI.

Assinala-se ainda a importância de se proceder ao alargamento da rede pré-escolar na freguesia do Sado (disponibilização desta oferta da rede pública na freguesia).

Neste quadro, no total, a proposta contempla a criação de 14 salas de jardim-de-infância, permitindo garantir, nos próximos anos, a universalidade da educação pré-escolar às crianças desde os três anos e contribuindo para reforçar a atratividade e diferenciação do Concelho, à escala metropolitana, bem como melhorar a qualidade de vida e conciliação da vida pessoal e profissional, a quem nem vive e trabalha em Setúbal.

Também ao nível do 1.º ciclo do ensino básico, existem constrangimentos a ultrapassar, nomeadamente terminar com o regime de funcionamento duplo em alguns estabelecimentos, sendo necessário priorizar um conjunto de intervenções, nomeadamente:

- Construção do Centro Escolar Quinta da Amizade, contemplando 8 salas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico. Permitirá acabar com o regime duplo na EB Alto da Guerra e na EB da Azeda;
- Construção do Centro Escolar São Francisco Xavier, contemplando 8 salas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico, permitindo acabar com os regimes duplos na EB n.º 9 Casal das Figueiras e EB Viso;
- Construção do Centro Escolar Barbosa du Bocage, contemplando 8 salas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico, permitindo acabar com os regimes duplos na EB n.º 12 Amoreiras;
- Ampliação da EB n.º 4 dos Pinheirinhos, contemplando 5 salas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico, permitindo que esta escola funcione em regime normal;
- Ampliação da EB Vila Nogueira de Azeitão, contemplando 4 salas para o 1.º Ciclo do Ensino Básico.

Assim, no total, a proposta contempla a criação de 33 salas para o 1.º ciclo do ensino básico, permitindo garantir, nos próximos anos, o fim dos regimes duplos em todos os estabelecimentos e redimensionar os equipamentos para uma melhor e mais qualificada resposta às necessidades de um ensino e aprendizagem diferenciador e inovador.

QUADRO 92 – FICHA DE AÇÃO: CRIAÇÃO DE CENTRO ESCOLAR QUINTA DA AMIZADE

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Centro Escolar Quinta da Amizade					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico				
Localização:	Quinta da Amizade				
Promotores:	Câmara Municipal de Setúbal				
Tipologia:	Criação de um novo estabelecimento (2 salas JI e 8 salas 1.º Ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
O principal objetivo do projeto consiste em construir um novo equipamento, que permita terminar com o regime duplo de funcionamento da EB Azeda e responder à procura existente no Alto da Guerra, bem como reforçar a oferta pré-escolar neste território. Assim, pretende-se com a presente ação criar um centro escolar na Quinta da Amizade, com duas salas de pré-escolar e 8 salas de 1.º ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo. Neste quadro, procura-se melhorar a capacidade de resposta do parque escolar instalado neste território e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar, nomeadamente resolvendo os fortes constrangimentos que existem na EB Azeda e na EB Alto da Guerra, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla a construção de um novo equipamento (duas salas de pré-escolar e 8 salas de 1.º ciclo), de raiz, na Quinta da Amizade, cujas características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escala local. A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo. A dimensão das salas para a componente letiva e das salas específicas para as atividades extracurriculares (AAAF e CAF) deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas. Nos espaços exteriores promover-se-á criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
X	X	X			
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			6.000		

Fonte: Equipa técnica

QUADRO 93 – FICHA DE AÇÃO: CRIAÇÃO DE CENTRO ESCOLAR SÃO FRANCISCO XAVIER (VISO)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Centro Escolar São Francisco Xavier					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico				
Localização:	Viso				
Promotores:	Câmara Municipal de Setúbal				
Tipologia:	Criação de um novo estabelecimento (3 salas JI e 8 salas 1.º Ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
O principal objetivo do projeto consiste em construir um novo equipamento no Viso, com 3 salas de pré-escolar e 8 salas de 1.º ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar potencial, reforçar a oferta pré-escolar, melhorar a resposta atual da EB Viso e da EB n.º 9 de Setúbal – Casal das Figueiras (acabando com o regime duplo nestas duas escolas) e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa local, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo. Neste quadro, procura-se ampliar a capacidade de resposta do parque escolar instalado em Setúbal e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação do parque escolar e, deste modo, melhorar o processo de aprendizagem e a qualidade do ensino ministrado na sede de concelho.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla a construção de um novo equipamento (3 salas de pré-escolar e 8 salas de 1.º ciclo), de raiz, no Viso, cujas características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escala local. A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo. A dimensão das salas para a componente letiva e das salas específicas para as atividades extracurriculares (AAAF e CAF) deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas. Nos espaços exteriores envolventes, promover-se-á a criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
		X	X	X	
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			5.500		

Fonte: Equipa técnica

QUADRO 94 – FICHA DE AÇÃO: CRIAÇÃO DE CENTRO ESCOLAR BARBOSA DU BOCAGE

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Centro Escolar Barbosa du Bocage					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico				
Localização:	Bairro do Liceu				
Promotores:	Câmara Municipal de Setúbal				
Tipologia:	Criação de um novo estabelecimento (3 salas JI e 8 salas 1.º Ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
O principal objetivo do projeto consiste em criar um centro educativo no Bairro do Liceu, com 3 salas de pré-escolar e 8 salas de 1.º ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar potencial, terminar com o regime de funcionamento duplo na EB n.º 12 de Setúbal – Amoreiras, reforçar a oferta de pré-escolar neste território e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa local, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo. O Agrupamento de Escolas Barbosa du Bocage (AEBB), possui um dos números de alunos candidatos ao 1º ciclo mais elevados do concelho de Setúbal. Frequentam este AE, mais de 2100 alunos, verificando-se o funcionamento da EB n.º 12 de Setúbal – Amoreiras em regime duplo, devido à falta de espaço. Neste quadro, procura-se ampliar a capacidade de resposta no AE Barbosa du Bocage e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação do parque escolar e, deste modo, melhorar o processo de aprendizagem e a qualidade do ensino ministrado na sede concelho.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla a construção de um novo equipamento (3 salas de pré-escolar e 8 salas de 1.º ciclo), de raiz, no Bairro do Liceu, cujas características construtivas e de inserção na malha urbana o tornem atrativo e diferenciador à escala local. A construção deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo. A dimensão das salas para a componente letiva e das salas específicas para as atividades extracurriculares (AAAF e CAF) deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas. Nos espaços exteriores envolveres promover-se-á criação de espaços ajardinados e de espaços para a prática desportiva e lúdico-recreativos.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2027
X	X	X			
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			6.000		

Fonte: Equipa técnica

QUADRO 95 – FICHA DE AÇÃO: AMPLIAÇÃO DA EB DE VILA NOGUEIRA DE AZEITÃO

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Ampliação da EB de Vila Nogueira de Azeitão					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico				
Localização:	Vila Nogueira de Azeitão				
Promotores:	Câmara Municipal de Setúbal				
Tipologia:	Ampliação do estabelecimento (2 salas JI e 4 salas 1.º Ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
O principal objetivo do projeto consiste em ampliar o equipamento, permitindo reforçar a oferta de pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico neste território. Assim, pretende-se com a presente ação ampliar a EB de Vila Nogueira de Azeitão, com duas salas de pré-escolar e 4 salas de 1.º ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo. Neste quadro, procura-se melhorar a capacidade de resposta do parque escolar instalado neste território e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar, nomeadamente resolvendo os fortes constrangimentos que existem em Vila Nogueira de Azeitão, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla a ampliação do equipamento (duas salas de pré-escolar e 4 salas de 1.º ciclo). A ampliação deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo. A dimensão das salas para a componente letiva deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
	X	X	X		
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			2.000		

Fonte: Equipa técnica

QUADRO 96 – FICHA DE AÇÃO: AMPLIAÇÃO DA EB N.º 4 DOS PINHEIRINHOS

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Ampliação da EB n.º 4 dos Pinheirinhos					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Ensino Pré-Escolar e 1.º Ciclo de Ensino Básico				
Localização:	Pinheirinhos				
Promotores:	Câmara Municipal de Setúbal				
Tipologia:	Ampliação do estabelecimento (3 salas JI e 5 salas 1.º Ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
O principal objetivo do projeto consiste em ampliar o equipamento, permitindo reforçar a oferta de pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico neste território. Assim, pretende-se com a presente ação ampliar a EB, com 3 salas de pré-escolar e 5 salas de 1.º ciclo e, deste modo, responder à pressão demográfica/procura escolar e melhorar as condições de ensino e aprendizagem para a comunidade educativa, ao nível do ensino pré-escolar e do 1.º ciclo. Esta ampliação permitirá que esta escola funcione em regime normal. Neste quadro, procura-se melhorar a capacidade de resposta do parque escolar instalado neste território e a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através da ampliação e modernização do parque escolar, nomeadamente resolvendo os fortes constrangimentos que existem (regime duplo), impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla a ampliação do equipamento (3 salas de pré-escolar e 5 salas de 1.º ciclo). A ampliação deverá garantir elevados níveis de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios e à microprodução para autoconsumo. A dimensão das salas para a componente letiva deverá ser adequada para garantir excelentes espaços de ensino e trabalho. Também as melhores condições ao nível da rede elétrica, dos sistemas e redes tecnológicas e de cobertura da rede de internet devem ser asseguradas.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
		X	X		
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			5.000		

Fonte: Equipa técnica

MEDIDA 1.2. CRIAÇÃO DE NOVAS SALAS/ESPAÇOS LETIVOS E DE APOIO: 2º, 3º CICLO E SECUNDÁRIO

Alguns estabelecimentos com 2º e 3º ciclo e/ou ensino secundário apresentam necessidade de um maior número de salas para a componente letiva, seja pela procura atualmente existente, seja pela necessidade de compatibilizar um amplo conjunto de atividades e projetos de apoio à aprendizagem, com espaços letivos. Por outro lado, para os estabelecimentos que não foram alvo de intervenção nos últimos anos e carecem de processos de requalificação, deverá ser ponderada no âmbito da eventual execução desses processos, a ampliação/reformulação dos espaços de modo a responder às necessidades atualmente existentes.

Carecem de profundas intervenções/requalificações a EB de Azeitão, a EB Barbosa du Bocage, a EB de Aranguez e a ES de Bocage.

Em Azeitão acresce, por um lado, a necessidade de abertura de novas salas para o 2.º e 3.º ciclo, e por outro lado, a necessidade da oferta de ensino secundário para este território. Para além de ser uma reivindicação da comunidade, a disponibilidade de ensino secundário neste território, daria resposta de proximidade a cerca de 200 alunos. As debilidades da rede de transportes existente implicam muitas mudanças (e consequente morosidade, em alguns casos de 1h30m) e um custo muito elevado em transporte escolar. De referir ainda, a necessidade de construção de um pavilhão desportivo.

MEDIDA 1.3. PROGRAMA MUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR (P3M+)

Em articulação com as Juntas de Freguesia deve prever-se um conjunto de intervenções, essenciais à obtenção de uma rede de equipamentos educativos eficaz e de qualidade. Trata-se de intervenções que procuram, fundamentalmente, intervir na rede de estabelecimentos de ensino existentes, designadamente no que se refere à sua requalificação e modernização. As intervenções a realizar centram-se em diversos domínios de intervenção, tais como a remodelação de infraestruturas de água, esgotos e eletricidade, a melhoria das coberturas, a pintura de edifícios, a requalificação dos espaços interiores, exteriores e de lazer, entre outras.

Neste quadro, o Município deverá criar um “programa de modernização e manutenção do parque escolar” que permita, em função da capacidade financeira existente e da premência dos constrangimentos a resolver, garantir uma resposta adequada, atempada e eficaz.

Em relação aos equipamentos da responsabilidade da Parque Escolar (Escola Básica e Secundária Lima de Freitas, Escola Secundária Sebastião da Gama e Escola Secundária D. João II), assinala-se também a necessidade que seja garantida a sua permanente manutenção e modernização, contribuindo para a elevada qualidade geral do parque escolar instalado no concelho.

QUADRO 97 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA MUNICIPAL DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR (JI E 1º CICLO)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Programa municipal de modernização e manutenção do parque escolar (JI e 1º ciclo)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico				
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares				
Promotores:	Câmara Municipal do Setúbal				
Tipologia:	Requalificação e modernização (Jardins-de-Infância e 1º ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possam dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para as crianças do pré-escolar e para os alunos do 1º ciclo do ensino básico. Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através de diversas intervenções de qualificação e modernização do parque escolar, nomeadamente nos estabelecimentos onde existem fortes constrangimentos, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais nos edifícios, designadamente no que se refere à reabilitação das suas coberturas, paredes, instalação elétrica. Em todos os estabelecimentos deverão ser efetuadas intervenções associadas ao reforço da capacidade das redes (elétrica, internet, ...).					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
X	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			2.500		

Fonte: Equipa técnica

QUADRO 98 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE ESCOLAR (2º, 3º CICLO E SECUNDÁRIO)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO	
Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário)	
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO	
Níveis de Ensino:	2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário
Localização:	Diversos estabelecimentos escolares
Promotores:	Câmara Municipal do Setúbal
Tipologia:	Requalificação e modernização (2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário)
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO	
Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo que possam dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para os alunos do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, através de diversas intervenções de qualificação e modernização do parque escolar, nomeadamente nos estabelecimentos onde existem fortes constrangimentos, impactantes para o processo de aprendizagem e para a qualidade do ensino ministrado.	
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO	
A ação contempla intervenções fundamentais nos edifícios, designadamente no que se refere à melhoria das infraestruturas, intervenções de reabilitação do edificado e substituição de pavimentos. Em todos os estabelecimentos deverão ser efetuadas intervenções associadas ao reforço da capacidade das redes (elétrica, internet, ...) e de ampliação/densificação do número de tomadas por sala, para carregamento de bateria dos computadores. Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta a curto prazo (com base num levantamento de necessidades realizado pelo Departamento de Obras Municipais, em 2021), destacam-se, no que se refere ao 2º, 3º ciclo e ensino secundário: - Requalificação da Escola Básica de Aranguez Gerais: Substituição de quase todos os elementos arquitetónicos do edificado, dada a sua avançada degradação, sem intervenção na estrutura resistente nem nas coberturas propriamente ditas que se encontram em condições. Ao nível das obras de reabilitação e requalificação do edificado, deverá igualmente priorizar-se o recreio, quase inoperante, propondo-se obras de reestruturação e requalificação. Específicos: 1.1. Edificado: - Colmatação de todos os remates das coberturas; - Substituição da totalidade das redes águas, das drenagem pluviais e sanitárias, incluindo torneiras e todos os acessórios novos (muitos não funcionam já); - Substituição e ampliação da totalidade da rede elétrica e luminárias; - Colocação de sistemas de aquecimento de águas, de aquecimento de ar e respetivo arrefecimento, recorrendo a energia renováveis; - Ampliação e substituição da rede existente, de ITED; - Implementação de rede de Segurança contra incêndios, atualmente inexistente; - Colocação de nova rede de Segurança contra intrusão; atualmente existe apenas um alarme no edificado; - Implementação de rede de gás natural; - Substituição dos pavimentos existentes; - Pintura de paredes e tetos interiores na sua totalidade; - Substituição de todas as instalações sanitárias e balneários, atualmente muito degradados e não cumprindo as normas legais; - Colocação de plataforma elevatória elétrica nos blocos de 2 pisos, e de rampas de acesso ao piso térreo, por não cumprirem os requisitos legais e necessários a pessoas com mobilidade reduzida; - Substituição da totalidade das portas e janelas interiores e exteriores, incluindo estores térmicos nos vãos envidraçados e de portas de segurança nas portas de acesso e saídas de emergência; - Substituição do equipamento de cozinha, muito degradado e que já não serve as necessidades atuais da escola, nem cumpre as normas legais em vigor.	

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO

Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário)**1.2. Recreio e Envolvente próxima da entrada da escola:**

- Remoção de todo o tipo de equipamentos, pavimentos, muretes e muros, muito degradados, grande parte já não funcional, e fornecimento, montagem e colocação de novas infraestruturas de suporte e contenção de terras, em estado de desabamento eminente, e de infraestruturas desportivas e recreativas, de rede de rega inexistente, com execução de áreas de estadia (cobertas e não cobertas) e circulação, de áreas verdes reorganizadas e bem definidas;
- Extensão e substituição, incluindo troço inexistente frente à linha ferroviária, de estrutura e rede proteção e delimitação do recinto escolar;
- Execução e colocação de rede de iluminação exterior, no recreio da escola, nomeadamente junto aos campos de jogos;
- Reorganização, com substituição de alguns elementos, do espaço exterior junto à portaria da escola;
- Remodelação, incluindo equipamento próprio, da portaria, como ligações aos sistemas de segurança e ITED.

– **Requalificação da Escola Secundária de Bocage**

Gerais:

Reorganização funcional, implicando algumas alterações estruturais. Recuperação, com algumas substituições pontuais, dos elementos arquitetónicos. Substituição e recuperação das coberturas. Obras de remodelação e beneficiação dos balneários e instalações sanitárias.

No recreio, propõem-se obras de reestruturação e requalificação, tentando-se uma adaptação a partir do projeto inicial do mesmo. Incluir áreas exteriores cobertas de estrutura fixa.

Específicos:**1.1. Edificado:**

- Substituição de elementos das coberturas com recuperação estrutural, e colmatação de todos os remates das coberturas;
- Substituição da totalidade das redes de água, drenagens pluviais e sanitária, incluindo torneiras e todos os acessórios novos (já obsoletos);
- Substituição e ampliação da totalidade da rede elétrica e luminárias;
- Colocação de sistemas de aquecimento de águas, de aquecimento de ar e respetivo arrefecimento, recorrendo a energia renováveis;
- Ampliação e substituição da rede existente, de ITED;
- Implementação de rede de segurança contra incêndios, atualmente inexistente;
- Colocação de nova rede de segurança contra intrusão, atualmente existe apenas um alarme no edifício;
- Implementação de rede de gás natural;
- Substituição ou reparação dos pavimentos existentes;
- Pintura de paredes e tetos interiores na sua totalidade;
- Obras de reestruturação e adaptação de todas as instalações sanitárias e balneários, atualmente obsoletos e não cumprindo as normas legais;
- Colocação de 1 elevador em cada uma das 2 escadarias existentes, e de rampas de acesso ao piso térreo e entre diferentes altimetrias neste piso, por não cumprirem os requisitos legais e necessários a pessoas com mobilidade reduzida;
- Recuperação da totalidade das portas e janelas interiores e exteriores, incluindo a colocação de estores térmicos nos vãos envidraçados e de portas de segurança nos acessos e saídas de emergência;
- Substituição do equipamento de cozinha, muito degradado e que já não serve as necessidades atuais da escola nem cumpre as normas legais em vigor;

1.2. Recreio e envolvente próxima da entrada da escola:

- Remodelação de todo o tipo de equipamentos, incluindo pavimentos, recuperação de muretes e muros, muito degradados, e fornecimento, montagem e colocação de novas infraestruturas desportivas e recreativas, de rede de rega com execução de áreas de estadia (cobertas e não cobertas) e circulação, de áreas verdes reorganizadas e bem definidas;
- Revisão da estrutura e rede proteção e delimitação do recinto escolar;
- Execução e colocação de rede de iluminação exterior, no recreio da escola, nomeadamente junto aos campos de jogos;
- Reorganização, com adaptação de elementos, do espaço exterior junto à entrada com a criação de portaria atualmente inexistente e com ligações aos sistemas de segurança e ITED.

– **Requalificação da Escola Básica de Azeitão**

Gerais:

Recuperação e substituição de elementos arquitetónicos do edificado principal: substituição de portas, torneiras e reparações fissuras, pinturas, etc. Construção de raiz de 2 blocos autónomos. Colocação de sistemas de segurança contra incêndios e de segurança contra intrusão na escola. Introdução de energias renováveis para águas quentes e outros sistemas energéticos.

Específicos:**1.1. Edificado:**

- Substituição de alguns elementos pontuais em mau estado: portas, torneiras, etc.
- Colmatação de fissuras, incluindo reboco e pintura;

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO

Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário)

- Pinturas do exterior do conjunto do edifício principal;
- Construção do pavilhão gimnodesportivo coberto, incluindo balneários novos;
- Construção de novo corpo que substitua os 2 pavilhões de madeira;
- Colocação de sistemas de aquecimento de águas, de aquecimento de ar e respetivo arrefecimento, recorrendo a energia renováveis;
- Ampliação da rede existente, de ITED;
- Implementação de rede de segurança contra incêndios;
- Colocação de nova rede de segurança contra intrusão;
- Implementação de rede de gás natural;
- Colocação de plataforma elevatória elétrica nos blocos de 2 pisos, e de rampas de acesso ao piso térreo, por não cumprirem os requisitos legais e necessários a pessoas com mobilidade reduzida;
- Substituição das portas de acesso ao exterior por portas de segurança e saídas de emergência;

1.2. Recreio e envolvente próxima da entrada da escola:

- Remodelação dos campos de jogos/infraestruturas desportivas e recreativas, incluindo rede de águas pluviais;
- Inclusão de rede de rega, com execução de áreas de estadia cobertas;
- Reparação da rede de delimitação do recreio;
- Execução e colocação de rede de iluminação exterior, no recreio da escola, nomeadamente junto aos campos de jogos;
- Reorganização, com substituição de alguns elementos, do espaço exterior;
- Remodelação, incluindo equipamento próprio, da portaria, como ligações aos sistemas de segurança e ITED.

Importa ainda proceder ao redimensionamento do refeitório e cozinha, criação de sala de convívio para os alunos, criação de zonas cobertas nos espaços exteriores, criação de auditório/anfiteatro e adequação dos pisos exteriores para a prática de educação física.

- **Requalificação da Escola Básica Barbosa du Bocage**

Gerais:

Substituição de alguns elementos arquitetónicos em mau estado; colocação de estores térmicos na totalidade dos vãos de janelas. Demolições e construção de lintel, pilares e vigas e de toda a compartimentação, incluindo novos revestimentos de pavimentos, pintura e rebocos de paredes e tetos de todo o corpo da secretaria que atualmente se encontra em perigo de colapsar, devido a abatimentos dos terrenos de construção deste corpo da escola dada a sua implantação sobre linha de água. Verificação da estrutura de cada um dos blocos edificados dado estarem todos construídos sobre linhas de vale.

Remodelação do Pavilhão Gimnodesportivo com remodelação total dos balneários, construção de ginásio no 1º andar do pavilhão e substituição da cobertura com correção da inclinação e da recolha de águas pluviais; execução de rampas de acesso em conformidade com a legislação vigente. Obras de recuperação e manutenção nos vários blocos de edifícios da escola, incluindo pinturas interiores e exteriores. Remodelação com redimensionamento e equipamento novo da cozinha e refeitório.

Introdução de sistemas de aquecimento de água e ar, refrigeração de ar por sistemas que recorram a energias renováveis.

Pequenas obras de melhoria e manutenção do recreio da escola, incluindo iluminação exterior, no recreio. Obras no portão nascente acrescentando portaria e obras de acesso e estacionamento junto a esta entrada que passará a ser a entrada principal.

Específicos:**1.1. Edificado:**

- Obras estruturais em todo o corpo da secretaria, incluindo construção de lintel inferior, reforço e substituição de elementos estruturais, com novas paredes divisórias, novo cofre, nova instalação sanitária, nova zona de atendimento e espaço da secretaria em open-space; inclui todos os elementos e materiais de construção novos, nomeadamente todos os equipamentos e materiais de revestimento de pavimentos com vinílico de rolo incluindo rodapés e mosaico cerâmico, pinturas e azulejos em paramentos interiores, pinturas em paramentos exteriores, pinturas de tetos, nova iluminação e sistema ITED, bem como redes de águas e saneamento novas, com recurso a energias renováveis e "amigas do ambiente";
- Verificação da totalidade de redes de água, drenagem pluviais e sanitária, incluindo torneiras e todos os acessórios com substituição de alguns elementos não funcionais;
- Substituição e ampliação da totalidade da rede elétrica e luminárias por rede e luminárias tipo LED;
- Colocação de sistemas de aquecimento de águas, de aquecimento de ar e respetivo arrefecimento, recorrendo a energia renováveis;
- Ampliação e substituição da rede existente, de ITED;
- Implementação de rede de Segurança contra incêndios, atualmente inexistente;
- Colocação de nova rede de Segurança contra intrusão, atualmente existe apenas um alarme no edificado;
- Implementação de rede de gás natural;
- Pintura de paredes e tetos interiores na sua totalidade;

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO

Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário)

- Pintura de todas as paredes exteriores pintadas, com reparação prévia dos rebocos;
- Reparação e tratamento de todo o tijolo exterior e interior, das paredes resistentes exteriores, dos vários blocos edificados;
- Substituição dos balneários, que estão atualmente muito degradados e não cumprem as normas legais em vigor;
- Construção de 2º piso no 1º andar do ginásio, incluindo acessos horizontais e verticais adaptados a invisuais e pessoas com outras dificuldades de mobilidade;
- Fornecimento e colocação de estores térmicos nos vãos de janelas envidraçadas e de portas de segurança nas portas de acesso e saídas de emergência;
- Substituição do equipamento de cozinha e obras de construção para alargamento do seu espaço;
- Obras de alargamento/ aumento da área de refeitório, atualmente de reduzida dimensão para as necessidades escolares.

1.2. Recreio e Envolvente próxima da entrada da escola:

- Pequenas obras de melhoria e manutenção do recreio;
- Execução de áreas de telheiros cobertos;
- Execução de sistema de iluminação tipologia LED em todo o recreio, incluindo a do polidesportivo exterior;
- Execução de novo polidesportivo exterior, incluindo todos os trabalhos, materiais e equipamentos;
- Reorganização do espaço exterior junto à atual portaria da escola, incluindo a construção de nova portaria junto ao portão nascente e de toda a envolvente exterior, para que a entrada se passe a fazer por este último;
- a construção da nova Portaria deve incluir equipamento próprio, como ligações aos sistemas de segurança e ITED.

- Requalificação da Escola Secundária Dom Manuel Martins**Gerais:**

Construção de Pavilhão Desportivo e requalificação das infraestruturas desportivas e recreativas, bem como dos balneários existentes; remodelação das instalações sanitárias e de toda a área das cozinhas; colocação de estores térmicos. Substituição de sistema elétrico por sistema e luminárias tipo LED. Inclusão de sistemas de aquecimento de ar e de águas, com recurso a energias renováveis. Manutenção de pavimentos, tetos e pinturas exteriores e interiores.

Específicos:**1.1. Edificado:**

- Substituição de elementos de drenagem pluviais e sanitária, incluindo torneiras e alguns acessórios;
- Substituição e ampliação da rede elétrica e luminárias por LED;
- Colocação de sistemas de aquecimento de águas, de aquecimento de ar e respetivo arrefecimento, recorrendo a energia renováveis;
- Ampliação e requalificação da rede existente, de ITED;
- Implementação de rede de segurança contra incêndios;
- Colocação de nova rede de segurança contra intrusão;
- Implementação de rede de gás natural;
- Substituição dos pavimentos existentes;
- Reparação de pavimentos e tetos falsos;
- Pintura de paredes e tetos interiores;
- Pintura exterior;
- Substituição das portas de segurança e saídas de emergência;
- Substituição do equipamento de cozinha.

1.2. Recreio e envolvente próxima da entrada da escola:

- Recuperação dos equipamentos, pavimentos, muretes e muros de suporte e contenção de terras, e de infraestruturas desportivas e recreativas, de rede de rega, com execução de áreas de estadia (cobertas e não cobertas) e circulação, de áreas verdes;
- Substituição da estrutura e rede de proteção e delimitação do recinto escolar;
- Execução e colocação de rede de iluminação exterior;
- Remodelação da portaria, com ligações aos sistemas de segurança e ITED.

- Requalificação da Escola Básica Luísa Todi**Gerais:**

Reparação das fachadas, reboco e pintura. Inclusão de sistemas de aquecimento e arrefecimento recorrendo a sistemas de energias renováveis. No recreio, propõem-se obras de melhoria.

Específicos:

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO

Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário)

1.1. Edificado:

- Reparação de rebocos e pintura das fachadas do conjunto edificado;
- Colocação de sistemas de aquecimento de águas, de aquecimento de ar e respetivo arrefecimento, recorrendo a energia renováveis;
- Implementação de rede de segurança contra incêndios;
- Colocação de nova rede de segurança contra intrusão;
- Implementação de rede de gás natural;
- Substituição de portas exteriores por portas de segurança nos acessos e saídas de emergência;
- Reabilitação/requalificação dos balneários.

1.2. Recreio e envolvente próxima da entrada da escola:

- Colocação de novas infraestruturas desportivas, de rede de rega inexistente, com execução de áreas de estadia cobertas fixas;
- Substituição de estrutura e rede de proteção e delimitação do recinto escolar em troços em mau estado;
- Execução e colocação de rede de iluminação exterior, no recreio da escola;
- Ligações da portaria aos sistemas de segurança e ITED.

– **Requalificação Escola Básica e Secundária Ordem de Sant'Iago**

Gerais:

Reparação das fachadas de todo o edificado com introdução de reforço estrutural dos rebocos e pinturas, introdução de sistemas de energias renováveis e de sistemas de segurança, assim como obras de reabilitação dos balneários.

No recreio, propõem-se obras de reestruturação e requalificação, nomeadamente dos campos de jogos, seus acessos, e criação de áreas cobertas fixas.

Específicos:

1.1. Edificado:

- Rebocos armados e pintura das fachadas com remoção do existente;
- Colocação de sistemas de aquecimento de águas, de aquecimento de ar e respetivo arrefecimento, recorrendo a energia renováveis;
- Implementação de rede de segurança contra incêndios;
- Colocação de nova rede de segurança contra intrusão;
- Implementação de rede de gás natural;
- Substituição de portas exteriores por portas de segurança nos acessos e saídas de emergência.

1.2. Recreio e envolvente próxima da entrada da escola:

- Criação de áreas cobertas fixas.
- Recuperação de pavimentos danificados na envolvente próxima do edificado;
- Colocação de novas infraestruturas desportivas e recreativas, de rede de rega inexistente, com execução de áreas de estadia (cobertas e não cobertas) e circulação, de áreas verdes reorganizadas e bem definidas;
- Substituição de estrutura e rede proteção e delimitação do recinto escolar em alguns troços;
- Execução e colocação de rede de iluminação exterior, no recreio da escola, nomeadamente junto aos campos de jogos;
- Reorganização, com substituição de alguns elementos do espaço exterior, junto à portaria da escola;
- Remodelação da portaria, como ligações aos sistemas de segurança e ITED.

PROGRAMAÇÃO TEMPORAL

2023	2024	2025	2026	2027	2028
X	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			45.000		

Fonte: Equipa técnica

MEDIDA 1.4. PROGRAMA MUNICIPAL DE REFORÇO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO DESPORTIVO E LÚDICO – RECREIO (PEDEL+)

A ausência ou a necessidade de requalificação dos espaços exteriores (alguns deteriorados), sem condições para a prática de atividades lúdicas e desportivas e metodologias de maior sucesso, destaca-se como uma das principais prioridades assumidas pelos Diretores dos Agrupamentos de Escolas.

Por outro lado, é fundamental melhorar os níveis de educação e formação escolar, através de um ensino de qualidade e diferenciador, assumindo os espaços escolares enquanto verdadeiras centralidades e polos educativo-culturais, onde as atividades lúdicas e desportivas contribuem para a melhoria das condições de vivência escolar e para a diversificação das soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. A criação de um “Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio” (PEDEL+) é determinante.

QUADRO 99 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA MUNICIPAL DE REFORÇO DE EQUIPAMENTOS DE APOIO DESPORTIVO E LÚDICO – RECREIO (PARQUE ESCOLAR DOS JI E 1º CICLO)

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (parque escolar dos JI e 1º ciclo)					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Educação Pré-Escolar e 1º Ciclo do Ensino Básico				
Localização:	Estabelecimentos escolares				
Promotores:	Câmara Municipal do Setúbal				
Tipologia:	Reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico (Jardins-de-Infância e 1º ciclo)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo a que possam dispor de boas condições de aprendizagem e de estada do perímetro escolar, sobretudo reforçando as condições de vivência escolar e diversificando as soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. Os períodos fora do contexto de sala de aula, sobretudo lúdicos, recreativos e desportivos devem ser valorizados, garantindo melhores condições às crianças/aos alunos para usufruírem dos mesmos Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa, reforçando os meios e equipamentos disponíveis no perímetro escolar.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais no perímetro escolar, designadamente no que se refere à modernização/requalificação de recreios e campos de jogos, devendo igualmente contemplar a cobertura arbórea dos espaços exteriores.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2026	2028
X	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			1.500		

Fonte: Equipa técnica

Sublinhe-se que esta necessidade de criação, qualificação, modernização dos equipamentos desportivos é igualmente fundamental no 2.º, 3.º ciclo e no ensino secundário, seja como resposta às necessidades dos alunos dos estabelecimentos, seja como espaços de apoio à sociedade (fora do período escolar).

Neste quadro, deverão priorizar-se algumas intervenções, a realizar com a brevidade possível e em função da capacidade de investimento do Município (no processo de transferência de competências para o Município, deverão ser acautelados os montantes financeiros necessários para a concretização destas intervenções).

QUADRO 100 – FICHA: PAVILHÃO DESPORTIVO DA EB DE AZEITÃO

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Pavilhão desportivo da EB de Azeitão					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	2.º e 3º ciclo				
Localização:	Azeitão				
Promotores:	Câmara Municipal de Setúbal				
Tipologia:	Construção de Pavilhão Desportivo				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
Pretende-se com a presente ação valorizar o estabelecimento existente, de modo que possa dispor de boas condições de aprendizagem e promover a prática desportiva dos alunos nas condições devidas durante todo o ano letivo, sobretudo diversificando as soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. Os períodos desportivos devem ser valorizados e não estarem condicionados em função das condições climáticas, garantindo as melhores condições aos alunos para a aprendizagem e prática de múltiplas atividades desportivas. Por outro lado, permitirá igualmente a sua disponibilização à população, fora do horário escolar, contribuindo para a prática de atividades saudáveis e, conseqüente, melhoria da qualidade de vida nesta localidade (Azeitão). Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa e à sociedade em geral, reforçando os meios e equipamentos disponíveis no perímetro escolar para o desenvolvimento da prática desportiva regular.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla a construção de um pavilhão desportivo e respetivos balneários, para melhorar as condições para a prática de desporto e não condicionar o desenvolvimento das aulas de educação física, em períodos com condições climáticas adversas. Ao dispor da comunidade educativa e restante comunidade local, diariamente e fora do horário escolar, este espaço promoverá a prática da atividade física, contribuindo para uma melhor qualidade de vida com hábitos saudáveis e desportivos. A intervenção deverá contemplar a construção do acesso pedonal entre o pavilhão desportivo e o campo de jogos e uma ligação com o edificado escolar.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			4.000		

Fonte: Equipa técnica

QUADRO 101 – FICHA: PAVILHÃO DESPORTIVO DA ES DOM MANUEL MARTINS

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Pavilhão desportivo da ES Dom Manuel Martins					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Secundário				
Localização:	Setúbal				
Promotores:	Câmara Municipal de Setúbal				
Tipologia:	Construção de Pavilhão Desportivo				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
Pretende-se com a presente ação valorizar o estabelecimento existente, de modo a que possa dispor de boas condições de aprendizagem e promover a prática desportiva dos alunos nas condições devidas durante todo o ano letivo, sobretudo diversificando as soluções de aprendizagem e de acesso ao desporto. Os períodos desportivos devem ser valorizados e não estarem condicionados em função das condições climatéricas, garantindo as melhores condições aos alunos para a aprendizagem e prática de múltiplas atividades desportivas. Por outro lado, permitirá igualmente a sua disponibilização à população, fora do horário escolar, contribuindo para a prática de atividades saudáveis e, conseqüente, melhoria da qualidade de vida neste território. Acrece que esta é a única Escola Secundária da cidade que não tem Pavilhão, limitando a sua atratividade. Deste modo, procura-se melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa e à sociedade em geral, reforçando os meios e equipamentos disponíveis no perímetro escolar para o desenvolvimento da prática desportiva regular.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla a construção de um pavilhão desportivo e respetivos balneários, para melhorar as condições para a prática de desporto e não condicionar o desenvolvimento das aulas de educação física, em períodos com condições climatéricas adversas. Ao dispor da comunidade educativa e restante comunidade local, diariamente e fora do horário escolar, este espaço promoverá a prática da atividade física, contribuindo para uma melhor qualidade de vida com hábitos saudáveis e desportivos.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Elevado			2.000		

Fonte: Equipa técnica

MEDIDA 1.5. PROGRAMA DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA NO PARQUE ESCOLAR

Dos principais problemas e desafios do parque escolar existente, emerge a insuficiente qualidade em termos de conforto térmico, gerada, em parte, pelas próprias limitações construtivas do mesmo. Neste contexto, para os estabelecimentos onde se preveem ampliações e/ou requalificações, deverão ser igualmente contempladas soluções adequadas, privilegiando o próprio processo construtivo (adequado em termos técnicos e ambientais), prevendo, entre outras medidas, paredes e vidros duplos, isolamento térmico de paredes e da cobertura, orientação solar, ventilação e caixilharia ecotérmica.

A melhoria do conforto térmico aliada a uma maior eficiência energética, contribuirá para a redução da fatura energética e para uma maior qualidade da prática educativa. Neste quadro, as intervenções a desenvolver deverão conjugar dois tipos de ações: i) reabilitação térmica dos edifícios (substituição da caixilharia e dos vidros, requalificação da cobertura e respetivos isolamentos e instalação de sistemas de painéis solares); ii) instalação de sistemas de climatização (aquecimento central e sistemas de ar condicionado eficientes).

Por outro lado, é importante fomentar a produção de energias renováveis (aproveitamento do potencial solar em termos da produção de energias renováveis). A criação de uma Comunidade de Energia Renovável, à escala local, enquanto modelo de organização local de autoprodução de energia poderá ser ponderada.

Esta dimensão deve merecer sobretudo atenção no âmbito dos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, nomeadamente naqueles onde as condições de conforto térmico são mais débeis e onde a eficiência energética é menor (com impacto significativo na fatura energética). Sublinhe-se que no inquérito realizado, se apontou para uma evolução neutra (estabilização do consumo energético) na esmagadora maioria nestas escolas. Na maioria das escolas não foram adotadas quaisquer medidas específicas de aumento da eficiência nos últimos anos, o que concorre para uma faturação elevada em termos de consumo energético.

Neste quadro, deverão priorizar-se intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas destes estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, a realizar com a brevidade possível e em função da capacidade de investimento do Município (no processo de transferência de competências para o Município, deverão ser acautelados os montantes financeiros necessários para a concretização destas intervenções).

QUADRO 102 – FICHA DE AÇÃO: PROGRAMA DE MELHORIA DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA DO PARQUE ESCOLAR

DESIGNAÇÃO DA AÇÃO / PROJETO					
Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar					
ELEMENTOS GERAIS DO PROJETO					
Níveis de Ensino:	Educação Pré-Escolar, 1.º ciclo, 2.º e 3.º ciclo do ensino básico e ensino secundário				
Localização:	Estabelecimentos escolares				
Promotores:	Câmara Municipal de Setúbal				
Tipologia:	Eficiência Energética (JI, 1.º, 2.º e 3 ciclo, ensino secundário)				
JUSTIFICAÇÃO / OBJETIVOS DO PROJETO					
Pretende-se com a presente ação valorizar os estabelecimentos existentes, de modo a que possa dispor de boas condições de conforto e de aprendizagem para os alunos, sobretudo ao nível do 2.º e 3.º ciclo e secundário. As intervenções a desenvolver procuram proceder à correção de problemas existentes ao nível da construção e à melhoria das condições de habitabilidade e de conforto ambiental do estabelecimento, dando particular ênfase às questões de eficiência térmica/energética dos edifícios, de modo a melhorar a qualidade do serviço educativo prestado à comunidade educativa.					
DESCRIÇÃO / COMPONENTES DO PROJETO					
A ação contempla diversas componentes de intervenção fundamentais, na dimensão da eficiência energética. Primeiramente, pretende-se desenvolver um conjunto de intervenções nos edifícios, salientado-se que, na maioria dos casos, as janelas necessitarão de uma nova caixilharia ecotérmica, com vidros duplos, devendo as paredes exteriores beneficiar de intervenções de isolamento exteriores com sistemas “ETICS”. Como exemplos paradigmáticos e que carecem de uma resposta de curto prazo, apontam-se intervenções centradas na colocação de caixilharia com corte térmico e vidro duplo nas salas, em todas as escolas.					
PROGRAMAÇÃO TEMPORAL					
2023	2024	2025	2026	2027	2028
X	X	X	X	X	X
NÍVEL DE PRIORIDADE			CUSTO APROXIMADO (X 1.000 €)		
Médio			1.500		

Fonte: Equipa técnica

10.3. EIXO II - MELHORAR AS CONDIÇÕES E QUALIDADE DE ENSINO

A promoção de uma educação de qualidade e inclusiva, bem como a valorização do ensino como vetor fundamental para manter a coesão social e territorial e ser motor de inovação e desenvolvimento sustentável, são dimensões centrais da estratégia a prosseguir no concelho.

Uma educação e um ensino de elevada qualidade, para todos, permitirá dotar as crianças/jovens dos conhecimentos, das capacidades e das atitudes necessárias para prosperarem e para assegurarem a resiliência económica e a prosperidade social do concelho e do país. O reforço da atratividade das soluções de aprendizagem e das condições e qualidade da educação especial, bem como a criação de um contexto favorável ao desenvolvimento de um ensino inovador, diferenciador, adaptado às novas tecnologias e necessidades/motivações das crianças/jovens é decisivo para a prossecução desta ambiciosa estratégia.

MEDIDA II.1. REFORÇO DA ATRATIVIDADE E DIVERSIFICAÇÃO DAS SOLUÇÕES DE APRENDIZAGEM

O diagnóstico revelou constrangimentos significativos, nomeadamente a elevada procura e a consequente sobreocupação de espaços no perímetro escolar para atividades letivas, em muitos estabelecimentos, muitas vezes aliada a uma conservação deficiente do edificado, condicionadora da sua comodidade e limitadora do desenvolvimento de outras atividades complementares.

Acresce que, dados os níveis de insucesso escolar em alguns territórios e a importância da escola enquanto elemento identitário e de integração das comunidades residentes, deverão ser qualificadas e reforçadas as condições do ensino e aprendizagens ministradas, afirmando a escola como espaço de vivência, mais apelativa e reconhecida por alunos e encarregados de educação.

Neste quadro, o reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem, passa pela criação/ponderação de soluções inovadoras para aproveitamento e adaptação de alguns estabelecimentos concorrendo para o desenvolvimento de múltiplas atividades e para a consolidação dos clubes (e sua progressiva ampliação). Sublinhe-se que atualmente, diversos estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, já disponibilizam inúmeros serviços, relevando uma notável diversidade, possibilitando assim abranger os múltiplos interesses e motivações dos alunos.

Esta orientação materializa-se em diversas linhas orientadoras de atuação/intervenção a privilegiar:

- Repensar o espaço escolar, potenciando a sua função e vocação multidimensional (reforçar as respostas/soluções/atividades complementares de aprendizagem);
- Projetar a escola como espaço-âncora da Comunidade;
- Fomentar a integração e inclusão de populações migrantes;
- Reforçar a atratividade/visibilidade da Escola.
- ...

Assim, os estabelecimentos do 2º e 3º ciclo e do ensino secundário, deverão assumir-se como verdadeiros polos/centralidades educativo-culturais, acarinhando e desenvolvendo projetos, atividades e iniciativas complementares de aprendizagem, que concorram para a prossecução destas linhas orientadoras de atuação.

A arte assume-se como uma das principais formas de expressão cultural da sociedade. Sendo uma manifestação comunicativa, a música desperta e desenvolve nos alunos uma linguagem artística, para atuarem na sociedade, e, simultaneamente, concorre para o reforço das competências, da concentração e dos interesses complementares aos contextos normalizados de aprendizagem/memorização.

Neste quadro, o reforço e expansão do ensino artístico é fundamental. O Conservatório Regional de Setúbal, enquanto escola de ensino especializado da música deverá expandir as suas atividades, no âmbito do ensino articulado-artístico, a Azeitão (criação de espaço próprio para desenvolver a componente artística) de modo a garantir uma resposta eficaz à procura existente nesse território.

MEDIDA II.2. REFORÇO DAS CONDIÇÕES E QUALIDADE DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, DIFERENCIADORA E MAIS BEM-ADAPTADA ÀS NECESSIDADES ESPECÍFICAS DOS CENTROS DE APOIO ÀS APRENDIZAGENS

A criação e/ou reforço dos centros de apoio às aprendizagens, com elevada qualidade e que disponibilizem as melhores condições às crianças, promovendo a sua integração e aprendizagem especializada, concorre para a obtenção de melhores resultados e reforça o sentimento de segurança dos pais/família relativamente à igualdade de oportunidades dos seus educandos. Deverá ser sempre valorizada, a prossecução de respostas e adequação à diversidade das necessidades e potencialidades de todos os alunos, nomeadamente através de um incremento da participação nos processos de aprendizagem e na vida da comunidade educativa.

A organização de um conjunto integrado de medidas de suporte à aprendizagem e à inclusão, em que os pais e encarregados de educação assumem um papel importante no processo educativo e sucesso escolar dos filhos, a necessidade de apoio e acompanhamento especializado (muitas vezes individualizado), implica o reforço das condições físicas e humanas disponibilizadas nos equipamentos escolares. Neste contexto, alguns equipamentos escolares que possuem unidades de referência devem melhorar as condições de resposta às necessidades de grupos específicos.

Para além da criação de equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva, deverão ser melhoradas as condições disponibilizadas pelos estabelecimentos de ensino do 2º e 3º CEB, nomeadamente na EB 2,3 Barbosa du Bocage, EB 2/3 Luísa Todi, EB 2/3 de Aranguez (Unidade de Ensino Estruturado para a Educação de Alunos com Perturbações do Espectro do Autismo), bem como na Escola Básica e Secundária da Ordem de Sant'Iago (Unidade de Apoio Especializado para a Educação de Alunos com Multideficiência e Surdocegueira Congénita).

No Agrupamento de Escolas Barbosa du Bocage contabiliza-se um número elevado de crianças com necessidades educativas específicas, num total de 137. Neste Agrupamento funcionam duas unidades especializadas para apoio a crianças com o espectro de autismo, mas que face ao elevado número de alunos, deixaram de conseguir oferecer uma resposta adequada às necessidades dos mesmos, sendo prioritária a criação de espaços de acompanhamento especializado e o reforço das equipas multidisciplinares de apoio à educação inclusiva.

MEDIDA II.3. APETRECHAMENTO COM MOBILIÁRIO E MATERIAL DIDÁTICO, DE QUALIDADE E DIFERENCIADOR

O mobiliário e material didático utilizado pelos alunos deve ser adequado à sua função e dimensionado de acordo com o grupo etário respetivo. Nas escolas que disponibilizam ensino secundário, as ações devem incidir na componente laboratorial, facilitando o ensino experimental das ciências (Laboratórios de Física, Química, Biologia, Geologia e Informática). Nos estabelecimentos com 2º e 3º ciclos há, sobretudo, que dotar as salas específicas de melhores e mais diversificados equipamentos.

Nos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico a prioridade deverá ser para a manutenção do reapetrechamento de mobiliário (realizado regularmente pela autarquia nos últimos anos) e para o reapetrechamento de material didático.

A dotação dos estabelecimentos de ensino de material informático atualizado (computadores, projetores, quadros interativos, ...), bem como garantir a cobertura e o acesso livre à rede WiFi, deverão ser dimensões a priorizar, permitindo desenvolver metodologias de ensino de maior qualidade e diferenciadoras. Ou seja, não basta que a escola se aproprie dos recursos tecnológicos. É fundamental criar todas as condições de suporte a montante,

nomeadamente em termos de redes (redes elétricas, várias tomadas em todas as salas, cobertura de internet com qualidade/velocidade,...).

10.4. EIXO III - REFORÇAR A LIGAÇÃO À COMUNIDADE, FOMENTANDO SOLUÇÕES DE ABERTURA DAS ESCOLAS AO EXTERIOR

É cada vez mais consensual a necessidade de se promover a abertura das escolas ao exterior e fomentar a sua integração nas comunidades locais. Dotar os agentes da comunidade educativa de uma efetiva capacidade de intervenção e de acompanhamento regular das atividades dos estabelecimentos escolares é fundamental.

As parcerias e os processos colaborativos devem ser potenciados e valorizados, sempre numa perspetiva de melhoria contínua dos contextos de aprendizagens e de um melhor e maior conhecimento sobre as problemáticas e oportunidades com que se confronta a comunidade educativa, apoiando tomadas de decisão informadas seja na sua resolução seja no seu eficaz aproveitamento.

MEDIDA III.1 PROJETOS E INICIATIVAS QUE CONCORRAM PARA UMA MAIOR VALORIZAÇÃO DA ESCOLA NA COMUNIDADE

A cedência de salas/espços à comunidade exterior é uma prática que deve ser incentivada. Não obstante os protocolos existentes entre as escolas e outros atores locais, existe ainda uma ampla margem de progressão. Neste quadro, com a execução do “Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio” e, sobretudo, com a requalificação/modernização/concretização de espaços desportivos (por exemplo, o pavilhão desportivo da EB 2/3 Azeitão ou da ES Dom Manuel Martins), será possível disponibilizar a diversas entidades estes equipamentos (protocolar a utilização), contribuindo para uma maior valorização e abertura das escolas à Comunidade. A amplitude desta estratégia deverá ser devidamente ponderada, caso a caso, em função da possibilidade de assegurar a disponibilidade de recursos humanos fora do período letivo (para a abertura dos espaços, segurança, limpeza...).

Concomitantemente, assumindo que as escolas representam o elemento identitário e integrador das vivências locais, deverão fomentar-se iniciativas e atividades que promovam uma maior abertura à Comunidade. A promoção de projetos, atividades e iniciativas de trabalho cooperativo, colaborativo e participativo, contribuirão para uma maior valorização da escola e reforçarão o sentimento de pertença à comunidade.

MEDIDA III.2 PARCERIAS COM ENTIDADES DA REGIÃO QUE PERMITAM FOMENTAR A LIGAÇÃO ÀS PROFISSÕES E ÀS COMPETÊNCIAS DO FUTURO

O desenvolvimento das competências do futuro, como a criatividade, o pensamento crítico, a inovação, a resolução de problemas, entre outras, implica que os estudantes possam ter acesso a contextos de aprendizagem que não se esgotam nos contextos de sala de aula. Uma maior proximidade aos contextos profissionais permite aos estudantes compreender melhor que as profissões do futuro estão cada vez menos dependentes das competências técnicas e científicas, e cada vez mais interdependentes destas com competências relacionais e transversais. Do mesmo modo, uma maior proximidade ao contexto de inovação e de investigação, permite o desenvolvimento de competências e perfis de estudantes mais empreendedores e com maior capacidade de resolução de problemas, variáveis cada vez mais relevantes no sucesso profissional.

A criação de parcerias estratégicas com as Instituições de Ensino Superior no Concelho de Setúbal, em particular com o Instituto Politécnico de Setúbal, assume-se como um importante instrumento na persecução da dinamização de ações que permitam o desenvolvimento de:

- Projetos de investigação/ação em parceria, que permitam aos estudantes do ensino básico e secundário, contactar com contextos de inovação e com estudantes do Ensino Superior;
- Iniciativas colaborativas que potenciem o espírito empreendedor, como os *bootcamps* e os *hackathons*;
- Iniciativas com empresas e organizações da região, que promovam momentos em que os estudantes do ensino básico e secundário possam contactar diretamente com as profissões e com os profissionais, como por exemplo feiras das profissões;
- Ações de aprofundamento e divulgação para professores de metodologias de ensino, orientadas para inovação e para a resolução de problemas.

MEDIDA III.3 DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS COLABORATIVOS SOBRE O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA EDUCATIVO NO CONCELHO DE SETÚBAL

O contexto atual dos sistemas educativos apresenta níveis de complexidade mais elevados, não apenas relacionados com o dia-a-dia do funcionamento dos estabelecimentos de ensino, mas também com a sua gestão, coordenação, melhoria contínua, entre outros aspetos. Fatores determinantes para o desenvolvimento do sistema de ensino, ao qual acresce uma necessidade de criação de fatores de atratividade para o exercício da docência. Uma realidade que implica uma visão alargada, interdisciplinar e participada, sobre o futuro do sistema de ensino em Setúbal.

Procurar-se-á, em colaboração com diversos parceiros da região, desenvolver projetos e iniciativas que apóiem os processos de tomada de decisão, como por exemplo:

- Criação de equipas de trabalho que potenciem a discussão sobre o futuro do ensino e as estratégias para o seu desenvolvimento em Setúbal;
- Realização de estudos e diagnósticos de caracterização do contexto particular de Setúbal;
- Desenvolvimento de projetos de intervenção em contextos reais, que permitam a implementação de mecanismos de melhoria contínua;
- Desenvolvimento de planos e programas de formação, direcionados para a formação de pessoal auxiliar, para a formação contínua de professores e para a formação de dirigentes.

10.5. QUADRO-SÍNTESE DE FINANCIAMENTO

QUADRO 103 – SÍNTESE DE FINANCIAMENTO DO PROGRAMA DE AÇÃO

Eixo	Medida	Estimativa de investimento (X 1.000 €)
Eixo I Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	Medida 1.1. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo	24.500
	Medida 1.2. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: 2º, 3º ciclo e Secundário	6.000

Eixo	Medida	Estimativa de investimento (X 1.000 €)
	Medida 1.3. Programa Municipal de modernização e manutenção do parque escolar (P3M+)	47.500
	Medida 1.4. Programa de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (PEDEL+)	7.500
	Medida 1.5. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar (PEE+)	1.500
Eixo II Melhorar as condições e qualidade de ensino	Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem	300
	Medida II.2. Reforço das condições e qualidade da educação especial, diferenciadora e mais bem-adaptada às necessidades específicas dos centros de apoio às aprendizagens	400
	Medida II.3. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador	600
Eixo III Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	Medida III.1 Projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade	900
	Medida III.2 Parcerias com entidades da Região que permitam fomentar a ligação às profissões e às competências do futuro	100
	Medida III.3 Desenvolvimento de projetos colaborativos sobre o desenvolvimento do sistema educativo no concelho de Setúbal	200
Total de investimento (estimativa)		89.500

Fonte: Equipa técnica

Como já referido, num contexto de descentralização/transferência de competências e responsabilidades do Estado para o Município de Setúbal e da programação dos apoios comunitários para o próximo período de apoio (Programas Operacionais do Portugal 2030), importa que este referencial informe as negociações, de modo a garantir a exequibilidade financeira das principais intervenções estruturantes a realizar.

O quadro seguinte sinaliza o cronograma geral de execução da Carta Educativa, no curto prazo.

QUADRO 104 – CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AÇÃO

Eixo	Medida	Projeto	Cronograma de Execução					
			2023	2024	2025	2026	2027	2028
Eixo I Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	Medida 1.1. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: pré-escolar e 1º ciclo	Centro Escolar Quinta da Amizade	X	X	X			
		Centro Escolar São Francisco Xavier			X	X	X	
		Centro Escolar Barbosa du Bocage	X	X	X			
		Ampliação da EB de Vila Nogueira de Azeitão		X	X	X		
		Ampliação da EB n.º 4 dos Pinheirinhos			X	X		
	Medida 1.2. Criação de novas salas/espacos letivos e de apoio: 2º, 3º ciclo e Secundário			X	X	X	X	X
	Medida 1.3. Programa Municipal de modernização e manutenção do parque escolar (P3M+)	Programa municipal de modernização e manutenção do parque escolar (JI e 1º ciclo)	X	X	X	X	X	X
		Programa de modernização e manutenção do parque escolar (2º, 3º ciclo e secundário)	X	X	X	X	X	X

Eixo	Medida	Projeto	Cronograma de Execução					
			2023	2024	2025	2026	2027	2028
	Medida 1.4. Programa de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (PEDEL+)	Programa municipal de reforço de equipamentos de apoio desportivo e lúdico – recreio (parque escolar dos JI e 1º ciclo)	X	X	X	X	X	X
		Pavilhão desportivo da EB de Azeitão		X	X	X	X	X
		Pavilhão desportivo da ES Dom Manuel Martins		X	X	X	X	X
	Medida 1.5. Programa de melhoria da eficiência energética no parque escolar (PEE+)	Programa de melhoria da eficiência energética do parque escolar	X	X	X	X	X	X
Eixo II Melhorar as condições e qualidade de ensino	Medida II.1. Reforço da atratividade e diversificação das soluções de aprendizagem		X	X	X	X	X	X
	Medida II.2. Reforço das condições e qualidade da educação especial, diferenciadora e mais bem-adaptada às necessidades específicas dos centros de apoio às aprendizagens		X	X	X	X	X	X
	Medida II.3. Apetrechamento com mobiliário e material didático, de qualidade e diferenciador		X	X	X	X	X	X
Eixo III Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	Medida III.1 Projetos e iniciativas que concorram para uma maior valorização da escola na Comunidade		X	X	X	X	X	X
	Medida III.2 Parcerias com entidades da Região que permitam fomentar a ligação às profissões e às competências do futuro		X	X	X	X	X	X
	Medida III.3 Desenvolvimento de projetos colaborativos sobre o desenvolvimento do sistema educativo no concelho de Setúbal		X	X	X	X	X	X

Fonte: Equipa técnica

11. MODELO DE MONITORIZAÇÃO, AVALIAÇÃO E DISSEMINAÇÃO

11.1. UM CONTEXTO DE PARTIDA

Para além da sua dimensão de planeamento e ordenamento, a Carta Educativa do Município Setúbal (Revisão) é um instrumento de orientação estratégica com um horizonte temporal determinado (2023/2033, 10 anos letivos). Tendo em conta o quadro temporal alargado, não poderá ser assumida como um documento “fechado”, devendo ser ponderado por todos os atores e agentes educativos como um instrumento flexível, cuja complexidade e multidimensionalidade de variáveis e pressupostos em presença, poderão levar a reajustamentos no futuro para uma resposta eficaz, adequada e atempada a novos enquadramentos: reorientações do sistema educativo, novo contexto de responsabilidades e competências municipais, disponibilidade financeira, dinâmicas demográficas, económicas, sociais, entre outras.

Esta perspetiva e abordagem têm assumido uma relevância e protagonismo crescente nos últimos anos, face às mudanças aceleradas observadas nas sociedades mais avançadas, sobretudo resultado da emergência de contextos demográficos recessivos e da necessidade de readaptar/reaproveitar espaços para novas funções e usos. Como refere Guy Odie (Conselheiro do Programa sobre as construções escolares da OCDE): “Ainda que seja importante implantar os equipamentos num bom lugar, a experiência mostra que esse lugar não será bom para sempre (...). A localização de um edifício escolar nunca está definitivamente correta; ela depende de um processo permanente de reimplantação ou de transformação que responde à evolução da coletividade”.

Neste quadro, a implementação da Carta Educativa do Município de Setúbal (Revisão) deve contemplar um adequado processo de monitorização e avaliação, de forma a estabelecerem-se as necessárias inflexões e reorientações, de acordo com as novas dinâmicas do território e novas orientações do sistema educativo. Este processo de monitorização e avaliação deve ser efetuado com a mobilização dos diversos agentes envolvidos no próprio sistema educativo local, com ênfase para o Conselho Municipal de Educação. O papel ativo e empreendedor, sobretudo dos diretores de agrupamento e da autarquia, é fundamental para garantir a eficácia do processo e para que os resultados sejam consequentes na tomada de decisões informadas.

Este exercício será tanto mais útil e relevante para uma resposta adequada e atempada às necessidades da rede e para se procederem a reajustamentos na Carta Educativa, quanto melhores os instrumentos criados para o desenvolvimento do processo. Assim, simultaneamente, importa criar um sistema adequado de monitorização e avaliação que inclua uma bateria de indicadores, que permita efetuar a validação das opções tomadas, bateria essa que deve incluir uma vertente macro (indicadores de contextualização) e uma vertente micro (indicadores de acompanhamento, nomeadamente sustentados na relação entre a oferta e a procura).

O principal objetivo passa por dotar o Conselho Municipal de Educação de um quadro de indicadores de monitorização e avaliação que permita efetuar um acompanhamento regular da execução da Carta Educativa. Assim, mais do que identificar uma lista exaustiva de indicadores, importa criar um sistema de monitorização composto por um conjunto pertinente de indicadores e por um quadro claro e exequível de rotinas de recolha, tratamento e organização da informação. Neste contexto, foram sobretudo adotados indicadores cuja recolha sistemática de informação possa ser executada pelo Município e Agrupamentos de Escolas. Por outro lado, a organização temporal das rotinas de recolha de informação prevê uma periodicidade realista, ajustada às dinâmicas desta política pública e às carências de recursos e de meios técnicos que possam afetar estas tarefas.

Conforme refere Édio Martins (Departamento de Avaliação Prospetiva e Planeamento – Ministério da Educação): “O processo de monitorização/ avaliação da Carta Educativa permitirá uma permanente e continuada aferição da clarividência e eficácia das propostas formuladas, para que seja possível a deteção precoce de eventuais desajustamentos e que atempadamente se configurem as soluções mais adequadas. A monitorização é, assim, a continuidade natural da Carta Educativa e a sustentação ao longo de anos subsequentes dos conteúdos da mesma é um dos seus aspetos essenciais”.

11.2. ÂMBITO

A par do reforço e sofisticação das políticas públicas, tem vindo a registar-se um crescimento da importância dos processos de monitorização das mesmas, nomeadamente no acompanhamento dos planos, programas e das ações que as corporizam. A UE tem dado um forte contributo para este processo, nomeadamente por via da Política de Coesão, a qual permitiu a consolidação de conceitos e de metodologias de monitorização e a generalização das práticas de avaliação suportadas em sistemas de indicadores.

A estruturação dos sistemas de monitorização suporta-se, em geral, em três questões de partida:

- O que monitorizar?
- Como monitorizar?
- Para quem monitorizar?

Paralelamente, a crescente necessidade de aumentar a eficácia e a eficiência da intervenção pública, exigiu o desenvolvimento de sistemas de monitorização que permitam sistematizar a informação relativa à execução das políticas públicas, com a finalidade de conhecer os resultados alcançados, apoiar os processos de tomada decisão e de planeamento estratégico e suportar a prestação de contas, a mobilização dos parceiros e a sensibilização das sociedades.

Neste quadro, são reconhecidas importantes vantagens na adoção de sistemas de monitorização, nomeadamente:

- Verificar se a ação pública responde às necessidades e ao quadro de prioridades;
- Melhorar a eficácia e a eficiência das intervenções públicas;
- Aumentar a transparência na utilização dos recursos públicos;
- Fomentar a ação dos diversos parceiros.

A construção dos sistemas relaciona-se com alguns critérios-chave, aos quais se articulam diferentes tipos de indicadores:

- Relevância – critério que verifica a adequação dos objetivos do instrumento em relação aos problemas e necessidades do domínio em análise;
- Eficácia – critério que reporta em que medida os objetivos definidos estão a ser atingidos;
- Eficiência – critério que procura verificar a importância dos resultados/efeitos conseguidos em relação aos recursos mobilizados;
- Utilidade – critério que julga os efeitos obtidos em relação às necessidades e problemas de partida (como os efeitos alteram a realidade contextual);
- Sustentabilidade – critério que proporciona uma reflexão sobre a duração da utilidade.

As funções de monitorização previstas neste instrumento (Carta Educativa), visam assegurar o seu regular acompanhamento, nomeadamente em cinco dimensões chave:

- Conhecer o grau de concretização e a pertinência/atualidade das propostas;

- Apreciar o desempenho da Carta, identificando as dimensões em que este se revele um sucesso/insucesso;
- Avaliar a conformidade entre os objetivos estratégicos da política pública municipal e os resultados/efeitos obtidos com a implementação da Carta;
- Avaliar a adequação das propostas da Carta face a novas dinâmicas territoriais e orientações setoriais;
- Garantir, anualmente, um forte alinhamento e adequação da rede à procura existente.

Assim, o processo de Monitorização e Avaliação deverá dispor de um sistema de indicadores que avalie e monitorize a eficácia da Carta Educativa (Revisão), através da verificação regular das ações planeadas e da apreciação das dinâmicas territoriais e setoriais em curso, que possam suscitar reajustamentos e reorientações.

Os diversos indicadores produzidos/a produzir, sustentados em múltiplas fontes de informação, são vetores fundamentais neste processo e garantem uma abrangência e alcance superior ao próprio instrumento (Carta), contribuindo para informar, com maior rigor e profundidade, o desempenho da política pública no âmbito da Educação e da sua ligação/articulação com outras dimensões centrais das políticas públicas.

11.3. MODELO DE MONITORIZAÇÃO

A monitorização caracteriza-se por uma observação sistemática da ação, de forma a acompanhar as mudanças verificadas ao longo de um dado período, permitindo oferecer um quadro atualizado sobre o grau de cumprimento dos objetivos que justificam determinada intervenção. A função de monitorizar assume assim uma importância fundamental para alcançar uma maior eficácia na execução das políticas públicas, ou seja, uma melhor adequação destas à sua finalidade.

O exercício da monitorização pressupõe não apenas a recolha regular de dados, mas também o seu tratamento e análise, com vista à incorporação dessa informação no processo de planeamento e apoio informado do agente decisor. Assim, um programa de monitorização devidamente estruturado providencia um processo contínuo de avaliação crítica de resultados.

Os modelos conceituais que suportam os programas de monitorização (a título de exemplo apontem-se os desenvolvidos por Batista e Silva et al, 2009; US Forest Service, 2010) têm por base, fundamentalmente, o objetivo de acompanhar a implementação dos Instrumentos/Planos/Programas da política pública e avaliar os efeitos associados à sua concretização recorrendo a duas tipologias de indicadores:

- Indicadores de resultado/contextualização – cujo objetivo passa por apreciar o grau de concretização dos objetivos definidos e do contributo para as metas. Estes são indicadores de contexto, que se revelem coerentes com os objetivos da política pública;
- Indicadores de realização – têm como principal objetivo avaliar o grau de concretização do Instrumento/Plano/Programa. A sua função é de acompanhar a execução ao nível estratégico e operacional (indicadores criados a partir da análise do Instrumento/Plano/Programa estando associados a cada uma das ações previstas). Estes são indicadores particularmente relevantes para a(s) entidade(s) responsável pela implementação, procurando assinalar o grau de concretização das ações plasmadas no Instrumento/Plano/Programa.

Dado que o Programa de Monitorização deve ser um instrumento eficaz de monitorização da Carta Educativa e dos seus efeitos, os indicadores selecionados deverão cumprir três critérios essenciais:

- Avaliação – permitem efetuar uma apreciação contínua da Carta, do que vai ocorrendo/sendo executado (avaliação sistemática de resultados face aos objetivos) e do grau de concretização das metas preconizadas;
- Relevância – permitem efetuar uma clara associação com as principais questões estratégicas (objetivos estratégicos da Carta Educativa) e concorrem para uma maior facilidade de comunicação da informação;
- Exequibilidade – permitem proceder à recolha de informação de forma simplificada, pouco onerosa e facilmente operacionalizável, em termos de obtenção, processamento e análise. As funções fundamentais deverão ser: simplificar, quantificar e comunicar.

A coerência e integração do processo de monitorização é fundamental para garantir a sua eficácia. Neste quadro, é significativa a adoção de uma arquitetura “verticalizada”, que assume como ponto de partida os Eixos estruturantes da Carta Educativa e cujos indicadores de monitorização (de realização), provêm e/ou têm por base de suporte, diversas fontes de informação. Por outro lado, é fundamental que este sistema esteja integrado (seja compatível ou aí esteja alojado) numa plataforma municipal mais abrangente, que permita a partilha de informação e o acesso e cruzamento com variáveis-chave para uma melhor compreensão das causas/dinâmicas em curso noutras dimensões de política municipal, determinantes para o bom cumprimento/exercício da Carta Educativa.

A gestão da monitorização da Carta Educativa de Setúbal deve ser da responsabilidade de uma estrutura organizativa que tenha uma visão simultaneamente global sobre o sistema educativo e todo o território regional e, em particular, que tenha em consideração a realidade local específica. A mobilização do Conselho Municipal de Educação será fundamental neste processo.

O Município de Setúbal, entidade “líder” no processo de monitorização da Carta Educativa, deverá por um lado, articular todos os seus serviços/departamentos, de modo a “alimentar” de forma regular a plataforma com informação relevante e por outro, deverá estabelecer parcerias com diversas entidades intervenientes, nomeadamente com os elementos do Conselho Municipal de Educação, com vista a angariar informação necessária à elaboração e verificação dos indicadores, segundo a periodicidade estabelecida.

11.4. METODOLOGIA DE RECOLHA, TRATAMENTO E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

A implementação da Carta Educativa de Setúbal (Revisão) deverá estar suportada num encadeado regular de procedimentos que permitam:

- Assegurar a recolha de dados e informação, que sirvam de base à construção dos indicadores;
- Proceder ao tratamento da informação com destaque para a elaboração de outros indicadores complementares (sobretudo de resultado);
- Assegurar a produção de *outputs*, ou seja, de produção de conteúdos para formatos de divulgação.

Para o sucesso do processo de recolha de informação, afigura-se determinante assinalar responsabilidades, momentos-chave e tarefas a desenvolver.

Relativamente aos indicadores de realização e resultado, a estrutura do sistema de monitorização deverá ser definida, por um lado, com base na capacidade de compilação de informação de base que permita, posteriormente, calcular indicadores diretamente associados à execução da Carta Educativa. Por outro lado, em função de outras bases de dados internas do Município é fundamental garantir mecanismos de articulação (construção de indicadores de resultado/contextualização).

Na recolha dos indicadores de realização, importa num primeiro momento que a DAPE defina uma ficha-modelo a disponibilizar aos parceiros, apontando orientações metodológicas e uma primeira aproximação aos indicadores de realização a disponibilizar. A informação deverá ser disponibilizada anualmente. No caso das ações a desenvolver pela DAPE, deverá criar-se uma bateria alargada de indicadores específicos de projeto, uniforme para intervenções similares, que permita uma rápida e fácil compilação pelos serviços.

A recolha da informação de base aos indicadores de resultado deverá ser feita anualmente. Este processo deverá ser efetuado a partir dos seguintes procedimentos:

- A recolha a partir de informação própria – alguns dos indicadores estão suportados em informação sistematizada pela DAPE e que resulta da execução de intervenções da sua responsabilidade ou de entidades parceiras (Ministério da Educação/Dgest, ...);
- A recolha a partir de outras fontes de informação, nomeadamente de informação integrada nas bases de dados municipais ou sistematizada em publicações do INE – alguns indicadores estão suportados em informação a compilar e disponibilizar por outros serviços/departamento ou por fontes oficiais que produzem/sistematizam informação relevante.

Assim, o processo compreende três fases essenciais: Recolha/ Tratamento/Organização da Informação, Elaboração de Instrumentos de Ação e Avaliação dos Resultados.

11.4.1. RECOLHA/ TRATAMENTO/ORGANIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO

O conteúdo dos instrumentos de monitorização da Carta Educativa de Setúbal deve, naturalmente, estar ajustado à metodologia e ao conteúdo da Carta Educativa. Por conseguinte, estes devem contemplar os seguintes domínios: i) Envolvente Territorial (transformações demográficas e socioeconómicas); ii) Oferta e Procura de Ensino; iii) Propostas de Intervenção.

Relativamente aos indicadores de contextualização, apontam-se alguns exemplos como base de partida, para a criação de uma bateria alargada de indicadores:

QUADRO 105 – INDICADORES DE CONTEXTO (PLANO DE MONITORIZAÇÃO)

Indicadores de contexto	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
– População residente no Concelho, nas freguesias e à subsecção estatística – Taxa de crescimento natural e da taxa de crescimento efetivo – Taxa bruta de natalidade – Saldo natural e saldo migratório – População imigrante	Anual	CMS (parceria/protocolo com o INE)
– Número de desempregados inscritos no centro de emprego de Setúbal	Semestral	CMS (parceria/protocolo com o IEFP)
– Alunos matriculados no ensino pré-escolar, por escola e agrupamento – Alunos matriculados no ensino básico (por ciclo), por escola e agrupamento – Alunos matriculados no ensino secundário, por escola e agrupamento – Alunos residentes em Setúbal inscritos, por escola ou agrupamento	Anual	CMS / Agrupamentos de Escolas e Escolas não Agrupadas

Indicadores de contexto	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
– Alunos com necessidades educativas especiais, por escola e agrupamento – Salas de atividade ocupadas (com turma) – Taxa de retenção e desistência, por escola e agrupamento – Recursos humanos, por categoria, escola e agrupamento		

Fonte: Equipa técnica

O processo de recolha dos indicadores de realização (propostas de intervenção) encontra-se sistematizado no quadro seguinte (exemplificação).

QUADRO 106 – INDICADORES DE REALIZAÇÃO (PLANO DE MONITORIZAÇÃO)

Eixo	Indicador de realização	Meta	Periodicidade	Entidade responsável pela recolha
Eixo I Requalificar/ampliar o parque escolar instalado	N.º de novas salas/espacos letivos e de apoio criadas (JI)	14	Anual	CMS
	N.º de novas salas/espacos letivos e de apoio criadas (1º ciclo)	33	Anual	CMS
	N.º de escolas construídas (JI/1º ciclo)	3	Anual	CMS
	N.º de escolas construídas (Secundário)	1	Anual	CMS
	N.º de escolas alvo de intervenções de modernização e manutenção (2º, 3º ciclo e secundário)	7	Anual	CMS
	N.º de equipamentos de apoio desportivo e lúdicos executados (JI)	3	Anual	CMS
	N.º de equipamentos de apoio desportivo e lúdicos executados (2º, 3º ciclo e secundário)	2	Anual	CMS
	N.º de escolas alvo de intervenções de melhoria da eficiência energética (2º, 3º ciclo e secundário)	3	Anual	CMS
Eixo II Melhorar as condições e qualidade de ensino	N.º de escolas alvo de intervenções de ampliação/qualificação (salas de educação especial)	4	Anual	CMS
Eixo III Reforçar a ligação à Comunidade, fomentando soluções de abertura das escolas ao exterior	N.º de intervenções executadas (auditórios/salas de alunos)	3	Anual	CMS

Fonte: Equipa técnica

Com base nas parcerias a estabelecer entre o Município e as restantes entidades intervenientes, deverá criar-se um mecanismo expedito de envio-receção anual da ficha-síntese de apoio ao cálculo dos indicadores que compõem o Sistema de Monitorização.

O mecanismo que vá reunir os procedimentos a adotar, deverá ter na génese a possibilidade de aceder e depositar informação (ficha), numa base de dados central, simplificada, a criar pela CMS com esse objetivo. Deverá ainda prever-se que os processos de atualização da base de dados central sejam dinâmicos e automáticos.

Com base na informação constante na ficha, a CMS deverá, num primeiro momento, sistematizar e analisar, de modo agregado, os diversos indicadores de realização produzidos e disponibilizados pelas restantes entidades. Num segundo momento, com base em informação complementar, igualmente disponibilizada nas fichas, deverá definir e calcular uma bateria de indicadores de resultado. Concomitantemente, a CMS deverá compilar e sistematizar a informação associada às intervenções em que se assume como entidade-executora (semestralmente), gerando indicadores suscetíveis de integração e coerentes com os produzidos/disponibilizados pelas restantes entidades.

11.4.2. INSTRUMENTOS DE AÇÃO

Os indicadores de resultado e de realização constantes da base de dados deverão ser assim utilizados sob diversas formas para produzir informação analítica acessível a todos.

Anualmente, a CMS, dispondo de toda a informação em causa, procederá ao seu tratamento e análise, produzindo conteúdos específicos. Com base na informação recolhida e organizada procede-se à elaboração de pequenos planos de ação (anuais), que permitam definir objetivos e recursos a utilizar anualmente, que deverão ir ao encontro das linhas de orientação da Carta Educativa ou que, em alguns casos, impliquem a sua reformulação. Este documento de base, será o suporte principal para a disponibilização de informação através de outras ferramentas (website, ...).

11.4.3. AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E DISSEMINAÇÃO DA INFORMAÇÃO

No final de cada ano letivo (ou, eventualmente, de dois em dois anos letivos) deverão ser produzidos pequenos relatórios de avaliação da própria Carta Educativa (Revisão) e dos Instrumentos de ação, que poderão levar à mobilização de novos recursos (físicos, humanos ou institucionais) e a ajustamentos estratégicos considerados pertinentes.

A divulgação da informação sistematizada assume grande importância, com vista a criar uma cultura de avaliação, relativamente à Educação no Concelho. Esta informação deverá ser disponibilizada periodicamente a todas as entidades e atores responsáveis pela concretização da política pública nesta dimensão.

Os relatórios de monitorização e avaliação, irão informar a produção de Boletins de Monitorização Anual, que serão o instrumento principal de suporte aos conteúdos a disponibilizar nas diversas ferramentas de divulgação. Em termos de outros outputs, deverão ser equacionadas diversas formas de partilha da informação (ferramentas de comunicação): boletins, *flyers*, *website*, *newsletters online*.

QUADRO 107 – FERRAMENTAS DE COMUNICAÇÃO: FORMAS E REGULARIDADE DE APRESENTAÇÃO DA INFORMAÇÃO-CHAVE

Ferramenta de Comunicação	Tipo de Informação	Forma de Apresentação	Regularidade
Boletim de Monitorização	– Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na execução da Carta Educativa e na política pública; – Documento essencialmente gráfico e sustentado nos indicadores de realização, que permita oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa.	Em papel A disponibilizar nas instalações do Município e em eventos/iniciativas específicas associadas à Educação	Anual
Brochuras e Flyers	– Apresentação das principais conclusões, com especial relevo para os indicadores de resultado, com recurso a infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa; – Disponibilização de indicadores, que estarão suportados no tratamento da informação e em conteúdos dinâmicos.		Anual
Website CMS	– Síntese analítica da evolução das principais realizações e resultados, verificadas na Carta Educativa e na política pública; – Disponibilização de infografia apropriada e gráficos dinâmicos da evolução da Carta Educativa.	Online A disponibilizar nas ferramentas <i>online</i> existentes/a criar (separador a alojar no website/conteúdos específicos da newsletter)	Semestral
Newsletters online	– Informação de natureza analítica onde se sistematiza a informação oferecida pela base de dados e se analisa a evolução verificada na Carta Educativa e na política pública; – Conteúdos essencialmente gráficos, que permitam oferecer uma perspetiva sintética sobre as dinâmicas ocorridas e sobre o desempenho da Carta Educativa.		Semestral

Fonte: Equipa técnica

12. PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E ELETRÓNICAS

Quadro Legislativo:

- Constituição da República Portuguesa
- Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro
- Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro
- Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE)
- Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar
- Lei n.º 159/99, de 14 de setembro
- Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro
- Lei n.º 50/2018, de 16 de agosto
- Portaria n.º 303/2022, de 22 de dezembro

Documentação europeia e nacional:

- Acordo de Parceria Portugal 2020
- Carta Educativa de Setúbal, agosto de 2006
- Carta das Cidades Educadoras
- Conselho Europeu, de março de 2001
- Departamento de Avaliação Prospetiva e Planeamento – Ministério da Educação
- Estratégia Europa 2020
- Estratégia AML 2030, 2020
- Estratégia Portugal 2030
- Europa 2020: Recomendações específicas para Portugal
- Europa 2020: Indicadores macroeconómicos
- EUROSTAT
- Guião para a elaboração das Cartas Educativas, DGEEC, DGEstE; IGeFE, maio de 2021
- Iniciativas Emblemáticas da Estratégia Europa 2020
- Modelos de Monitorização, Batista e Silva et al, 2009; US Forest Service, 2010
- Plano de Ação “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável”
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT), 2008 e 2018
- Programa Nacional de Reformas (PNR)
- Programa Operacional Regional de Lisboa 2014-2020
- Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030
- Programa do XXII Governo Constitucional 2019-2023
- Programa do XXIII Governo Constitucional 2022-2026
- Programa Aproximar Educação, 2015
- Programa “Nosso Bairro, Nossa Cidade”
- Programa de Intervenção Territorial na Anunciada, no Bairro dos Pescadores e no do Grito do Povo
- Programa Municipal de Educação pela Arte e pelas Ciências Experimentais, na educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico
- Programa TEIP (Territórios Educativos de Intervenção Prioritária)
- Projeto educativo 2021-25 do Agrupamento de Escolas da Ordem de Santiago
- Protocolos de Colaboração entre o Município, os Agrupamentos de Escolas e as Associações de Pais e Encarregados de Educação
- Rede das Cidades de Aprendizagem da UNESCO
- Rede Territorial Portuguesa das Cidades Educadoras
- Reflexões desenvolvidas pelo Conselho Nacional de Educação, 2016
- Relatório da Revisão do PDMS, julho de 2021
- Resolução das Nações Unidas “Transformar o nosso mundo: Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável”, 2015
- A utilização das Nova TIC em contexto de sala de aula; José Ribeiro da Silva, 2016
- A comunicação no processo de ensino aprendizagem. Patrícia Carvalho, 2014

Informação quantitativa (fontes):

- Carta Social do MTSSS: indicadores da rede privada e solidária de pré-escolar
- CM Setúbal, Departamento de Educação e Bibliotecas: indicadores e diversa informação quantitativa
- INE: indicadores demográficos, sociais e educativos
- Inquérito a todos os estabelecimentos educativos da rede pública
- OCDE: indicadores para a educação e formação

Referenciais eletrónicos:

- https://ec.europa.eu/eurostat/databrowser/view/sdg_04_10/default/table?lang=en
- <http://www.rumoaosucesso.pt>
- <https://www.adcsetubal.com/>
- <http://academialuisatodi.pt/>
- <https://www.conservatoriosetubal.pt/>
- https://www.ips.pt/ips_si/web_page.inicial



CEDRU

Centro de Estudos e Desenvolvimento
Regional e Urbano

CEDRU – Centro de Estudos e Desenvolvimento Regional e Urbano, Lda.

Rua Fernando Namora, 46 A
1600-454 Lisboa - Portugal
Telefone: + 351 21 712 12 40

Email: geral@cedru.com

URL: www.cedru.com |  www.facebook.com/cedru.pt

Documento:

Carta Educativa de 2.ª Geração do Município de Setúbal – Relatório Final

Data:

abril de 2023